



Projeto Gestão de
Florestas do Amapá

Experiências, Oportunidades e Desafios

Projeto Gestão de Florestas do Amapá

Experiências, Oportunidades e Desafios

Macapá, outubro de 2016

Coordenação Geral
Elektra Rocha

Organização, redação, edição:
Sílvia Franz Marcuzzo (Reg. Prof. MTb/RS 7551)

Produção executiva:
Marô Silva

Assistente de produção:
Guilherme Guterres

Ilustrações:
Ricardo Machado Estúdio Quixote

Projeto gráfico e diagramação:
Cristina Pozzobon

Revisão:
Marivone Sirtoli

Capa:
Ricardo Machado Estúdio Quixote

Colaboração:

Bruno Caporrino (Iepé), Carlos Siqueira (SEMA AP), César Augusto Rodrigues de Souza (IEF), Douglas Armando (IEF), Elektra Rocha (GRET) Eraldo Neves (IEF), Euryandro Costa (IEF), Felipe Less (IEF), Josinei Garcia (CI-Brasil), Leandro Farias (Idesam), Leonardo Geluda (Funbio), Lidiane Vieira (Ageap), Marcelo Creão (SEMA), Marcos Silva Tenório (IEF), Mariane Nardi (SEMA AP), Patrick Farias (SEMA AP), Patrick Cantuária (IEPA), Raphael Santana Araújo (IEF), Renan Kamura (Consultor do GRET), Tonny Medeiros (IEPA), Samuel Simões (Idesam), Verena Almeida (GRET)

Revisão técnica:

Adriana Luz
Cesar Augusto Rodrigues de Souza
Elektra Rocha
Euryandro Ribeiro Costa
Josinei Garcia
Karoline Marques
Leandro Farias
Mariane Nardi
Mário Artur Nunes
Patrick Farias
Verena Almeida

GRET

Campus du Jardin Tropical
45 Bis Avenue de la Belle Gabrielle
94736 Nogent-sur-Marne Cedex, France
Telephone: 33 (0)1 70 91 92 00
Fax : 33 (0)1 70 91 92 01
gret@gret.org
www.gret.org

CI-Brasil

Escritório Macapá
Av. Fab, 1070 – sala 609
CEP 68900-073 – Macapá/AP
Telefone/Fax: (96) 3223-7099
www.conservation.org/global/brasil

**AFD – Agência Francesa
de Desenvolvimento**

Agence Francaise de Developpement
5 Rue Roland Barthes
75598 Paris Cedex 12, France
www.afd.fr

**Fundo Francês para o
Meio Ambiente Mundial**

Secrétariat du FFEM
5 Rue Roland Barthes
75598 Paris Cedex 12, France
www.ffem.fr

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ

Palácio do Setentrão
Rua General Rondon, 259
CEP 68900-130
Macapá, AP, Brasil
www.amapa.gov.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P962 Projeto gestão de florestas do Amapá: experiências, oportunidades e desafios [recurso eletrônico] / (organização) Sílvia Franz Marcuzzo; (coordenação) Elektra Rocha; (ilustração) Ricardo Machado Estúdio Quixote; (projeto gráfico) Cristina Pozzobon, – Dados eletrônicos – Macapá, 2016.

Modo de acesso: World Wide Web: <<http://www.conservation.org>>.
ISBN 978-85-98830-31-5

1. Gestão florestal. 2. Amapá: Projeto Geflo. 3. Amapá: biodiversidade em florestas. 4. Floresta tropical: desenvolvimento sustentável. I. Editor. II. Título.

CDU 502.4(811.6):35

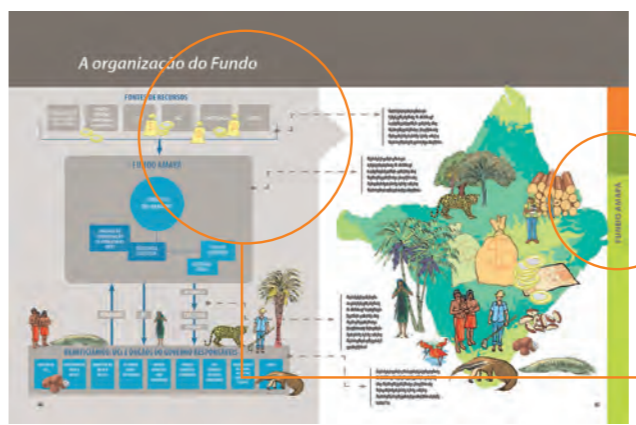
Bibliotecária responsável: Luciane Vitt Tietböhl – CRB 10/1409





COMO LER SEU LIVRO

ABERTURA
A abertura de cada capítulo é antecedida de uma foto em duas páginas. Os assuntos partem do geral, para o específico. No caso, do Estado do Amapá e do Projeto Geflo, para o Corredor da Biodiversidade e, por último, para a Flota-AP.



CARTOLA DA PÁGINA
Auxilia na organização da leitura e faz a marcação dos capítulos.

DIAGRAMA ILUSTRADO
Figura que apresenta ilustrações e diagrama que sintetiza o tema abordado para tornar mais claro o entendimento.

SUBCAPÍTULOS
Os subcapítulos também são divididos por temas "guarda-chuva". Apresentam título e linha de apoio.

SAIBA MAIS
Sugestões de leitura, publicações, websites de onde encontrar mais informações sobre o assunto.

ASPAS
Fala de pessoas que acompanharam ou fizeram parte do Projeto Geflo, abordando as principais questões relacionadas.

NA MÍDIA
O que saiu na mídia sobre ações do Projeto Geflo.

CLIPES
As caixas de texto com um clipe trazem informações sobre o Amapá ou ações do Projeto Geflo.

DESAFIOS E OPORTUNIDADES
Questões a serem superadas e que podem trazer benefícios, conforme forem conduzidas.
VEJA TAMBÉM
Mais informações sobre o assunto abordado que podem ser encontradas nesta edição.

ARTIGO
Opinião e dados de quem está por dentro do assunto.

HIPERLINK
O hiperlink conecta a palavra, termo técnico ou sigla à sua definição ou explicação sobre o seu significado no contexto do assunto abordado.

LUPA
Textos acompanhados de uma lupa denotam que o assunto pode ser mais explorado, pois há muito a ser descoberto por trás da informação.

MAPAS
Os mapas situam as ações e localizam as áreas de atuação do Projeto Geflo, os assentamentos, as terras indígenas e quilombolas, o corredor da biodiversidade, entre outros.

DE OLHO
O olho aberto indica que se deve "ficar de olho" no tema abordado, que requer atenção ao longo do tempo.

DESTAQUE
Informação relevante sobre o assunto.

PARCEIROS

O Projeto Gestão de Florestas do Amapá (Geflo), fruto da parceria entre o Governo do Estado do Amapá (GEA), Grupo de Pesquisas e Intercâmbios Tecnológicos (GRET), Conservação Internacional (CI-Brasil) e financiado pelo Fundo Francês para o Meio Ambiente Mundial (FFEM). A nível técnico, o projeto foi conduzido por uma equipe mista GRET/CI/IEF, sediada em Macapá-AP, sob a coordenação geral e financeira do GRET.



O Governo do Amapá e seus órgãos especializados. O Instituto Estadual de Florestas do Amapá (IEF), uma autarquia estadual incumbida de executar a política florestal. A Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Amapá (SEMA), que compete formular, coordenar e orientar as políticas ambientais do Estado. O Instituto de Meio Ambiente do Amapá (Imap), incumbido de realizar o ordenamento territorial, licenciamento e fiscalização ambiental. O Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA) é uma autarquia estadual que tem por finalidade gerar e difundir conhecimentos científicos e tecnológicos sobre o ser humano, a flora, a fauna e o ambiente físico do Estado para contribuição ao desenvolvimento econômico e social. A Agência de Desenvolvimento Econômico do Amapá (Ageap), responsável por promover políticas e iniciativas produtivas voltadas ao desenvolvimento econômico do Estado do Amapá.



A Conservação Internacional (CI-Brasil), uma organização ambiental brasileira criada em 1990, que integra uma rede internacional presente em mais de 30 países, com foco na promoção do bem-estar humano por meio da conservação dos recursos naturais. A CI-Brasil utiliza um conjunto inovador de ciência, políticas e parcerias para proteger a natureza, na qual dependemos para sobreviver: alimentos, água e os meios de subsistência.



O Fundo Francês para o Meio Ambiente Mundial (FFEM), um fundo público que há 20 anos ajuda a proteger o meio ambiente global nos países em desenvolvimento. O Fundo Francês apoia projetos de desenvolvimento de fundos que têm um impacto significativo e duradouro sobre os maiores desafios do ambiente global: biodiversidade, mudanças climáticas, águas internacionais, degradação do solo, incluindo a desertificação e desflorestação, poluentes orgânicos persistentes, camada de ozônio.



A Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), uma instituição financeira pública, que age há 60 anos no combate à pobreza e na promoção do desenvolvimento sustentável nos países do Sul e nos territórios ultramarinos, executando a política definida pelo Governo francês. Presente em quatro continentes, ela dispõe de uma rede de 71 agências e escritórios de representação. A AFD financia e acompanha projetos que trazem melhorias para as condições de vida das populações, sustentam o crescimento econômico e protegem o meio ambiente.



O Grupo de Pesquisas e Intercâmbios Tecnológicos (GRET, em francês), fundado em 1976, é uma organização francesa com atuação em 28 países, dedicada à promoção do desenvolvimento no campo e na política, que busca contribuir para a redução da pobreza e da desigualdade e oferecer respostas inovadoras através da gestão dos recursos naturais.

SUMÁRIO

RESUMO	11
PREFÁCIO	14
APRESENTAÇÃO	16
CAPÍTULO 1 – AMAPÁ E O PROJETO GEFLO	20
Estado do Amapá	22
Riqueza natural	22
Distintas paisagens marcam o Estado rico em endemismos	24
Projeto Geflo	28
Por uma política florestal sustentável	28
O Conselho Gestor e a governança do projeto	32
Artigo: Contribuições do Projeto Geflo ao Amapá	34
Política Florestal	36
Fortalecimento da política florestal no Estado	36
Marco Legal, respeito à floresta	37
Projeto de lei de política florestal	39
PL de mudanças climáticas e serviços ambientais	40
Artigo: O valor da floresta em pé	46
Capacitações Técnicas	50
Conhecer e mudar	50
Artigo: Intercâmbio amplia visão	56
Diálogo com a Sociedade Civil	58
Participação social é ponto fundamental	58
Projeto Geflo propõe agenda com sociedade civil	59
Artigo: Organização das comunidades é o caminho	64
Cadeia da Madeira	66
Diferentes origens da nobre matéria-prima	66
Contexto da produção madeireira e reprodução social	69
Cadeia da madeira: funcionamento	70
Artigo: Diretrizes para regularizar a cadeia familiar	76
Manejo familiar	78
Artigo: Estruturação da cadeia produtiva da madeira	80
Cadeia produtiva empresarial	83
Artigo: Processos catalisadores das cadeias florestais	98
Caminho para estruturação para a cadeia da madeira	100
Monitoramento do desmatamento	102
Amapá acompanha desmate há 16 anos	102

CAPÍTULO 2 – CORREDOR DA BIODIVERSIDADE	108
Apoio à gestão das UCs	108
Estratégia de conservação para fauna e flora	110
Artigo: A importância dos corredores de biodiversidade em tempos de mudanças	114
Mosaico com TIs e UCs reunidas para proteção	116
Artigo: Mosaico de áreas protegidas da Amazônia	118
Fundo Amapá	120
Flota-AP, a primeira UC a ser beneficiada	120
Artigo: Um Fundo para áreas protegidas do Amapá	124
A organização do Fundo	126
CAPÍTULO 3 – FLOTA-AP CAMINHOS PARA A EFETIVAÇÃO	128
Histórico	130
Sustentabilidade para ser vivida	130
Instrumentos de gestão	134
Processos para implantação da UC	134
Artigo: Plano de manejo da Flota-AP	136
Fauna rica em endemismos	138
Espécies vegetais	140
Levantamento socioeconômico realizado para o Plano de Manejo	144
Planejamento e zoneamento	146
Zona de Amortecimento serve de proteção	148
Conselho Consultivo	152
Gestão e implementação do Plano de Manejo	160
Passos para a organização da UC	160
Levantamento ocupacional e cadastro do Módulo II	162
Monitoramento do desmatamento da Flota-AP	167
Alternativa de renda e conservação da biodiversidade	174
Artigo: Orquídeas do PA Nova Canaã	180
Concessão Florestal	182
A importância do manejo sustentável	182
Implementação das concessões no Amapá	186
Artigo: Fundo Estadual de Desenvolvimento Florestal	194
Fases e etapas das concessões florestais	198
Monitoramento das concessões florestais	200
Artigo: Monitoramento de benefícios socioambientais e climáticos	204
Lista de siglas	206
Referências Bibliográficas e links recomendados	209

RESUMO

O conteúdo desta publicação é resultado de diversas ações, pesquisas e/ou apoios do projeto de “Apoio à Elaboração de uma Política de Gestão Sustentável da Floresta e da Biodiversidade do Estado do Amapá – Amazônia Brasileira –, denominado Projeto de Gestão de Florestas do Amapá. O Projeto Geflo, como é mais conhecido, é fruto da ação conjunta de instituições públicas – no caso, instâncias do Governo do Estado do Amapá – e da sociedade civil organizada – GRET, CI-Brasil, Fundo Francês para o Meio Ambiente Mundial e Agência Francesa de Desenvolvimento.

Diante da amplitude de ações do Projeto, esta obra reporta às principais iniciativas financiadas e/ou produzidas pelas instituições parceiras. O Projeto Geflo promoveu a interlocução entre distintos atores em busca da prática da sustentabilidade a médio e a longo prazo.

A obra é dividida em três capítulos “guarda-chuva”, conforme os três componentes do Projeto, que reúnem enfoques diversos do Amapá e do Projeto Geflo como um todo. Inclui uma série de metas para o estabelecimento de uma gestão florestal sustentável no Estado, como a construção de marcos legais para a política florestal do Estado, a capacitação para o fortalecimento

de técnicos do GEA e da sociedade civil, a busca de formas de financiar a gestão florestal e promover o diálogo com a sociedade civil. Já o segundo capítulo trata do Corredor de Biodiversidade e suas UCs e TIs, que compõem o Mosaico da Amazônia Oriental, e o Fundo Amapá, que foi criado justamente para fortalecer a efetivação dessas áreas protegidas, ou seja, para a proteção da biodiversidade. O terceiro capítulo, Caminhos para implementação da Floresta Estadual do Amapá (Flota-AP), tratou do apoio à implementação da Floresta Estadual do Amapá (Flota-AP), onde foram elaborados desde o plano de manejo até a criação e estruturação do conselho consultivo para a UC, incluindo a construção de um prédio como base operacional da área. Além disso, este componente engloba o apoio à implantação das concessões florestais e o monitoramento dos impactos socioambientais da mesma na Flota e áreas de entorno, assim como iniciativas produtivas com produtos não madeireiros para pequenos produtores rurais de áreas de assentamentos rurais do Amapá.

ABSTRACT

The content of this publication is the result of several actions, studies and/or support of the project “Support for the Development of a Sustainable Management Policy of the Forest and Biodiversity of the State of Amapá in Brazil – Brazilian Amazon –, called Management of Amapá Forests Project (Geflo). The Geflo Project is the result of a joint action of public institutions, instances of the Government of the State of Amapá and organized civil societies, such as GRET, CI-Brazil, French Fund for the World Environment, and the French Development Agency.

Before the range of actions of this Project, this study reports the main initiatives financed and/or produced by the partner institutions. The Geflo Project has promoted the dialogue among the different actors in search of sustainability in the medium and long term.

This study is divided into three “umbrella” chapters, according to the three components of the project, bringing together diverse approaches of Amapá and of the Geflo Project as a whole. It also includes a series of goals for the establishment of a sustainable forest management in the State, such as the creation of legal marks for forestry policy of the State, the training for the strengthening of government technicians and of civil society, the search for ways

of financing forest management and promoting the dialogue with the civil society. The second chapter deals with the Hall of Biodiversity and its UCs and TIs that make up the Eastern Amazon Mosaic and the Amapá Fund, which was created precisely to strengthen the effectiveness of these protected areas, i.e., for the protection of biodiversity. The third chapter deals with the support for the implementation of the State Forest of Amapá (Flota-AP), in which they developed from the management plan to the creation and structuring of the Advisory Council for UC, including the construction of a building as the area’s operational base. In addition to it, this component includes the support for implementation of forest concessions and the monitoring of the social and environmental impacts of it in the Flota and surrounding areas, as well as productive initiatives with non-timber products for small rural producers in rural settlements of Amapá.

RÉSUMÉ

Le contenu de cette publication est le résultat d’actions diverses, de recherches et/ou de soutiens au projet «Soutien à l’élaboration d’une politique de gestion durable de la forêt de de la biodiversité de l’État de l’Amapá – Amazonie Brésilienne –, ou simplement appelé Gestion des Forêts de l’Amapá. Ce projet, plus connu par son acronyme GEFLO, est le fruit de l’action conjointe d’institutions publiques, en ce cas le Gouvernement de l’État de l’Amapá (GEA), et de la société civile organisée (GRET, CI-Brasil, Fonds Français pour l’Environnement Mondial et Agence Française du Développement).

En raison de l’ampleur des actions du projet, cet ouvrage présente les principales initiatives financées et/ou produites par les institutions partenaires. Le projet GEFLO a favorisé le dialogue entre les différents acteurs en recherche d’une pratique de la soutenabilité à moyen ou long terme.

L’ouvrage est divisé en trois chapitres “parapluies”, reprenant les trois composantes du projet, qui rassemblent diverses approches de l’Amapá et du projet Geflo dans son ensemble. Il inclut une série d’objectifs pour la mise en place d’une gestion forestière durable dans cet Etat, tout comme la construction de cadres juridiques pour la politique forestière de l’Etat, la for-

mation pour son renforcement de techniciens du GEA et de la société civile, la recherche de formes de financement de la gestion forestière et la promotion du dialogue avec la société civile. Le second chapitre traite du Couloir de Biodiversité, des “Unités de Conservation” (UCs) et des “Terres Indigènes” (TIs) qui composent la Mosaïque de l’Amazonie Orientale et le Fonds de l’Amapá, qui a justement été créé pour renforcer le contrôle de ces surfaces protégées, c’est à dire, pour la protection de la biodiversité. Le troisième chapitre “Voies pour la mise en place de la Forêt de l’Etat de l’Amapá (Flota-AP) traite de l’appui à cette mise en oeuvre de la Forêt de l’Etat de l’Amapá (Flota-AP), pendant laquelle fut élaboré un plan de gestion avec la création et la structuration d’un conseil consultatif pour l’Unité de Conservation (UC), comprenant la construction d’un bâtiment comme base opérationnelle de la zone. Au-delà, cette composante englobe l’appui à l’implantation des concessions forestières, le suivi des impacts socio-environnementaux de cette même Flota et des surfaces environnantes, ou encore les initiatives de génération de produits hors bois pour les petits exploitants ruraux des aires d’installation rurale de l’Amapá.

PREFÁCIO

Este livro é uma compilação didática dos principais resultados gerados no âmbito do projeto “Gestão de Florestas do Amapá (Geflo)”, que teve seu período de implementação de outubro de 2012 a outubro de 2016. Nesse tempo, o Estado realizou importantes esforços para proteger os recursos naturais de seu território, principalmente do corredor de biodiversidade, e limitou as práticas não sustentáveis de exploração. Essas ações iniciaram a edificação de bases sólidas, porém não suficientes, para uma gestão sustentável da floresta e da biodiversidade.

O sucesso dessa política dependeria da superação de dois grandes desafios: a implementação da gestão nas áreas protegidas, a partir, notadamente, de mecanismos inovadores de financiamento (como, por exemplo, um fundo para a gestão das áreas protegidas, Pagamentos por Serviços Ambientais (PSAs), projeto piloto de redução de desmatamento evitado); o desenvolvimento de exploração florestal de baixo impacto, tratando dos produtos madeireiros e não madeireiros (frutos, sementes, óleos), de forma a beneficiar populações rurais e empresas, a partir de florestas públicas da União e do Estado.

Assim, o Projeto Geflo surge para apoiar o governo, a sociedade civil e o setor privado a vencer esses desafios de forma que o desenvolvimento econômico do Amapá, que possui poucas indústrias e um alto custo da administração pública, possa ocorrer junto com o desenvolvimento social e a partir do uso sustentável de seus recursos florestais, respondendo, assim, às expectativas de uma população em pleno crescimento, e colaborando com a manutenção da biodiversidade, do carbono florestal e da água potável.

Em termos de cooperação, o Projeto reforçou os laços entre a Guiana Francesa e o Amapá. Os resultados apresentados neste livro apoiam a construção de marcos legais para a política florestal do Estado, promovem a capacitação para o fortalecimento de técnicos do Governo do Estado do Amapá (GEA) e da sociedade civil, promovem a busca de financiamentos sustentáveis para a gestão florestal e para a melhora do diálogo entre governo e a sociedade civil.

Os resultados ainda fortalecem o corredor da biodiversidade, com maior atuação no apoio à implementação da Floresta Estada-

al do Amapá (Flota-AP) e áreas do entorno, desde a elaboração do plano de gestão, passando pela criação e capacitação do conselho consultivo, implementação das concessões e monitoramento de benefícios socioambientais e climáticos.

Este livro foi financiado pelo Fundo Francês para o Meio Ambiente Mundial (FFEM) e é uma construção coletiva dos técnicos das instituições parceiras do Projeto Geflo, tais como: o IEF, a SEMA, o IMAP, a AGEAP, o IEPA, o SFB, o IDESAM, a CI e o GRET.

O Projeto Geflo oferece este livro como uma contribuição para a sociedade civil e o governo, a fim de que melhorem seu diálogo e sua interação na construção e execução das políticas públicas que afetam a vida de todos. Serve como ferramenta didática de sensibilização e diálogo para que a sociedade civil, o setor privado e o poder público possam continuar construindo uma gestão sustentável e equitativa das florestas e da biodiversidade no estado do Amapá.

Boa leitura!

Jean François Kibler
Departamento Recursos Naturais e
Serviços Essenciais GRET

APRESENTAÇÃO

Esta publicação contém os principais resultados do projeto denominado “Apoio à Elaboração de uma Política de Gestão Sustentável da Floresta e da Biodiversidade do Estado do Amapá (Amazônia Brasileira)”, mais conhecido como Projeto “Gestão de Florestas do Amapá (Geflo)”.

O Geflo é fruto da ação conjunta de instituições públicas que representam o Governo do Estado do Amapá, Organizações Não Governamentais (GRET, CI-Brasil e Agência Francesa de Desenvolvimento-AFD), além do Fundo Francês para o Meio Ambiente Mundial (FFEM).

Diante da amplitude de ações do Projeto, esta obra reporta às principais iniciativas financiadas e/ou produzidas pelas instituições parceiras. O Projeto Geflo promoveu a interlocução entre distintos atores em busca da prática da sustentabilidade a médio e a longo prazos.

Aqui estão as ações realizadas para atingir os objetivos gerais do Projeto, que são de consolidar uma política estadual de gestão da floresta e da biodiversidade e implementar uma exploração florestal de baixo impacto na Flota-AP. E, também, os específicos, como consolidar o marco legal e as instituições estaduais ligadas à gestão da floresta e da biodiversidade; operacionalizar e estruturar a gestão no Corredor da Biodiversidade do Amapá, e implementar o monitoramento das concessões florestais na Flota-AP.

A obra é dividida em três capítulos “guarda-chuvas”, conforme os três componentes do Projeto, que reúnem enfoques diversos do Amapá e do Projeto Geflo como um todo. Inclui uma série de resultados alcançados para o estabelecimento de uma gestão florestal sustentável no Estado; do Corredor de Biodiversidade e suas UCs e TIs, que compõem o Mosaico da Amazônia Oriental, e o Fundo Amapá, que foi criado justamente para fortalecer a efetivação dessas áreas protegidas. Já o capítulo Caminhos para implementação da Floresta Estadual do Amapá (Flota-AP) traz toda a trajetória que teve a participação efetiva do Projeto Geflo.

Através de um projeto gráfico inovador, que lança mão de recursos como ilustrações, fotografias, gráficos, tabelas, infográficos, mapas, esquemas e outras formas de exposição de textos curtos e objetivos, o leitor pode consultar a obra como um almanaque ou também ler do início ao fim para compreender melhor o encadeamento de assuntos. Oferece subsídios para que se compreenda melhor o contexto da informação com a descrição de termos técnicos e definições de palavras através de *hyperlinks*. Saiba melhor em Como ler este livro (págs. 6 e 7).

No primeiro capítulo, o livro apresenta informações relevantes sobre o Estado do Amapá, especialmente sobre suas características únicas. Neste capítulo, todos os temas abrangem o território amapaense. O contexto em que foi gerido o Projeto Geflo, seus objetivos gerais e específicos, trazem benefícios para todos os moradores do Estado e representam um marco na história da busca por um desenvolvimento sustentável do Escudo das Guianas.

Na sequência, seguem as ações realizadas pelo Projeto para consolidação de um marco legal para o fortalecimento da política florestal no Estado. As minutas de lei preparadas, resultado de estudos, pesquisas e diálogos, levam em conta a valorização da floresta em pé para esta e futuras gerações. Foram construídos dois Projetos de Lei, um para a Política Florestal do Amapá e outro para Mudanças Climáticas, conservação e serviços ambientais, já que o Estado dispõe de 72% do seu território de áreas protegidas.

Para aperfeiçoar qualquer ação é imprescindível a capacitação dos técnicos dos órgãos responsáveis pelas diretrizes florestais. Por isso, o Projeto promoveu e viabilizou cursos, seminários, viagens de intercâmbio durante seus quatro anos de vigência.

Também tornou possível distintos momentos de diálogo entre a sociedade civil, com a presença de lideranças e representantes de associações de produtores rurais, quilombolas, indígenas e do governo. Tudo

visando a construção de uma agenda socioambiental que promova a capacitação técnica aliada à participação das comunidades e que resulte em geração de renda e qualidade de vida. Também neste primeiro capítulo foi descrita a trajetória da cadeia produtiva da madeira. Desde o corte da árvore por empresas ou por pequenos produtores até a comercialização, esta publicação traz informações de pesquisas, estudos e entrevistas com quem movimenta a economia dessa matéria-prima. Além disso, aponta alternativas para qualificar a mão de obra de produtores rurais, visando o manejo florestal familiar, e indica caminhos para a sustentabilidade econômica e socioambiental dessa importante cadeia do Estado mais conservado da Amazônia.

Por fim, o capítulo encerra com o monitoramento do desmatamento no Estado, no qual contou com o apoio do Projeto Geflo, para diversas ações, incluindo a quantificação e qualificação do mesmo através de pesquisas de campo, conserto de equipamentos, capacitações, entre outros benefícios.

O capítulo 2, Corredor de Biodiversidade, evidencia a necessidade de se encarar o conjunto de áreas protegidas como um valor estratégico, que exige a união de esforços com distintos olhares em busca da conservação. E o Fundo Amapá, com recursos obtidos pela CI, para o Projeto Geflo, que foi desenhado pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), nasceu com o propósito de consolidar as áreas protegidas do Mosaico da Amazônia Oriental. Na publicação, são apresentadas as principais informações sobre o mecanismo financeiro.

No capítulo 3, o foco é a atuação diversificada que o Projeto fez pela implantação da Flota-AP. Começa esclarecendo o que significa uma floresta pública e em que contexto a Flota-AP foi criada em 2006. A publicação traz um breve histórico da implantação e um resumo/síntese de seus instrumentos de gestão, como o plano de manejo – os diagnósticos do meio biótico (fauna e flora), dos meios físicos e socioeconômicos, planejamento e zoneamento –, que contaram com o apoio do Projeto em etapas da elaboração. Um dos destaques desse capítulo é o esforço realizado pelas organizações parceiras do Projeto Geflo na capacitação do conselho consultivo da Unidade de Conservação. Nesse subcapítulo, há relatos, fotos e um histórico

de funcionamento desse importante colegiado. Além do conselho ser fundamental para uma boa gestão da área protegida, a gestão e a implementação da Flota-AP também depende de diversas ações para que a unidade cumpra o seu papel.

O Projeto Geflo possibilitou a construção da base operacional da Flota-AP em Porto Grande e também o levantamento ocupacional e cadastro socioeconômico do Módulo II, definido como o primeiro espaço a contar com concessões florestais no Estado. E para acompanhar todas as investidas de ações na floresta, o Projeto ainda apoiou o monitoramento da biodiversidade e da socioeconomia nas áreas de concessão florestal na Flota-AP, assunto relevante no que tange à sustentabilidade de longo prazo desta região.

Por último, no subcapítulo Gestão e Implementação da Flota-AP, é abordada a experiência com a iniciativa de geração de alternativa de renda e conservação da biodiversidade através da avaliação do potencial de resina de Breu (*Protium* sp.) e o resgate e cultivo de orquídeas. Os espécimes que antes morriam nos galhos que viravam resíduos hoje podem virar produtos da floresta no Projeto de Assentamento de Nova Canaã. E o capítulo 3 finaliza com um assunto que movimentou os interessados em gestão florestal, desenvolvimento econômico e concessão florestal. O texto trata da necessidade de manejo florestal sustentável e dos passos para implementação das concessões no Amapá. O Projeto Geflo apoiou a realização de algumas ações desse trabalho, cuja realização precisa obedecer distintas fases com cuidados que incluem rigorosos critérios técnicos. E o capítulo encerra com o monitoramento das concessões florestais, uma parte crucial para a tomada de decisões a longo prazo, tanto para as comunidades quanto para o governo e para a própria Floresta Amazônica.

Elektra Rocha
Coordenadora do Projeto Geflo (GRET)

Amapá e o Projeto Geflo





A. Gambarini/CI-Brasil

Ambientes diversos

Terra de chuva, o Estado com o maior percentual de áreas protegidas do Brasil.

Riqueza natural

A NATUREZA PRESERVADA E A BIODIVERSIDADE INCRÍVEL DO JOVEM ESTADO DO AMAPÁ

O Estado mais ao Norte/Leste do Brasil, que foi batizado de Amapá, “lugar da chuva”, no idioma Tupi, tem muitas particularidades. Não só por sua localização geográfica e seu território de 143 mil quilômetros quadrados, que representa 2% do Brasil, mas principalmente porque sua natureza está entre as mais conservadas do País.

Apesar de uma situação geográfica estratégica, no estuário do Amazonas e a proximidade

dos mercados americanos com os europeus, o Amapá ainda está isolado. Os acessos a partir de outras regiões do Brasil são feitos por via aérea ou aquática. É um dos novos estados da Federação, criado na Constituição de 1988.

Situado no coração da Bacia Amazônica, o Escudo das Guianas é reconhecido por suas peculiaridades biológicas – representa o maior bloco de floresta úmida primária quase intocada do planeta, abrangendo



André Pessoa



Mapa da Vegetação do estado do Amapá. Fonte: SEMA.

do uma área de cerca de 200 milhões de hectares, e faz parte das 200 “ecorregiões” onde está concentrada mais de 80% da biodiversidade mundial.

Os ambientes do Amapá têm alta taxa de **endemismo**, e só 40% das 8 mil espécies vegetais foram levantadas. As florestas do Escudo das Guianas também dispõem de um reservatório de carbono significativo, estimado em 20 bilhões de toneladas.

ENDESMISMO

Uma espécie endêmica é aquela que ocorre em uma determinada área ou região geográfica. O endemismo é causado por barreiras físicas, climáticas e biológicas que delimitam a distribuição de uma espécie ou provocam a sua separação do grupo original. Quando a separação ocorre por um longo período, o grupo isolado sofre uma seleção natural que desenvolve nele uma diferenciação de outros membros da espécie.





André Pessoa

Fortaleza São José, construída no século XVIII, é atração turística em Macapá, capital do Estado.



SERVIÇOS AMBIENTAIS

Serviços ambientais ou serviços ecossistêmicos são aqueles que a natureza presta, gratuitamente, como a geração de água, polinização, sistemas climáticos etc.

Distintas paisagens marcam o Estado rico em endemismos

As chuvas e o relevo denotam os distintos ecossistemas do Amapá. Ao longo das costas atlânticas, os manguezais são berçários de rica fauna aquática. Ao sul, as florestas de várzea servem de ambiente para palmeiras como o açazeiro. Ao leste, os campos naturais ou campos de várzea, que ora enchem ora secam, num tipo de pantanal amapaense, também apresentam inúmeras espécies. Ainda no leste, há ocorrência de cerrado (campos de terra firme ou savanas). Estudos mostram que existia, no passado, uma conexão com o cerrado do centro do Brasil. Ao centro-oeste e oeste floresta de terra firme. A floresta de terra firme ocupa 74% do território do Amapá (conforme mapa da pág. 23).

O Estado tem um imenso potencial para o aproveitamento de seus recursos naturais. Em cada

ambiente, há espécies que, se forem manejadas de forma sustentável, poderão gerar renda, qualidade de vida, e prestarão **serviços ambientais** para esta e futuras gerações.

ÁREA E POPULAÇÃO

Localizado no extremo norte do Brasil, o Amapá é um dos dez estados que compõem a Amazônia Legal. Estendendo-se por uma superfície de 143 mil km², constitui o menor dos estados da região Norte e da Amazônia Legal. Representando 3,71% da região Norte, possui uma população estimada em 766.679 habitantes, distribuída em 16 municípios, concentrada, principalmente, na região metropolitana de Macapá (90%). Sua densidade demográfica é baixa, o equivalente a 5,37 habitantes por km² (IBGE, 2016).



Expedições revelam alta biodiversidade

Desde 2004, a CI e o Instituto de Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado do Amapá (IEPA) realizaram 11 expedições científicas ou diagnósticos biológicos em diferentes ecossistemas. Em torno de 1.300 espécies foram identificadas, entre plantas, crustáceos, peixes, anfíbios, répteis, aves, mamíferos. Só de

aves, 580 espécies foram identificadas, o que representa 6% da avifauna mundial. Estimativas apontam que o Estado dispõe de 770 mil espécies, no entanto, poucas já foram catalogadas. Vale lembrar que, no mundo todo, foram identificadas 1,3 milhões de espécies, faltando reconhecer ainda cerca de 13 milhões.

Estado estratégico para conservação

O Amapá tem, aproximadamente, 80% de sua área coberta por florestas e mais de 73% de seu território são áreas protegidas como as **Unidades de Conservação (UCs)** e Terras Indígenas (TIs). Desde os anos 90, foram criadas várias

áreas protegidas no Estado. Atualmente, o Estado conta com 19 UCs, sendo 12 federais, cinco estaduais e duas municipais. Somente a Floresta Estadual do Amapá (Flota-AP) abrange 16,5% do território do Estado.



A. Gambarini/CI-Brasil

As UCs são estratégicas para a conservação da biodiversidade e a manutenção dos serviços ambientais dos ecossistemas.

O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) DO ESTADO É O MAIS ELEVADO DA REGIÃO NORTE DO BRASIL (0.780). A MAIORIA DE SUA POPULAÇÃO É URBANA (MUNICÍPIOS DE MACAPÁ E SANTANA). A TAXA DE POBREZA É DE 39% DA POPULAÇÃO, A QUAL ESTÁ CONCENTRADA BASICAMENTE NA ZONA RURAL.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UCs)
São áreas de proteção instituída por lei por alguma esfera de poder – municipal, estadual ou federal – conforme a Lei do SNUC, de 2000. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) é composto por 12 categorias de UCs, cujos objetivos específicos se diferenciam quanto à forma de proteção e usos permitidos: as de proteção integral são aquelas que precisam de maiores cuidados, pela sua fragilidade e particularidades, e as de uso sustentável são aquelas que podem ser utilizadas de forma sustentável e conservadas ao mesmo tempo.



Zona Franca Verde promoverá o desenvolvimento da região

A regulamentação da Zona Franca Verde (ZFV) pelo governo federal, em dezembro de 2015, garante a isenção do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) para produtos cuja composição seja preponderantemente de matérias-primas regionais, como frutos, sementes, animais, madeiras etc. Vale destacar que, para reconhecimento da preponderância, foram criados três critérios: absoluto, relativo e de importância.

No primeiro, a matéria-prima regional terá que ser mais que 50% no volume, quantidade ou peso do produto final. Na preponderância relativa, a matéria-prima regional deverá ser maior que as demais. No critério da importância, será observado se a retirada do princípio ativo ou da matéria-prima (que só precisa ser maior que zero) descaracteriza o produto.

Essa isenção vale para os mu-

nicípios de Macapá e Santana, os quais já são **Áreas de Livre Comércio (ALCs)**. Portanto, além da ALC, que se limita e a incentivos fiscais para o comércio de produtos para circulação local (ICMS, IPI e Impostos de Importação), a transformação destes municípios em ZFVs possibilitará ao Estado do Amapá conceder isenção do IPI para indústrias de transformação e a produção poderá ser comercializada em todo o território nacional ou exportada.

A expectativa é de que a ZFV alavanque o setor industrial e a economia do Amapá, que atualmente depende do comércio e de serviços. Nesse sentido, o governo tem investido para melhorar a infraestrutura relacionada com energia, comunicação, malha rodoviária e portuária para garantir o funcionamento das indústrias da Zona Franca Verde.

ÁREAS DE LIVRE COMÉRCIO

Existem sete ALCs na Amazônia, localizadas em Tabatinga (AM), Guajará-Mirim (RO), Macapá-Santana (AP), Brasiléia, com extensão para Epitaciolândia e de Cruzeiro do Sul (AC) e Boa Vista e Bonfim (RR).



Fotos André Pessoa



A. Gamarim/CI-Brasil



DESAFIOS E OPORTUNIDADES

O Amapá é um Estado que apresenta muitas potencialidades ambientais, no entanto, para o desenvolvimento das cadeias de produção sustentável são necessárias iniciativas palpáveis em qualificação de mão de obra, regularização fundiária e ambiental, legislação ambiental, acesso para o escoamento e, de forma transversal, a assistência técnica e extensão rural continuada.

Um dos desafios é o planejamento e execução de ações estruturantes, como o ordenamento fundiário, territorial e ambiental, o apoio a cadeias produtivas locais e a implementação de políticas públicas que se

mantenham ao longo do tempo para a conservação da floresta em pé. A infraestrutura para deslocamento e transporte no Amapá dificultou o avanço das ações do projeto, mas é possível vislumbrar muitas oportunidades de negócios que tenham a sustentabilidade e a conservação como diretrizes norteadoras das ações.

O grande obstáculo a ser superado é estruturar as cadeias produtivas florestais das frutas, óleos e a madeira familiar. Pois o que se tem são sistemas de produção informais, que geram pouca renda às populações e pouco recolhimento de impostos pelo governo.

JOSINEI,
COORDENADOR
DA CI



AS AÇÕES CONTRIBUÍRAM PARA O AVANÇO DA AGENDA AMBIENTAL DO ESTADO. O PROJETO ATUOU NUMA LINHA MAIS DE BASE, SUBSIDIANDO INFORMAÇÕES, PROCESSOS, CAPACITAÇÕES E A GESTÃO DE INICIATIVAS COMO AS CONCESSÕES FLORESTAIS. É IMPORTANTE ESTARMOS ANTENADOS À NECESSIDADE DE PROCESSOS ESTRUTURANTES, COMO O PRÓPRIO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS E DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, QUE TEM UM REBATIMENTO ENORME DENTRO DA AGENDA AMBIENTAL.



VEJA também

Cadeia da Madeira, pág. 66 • Cap. 2 Apoio à gestão das UCs, pág. 108 • Fundo Amapá, pág. 120



A. Gambarini/CI-Brasil

73% do território do Estado são áreas protegidas.

Por uma política florestal sustentável

CONTRATO ENTRE GRET, CI E GOVERNO AMAPAENSE INICIOU EM 2012

BAIXO CARBONO

Baixo carbono é a expressão de ordem para a economia do século XXI e significa inovar processos produtivos e soluções tecnológicas que resultam em menor impacto sobre o clima do planeta, com destaque para a busca de eficiência e alternativas energéticas, redução de emissões e gestão em sustentabilidade.

O Amapá dispõe de um enorme potencial que poucos lugares do mundo oferecem: florestas conservadas e preservadas, uma megabiodiversidade e, conseqüentemente, um impressionante tesouro genético e expressivos estoques de carbono. Tudo isso é altamente relevante em tempos de alterações climáticas e de caminhos em busca de uma economia de **baixo carbono**. A fim de criar meios para que a floresta em pé seja valorizada, uma série de ações, estudos e capacitações foram realizadas através do Projeto Ges-

tão de Florestas do Amapá (Geflo). O Projeto Geflo começou nos primeiros meses de 2012, mediante cooperação entre o governo do Estado do Amapá (GEA), o Fundo Francês para o Meio Ambiente Mundial (FFEM) e duas organizações não governamentais: o Grupo de Pesquisas e Intercâmbios Tecnológicos (GRET) e a Conservação Internacional (CI-Brasil). Seu foco foi muito além da conservação. O projeto se debruçou sobre o desenvolvimento econômico, a geração de renda e benefícios.



ELEKTRA ROCHA, COORDENADORA DO PROJETO GEFLO (GRET)



O PROJETO GEFLO CONTOU COM UM ORÇAMENTO TOTAL DE €\$ 4.7 MILHÕES. SUAS PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES FORAM: O APOIO À CRIAÇÃO DE FERRAMENTAS PARA VALORIZAR A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DO CARBONO FLORESTAL E À CRIAÇÃO DE MECANISMOS PARA QUE AS POPULAÇÕES QUE VIVEM NA FLORESTA, POSSAM SER RECOMPENSADAS POR POSSUIREM MODOS DE PRODUÇÃO QUE CONSERVAM A FLORESTA E TODOS OS SEUS SERVIÇOS AMBIENTAIS.

PROJETO GEFLO

OBJETIVOS

GERAIS

- Consolidar uma política estadual de gestão da floresta e da biodiversidade;
- Implementar uma exploração florestal de baixo impacto na Flota-AP.

ESPECÍFICOS

- Apoiar a finalização do marco legal da gestão sustentável dos recursos naturais;
- Fortalecer as instituições encarregadas da gestão tanto de concessões florestais quanto de UCs;
- Reforçar as estruturas de governança das UCs do Corredor de Biodiversidade;
- Reforçar as capacidades dos atores locais do setor madeireiro (empresas e comunidades);
- Finalizar e monitorar a implementação da gestão da Flota-AP (concessão de exploração e gestão das UCs).

COMPONENTES E RESULTADOS DO PROJETO GEFLO

ATIVIDADE

PRODUTOS/RESULTADOS

Componente 1 – Nível Estado: Apoio às instituições ligadas a gestão da floresta e da biodiversidade

1.1 Consolidação do marco legal (Áreas Protegidas, Floresta, Pagamento para Serviços Ambientais)	<ul style="list-style-type: none"> Leis Florestais e de Mudanças Climáticas, Pagamento para Serviços Ambientais e REDD+ criação ferramentas para valorizar a conservação da biodiversidade, dos recursos hídricos e do carbono florestal e, podem ainda, criar mecanismos para que as populações tradicionais possam ser recompensadas por possuírem modos de produção que conservem a floresta e todos os seus serviços ambientais.
1.2 Fortalecimento das capacidades (instituições e pesquisa)	<ul style="list-style-type: none"> Técnicos capacitados para exercerem a função de gestão da floresta pública estadual. Manejo Florestal, Unidade de Conservação, auditoria e concessão florestal para técnicos de governo e da sociedade civil. Intercâmbio com SFB para a elaboração do cadastro de florestas públicas e plano anual de outorga florestal (PAOF) e edital de concessão florestal.
1.3 Mecanismos de financiamento de gestão florestal (Fundo fiduciário, REDD, concessão, investimento no setor madeireiro)	<ul style="list-style-type: none"> Diagnóstico dos financiamentos possíveis. Elaboração de propostas de financiadores. Ex.: captação de recursos para o projeto CAR no estado do Amapá.
1.4 Elaboração de indicadores sobre a gestão florestal	<ul style="list-style-type: none"> Tabela de indicadores da gestão florestal no Amapá – atualizada regularmente. Apoio dos boletins de desmatamento no Estado (2012, 2014).
1.5 Espaço de diálogo sobre a gestão florestal	<ul style="list-style-type: none"> Seminários entre as instituições e o setor privado. Seminário sobre concessão florestal com empresas e governos. Estratégia e produtos de comunicação do projeto (cartaz, poster, vídeo, programas de rádio, livro, folhetins, material didático). Capacitação da sociedade civil: o que é UC, questões básicas, produção sustentável e o papel do conselho Seminário sobre concessões florestais com o objetivo de iniciar a discussão sobre a política florestal do AP; GRET apoiou georreferenciamento de áreas de assentamento e da Flota-AP. Trabalhou com a sociedade civil os temas: ordenamento territorial, cadeias produtivas e política florestal.

Componente 2 – Apoio à implementação da Gestão no Corredor de biodiversidade

2.1 Estruturação da gestão	<ul style="list-style-type: none"> Apoio à criação e formação do Conselho gestor da Flona-AP. Capacitação das instituições e conselhos gestores. Apoio à construção da Base da Flona-AP.
2.2. Contribuição para a elaboração de Planos de Gestão	<ul style="list-style-type: none"> Criação de um Fundo Fiduciário para contribuir com a implementação das áreas protegidas do Amapá. Inventários biológicos. Apoio ao Conselho Consultivo da Flona-AP.

ATIVIDADE

PRODUTOS/RESULTADOS

Componente 3 – Apoio à implementação da gestão Flota-AP

3.1 Estruturação da gestão	<ul style="list-style-type: none"> Apoio à criação, formação e capacitação do Conselho Consultivo da Flota-AP. Capacitação IEF, SEMA, IMAP. Construção de uma base física da Flota-AP.
3.2. Contribuição para a elaboração do Plano de Manejo	<ul style="list-style-type: none"> Inventários biológicos (Fauna e Flora). Diagnóstico socioambiental para o Plano de Manejo da Flota-AP. Revisão e publicação do documento final do Plano de Manejo da Flota-AP. Apoio à elaboração do edital de concessão florestal na Flota-AP.
3.3. Monitoramento do Plano de Gestão (biodiversidade, economia, social, concessões, desmatamento)	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração de manual de monitoramento da Flota-AP. Estudos, diagnósticos, mapas, publicações.
3.4. Programa de Pesquisas na Flota-AP	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração do protocolo de monitoramento da biodiversidade e socioeconomia. Estudos sobre a biodiversidade e economia florestal. Diagnósticos socioeconômicos sobre a problemática da implantação de concessões florestais na Flota-AP e na sua área de entorno do ponto de vista dos atores locais. Apoio à adaptação do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do Estado do Amapá (PPCDAP).
3.5. Projeto piloto REDD	<ul style="list-style-type: none"> Estudo de base.
3.6. Apoio aos potenciais concessionários	<ul style="list-style-type: none"> Capacitações em comunidades em gestão florestal e manejo de pequena escala. Capacitações sobre concessões florestais direcionadas a empresários florestais, engenheiros, técnicos florestais, estudantes. Cadastros das empresas madeireiras do Amapá. Subsídios para uma estratégia estadual de consolidação do setor local de madeira na perspectiva da implantação das concessões florestais no Amapá.



CONTRIBUIÇÕES

O projeto é estruturado segundo uma lógica de níveis de intervenção: 1. Nível Estado, com o apoio institucional; 2. Nível Corredor de Biodiversidade, com o apoio à implementação da gestão nas Áreas Protegidas do Corredor, fora da Flota-AP; 3. Nível Flota-AP, com o apoio à implementação da gestão na Flota-AP, incluindo as ações destinadas aos potenciais concessionários.



O Conselho Gestor e a governança do projeto

O Conselho Gestor (CG) do GEFLO, com poder deliberativo, foi o fórum de orientação estratégica, de planejamento, monitoramento, controle e de interlocução institucional do projeto. Contou com a participação de instituições públicas brasileiras de nível estadual e federal, como o IEF, a SEMA, o IMAP, o IEPA, a AGEAP e o SFB, e com a cooperação internacional a partir das ONGs como a CI e o GRET, junto aos doadores AFD/FFEM.

Com frequência semestral, suas principais funções foram definir as orientações estratégicas do projeto; manter seu bom funcionamento; acompanhar regu-

larmente sua execução; analisar e validar as opções apresentadas pela equipe do projeto; estabelecer um planejamento de metas e um quadro de execução orçamentária para o próximo período; analisar e validar os relatórios financeiros e de atividade dos períodos anteriores.

O Conselho foi formado por sete membros titulares do IEF, SEMA, IMAP, SFB, CI-Brasil, GRET, AFD/FFEM.

Ainda participam do CG a AGEAP, antiga Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração (SEICOM) e Agência de Desenvolvimento do Amapá (ADAP), IEPA e ICMBio.

GOVERNANÇA

São as interações entre as estruturas, processos e tradições que determinam como o poder e as responsabilidades são exercidas, como as decisões são tomadas e como os cidadãos ou outras partes interessadas participam.



Participação e transparência

O Projeto Geflo utiliza mecanismos que contam com a participação ativa do Estado e da sociedade civil para viabilizar ações conjuntas. Esse processo teve caráter deliberativo e informativo, caracterizando como **governança** as ações que contemplam: Estado de direito, transpa-

rência, responsabilidade, orientação por consenso, igualdade, eficiência e prestação de contas. Dessa forma, são respeitados os processos de planejamento e as decisões são tomadas para que a floresta seja utilizada gerando benefícios para todos.

LINHA DO TEMPO - GEFLO

2008

- Elaboração da ficha de identificação* pelo FFEM (GRET, CI, IEF).

2009

- Apresentação do Projeto na Embaixada da França, com a participação de representantes do SFB, MMA, GEA.
- Aprovação da ficha de identificação pelo FFEM.
- Realização do estudo de viabilidade* no Amapá (FFEM, ONFI).

2010

- Apresentação da proposta de projeto à ONFI.
- Aprovação do comitê do FFEM da versão definitiva do Projeto 2011.

2012

- Assinatura do acordo de cooperação entre GEA, Embaixada da França, FFEM, GRET, CI.
- Assinatura do convênio de financiamento entre GRET-FFEM e finalizado o contrato entre GRET-CI.
- Início do convênio de financiamento.

2013

- Primeira reunião do Conselho Gestor do Projeto Geflo.
- Contratação da equipe do projeto GRET e CI.
- Diagnóstico e oficinas participativas para o plano de manejo da Flota-AP.
- Formação do Conselho Consultivo da Flota-AP.
- Criação do Fórum de Mudanças Climáticas e da Comissão de Florestas.
- Elaboração das minutas de das leis florestal e de PSA e REED+.

*Ficha de identificação

Preparação para preenchimento de requisitos exigidos pelo financiador, o FFEM

*Estudo de viabilidade

Verificação das condições de cumprimento do contrato

2014

- Capacitação do Conselho Consultivo e da Flota-AP.
- Publicação do plano de manejo da Flota-AP.
- Estudos prévios ao edital de concessão florestal no módulo II da Flota-AP.
- Lançamento da primeira versão do edital de concessão.

2015

- Criação do Fundo Amapá.
- Entrega da base operacional da Flota-AP.
- Diagnósticos socioeconômicos nos PAs do entorno da unidade.
- Cadastro de ocupação do módulo II da Flota-AP.
- Segunda versão do edital de concessão florestal.

2016

- Conclusão do manual de monitoramento da Flota-AP e dos estudos para consolidação do setor madeireiro na perspectiva das concessões florestais.
- Desenvolvimento e divulgação de materiais de comunicação do Projeto Geflo.
- Revisão da Fase I e proposição da Fase II do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento do Amapá (PPCD-AP).
- Contribuições ao Cadastro Ambiental Rural (CAR).



RENATA FERREIRA

Quinta reunião do CG do Projeto GEFLO. Março de 2015 com a presença dos gestores do IEF, SEMA, IMAP, AGEAP, SDR, IEPA, SFB, CI, GRET e AFD.



Contribuições do Projeto Geflo ao Amapá

Elektra Rocha*



O Amapá é um dos estados mais protegidos da Amazônia. Do total de 143.453 km², 72% são áreas protegidas. Em 2006, a Floresta Estadual do Amapá (Flota-AP) foi criada a partir de vários territórios federais e é a maior UC de uso sustentável do Estado com 2.360 milhões de hectares. Desde 2011, o GEA vem desenvolvendo ações para consolidar a gestão da Flota-AP, que foi dividida em quatro módulos, cujo plano de manejo prevê concessões florestais em pouco mais de 60%.

O projeto “Gestão de Florestas do Amapá (Geflo), neste contexto e nos últimos três anos, apoiou: a construção do marco legal da gestão sustentável dos recursos naturais, tais como as leis florestal estadual e de pagamento de serviços ambientais e REDD+; o fortalecimento das instituições do Amapá encarregadas da gestão dos recursos naturais, seja da gestão das concessões florestais ou do reforço das estruturas de governança das UCs do Corredor de Biodiversidade do Amapá; o reforço das capacidades dos atores locais do setor madeireiro (empresas e comunidades); o monitoramento da implementação da gestão da Flota-AP.

Além de valorizar a conser-

vação da floresta, sua biodiversidade e todos os seus serviços ambientais, o projeto contribuiu para fortalecer a gestão das unidades de conservação do Corredor de Biodiversidade do Amapá e as suas estruturas de governança, através da criação, formação e capacitação do conselho consultivo da Flota-AP, que tem discutido temas da política florestal como, por exemplo, edital de concessão florestal, regularização fundiária e funções do conselho consultivo. Nestes três anos, o projeto vem, ainda, realizando reforços das capacidades dos atores locais do setor madeireiro (empresas e comunidades) para informar sobre o manejo florestal sustentável e debater sobre os requisitos legais, técnicos, administrativos, financeiro e de organização social para a participação na concorrência pública das concessões florestais.

Também foram realizadas capacitações em gestão florestal para orientar os pequenos produtores rurais na tomada de decisão sobre qual modalidade de manejo florestal é mais potencial e viável a sua realidade. Somado a isso, tem-se realizado estudos para apoiar o GEA na construção de subsídios para uma estratégia estadual de consolidação do setor local de madeira na perspectiva da implantação das concessões florestais.

O objetivo foi preparar uma

discussão estratégica para que essa política favoreça e maximize os efeitos positivos na economia do Amapá em termos de criação de emprego, agregação de valor local e consolidação do setor legalizado de madeira. Adicionalmente, o Projeto Geflo tem contribuído para melhorar o diálogo entre o GEA e a sociedade civil através do apoio a atividades produtivas e de capacitação, como, por exemplo, o manejo e produção de orquídeas resgatadas das áreas de roçado e manejo florestal nos assentamentos no entorno da Flota-AP e a prospecção de produtos não madeireiros para os pequenos produtores em assentamentos do Amapá.

Por fim, o projeto deixa um manual de monitoramento dos impactos das concessões florestais sobre a renda, qualidade de vida das pessoas, biodiversidade (fauna e flora), desmatamento e contratos de concessões florestais, para contribuir e apoiar o governo e a sociedade civil, para desenvolver capacidades e proporcionar condições para que as florestas se tornem uma forma de uso da terra produtiva, com geração de renda e conservação da biodiversidade, água e carbono florestal.

*Engenheira Ambiental, coordenadora do Projeto Geflo (GRET)

Os recursos do projeto

O Projeto Geflo contou com um orçamento total de €\$ 4.655.897,00, formado através de uma contribuição do FFEM de €\$ 1.536.231,16, a serem implementados através das organizações GRET e CI, somados a cofinanciamentos

da CI no valor de €\$ 2.060.666,00 e do GEA de €\$ 1.050.000,00. No início do Projeto, a cotação média do euro, segundo o website do Banco Francês, era de €\$ 1,00 igual a R\$ 2,60 (média de 1º de agosto a 1º de outubro de 2012).



DESAFIOS E OPORTUNIDADES

A rotatividade dos técnicos, tanto das organizações da sociedade civil quanto do GEA, foi muito alta no âmbito do Projeto Geflo. Isto implicou em recomençar várias vezes, o que atrapalhou na geração de resultados. Deve-se priorizar a política de estado em detrimento das políticas de partidos ou governos, para não incorrer na interrupção de políticas e ações que serviriam de benefício para a sociedade civil como um todo. Outro desafio foi conseguir integrar os parceiros para o trabalho conjunto. Os tempos institucionais do governo e das ONGs são distintos. As ONGs possuem metas e ações com prazos determinados e o governo caminha em ritmo próprio. A política florestal fornece poucas oportunidades para os pequenos produtores. O manejo florestal é burocrático, difícil e caro e precisa ser mais organizado que a extração ilegal de madeira ou o desmatamento. A baixa organização dos produtores e de

suas associações e cooperativas. O valor fundiário da terra é maior quando ela é parcialmente desmatada do que quando tem floresta. A baixa infraestrutura de escoamento da produção dos pequenos e grandes produtores impede o desenvolvimento de uma economia florestal sustentável verde para o Amapá. Existe uma baixa efetividade de implementação de UCs que foram criadas no Amapá e em outras áreas da Amazônia. A prospecção e comercialização de produtos e mercados para os não madeireiros destas áreas são urgentes para torná-las produtivas e sustentáveis do ponto de vista ambiental, social e econômico. As políticas florestais devem vir para gerar autonomia e independência para que o pequeno produtor rural possa manejar a sua área de reserva legal ao longo prazo, de forma a gerar renda e conservação, conforme preconiza a lei do manejo florestal de pequena escala. O projeto possibilitou oportunidades

de rediness (construção de ambiente) para o Estado iniciar seus passos na construção de uma agenda socioambiental. Através da capacitação do primeiro e segundo escalões, o suporte do Projeto visou estabelecer condições técnicas para uma nova economia, que considere a manutenção da floresta, a integração dos seus moradores e o desenvolvimento e fortalecimento de atividades produtivas por meio do manejo sustentável e racional dos recursos naturais. Incentivar os atores a participarem do desenvolvimento das propostas de leis florestais, de mudanças climáticas e serviços ambientais, cada um no seu papel futuro, é um desafio que permanece. Esses dois grandes temas ainda são desconhecidos do público em geral, de técnicos do governo e legisladores. Nesse sentido, não só o governo como as organizações não governamentais possuem um papel estratégico para fundamentar e provocar diálogos informados e construtivos.

VEJA também

Capacitações Técnicas, pág. 50 • Diálogo com a sociedade civil, pág. 58 • Cadeia da Madeira, pág. 66



A. GAMBARINI/CI-BRASIL

Valor para o planeta

Em tempos de aquecimento global, é preciso buscar alternativas para a conservação das florestas tropicais.



Fortalecimento da Política Florestal

CAMINHOS PARA A CRIAÇÃO DE LEIS ESPECIAIS PARA A PRESERVAÇÃO DA FLORESTA

A conservação das florestas tropicais no mundo é uma estratégia que vem sendo discutida em todo o planeta, por conta do aquecimento global e das alterações climáticas. É preciso contar com a mobilização da sociedade, universidades e governos para buscar alternativas. Somente assim, as comunidades que vivem na floresta e também aqueles que estão sendo assentados nas áreas poderão viabilizar sua permanência nesse ambiente. É preciso

substituir o modelo tradicional de extração da madeira e de recursos naturais que resultou no alto grau de desmatamento ilegal no Brasil.

A proposta de duas leis foram metas construídas no âmbito do Conselho Gestor do Projeto Geflo (instância de governança do projeto). A proposta do desenvolvimento das minutas de lei foram uma iniciativa liderada pelo GEA (IEF, SEMA) e apoiada pela CI e pelo GRET, com recursos do fundo francês.

SAIBA

GESTÃO PARA PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL

A gestão das florestas no Brasil envolve distintas instituições. No âmbito federal, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) é responsável pela formulação de políticas ambientais (www.mma.gov.br). Já o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) é o órgão gestor das florestas públicas para produção sustentável de bens e serviços. Também tem a função de gerar informações, capacitações e fomento na área florestal (www.florestal.gov.br).

Nesse contexto, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) é o órgão de controle e fiscalização, que licencia atividades cuja competência é da União. O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) é responsável por propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as UCs instituídas pela União (www.icmbio.gov.br).

ÂNGELO FRANCISCO,
MEMBRO DO CONSELHO GESTOR
DO PROJETO GEFLO (SFB)



A LEI DE GESTÃO DAS FLORESTAS PÚBLICAS FOI UMA RESPOSTA ROBUSTA DO GOVERNO BRASILEIRO AO SETOR MADEIREIRO, AO TRAZER UMA GOVERNANÇA AO PROCESSO, ORGANIZAÇÃO E GERAÇÃO DE RENDA TANTO PARA O EMPRESÁRIO COMO PARA POPULAÇÕES DO ENTORNO DO EMPREENDIMENTO.

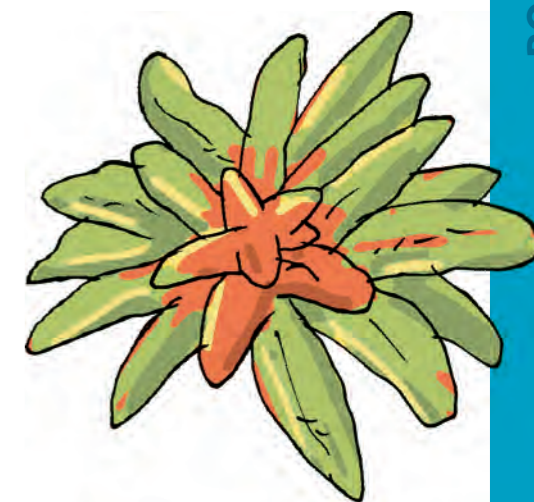
Marco Legal, respeito à floresta

Um dos pontos mais decisivos para a implantação de políticas para a sustentabilidade social, ambiental e financeira do Amapá é ter fortes dispositivos legais para alavancar mecanismos de gestão e fomento florestal.

A construção de uma legislação para a gestão sustentável de recursos naturais teve uma participação decisiva do Projeto Geflo. Para gerar benefícios sociais e ambientais através do uso manejado e sustentável dos recursos naturais como a água,

a biodiversidade e os estoques de carbono nas florestas, foram elaboradas duas propostas de lei para o Estado até junho de 2014: uma de Gestão Florestal e outra de Mudanças Climáticas e Serviços Ambientais. O trabalho contou com esforços da SEMA, do IEF, do CI, do GRET, gestores do Projeto Geflo.

Até ser sancionado o projeto de lei, o Estado segue a legislação federal, a Lei 11.284, de 2 de março de 2006, chamada de Lei de Gestão das Florestas Públicas.





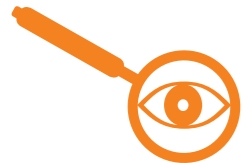
ANDRÉ PESSOA

Uma legislação para promover benefícios sociais e ambientais

A meta é dispor de uma legislação que promova segurança jurídica para produtores, empresas e governo, visando a sustentabilidade ambiental, social e econômica do Amapá. Com leis específicas para a política florestal estadual, pode-se ativar a economia através da simplificação do licenciamento para o uso de madeira e de produtos não madeireiros de áreas de assentamentos, cuja supressão da vegetação será autorizada. Para tanto, é necessário que na licença para o desmatamento de roçados, ou nos planos de manejo florestal madeireiro, por exemplo, seja incluída a autorização para o resgate de orquídeas, uso da madeira, das resinas e óleos essenciais etc.

No caso das concessões, o fundo florestal estadual, que tem

por objetivo assegurar recursos para a execução da política florestal e do Programa Estadual de Florestas, deve ser criado por lei e regulamentado por decreto estadual. Isso para que o Estado, os municípios e a sociedade também usufruam da repartição dos recursos do fundo. O Pará e o Acre já utilizam esses mecanismos porque dispõem de suas próprias leis de gestão florestal (ver pág. 194). Também é nesse mesmo dispositivo legal que deve estar prevista e regulamentada a estrutura organizacional responsável pela política florestal, a forma da governança e o papel das instituições (IEF, SEMA e IMAP) para a gestão da Flota-AP, já embasada na Lei de Gestão de Florestas Públicas.



LEI DE GESTÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS FEDERAIS

A Lei Federal nº 11.284, de 02 de março de 2006, dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF; altera várias leis com relação à política florestal do País. Ali se encontram as principais definições relacionadas ao tema, como concessão florestal, manejo sustentável, entre outras atividades passíveis de ocorrer em áreas de florestas públicas.

Projeto de Lei da Política Florestal

Na minuta de projeto de lei da Política Florestal no Amapá, consta em seu texto, no Artigo 1º, que “compreende as ações do Poder Público para o manejo, a conservação e o desenvolvimento sustentável das florestas e demais formas de vegetação nativa sob seu território e para a manutenção do meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum e essencial à

sadia qualidade de vida, nos termos do **Art. 310**, da Constituição do Estado (promulgada em 20/12/1991)”.

O projeto de lei define os tipos de vegetação do Amapá, o papel das instituições estaduais no uso e conservação, com as distribuições de competências entre os órgãos, e cria instrumentos para a política florestal, como o Programa Estadual de Florestas.



ANDRÉ PESSOA

ELEKTRA ROCHA,
COORDENADORA DO
PROJETO GEFLO (GRET)



OS BENEFÍCIOS PROMOVIDOS PELA FLORESTA EM PÉ DEVEM EQUIVALER OU SUPERAR OS DAS ATIVIDADES QUE PROMOVEM DESMATAMENTO. ATRAVÉS DESSAS DUAS PROPOSTAS DE LEI, PRETENDE-SE ESTIMULAR UMA ECONOMIA FLORESTAL QUE CONSERVE OS SERVIÇOS AMBIENTAIS E, AO MESMO TEMPO, QUE PROMOVA A MELHORIA DA RENDA E DA QUALIDADE DE VIDA DAS PESSOAS.

ART. 310

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à Coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para presentes e futuras gerações.

VERENA ALMEIDA,
TÉCNICA DO GRET



O DESENVOLVIMENTO DA MINUTA DE LEI SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS DEVERÁ SER REALIZADO JUNTO COM A SOCIEDADE CIVIL, CUJO PAPEL NOS ARRANJOS DE PROGRAMAS E PROJETOS DE SERVIÇOS AMBIENTAIS VAI ALÉM DE MEROS BENEFICIÁRIOS: ELAS COMPORÃO, JUNTO COM OUTROS ATORES, A GOVERNANÇA RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DE REDD+ E DE OUTROS ARRANJOS DE SERVIÇOS AMBIENTAIS. ESSA SERÁ UMA FORMA DE SALVAGUARDAR DIREITOS AOS RECURSOS NATURAIS, À MANUTENÇÃO DE SUA CULTURA E DE SEUS MODOS DE VIDA.



Projeto de Lei de Mudanças Climáticas e Serviços Ambientais

A proposta visa instituir a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas, Conservação e Incentivos a Serviços Ambientais, criar o Sistema Estadual de Mudanças Climáticas e Gestão de Serviços Ambientais e criar o Fundo Estadual de Mudanças Climáticas e Incentivo a Serviços Ambientais do Estado do Amapá. Prevê inovações, como a criação do Programa Carbono Azul (Art. 32), cujo objetivo visa fomentar e incentivar a redução das emis-

sões de CO₂ por meio da conservação da vegetação oceânica [marítima] e costeira, com destaque para os manguezais, as algas, as ervas marinhas e os pântanos, e do Programa de Agricultura Sustentável, a fim de fomentar e incentivar a adoção de sistemas, métodos e tecnologias sustentáveis no processo produtivo, como plantio direto, integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF), recuperação de áreas e pastagens degradadas etc.



Cadastro Ambiental Rural

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) é um registro eletrônico, obrigatório para todos os imóveis rurais, a fim de integrar as informações ambientais referentes à situação das **Áreas de Preservação Permanente (APP)**, das áreas de Reserva Legal, das florestas e dos remanescentes de vegetação nativa, das Áreas de Uso Restrito e das áreas consolidadas das propriedades e

posses rurais do país. Criado pela Lei 12.651/2012, no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente (Sinima), o CAR se constitui em base de dados estratégica para o controle, monitoramento e combate ao desmatamento das florestas e demais formas de vegetação nativa do Brasil, bem como para planejamento ambiental e econômico dos imóveis rurais.



Silvia Marcuzzo

Capacitação em Ferreira Gomes para potenciais conselheiros da Flota-AP

Controle social

A natureza das propostas de lei dessas duas políticas irá incidir sobre todo o território do Amapá, seus recursos naturais e ativos ambientais, como também irá influenciar na vida da sua população. Assim, é importante que a discussão para o desenvolvimento dessas minutas seja amplamente realizada com a sociedade civil, os municípios e demais partes interessadas, que terão papel fundamental para o sucesso ou o fracasso desses instrumentos legais. A legitimação dessas políticas

deverá ocorrer além dos espaços já existentes como os Conselhos das Unidades de Conservação, o Fórum Amapaense de Mudanças Climáticas (FAMCSA), o Conselho Estadual de Meio Ambiente (Coema) e junto aos municípios. A discussão deverá levantar bases e subsídios para a estruturação da governança necessária, sendo este o mecanismo de controle social e, conseqüentemente, de segurança jurídica entre as partes dos arranjos, programas, projetos e políticas florestais e ambientais no Amapá.

ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP)

Segundo a Lei Federal nº12.651/12 (novo Código Florestal), é considerada APP a área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas. APPs, assim como UCs, visam atender ao direito fundamental de todo brasileiro a um "meio ambiente ecologicamente equilibrado", conforme assegurado no art. 225, da Constituição Federal.



PROJETO GEFLO CAPITANEOU O CAR NO ESTADO DO AMAPÁ

Através da CI-Brasil e Fundo Francês para o Meio Ambiente Mundial (FFEM), o Projeto Geflo elaborou uma proposta submetida ao Fundo Amazônia, cujo objetivo é implementar o CAR no Amapá, até meados de 2017.



EM JUNHO DE 2014, O GEA CRIOU ATRAVÉS DO DECRETO Nº3528, O PROGRAMA ESTADUAL DE FLORESTAS DO AMAPÁ. O PROGRAMA FOI CONSTRUÍDO COM A PARTICIPAÇÃO DE TÉCNICOS DE DISTINTAS INSTITUIÇÕES DO PAÍS E DE REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL. FORAM ESTRUTURADOS EIXOS PROGRAMÁTICOS PARA ARTICULAR SOLUÇÕES EM BUSCA DE ALTERNATIVAS PARA UMA ECONOMIA DE BASE FLORESTAL.

RESERVA LEGAL

A reserva legal (RL) é a área do imóvel rural que deve ser coberta por vegetação nativa e que pode ser utilizada através do manejo florestal sustentável. A RL varia de acordo com o bioma em que está a propriedade. No caso da Amazônia, 80% da propriedade é destinada à RL. Esse percentual poderá mudar, pelo fato do Estado ter 65% de seu território destinado à unidade de conservação, mas somente após a aprovação do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE).



Reserva legal é obrigatória

Para o bioma amazônico, segundo o Novo Código Florestal, numa propriedade ou posse rural são destinados 80% da área como **reserva legal**, cabendo-a à função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, através do manejo florestal sustentável, além de auxiliar na conservação e reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa. Os demais 20% são des-

tinados ao uso social da terra e à segurança alimentar das unidades familiares.

Ressalta-se a necessidade de ampliação da legislação para o manejo de produtos florestais não madeireiros (PFNM), o que possibilitará a efetivação do uso múltiplo da RL, geração de renda complementar e, consequentemente, contribuirá com a conservação da floresta em pé, o que traz vantagens locais – para quem mora – e regionais para quem se beneficia dos serviços ambientais provenientes da floresta conservada.



Força tarefa a favor do clima

O Estado do Amapá é um dos membros da Força Tarefa de Governadores para Clima e Floresta (GCF). Na América Latina, junto com representação de outros seis estados da Amazônia brasileira e cinco da Amazônia peruana, o Amapá tem discutido e implementado ações para capacitar as instituições estaduais para aplicação de mecanismos de Redd+. O Núcleo de Mudanças Climáticas e REDD+ da SEMA/AP têm atuado no âmbito técnico e na articulação política nessa direção.

Dentro do GCF existe um fundo que capta recursos para preparar os estados a criarem mecanismos que incentivem ações para evitar desmatamento e degradação. Em 2015, a Noruega disponibilizou aproximadamente U\$ 25 milhões que serão utilizados em projetos que oportunizem a capacitação dos Estados que compõem essa força tarefa. O Amapá está se preparando para acessar parte desse recurso.



André Pessoa

Lei para Mudanças Climáticas, Serviços Ambientais e REDD+

Com a união de esforços da SEMA, do IEF e da CI foi elaborada uma proposta de lei referente à Política Estadual sobre Mudanças Climáticas, Conservação e Incentivos a Serviços Ambientais para o Amapá. Nela foi incluído o Sistema Estadual de Mudanças Climáticas e Gestão de Serviços Ambientais, que propõe a criação de organismos, instrumentos e incentivos à mitigação e **adaptação às mudanças climáticas** e à conservação dos serviços ambientais. Adaptação e mitigação foram enunciadas nas diretrizes da Lei de Política Estadual sobre Mudanças Climá-

ticas, Conservação e Incentivos a Serviços Ambientais do Estado do Amapá e estão previstas na Lei Federal nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

O projeto, que está em processo de construção, apoia a criação de ferramentas para valorizar a conservação da biodiversidade, dos recursos hídricos e do carbono florestal. Também propõe mecanismos para que as populações que vivem na floresta possam ser recompensadas por possuírem modos de produção que conservam a floresta e seus serviços ambientais.

ADAPTAÇÃO E MITIGAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Enunciadas nas diretrizes da Lei de Política Estadual sobre Mudanças Climáticas, Conservação e Incentivos a Serviços Ambientais do Estado do Amapá e previstas na Lei Federal nº 12.187/2009, as ações de adaptação envolvem o conjunto de iniciativas e medidas para reduzir a vulnerabilidade dos sistemas naturais e humanos frente aos efeitos atuais e esperados da mudança do clima, enquanto as ações de mitigação envolvem a ação humana para reduzir as emissões por fontes ou ampliar os sumidouros de Gases de Efeito Estufa (GEE).

RECORDES EM ALTAS TEMPERATURAS

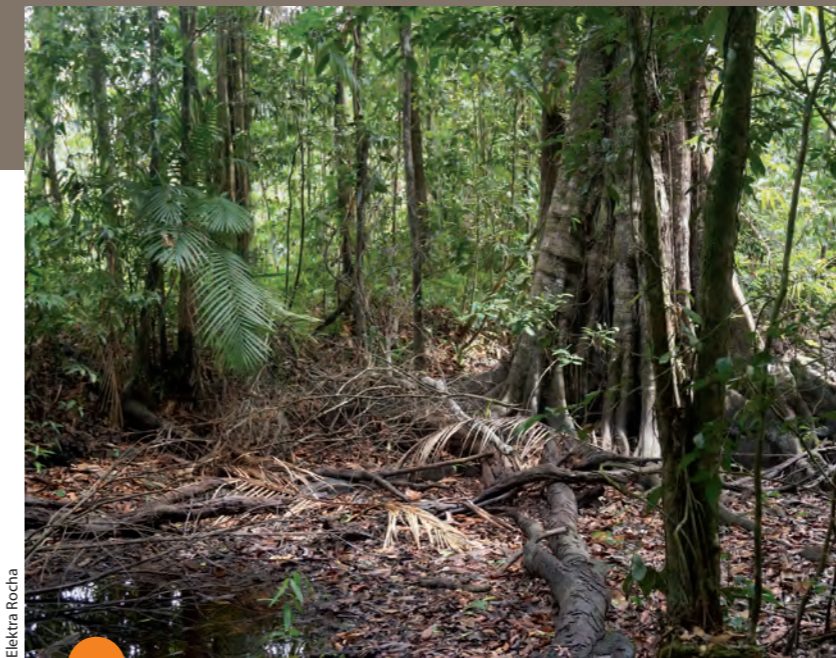
A média da temperatura global já havia sido a mais alta em 2015 desde o início da medição de temperaturas na superfície da Terra, em 1880, segundo a NASA. Porém, em 2016, a Agência Meteorológica da ONU apontou que março atingiu cerca de 1°C acima da média para o período durante o século passado. O degelo no Ártico e na Groenlândia quebrou recordes e, em fevereiro, a concentração de CO2 na atmosfera ultrapassou o limite adequado. A Organização Meteorológica Mundial (OMM) informou que trabalha com os governos para criar mecanismos para identificar as fontes de GEE presentes em cada país, a fim de formular estratégias capazes de limitar as atividades que liberam essas substâncias na atmosfera.

Acompanhe notícias atualizadas sobre o assunto em www.observatoriodoclima.eco.br.



Serviços prestados pela natureza

A minuta de lei da Política Estadual sobre Mudanças Climáticas, Conservação e Incentivos a Serviços Ambientais se pauta no fomento à conservação de serviços ambientais de abastecimento – que incluem recursos hídricos e regulação do clima e do ar, recursos medicinais e alimentícios, matérias-primas para construção e combustíveis, além do sequestro e armazenamento de carbono, da prevenção de erosão e manutenção da fertilidade do solo; serviços ambientais de regulação, como o controle biológico, a polinização essencial para o equilíbrio ecossistêmico; serviços ambientais culturais – benefícios imateriais que pessoas obtêm a partir do contato com ecossistemas, que envolvem experiências estéticas, espirituais e psicológicas e de contato com a beleza cênica, através de recreação e do ecoturismo, por exemplo.



Elektra Rocha

As florestas estocam carbono, conservam a biodiversidade e mantêm o balanço hídrico global, ou seja, prestam serviços ambientais para a humanidade.

REDD+ é diferente de REDD

O **Programa de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD)**, previsto na proposta de lei, pretende fomentar e incentivar a manutenção e ampliação da cobertura vegetal do Estado do Amapá. Através da implementação de instrumentos econômico-financeiros e de gestão, promoverá a redução das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) por desmatamento e degradação florestal. Também buscará estabelecer a infraestrutura, e criar mecanismos e parâmetros para medir, analisar e relatar a redução das emissões de dióxido de carbono (CO2). O programa criará e fará a gestão de mecanismos

de mitigação de riscos à vegetação e às florestas do Estado, a fim de valorar os serviços ambientais relacionados à redução de emissões, ao manejo florestal sustentável e à conservação, manutenção e aumento dos estoques de carbono florestal. Através de um novo modelo de desenvolvimento sustentável, local e regional, fortalecerá a cooperação em diversos níveis jurisdicionais e promoverá a repartição de benefícios para atores que contribuam para a redução de emissão do desmatamento e degradação, e que conservem, preservem e recuperem os ativos florestais, hídricos e da biodiversidade.

REDD

Criado em 2005, através de parceria entre pesquisadores brasileiros e norte-americanos, o REDD estabeleceu uma proposta conhecida como “Redução Compensada de Emissões”, na qual países em desenvolvimento, detentores de florestas tropicais, que conseguissem promover reduções das suas emissões por desmatamento receberiam compensação financeira internacional correspondente às emissões evitadas. O conceito de redução compensada tornou-se a base da discussão do REDD nos anos seguintes. Em 2007, na COP-13, em Bali, Indonésia, chegou-se à Decisão 1/CP13, conhecida como “Mapa do Caminho de Bali”, a partir da qual os governos dos países membros decidiram envolver-se em ações nacionais e internacionais contra a mudança climática. Desta forma, o conceito foi ampliado para além do desmatamento e passou a incluir a conservação florestal, o manejo florestal sustentável e o aumento dos estoques de carbono em áreas de floresta, o que levou à mudança da nomenclatura para REDD+. O desenvolvimento do mecanismo tem progredido desde então, com a criação de um programa das Nações Unidas (UN-REDD) e o programa Parceria de Carbono Florestal (FCPF) do Banco Mundial. Os governos nacionais e o setor privado também desenvolvem seus próprios projetos.



Fórum de Mudanças Climáticas e Serviços Ambientais

O Projeto Geflo apoiou a criação do Fórum Amapaense de Mudanças Climáticas e Serviços Ambientais do Amapá (FAMCSA). Representantes do projeto participaram de reuniões para a construção do decreto estadual nº 5.096, de 27/08/2013, que criou o Fórum. O projeto também financiou a contratação de consultoria para o desenvolvimento da primeira versão da minuta de lei de Mudanças Climáticas e Serviços Ambientais do Amapá. Entre 2013 e 2014, a CI, com recursos do Projeto Geflo, apoiou as reuniões do FAMCSA. Em 2016, foi a vez do GRET viabilizar a quinta reunião do FAMCSA. Estas reuniões serviram para reforçar a participação da sociedade civil na construção do projeto de lei.

O valor da floresta em pé

Mariane Nardi*



A Floresta Amazônica tem papel fundamental na estocagem de carbono, que pode ser convertido em dióxido de carbono (CO₂), um gás de efeito estufa (GEE) quando há supressão florestal. Segundo a Calculadora de Carbono desenvolvida pelo IPAM (carboncal.org/view/brasil/), a Floresta Amazônica estoca em média 157,8 toneladas de carbono por hectare. Mas no Amapá as áreas florestais estocam mais, quase 185 ton/ha de carbono. Quando essas florestas são convertidas a outro tipo de uso do solo, no caso de corte raso ou de queimada, a maior parte desse carbono, que está armazenado, vira CO₂, contribuindo para agravar o aquecimento global.

A manutenção dos estoques, que estão nas árvores, no solo e tantos outros lugares da floresta, além de contribuir para a regulação climática, também auxiliam na preservação de outros serviços ambientais como a biodiversidade, fertilidade dos solos, qualidade da água e conservação da paisagem, entre outros.

Para entender melhor: o volume de madeira, geralmente obtido a partir do diâmetro e da altura das árvores, é uma variável importante para a es-

timativa da biomassa e do estoque comercial das florestas, e é também uma variável utilizada no manejo florestal.

A biomassa florestal é um parâmetro imprescindível para compreender a produção primária de um ecossistema e avaliar o potencial de uma floresta para a produção de energia. Considerando-se que aproximadamente 50% da madeira seca é carbono (C), a biomassa florestal é um elemento também importante no entendimento dos processos envolvidos nas mudanças climáticas globais. O estoque de carbono é utilizado na estimativa da quantidade de CO₂ que é liberada para a atmosfera durante o processo de queima da biomassa.

Isso significa que o uso sustentável do que a natureza proporciona pode viabilizar uma maior governança do desmatamento e ainda gerar produção e renda. Exemplos disso são as concessões florestais, o manejo dos açaiçais, outros tipos de manejos de produtos florestais não madeireiros e o turismo ecológico.

Para receber compensações provenientes de REDD+, os estados amazônicos têm passado por etapas de preparação denominada de Reddness. No Amapá, esse processo tem contado com projetos de cooperação técnica, debates e ca-

pacitações. Também foi construído o PPCDAP (Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento), em fase de revisão. Tudo isso porque nas duas últimas Convenções do Clima (COP 20 e 21) foram definidas as regras para acessar as compensações provenientes de REDD+, as quais serão feitas via governo federal.

A metodologia que considera o estoque fluxo, proposto pelos estados amazônicos como estratégia de REDD+ para o Governo Federal junto com o IDESAM, no âmbito da Força Tarefa dos Governadores (GCF), disponível em: www.idesam.org.br/publicacao/contribuicoes-para-estrategia-nacional-redd-2-edicao.pdf, calcula que até 2013 o Amapá já teria gerado 9.448.935,98ton de CO₂. Isso equivaleria a aproximadamente U\$47 milhões, considerando o valor da tonelada de carbono a U\$5,00.

Se pensarmos em termos de propriedade e consideramos somente o fluxo do desmatamento, cada hectare não desmatado ao ano poderia receber até R\$ 3,5 mil ao ano, dentro do que é permitido por lei (três hectares ao ano, desde que não ultrapasse 20% da propriedade).

* Bióloga, analista de meio ambiente da SEMA, mestre em Biodiversidade Tropical

SAIBA

O livro “O futuro climático da Amazônia”, de Antonio Donato Nobre, lançado pela Articulação Regional Amazônica (ARA), é fundamental para quem quiser entender a importância da Floresta Amazônica. A publicação faz um panorama geológico e histórico da floresta desde sua formação até os dias atuais. Com uma abordagem crítica à intervenção humana no ambiente, o autor expõe o relatório utilizando-se de vários conceitos para tratar das problemáticas e da interdependência das funções das florestas na manutenção do clima do continente sul-americano e planetário. Temas como formação de nuvens, rios aéreos, **bomba biótica**, desmatamento, desertificação são destaque nessa publicação que também aponta caminhos possíveis para um futuro menos impactado pelas mudanças climáticas.

Nessa realidade, a Amazônia cumpre um papel fundamental na interiorização da umidade na América do Sul. Por gerar áreas de baixa pressão atmosférica, a floresta tem a capacidade de atrair umidade acumulada sobre os oceanos, fazendo-as mover-se para o interior dos continentes, promovendo as estações chuvosas. Outra função da floresta é a própria formação das nuvens. Em áreas onde ocorreram desmatamento e queimadas, as nuvens têm conteúdo muito menor de vapor de água do que as formadas sobre florestas.



BOMBA BIÓTICA

A Floresta Amazônica funciona como uma “bomba biótica” de umidade atmosférica que leva água do solo para a atmosfera. Em síntese, esse fenômeno de interdependência entre floresta e clima explica que a chuva é resultado da existência da floresta. E o que acontece na Amazônia reflete em outras regiões do Brasil, do continente e do planeta.



GRET NO CONGO

Um dos projetos do GRET é apoiar a criação de estratégias nacionais para o clima em países como o Congo, na África. Nesse caso, a Noruega já investiu 140 milhões de Euros em projetos de PSA e REDD+ naquele país.

MARIANE NARDI,
BIÓLOGA DA
SEMA AP



A MINUTA DA LEI DA POLÍTICA ESTADUAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS VEM CONTRIBUIR PARA UMA NOVA VISÃO DE ESTADO QUE COLOCA COMO ESTRATÉGIA A VALORIZAÇÃO DOS SEUS ATIVOS AMBIENTAIS E VÊ NA ECONOMIA VERDE UMA SAÍDA PARA A DICOTOMIA ENTRE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

NA MÍDIA

SÉRGIO ADEODATO **brasil adentro**

"Pororoca" florestal

O estado do Amapá rompe o isolamento e adere ao uso econômico das áreas protegidas

Por muito tempo o Amapá teve destaque nos livros escolares e nas reportagens da TV por abrigar duas atrações: o entlo ponto situado mais ao norte do território brasileiro, o Oiapoque, e o exotismo das pororocas – fenômeno natural que produz grandes ondas no encontro da correnteza fluvial com o Oceano Atlântico. No entanto, o Estado perdeu o reconhecimento pelo marco do extremo geográfico, depois que expedições oficiais apontaram a nascente do Rio Uailán, no Monte Caburai, em Roraima, como o local mais setentrional do Brasil acima da Linha do Equador, em 1999.

E não foi só isso: mais recentemente, em 2015, a maior e mais famosa pororoca, formada na foz do Rio Araguari, deixou de existir. As causas em estudo podem ter sido os impactos de usinas hidrelétricas e da criação de búfalos que pisoteiam a terra e causam erosão, diminuindo o fluxo de água, para a tristeza dos guias de ecoturismo e dos surfistas que chegavam de várias partes do mundo com o objetivo de pegar onda em plena Floresta Amazônica.

Apesar das perdas, aquele pedaço isolado e pouco conhecido da Amazônia guarda ícones que podem fazer a diferença na busca pelo desenvolvimento econômico. Esse potencial vai além de curiosidades turísticas, como o fato de a capital, Macapá, ser cortada pela linha imaginária que divide o planeta em dois hemisférios. O "centro do mundo" é simbolizado por um marco de concreto cujo traçado linear coincide com a divisão central do campo no estádio de futebol da cidade, onde um time joga no Hemisfério Sul e o outro, no Norte.

À margem do Rio Amazonas, que banha a cidade antes de descarregar no oceano o gigantesco volume médio de 200 milhões de litros de água por segundo, localiza-se a Fortaleza de São

José, erguida no século XVIII para proteger a entrada da Floresta Amazônica contra invasores movidos pela cobiça de riquezas, como o ouro.

A mineração é a principal atividade econômica do Amapá. No entanto, os olhares se voltam para o maior tesouro, ainda inexplorado: as florestas nativas, que cobrem 80% da área do Estado. Mais de 97% delas estão em Terras In-



dígenas e Unidades de Conservação – o que, até recentemente, era visto como empecilho ao progresso. A região abriga o Parque Nacional Montes do Tumucumaque, o maior do Brasil. Mas o potencial produtivo está na Floresta Estadual do Amapá, alvo do edital de concessão lançado no fim de 2015 para o manejo sustentável de madeira por empresas, mediante pagamento de royalties ao Estado e municípios.

"A Zona Franca Verde, recém-regulamentada por decreto federal, oferecerá incentivos fiscais para produtos fabricados com matérias-primas locais", afirma José Molinos, diretor da Agência Amapá, confiante na chegada de novos empreendedores florestais.

No projeto Gestão de Florestas do Amapá, conduzido pela organização francesa Gret, a Conservação Internacional e o governo estadual, 4,7 milhões de euros estão sendo aplicados em diagnósticos socioambientais e capacitação de técnicos e da sociedade civil, para a tomada de decisão sobre o patrimônio natural. "Não podemos morrer pobres numa floresta tão rica", desabafa Aurélio de Araújo, liderança comunitária em Mazagão (AP).

O município esconde as ruínas de uma vila colonial erguida por volta de 1770 em plena selva para receber a população de uma cidade marroquina de colonização portuguesa em fuga da guerra contra os mouros. A localidade amapaense foi um dos cerca de 60 povoados construídos a mando do rei D. José I para consolidar as novas fronteiras do território, redefinidas pelo Tratado de Madri, em 1750.

De olho no mercado de carbono, o plano agora é promover o capital natural, com instrumentos financeiros de longo prazo, menos suscetíveis a mudanças político-partidárias que atrasam projetos de desenvolvimento. A ponte sobre o Rio Oiapoque, na fronteira com a Guiana Francesa, por exemplo, está pronta há mais de quatro anos e ainda não foi inaugurada.

Na rota da BR-156, que dá acesso à região, o município de Calçoene preserva um monumento circular de 127 blocos de pedra talhada, utilizado como observatório astronômico por antigas civilizações. Já na cidade de Amapá, a 226 quilômetros da capital, estão os vestígios de uma base aérea americana que ali operou na Segunda Guerra Mundial.

Não é de hoje que o Estado é tido como uma região estratégica, condição que agora pode ser decisiva para a produção florestal com conservação da biodiversidade.

PÁGINA 22 ABRIL/MAI 2016 | 27



A revista P22 apresenta artigo sobre inovações oportunizadas pelo Projeto Geflo e a instalação da Zona Franca Verde.

SAIBA

O Projeto Direito e Mudanças Climáticas nos Países Amazônicos, coordenado pelo Instituto O Direito por um Planeta Verde, apresenta uma série de leis, documentos e publicações sobre **Pagamento de Serviços Ambientais no Brasil** e muito mais. Confira em www.planetaverde.org/mudancasclimaticas.



PAGAMENTO OU COMPENSAÇÃO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS (PSA)

Consiste na transferência de recursos (monetários ou outros) a quem ajuda a manter ou a produzir os serviços ambientais. Como os benefícios dos serviços ambientais são aproveitados por todos, o princípio é que as pessoas que contribuem para sua conservação e manutenção recebam incentivos, como recebimento de recursos financeiros, descontos em tributos, facilidade de acesso a programas e financiamentos públicos, etc.



DESAFIOS E OPORTUNIDADES

A Estratégia Nacional para Redução das Emissões Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento dos Estoques de Carbono Florestal (ENREDD+) foi estabelecida pela Portaria MMA, nº 370, de 2015, após a decisão da COP de Paris de que mecanismos de REDD+ iniciarão sua fase de implementação. Nesse sentido, o desafio se remonta à necessidade do estabelecimento de Reddness, ou seja, um cenário adequado para a promoção de capacidades técnicas, estruturais e administrativas para o controle e o monitoramento do desmatamento e a contabilização das emissões ou do sequestro

de carbono florestal e do solo com base em estoque-fluxo, além do desenvolvimento de governança para assegurar os direitos das populações tradicionais e povos indígenas a partir das salvaguardas sociais e ambientais. No Amapá, uma análise do desmatamento real do Estado ainda não foi possível com o uso das imagens disponibilizadas pelo INPE, devido à grande quantidade de nuvens que recobrem grande parte do Estado durante quase todo o ano, impossibilitando uma visão da cobertura vegetal e do uso do solo. Mas um sistema de radar em parceria com o Exército poderá ser acionado para que se possa fazer uma análise real da situação atual do uso do território.

VEJA também

Monitoramento do desmatamento, pág. 102 • Cap. 3 Espécies vegetais, pág. 140



Arquivo GRET

Intercâmbio na Guiana Francesa, onde participaram técnicos do governo do Amapá, incluindo IEF, AGEAP, representantes da sociedade civil, como GRET e CI-Brasil, e técnicos do governo do Suriname, em 2016.



Conhecer e mudar

VIAGENS, OFICINAS E CAPACITAÇÕES FORAM VIABILIZADAS PELO PROJETO GEFLO

O Projeto Geflo realizou cursos de capacitação, treinamentos, reuniões técnicas e diversas atividades para o aprimoramento dos funcionários públicos, prestadores de serviços e colaboradores das instituições governamentais, não governamentais e da sociedade civil do Amapá. Também viabilizou viagens, intercâmbios e contratou consultorias para a realização de cursos

e capacitações. Por ser um estado novo, com órgãos em fase de estruturação, o projeto possibilitou que seus técnicos estabelecessem trocas de experiências em vários níveis. Na linha do tempo a seguir, pode-se ver o panorama das atividades desenvolvidas durante o projeto. Técnicos de distintas instituições tiveram a oportunidade de melhorar o gerenciamento das florestas públicas.

LINHA DO TEMPO - CAPACITAÇÃO TÉCNICA

2013

- **Por GRET** Capacitação em "Cadastro de Florestas Públicas e PAOF", com base nas normas da Lei 11.284/06 e aplicada a UCs No SFB (Brasília, DF) – de 9 a 15 de abril de 2013
4 participantes (IEF)
- **Por CI** Treinamento de Ferramentas Teóricas e Metodológicas de Planejamento de Unidades de Conservação Na SEMA (Macapá, AP) – de 15 a 19 de abril de 2013
53 participantes, incluindo técnicos do IEF, SEMA e profissionais de outras instituições
- **Por GRET** Capacitação em "Estudos básicos para elaboração de Editais de Concessão Florestal" No SFB (Brasília, DF) – de 21 a 23 de maio de 2013
3 participantes (IEF)
- **Por GRET** Capacitação em estudos de precificação da madeira e apresentação do PAOF 2014 Para subsidiar a elaboração do cadastro de florestas públicas e o PAOF do Amapá No SFB (Brasília, DF) – de 13 a 16 de outubro de 2013
2 participantes (IEF)
- **Por CI e GRET** Curso Gerenciamento de Exploração de Impacto Reduzido (EIR) No IFT, Centro de Manejo Florestal Roberto Bauch (Paragominas, PA) – de 17 a 26 de agosto de 2013
15 participantes (IEF, IMAP e sociedade civil) – 6 do IEF, 5 do IMAP e 4 da sociedade civil (engenheiros florestais que atuam junto aos madeireiros)
Incluiu práticas de campo em todas as etapas do Manejo Florestal Sustentável*, além de visitas a experimentos e áreas demonstrativas. O objetivo foi abordar aspectos operacionais e produtivos do manejo florestal, incluindo desde as tarefas de trabalho básicas até a operação florestal integrada e verticalizada, assim como operações em pequena escala – individuais e comunitárias – até a produção comercial em larga escala.

2014

- **Por GRET** Curso para apoiar empresas locais no curto e médio prazo a prepararem-se para o edital das concessões florestais. Com participação de AGROFLORA, UEAP, COPAVA, Madeireira Brasil (MADBRAS), ASPRACAMA, SEIMAN, SEICOM, IEF e GRET.
- **Por GRET** Foram realizados intercâmbios do Amapá com SFB e IDEFLOR, em agosto de 2014, para elaboração do edital de concessão florestal.

2015

- **Por CI** Curso de auditoria florestal (Lead Assessor NBR14789 e NBR 15789) Conferido pela Academia Tecnológica de Sistemas de Gestão (ATSG) na SEMA De 7 a 11 de dezembro de 2015 - Participantes IEF, IMAP, ICMBio, CI

2016

- **Por GRET** Intercâmbio entre Amapá e Guiana Francesa Organizado pelo GRET (sigla em francês para Escritório Nacional de Florestas da Guiana Francesa) De 6 a 12 de março de 2016
12 participantes, sendo IEF (5), GRET (1), CI (1), ICMBIO (1), ADAP (3)

EURYANDRO R. COSTA,
TÉCNICO DO IEF



A PARTICIPAÇÃO NAS CAPACITAÇÕES, OFICINAS E INTERCÂMBIOS FOI UMA GRANDE OPORTUNIDADE DE TROCA DE EXPERIÊNCIAS, PERMITINDO A MIM E AOS DEMAIS TÉCNICOS APROFUNDAR NOSSOS CONHECIMENTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS NO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DE UMA POLÍTICA FLORESTAL ADEQUADA AO ESTADO. ALÉM DISSO, A ESCOLHA DAS INSTITUIÇÕES QUE MINISTRARAM ESSES CURSOS E INTERCÂMBIOS COMO, IFT, ATSG E ONF, DEMONSTRARAM ALTA EXCELÊNCIA NA TRANSMISSÃO DE MÉTODOS E CONTEÚDOS. ||



Com as capacitações, o olhar ampliou

Antes da assinatura do Projeto Geflo, a CI já vinha apoiando a capacitação dos técnicos do governo do Amapá. A primeira capacitação direcionada à SEMA e ao IEF ocorreu em outubro de 2011, abordando a organização do planejamento para elaboração de Planos de Manejo, introdução a metodologias de diagnósticos e amostragens de biodiversidade. Durante o ano de 2012, foi desenvolvida uma capacitação em

técnicas de diagnósticos participativos, visando apoiar o mapeamento de uso dos recursos naturais da Flota-AP e de dados socioeconômicos. A realização de dois seminários em 2013, um sobre Áreas Protegidas, organizado pela CI, e outro sobre Concessões Florestais, organizado pelo GRET, possibilitou que técnicos e sociedade civil pudessem compreender melhor o papel de cada um na gestão de florestas protegidas.



Arquivo IEF
Equipe de técnicos do IEF e do SFB que participou de capacitação em Brasília

Oficinas e reuniões para comunidades da Flota-AP

A fim de fortalecer a participação efetiva dos moradores e comunidades de entorno da Flota-AP no Conselho Consultivo da UC e também para estimular a produção sustentável, o GRET, no período de 2013 a 2016, realizou

reuniões e oficinas de capacitação com lideranças e produtores de assentamentos destas áreas sobre os temas: gestão florestal, direito territorial, manejo de madeira e de não madeireiros (orquídeas, resina de breu).



Técnicos fazem curso de auditoria florestal

Em dezembro de 2015, técnicos do IEF, IMAP, SEMA e ICM-Bio participaram do Curso de Formação de Auditores Líderes Florestais (ATSG), no prédio da Universidade Estadual do Amapá. A iniciativa teve o objetivo de atualizar os auditores florestais para o padrão determinado na Lei nº 11.284/2006; no Decreto 6.063/2007, e no Requisito de Avaliação das Conformidades (RAC) para Concessões em Florestas Públicas, aprovados pela Portaria nº 235/2012, do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) e documentos complementares.

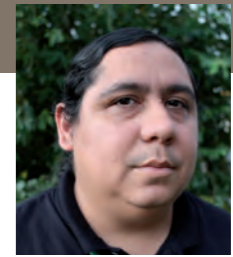
O curso utilizou metodolo-

gias que envolveram prática e participação dos alunos. Um dos objetivos do curso foi preparar os técnicos para a realização de auditorias nos contratos de concessão florestal.

De acordo com o relatório final dos instrutores, os participantes tiveram um bom desempenho. Segundo a avaliação, 79% atingiram os objetivos nos quesitos participação, liderança e conhecimento técnico.

No Amapá, além da contratação de auditores independentes prevista na lei federal, os auditores de concessão e outorga florestal do quadro do IEF precisam acompanhar o processo de concessão.

ERICK BALTARZAR
SALDANHA,
TÉCNICO DO IEF



O CURSO DE FORMAÇÃO DE AUDITORES FOI MUITO IMPORTANTE E ESTRATÉGICO PARA O ESTADO. FIZ O CONCURSO PÚBLICO PARA AUDITOR DE CONCESSÃO FLORESTAL, QUE SÓ EXISTE NO AMAPÁ. ATÉ ENTÃO, TODOS QUE TINHAM A FORMAÇÃO DE ENGENHEIROS FLORESTAIS E AMBIENTAIS NÃO ERAM AUDITORES. LUTAMOS CINCO ANOS PEDINDO ESTE CURSO QUE FOI VIABILIZADO PELO PROJETO GEFLO. ||



RAC

Registro de auditores credenciados pelo Inmetro.



A notícia do intercâmbio foi divulgada por veículos locais e pelos órgãos do governo em março de 2016.



MANEJO FLORESTAL

Manejo Florestal Sustentável é a administração da floresta para a obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema objeto do manejo e considerando-se a utilização de múltiplos produtos e subprodutos, bem como de outros bens e serviços de natureza florestal.

I Seminário sobre Concessões Florestais no Estado do Amapá

Em maio de 2013, o “I Seminário sobre Concessões Florestais no Estado do Amapá” organizado pelo GRET e IEF contou com a participação do GEA, sociedade civil, setor madeireiro e CI. No evento, diferentes segmentos do governo e da sociedade debateram sobre o processo de gestão de florestas pú-

blicas do estado do Amapá. Entre os assuntos, diferentes modelos de implementação de concessões florestais e apresentações de experiências de projetos de gestão de florestas públicas na Amazônia. Também foi apresentada a minuta da lei de gestão de florestas públicas que instituiu a política florestal do Amapá.

Concessão florestal é apresentada ao público local

Nos dias 20 e 21 de março de 2014, o Projeto Geflo promoveu um curso sobre esclarecimentos a respeito do processo de concessão florestal, com o intuito de apoiar as empresas locais a se prepararem para o edital de concessão florestal. Destinado a empresários locais, engenheiros, técnicos florestais, estudantes e extensionistas da área florestal no Amapá, mostrou as exigências legais, técnicas, administrativas, financeiras e de organização social necessárias para concorrer aos editais.

A capacitação contou com a participação de aproximadamente 20 pessoas e ocorreu no CETA Ecotel, em Macapá. Estiveram presentes representantes da Agroflora, UEAP, Copava, Madeireira Brasil (Madbras), Aspracama, Seiman, Seicom,

IEF e GRET. O conteúdo desenvolvido visou promover o **manejo florestal** sustentável; informar e debater sobre os requisitos – legais, técnicos, administrativos, financeiros e de organização social – para a participação na concorrência pública das concessões florestais; identificar e analisar as necessidades de investimento, de acordo com a escala de operação e os custos técnicos, legais, administrativos; identificar as modalidades de gestão financeira disponíveis; avaliar a viabilidade e etapas de criação de um consórcio de empresas para assumir uma concessão florestal; subsidiar a construção de um plano de capacitação para possíveis concessionários terem condições de concorrer a um edital de concessão florestal (ver pág. 186).



VERBIA ALMEIDA

Montanha dos Macacos – uma UC na região de Kourou, gerenciada por meio de uma parceria público-privada.

Viagem de estudos e pesquisa à Guiana Francesa abre horizontes

O intercâmbio entre Amapá e Guiana Francesa: da produção à comercialização ocorreu em março de 2016, com duração de uma SEMANA. A atividade foi formulada pelo Conselho Gestor do Projeto Geflo e

contemplou ações participativas sobre como é feita a gestão, produção e comercialização de madeira na Guiana Francesa pela ONF (Office National des Forêts).



Gestão francesa apresenta inovações

Os técnicos do Amapá acompanharam em campo como funciona toda a cadeia da madeira e também conferiram atividades econômicas para a manutenção da floresta em pé, tais como:

- identificação para o inventário das espécies madeireiras a serem exploradas (com técnicos da ONF provenientes das comunidades);
- arraste de baixo impacto da tora (executado por uma empresa privada);

- planejamento e a abertura de vias para o escoamento da produção (feitos com base no ordenamento territorial pela ONF);
- ações para evitar a extração ilegal (através de comando e controle pela ONF, em parceria com a polícia local e federal);
- geração de energia elétrica através dos resíduos da madeira serrada, uma fonte renovável;
- visita ao Parc Montagnedes Singes (foto), uma UC em Kourou, gerenciada

por meio de uma parceria público-privada. A ONF faz a gestão e a iniciativa privada financia os recursos necessários à conservação da área;

- visita a uma empresa de beneficiamento de madeira, que agrega valor ao produto atendendo ao exigente mercado europeu. A companhia compartilhou informações mercadológicas, como também a estratégia que direcionou a busca de soluções práticas para desafios do setor.

Intercâmbio amplia visão

Verena Almeida*



A ONF (em francês, Office Nationaldes Forêts), órgão francês que realiza a gestão florestal na Guiana Francesa e demais territórios da França, é responsável por todo o planejamento, produção e comercialização da madeira extraída. Ao todo, são 8 milhões e 400 mil hectares de floresta geridos. O órgão conta com um corpo técnico de 83 pessoas para o trabalho entre o escritório e a floresta. Realiza a gestão florestal com base no ordenamento territorial, fruto de cerca de 50 anos de coleta de dados do meio físico e biótico, levantamentos, convênios com centros de pesquisa e universidades.

O escritório francês integra a gestão florestal a outros usos do território, como a mineração e o turismo. A intenção é impactar da menor forma possível o ambiente. Um exemplo é que usam o termo “espécies valiosas” para se reportar a algumas espécies.

Lá, 40% do departamento ultramarino francês é considerado área protegida, incluindo territórios quilombolas e indígenas, pois assim o modo de vida das comunidades é mantido e a pressão sobre as áreas conservadas é evitada.

Das 1.600 espécies de árvores que conhecem, 90 espécies têm valor comercial. Dessas, menos de 40 são utilizadas. A exploração ocorre pela demanda do mercado, principalmente de angelim

e louro-gamela, carros-chefe da exploração no Amapá. A exploração anual é de 75 mil m³ de toras/ano, voltadas para o mercado local, Martinica e Guadalupe, ambos territórios franceses.

Intercâmbios promovem não só o contato com outros conhecimentos, mas também ampliam referências. A integração entre os técnicos das instituições possibilitou o entendimento sobre as diferentes e complementares atribuições. Sem dúvida, essa atividade do Projeto Geflo, coordenada pelo GRET, estimulará a realização de ações articuladas que trarão benefícios para todos.

*Técnica do GRET responsável pelo diálogo com a sociedade civil.

Impressões de quem foi para Guiana



“Além de oportunizar um interessante diálogo entre os parceiros do Projeto Geflo para futuros intercâmbios, além

do GRET, os intercâmbios são relevantes instrumentos de trocas de conhecimentos técnicos e também de ampliação dos conhecimentos linguísticos, culturais e interculturais, possibilitando aos técnicos ampliar o leque de observação das diferentes culturas das quais puderam ter contato nessa ação.”

Lidiane Vieira, assessora de relações internacionais da Agência de Desenvolvimento Econômico – Agência Amapá



“Foi muito interessante ver os estudos que estão sendo realizados de identificação e uso de outras espécies com potencial madeireiro,

através dos diversos testes de laboratório, visando propor a inclusão de outras espécies no mercado e diminuir a pressão exploratória nas mais utilizadas. A participação e a disponibilidade dos diretores da ONF e os conhecimentos técnicos de seus funcionários para difundir as informações foram de fundamental importância para o cumprimento dessa missão de intercâmbio internacional.”

Mario Artur Nunes Vitor, extensionista florestal do IEF



“A implantação de um empreendimento dos mesmos moldes no estado do Amapá seria muito interessante, pois teria

a participação de diversos atores (setor empresarial, pesquisa e desenvolvimento, órgãos institucionais, universidades, entre outros), aumentaria o valor e os postos de trabalho para desenvolver o setor florestal, bem como o conhecimento”.

Cesar Augusto Rodrigues de Souza, engenheiro florestal do IEF



DESAFIOS E OPORTUNIDADES

Ações para o fortalecimento das capacidades técnicas são fundamentais para a consolidação de um ambiente adequado à operacionalização das agendas de serviços do Estado, assim como para implementar os novos temas decorrentes dos problemas ambientais contemporâneos, à exemplo das mudanças climáticas, perda veloz da biodiversidade e degradação hídrica e do solo com rebatimento direto nas condições sociais e qualidade de vida.

Um dos desafios reside em como os técnicos promoverão, de fato, uma mudança na forma do Estado lidar com os problemas ambientais, visto que há uma distância entre o técnico e o tomador de decisão – a esfera técnica e a política. Além disso, a conexão direta demonstrada pela Avaliação Ecológica do Milênio entre a saúde dos ecossistemas e o bem-estar humano indicam a necessidade urgente de integrar pastas, agendas e ações, o que

concretamente indica a prioridade de trabalhar a agenda ambiental de forma transversal na saúde, educação, segurança pública, direitos humanos, planejamento, entre outras temáticas a nível governamental. Oportunidades têm sido induzidas através das cooperações internacionais e pelas organizações não governamentais que têm trânsito nas esferas técnica e política, acesso a boas práticas e experiências.

SAIBA

BIBLIOTECA VIRTUAL

O IFT tem um site com muitas publicações úteis para o manejo florestal. Também tem cursos e informação sobre o assunto. Confira em www.ift.org.br

IMAFLORA

No site do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora), associação civil sem fins lucrativos, há informação sobre capacitações e novidades do mercado

florestal sustentável. A organização defende que a melhor forma de conservar as florestas é dar a elas uma destinação econômica com uma gestão responsável dos recursos naturais. Acesse: www.imaflora.org



Arquivo IEF

Oficina participativa durante levantamento de dados sobre a Flota-AP.



COLABORAÇÃO ENTRE ESTADO E SOCIEDADE CIVIL

O Projeto Geflo contribuiu em várias frentes para a melhora do diálogo entre sociedade civil e governo; fortalecendo o entendimento do GEA sobre Governança Ambiental, de forma colaborativa e participativa. Por outro lado, informando a sociedade civil e contribuindo em sua preparação para dialogar com o poder público.

Participação social é ponto fundamental

COMUNIDADES FORTALECIDAS CONTRIBUEM PARA A SUSTENTABILIDADE DA GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

A participação social na concepção e implementação de políticas públicas é fundamental para identificar e satisfazer as reais necessidades das comunidades. No caso das populações serem residentes ou utilizarem recursos das UCs e/ou de seu entorno, isso é mais importante ainda. A gestão desse território e as decisões sobre o aproveitamento dos recursos naturais devem estar em sintonia tanto com o propósito da criação da unidade quanto as necessidades para a subsistência das comunidades.

A partir de diagnósticos e levantamentos realizados pelo GRET nos

anos de 2013 e 2014 junto às comunidades, nos movimentos de base e social, assim como a partir da percepção de instituições que atuam no fortalecimento da gestão socioambiental no Amapá, foi detectada a necessidade de formar e informar os conselheiros da sociedade civil para sua melhor atuação em colegiados, conselhos e demais espaços participativos de diálogo, busca de soluções e de informações.

Com uma participação mais qualificada, os representantes da sociedade podem aproveitar melhor as oportunidades e conhecer seus direitos e deveres.



Projeto Geflo propõe agenda com sociedade civil

Em 2013, o GRET construiu uma agenda temática a fim de promover mais conhecimento sobre a gestão da Flota-AP, a participação e o **empoderamento** das comunidades. Foram realizadas capacitações para fortalecer a sociedade civil, com o envolvimento do setor florestal, movimentos sociais e organizações de base do Amapá. A ideia foi prepará-los para um debate mais qualificado, tanto nas instâncias de participação como no processo de concessão e na gestão de UCs.

A política florestal do Amapá conta com instrumentos que exigem uma atuação consistente, como, por exemplo, o Conselho Consultivo da Flota-AP e a Comissão Estadual de Florestas Públicas do Amapá (Comef). Durante o período do Projeto Geflo também fo-

ram realizadas audiências públicas para as concessões, reuniões do Fórum de Mudanças Climáticas etc.

A pauta da agenda temática também foi tratada em diversos momentos de atividades produzidas e/ou coordenadas pelo GRET. Vários pontos foram apresentados em reuniões e cursos, entre eles, os que foram realizados na Rede de Escolas Família do Amapá, com lideranças da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar do Estado do Amapá (Fettagrap), Conselho Nacional das Populações Tradicionais (CNS), Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), Associação de Assentados e Moradores do Projeto de Assentamento Nova Canaã (Asapanç), no período de março de 2013 a agosto de 2014.

AURÉLIO CARVALHO DE ARAÚJO, PRODUTOR PAE FOZ DO MAZAGÃO



EU VEJO O PROJETO COMO UM CAMINHO A SER ANDADO, A GENTE TEM QUE ABRIR MAIS AS PORTAS. AMBOS, TANTO O AGENTE COMUNITÁRIO COMO O PROJETO, PORQUE A GENTE PRECISA EXPLORAR O QUE TEM DENTRO DA FLORESTA DE FORMA ORGANIZADA. QUANDO EU COMECEI A TRABALHAR NA ASSOCIAÇÃO, NÓS COMEÇAMOS COM 62 ASSOCIADOS, EM 2007. HOJE NÓS TEMOS 384 ASSOCIADOS. E O TRABALHO DO PROJETO (GEFLO) É JUNTO, CAMINHANDO, BUSCANDO AS DIRETRIZES, TRAZENDO O POVO PARA JUNTO DE NÓS.

EMPODERAMENTO

Possibilita a aquisição da emancipação individual e também da consciência coletiva necessária para a superação da dependência social e dominação política. Liberdade de decidir e controlar seu próprio destino com responsabilidade e respeito ao outro.



Agenda socioambiental construída com a sociedade

A agenda temática também envolveu capacitações para movimentos sociais representativos do Amapá como a Fettagrap, o CNS, o GTA, entre outras associações. Os participantes tiveram oportunidade de saber mais sobre direitos territoriais de cada perfil (tradicional ou não), conforme o quadro regulatório vigente. Também puderam debater a proposição de políticas de acordo com o perfil sociocultural. Entre os temas abordados, estiveram o ordenamento territorial proposto pela Flota-AP, a inserção das comu-

nidades no processo licitatório das concessões, a regularização do acesso aos recursos florestais, a melhoria do posicionamento nas cadeias produtivas.

As organizações de base, que lidam direto com assentados, integrantes das Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) e comunidades ribeirinhas, participaram de aulas sobre a legislação do manejo florestal em dois assentamentos e avaliação participativa da exploração florestal. O GRET também procurou estimular o manejo florestal de gestão comunitária pelas organizações



ALÉM DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

A agenda com a sociedade civil ainda incluiu orientações sobre o processo de regularização fundiária da Flota-AP com a participação de membros do Ministério Público e do Poder Judiciário. E fomentou a formação de futuras parcerias como o MPF, o MPE e a Comissão de Meio Ambiente da OAB-AP. A ideia foi explicar como se dá a governança do processo de repasse de terras da União ao Estado, que contextualiza e condiciona a transferência à implementação da política florestal do Estado. A estratégia também buscou influenciar a efetivação das medidas impostas pelo juiz da Ação Civil Pública (ACP), que determinou o cadastramento dos moradores da Flota-AP. A agenda propôs ainda um grupo de trabalho com representantes do Estado do Amapá (IEF, Sema e IMAP) e União (IN CRA e AGU) com prazos para formular plano de trabalho, metas definidas, responsáveis e cronograma de execução.



Verena Almeida

Capacitação de lideranças para o Conselho Consultivo da Flota-AP, em Macapá

de base local (assentamentos, EFAs). E isso foi viabilizado através dos diagnósticos e apoios a cadeias produtivas florestais (ver capítulo Orquídeas e outros Produtos não Madeireiros,

pág. 174), assim como por meio da contratação do Idesam, que realizou capacitações em gestão florestal com pelo menos 70 assentados do entorno da Flota-AP (ver pág. 78)

ELEKTRA ROCHA,
COORDENADORA DO
PROJETO GEFLO (GRET)



O PROJETO GEFLO APOIA AS INSTITUIÇÕES ESTADUAIS E A SOCIEDADE CIVIL DO AMAPÁ QUE FAZEM A GESTÃO E CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS FLORESTAIS PARA SE CAPACITAREM E DISCUTIREM ESTAS POLÍTICAS DE FORMA PARTICIPATIVA E QUE BENEFICIE A MAIORIA DA POPULAÇÃO QUE DEPENDE DA FLORESTA PARA SOBREVIVER.



DIVULGAÇÃO DO PROJETO GEFLO

Em 2016, os produtos de comunicação foram divulgados e distribuídos pelo GEA, GRET e CI em eventos como: Feira do Livro em Belém, encontro governamental de cooperação internacional, reuniões de capacitação do conselho consultivo da Flota-AP, reunião do mosaico de áreas protegidas, encontros entre o GEA e empresários franceses.



SILVIA MARCUZZO

O Projeto Geflo distribuiu, nas oficinas de capacitação para conselheiros da Flota-AP, material didático com informações sobre as diferenças e semelhanças entre associação e cooperativa

Escolas Família são estratégicas para a conservação

Em abril de 2014, uma reunião com representantes das Escolas Família do Amapá articulou um plano de capacitação com os monitores, alunos e lideranças sobre os temas manejo florestal, legislação ambiental, agrária e gestão comunitária. Já em agosto, o GRET realizou curso para alunos e monitores das EFAs-AP sobre Direito Agrário, Ambiental e Civil.

A Rede das Associações das Escolas Família do Amapá (RAEFAP) é importante dentro das comunidades. Diferentes das escolas tradicionais, trabalham com os estudantes 15 dias seguidos, desenvolvendo conteúdo escolar e de técnicas como o manejo de plantas e animais. O aluno então volta à sua comunidade, permanecendo outros 15 dias, nos quais aplica o estudo adquirido.

A presidente da RAEFAP, Maria da Conceição Miranda, ressalta que “além de capacitar para o trabalho

na propriedade, as escolas formam os alunos para o mundo”. Segundo ela, é comum os ex-alunos retornarem para a comunidade onde nasceram. Dessa forma, muitas práticas de manejo sustentável são transmitidas para a conservação da biodiversidade e perpetuação da cultura local. As Escolas Família formam também lideranças locais e desenvolvem trabalhos que levam em conta as estações do ano e os produtos da região.

Em 2015, o GRET promoveu o seminário Perspectivas e Planejamento Estratégico Para o Setor Madeireiro, no qual compartilhou informações geradas pelas ONGs sobre a floresta e a cadeia da madeira no Amapá. Assim, foram propostos encaminhamentos sobre a política produtiva-econômica do Estado, visando um crescimento econômico com bases legais e sustentáveis. Estiveram presentes WWF, ICM-Bio, CI, IEB e GRET.

Comunicação

A realização de produtos de comunicação foi outra demanda levantada na agenda temática. No período do projeto, o GRET, com apoio dos parceiros confeccionou sete boletins informativos dos resultados do projeto, elaborou um vídeo institucional, dois programas de rádio (sobre a Flota-AP e concessões florestais), uma revista poster, uma cartilha sobre governança “A Floresta é de Todos”, uma cartilha sobre manejo familiar, um cartaz com a diferença entre Associação e Cooperativa, e um manual de monitoramento dos impactos socioambientais das concessões



florestais. Também elaborou impressos para as capacitações, com destaque para as apostilas destinadas aos membros do conselho consultivo da Flota-AP e lideranças comunitárias.

PROTOCOLO DE CONSULTA E CONSENTIMENTO WAJÁPI

O protocolo enfatiza a importância da consulta prévia: “o Estado brasileiro tem obrigação de perguntar aos povos indígenas – adequada e respeitosamente – sua posição sobre decisões administrativas e legislativas capazes de afetar suas vidas e seus direitos”. Isso está garantido na Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais, da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O documento estabelece quais são os assuntos de consulta obrigatória pelo governo e a forma como isso deve ocorrer, com garantia de recursos para acesso a informação e assessoria independente. São especificadas as regras para as reuniões internas e com o governo de modo que as comunidades escolham suas prioridades. (da cartilha A Floresta é de Todos)

Cartilha “A Floresta é de Todos”



A cartilha “A floresta é de todos” tem por objetivo facilitar o acesso à informação sobre direitos e deveres do poder público e da sociedade civil quanto ao meio ambiente, fornecer informações relevantes para efetivar a participação e dar voz ativa para as comunidades e fortalecer a divulgação de iniciativas inovadoras do Amapá, como o Protocolo de Consulta e Consentimento Wajápi e o Protocolo Comunitário do Bailique, instrumentos que propõem métodos para que as comunidades tradicionais sejam ouvidas e seus direitos respeitados. O Projeto Geflo desenvolveu essa publicação como material de suporte ao trabalho de técnicos e lideranças comunitárias nas diferentes instâncias que representam, como conselhos e comissões.

PROTOCOLO COMUNITÁRIO DE BAILIQUE

A iniciativa abrange 45 comunidades do arquipélago do Bailique, no Amapá. Criado em 2014, contém regras criadas pela própria comunidade, refletindo as suas características tradicionais e o modo como é representada e de como se relaciona com os agentes internos e externos. O protocolo define alguns procedimentos, critérios e instrumentos de gestão territorial e de manejo e uso sustentável de recursos naturais. Três áreas são priorizadas: o fortalecimento da organização social, a geração de renda e a conservação da biodiversidade. Inicialmente, foi criado um Comitê de Conhecimentos Tradicionais do Bailique, representado por parceiras, benzedoras(os), curandeiras(os). (Da cartilha A Floresta é de Todos)

Organização das comunidades é o caminho

Verena Almeida*



Os processos de implementação e operacionalização de políticas públicas precisam contar com a participação das comunidades. Sem isso, fica difícil a efetividade das ações de gestão ambiental. Na Amazônia então, onde os povos da floresta vivem de forma sustentável por muitas gerações, isso precisa ser considerado. E um dos caminhos para que a voz de todos possa ser ouvida – até porque muitos moram distantes uns dos outros – é contar com formas de organização que represente os anseios das comunidades. A formação de associações ou cooperativas pode ser um caminho para avançar não só a participação,

mas a economia, a geração de renda para essas populações.

Para isso, é fundamental sensibilizar e formar lideranças para que as comunidades assumam seu protagonismo. O mundo tem muito a aprender com o modo de vida da floresta. Ao mesmo tempo, quem mora no meio da natureza, na maior parte das vezes está por fora do que acontece no mercado, nos grandes centros. Não sabe o quanto muita gente dos grandes centros gostaria de conhecer e desfrutar as riquezas fornecidas que só quem mora no meio da floresta conhece.

Através do diálogo com a sociedade civil, o Projeto Geflo procurou abrir possibilidades para que distintas popula-

ções do Amapá valorizassem a floresta em pé. A integração entre governo e sociedade civil, a ampliação de instâncias de participação, como o Conselho Consultivo da Flota-AP, fortalecem a governança e ampliam a consciência do que representa a participação. E tudo isso envolve processos que levam tempo. Muitas sementes foram lançadas durante as fases do Projeto Geflo. Esperamos que gerem muitos frutos, nem que seja no coração daqueles que usufruíram das ações promovidas pela união de esforços fomentada pelo Projeto.

* Ecóloga, técnica do GRET responsável pelo diálogo com a sociedade civil



Silvia Marqueto

Revista poster, da Gestão Florestal, teve distribuição dirigida aos públicos beneficiados por ações do Projeto Geflo.

Publicação destaca potenciais econômicos e áreas protegidas

Em abril de 2016, a revista poster “A aposta na gestão florestal” foi distribuída para públicos estratégicos. A publicação expõe diversas ações do Projeto Geflo e traz um mapa com as UCs, TIs e PAs do Estado. Além das atividades já realizadas, destaca a opinião de protagonistas

da comunidade, com entrevistas de lideranças e técnicos que contribuem com o desenvolvimento sustentável do Amapá. A publicação elenca os potenciais da região para uma economia inclusiva e sustentável, evidenciando a riqueza ambiental e cultural do amapaense.



Vídeo divulga Projeto Geflo

Em maio de 2016, foi lançado o curta-metragem Projeto Geflo – Gestão de Florestas do Amapá – Cooperação Internacional para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade. O audiovisual, que está disponível no YouTube, destaca o trabalho do Projeto que fomentou cadeias produtivas que considerem as características da região. Por meio de depoimentos de lideranças comunitárias e representantes de organizações do governo do Estado e das organizações GRET e CI, foram destacadas as potencialidades do Estado mais preservado da Amazônia. Em onze minutos, pode-se conferir o quanto a população da região, o Brasil e o planeta podem ganhar com iniciativas como a Zona Franca Verde. O vídeo foi dirigido por Augusto Pessoa e teve a produção de Sérgio Adeodato e André Pessoa. Acessar o endereço: <https://www.youtube.com/watch?v=3xMkx785Hxw>

NA MÍDIA



PLATAFORMA SOCIOAMBIENTAL NO AMAPÁ

No primeiro semestre de 2016, o GRET participou de reuniões promovidas pelo Ministério Público (MP) do Amapá para a criação da plataforma socioambiental do Amapá. MP, IEB, e as organizações não governamentais participantes, GRET e Idesam se reuniram para elaborar as diretrizes do documento de acordo com os eixos: “Educação do Campo”, “Manejo sustentável dos recursos naturais”, “Associativismo e Cooperativismo”, “Terra e Território” e “Grandes empreendimentos e agricultura familiar”.



DESAFIOS E OPORTUNIDADES

A comunicação com os povos indígenas e as comunidades tradicionais é, ainda, o maior desafio, não pela linguagem, mas pela operacionalização. Apesar de hoje muitos terem acesso à telefonia, os serviços deixam a desejar, assim como a internet, principalmente no interior do Amapá. Se soma a este cenário a energia elétrica, que não chega a toda a população. Buscando melhorar a comunicação e o acesso à informação o projeto iniciou

a articulação com a sociedade civil a partir de grupos no Whatsapp e pelo Facebook. Jovens das Escolas Família são estratégicos nesse contexto, pois têm facilidade nesses meios. A sociedade civil e os movimentos sociais precisam ser mais atuantes e protagonistas de sua própria história, aprender a ser independentes do governo e a opinar e influenciar sobre as políticas públicas que terão implicação direta em suas vidas.

VEJA também

Cap. 2 Mosaico com TIs e UCs reunidas para proteção, pág. 116 • Cap. 3 Conselho Consultivo, pág. 152



Arquivo Idesam

Mapeamento do ciclo da madeira

Um estudo feito pelo Projeto Geflo foi buscar em Projetos de Assentamentos o cotidiano e o comportamento do assentado e de outros atores do poder público, empresas e organizações sociais localizados no entorno do Módulo II da Flota-AP, local que terá seu primeiro lote de concessão florestal (Veja diagrama da pág. 70).



Diferentes origens da nobre matéria-prima

PESQUISAS APONTAM QUE O PRODUTO NATIVO SAI DA FLORESTA DE TRÊS FORMAS

Neste capítulo, são apresentados aspectos que caracterizam a cadeia produtiva da madeira no Amapá. A partir de levantamentos, pesquisas bibliográficas e informações das instituições competentes, entrevistas em campo, o Projeto Geflo conseguiu mapear o ciclo dessa importante matéria-prima.

O levantamento denominado “Problemática da implantação de

concessões florestais no Módulo II da Flota-AP, do ponto de vista dos atores”, retrata comportamentos, situações e dificuldades em PAs próximos ao Módulo II da Flota-AP, onde ocorrerá a primeira concessão florestal do Estado. Realiza um diagnóstico dos efeitos da implantação da Floresta Estadual do Amapá (Flota-AP) sobre as cadeias de madeira oriunda de florestas nativas do Amapá.

Cadeias de madeira nativa

A madeira oriunda de florestas nativas atende atualmente três cadeias distintas, em termos de origem geográfica, atores envolvidos e volumes explorados:

- retirada das zonas de várzeas e ilhas do estuário amazônico (geralmente sem plano de manejo);

- oriunda de PAs, explorada por empresas locais, através de planos de manejo, legalizados e licenciados pelo IMAP;

- proveniente de terras privadas e de assentamentos, extraída sem plano de manejo (ver pág. 70).



Volume das serrarias licenciadas

De acordo com a produção total, estima-se que é necessário o volume de 2.500 m³ mensais. Muitas dessas serrarias têm contrato já firmado com compradores de fora do Estado e, em grande parte, são financiadas pelos mesmos. Quase a totalidade dessas empresas funciona ao longo da rodovia Perimetral Norte (BR-210). O consumo máximo anual de toras das serrarias licenciadas

adotando um rendimento médio de serragem de 38% seria de 79.000 m³. Em 2011, o IMAP forneceu 46 **Autorizações Prévias de Análise Técnica do PMFSs (APATs)**, licenciou 68 PMFSs e expediu Autorizações para Exploração (Autex) para um volume de 101.000 m³ de toras. Desse total, foram comercializados 100.879 m³ de madeira em tora. (ver Armando, Lima Porto, 2013)

APAT

A Autorização Prévia à Análise Técnica para Planos de Manejo Florestal (APAT) é fornecida pelo órgão licenciador (IMAP) que, em geral, avalia se o produtor está com sua documentação fundiária regularizada e se sua área realmente possui florestas para manejar. Se o produtor é assentado da reforma agrária, é necessário que solicite uma anuência à APAT ao INCRA. O IMAP, com base na legislação vigente para o licenciamento do manejo florestal, exige ambos documentos para o assentado e somente a APAT para propriedades privadas (funditários).



OS ASSENTAMENTOS ESTUDADOS NO AMAPÁ SURGIRAM NA DÉCADA DE 90, MOTIVADOS PELA PRODUÇÃO MADEIREIRA. AS EMPRESAS MADEIREIRAS QUE ABREM OS RAMAIS NOS ASSENTAMENTOS. A AGRICULTURA PRATICADA É DE SUBSISTÊNCIA E QUEM CONSEGUIR ESCOAR A PRODUÇÃO VENDE O EXCEDENTE NAS FEIRAS DO MUNICÍPIO DE SANTANA. GRANDE PARTE DOS MORADORES SÃO NATURAIS DO PARÁ, AMAPÁ E DA REGIÃO NORDESTE.



Clientes de outros Estados

As empresas madeireiras entrevistadas pelo GRET em 2013 informaram que têm suas parcerias comerciais estabelecidas em outras regiões do Brasil (Nordeste, Centro Oeste e Sudeste). Estes compradores negociam a madeira conforme a sua demanda de mercado (volume, espécies, bitolas) e financiam a atividade. Esta madeira tem sua origem, principalmente, em assentamentos rurais, e a relação entre as comunidades (assentados) e empresas é permeada de problemas (regularização fundiária, infraestrutura, contratos, pós-exploratório etc).

Essa situação acaba limitando, em parte, a autonomia de gestão das empresas, que teriam condições inclusive de dobrar o volume processado e comercializado, inclusive com financiamento para isso. Por outro lado, não condiz com as diretrizes estabelecidas na IN do Inbra para PMFS, que prevê como base a produção familiar e a capacitação dos beneficiários e, com as orientações da Política Nacional de Manejo Florestal Comunitário e Familiar, que defende o protagonismo dos donos de floresta, nesse caso, assentados, ribeirinhos, extrativistas, quilombolas.

PAs sem infraestrutura

Quando foram criados os PAs, não se ofereceu a infraestrutura necessária para manter o assentado em seu lote, como abastecimento de água potável e para irrigação, luz elétrica, posto médico, cantinas e casas simples. Os ramais são construídos de forma precária para acesso aos lotes e escoamento da

produção. A exploração legal de madeira nos PAs é relacionada a vários fatores, como condição de vida e organização dos assentados, custos da elaboração, execução dos planos de manejo e conhecimento sobre os objetivos, direitos e deveres da reforma agrária, o que é limitado por parte dos assentados.



A FONTE DE RENDA É A MADEIRA

Em levantamento realizado pelo GRET, em 2014, foi constatado um "esvaziamento" de lotes e que as famílias que permaneceram nos PAs praticam agricultura para subsistência. A cadeia familiar de madeira é praticada porque este é um recurso abundante nas áreas de reserva legal dos assentamentos e representa uma fonte de renda para os pequenos produtores que necessitam usar a sua reserva legal para sobreviver. Essa cadeia alimenta, ainda, o mercado local. Esse resultado também foi constatado no levantamento do cadastro das madeireiras no Amapá realizado pelo IEF, em 2015 (veja pág. 83).



DOUGLAS ARMANDO/IEF

Mapeamento do ciclo da madeira Um estudo feito pelo Projeto Geflo foi buscar em Projetos de Assentamentos o cotidiano e o comportamento do assentado com relação à extração de madeira.

Contexto da produção madeireira e reprodução social

O pequeno agricultor que não dispõe de dinheiro para arcar com os custos da elaboração de PMFS segundo a legislação permita deve ter facilitado o acesso à exploração da madeira existente nas áreas voltadas para a agricultura, o chamado aproveitamento das áreas de roçados ou de desmatamento legal (20% do lote), que pode ser através de PMFSs comunitários.

Para os produtores que negociam a sua madeira com as empresas, deve-se promover orientação técnica, para que compreendam as reais condições das negociações

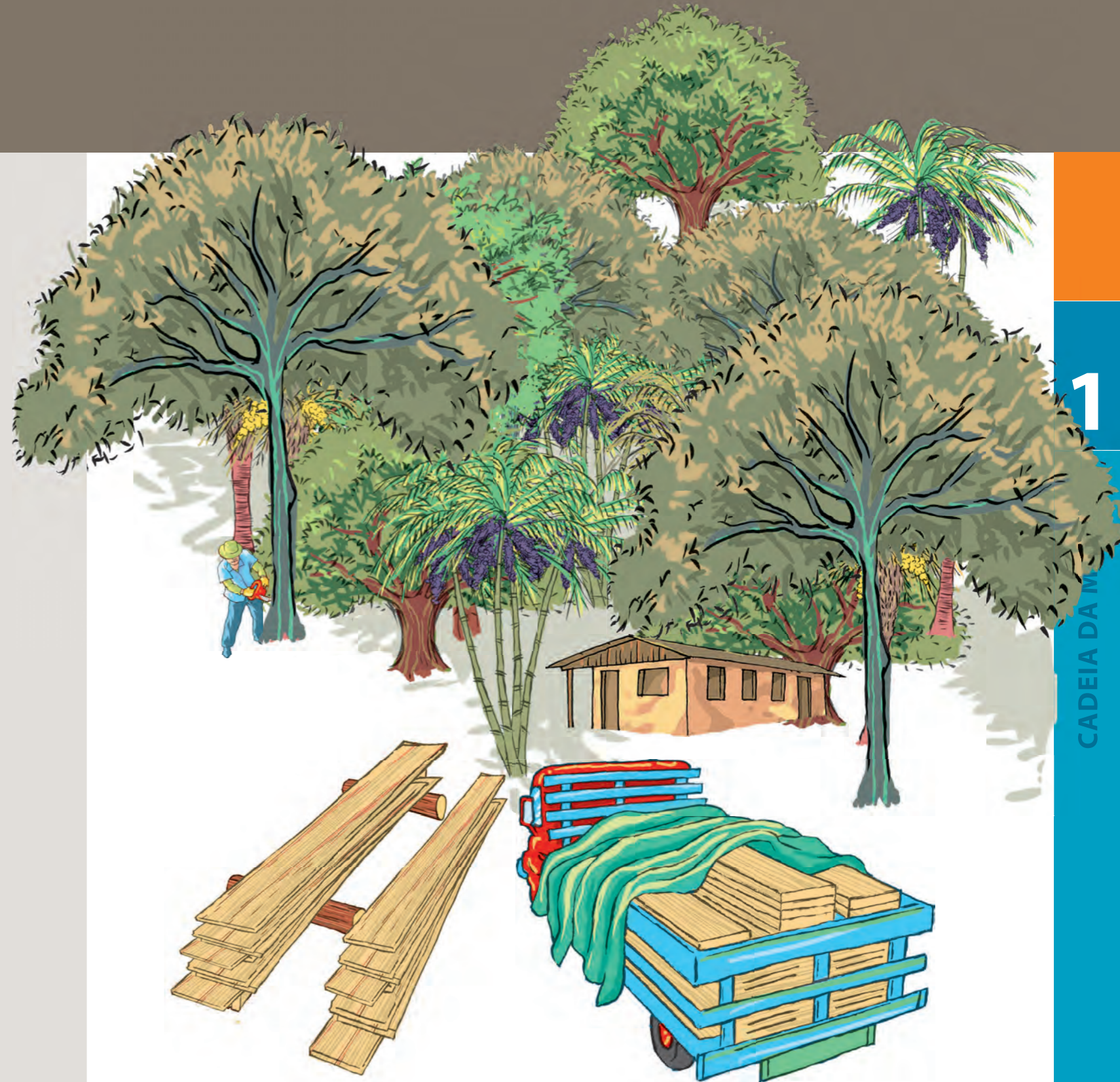
que devem ser feitas com as empresas. A madeira, em 2015, na época da realização da pesquisa, era vendida em pé, por aproximadamente R\$ 25,00/m³, sem nenhum valor agregado, conforme diagnóstico no PA Pancada do Camaipi e Nova Canaã, realizado pelo GRET em 2014. No mercado interno chegava a valer 50 vezes mais. Cerca de 86% da exploração ocorre em áreas de posse (apenas declaração de posse, sem consistência jurídica). O órgão fiscalizador, Imap demonstrou ter limitações para monitorar o processo de exploração nos PMFSs.



GESTÃO INTEGRADA

Não existem organizações de assentados especializadas no negócio da madeira. Sugere-se que um eixo da política florestal foque especificamente na ATER continuada para orientar o processo de gestão florestal, regularização fundiária e ambiental, licenciamento e na relação das empresas com as comunidades. Dessa maneira, há mais chance de melhorar a distribuição de renda ao longo da cadeia produtiva da madeira, quanto à organização social (familiar ou comunitária) e quanto à escala (pequena ou empresarial). A realidade hoje é de assentados, produtores rurais, entregando por meio de procurações e contratos assinados, a sua madeira em pé para as empresas, por não ter conhecimento e condições de fazer a legalização e o controle da exploração.

Cadeias da madeira: funcionamento



Fonte : Philippe Sablayrolles; Elektra Rocha; Douglas M. S. Armando. 2013. Problemática da implantação de concessões florestais no Módulo II da Flota-AP, do ponto de vista dos atores. Relatório técnico do projeto "Apoio à elaboração de uma política de gestão sustentável da floresta e da biodiversidade no Estado do Amapá (Amazônia brasileira)". GRET/IEF. Macapá, Amapá, Brasil.

NA VÁRZEA DOS RIOS, A POPULAÇÃO RIBEIRINHA AUMENTOU A PARTIR DOS NÚCLEOS FAMILIARES JÁ EXISTENTES. PORÉM, MUITAS FAMÍLIAS NÃO POSSUEM A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, NÃO DISPÕEM DE QUALQUER DOCUMENTO DE POSSE DE SEUS LOTES. A PARTIR DE 2010, HOUVE A INTRODUÇÃO DA MODALIDADE DE EXTRAÇÃO ATRAVÉS DE EMPRESAS MADEIREIRAS DE OUTROS MUNICÍPIOS

A realidade da produção da madeira dos assentamentos

A tabela a seguir mostra como funcionam as duas cadeias de produção madeireira, baseada em dados de PAs, localizados nos municípios de Porto Grande e Mazagão no Amapá. Traduz a realidade do Estado do Amapá e caracteriza as cadeias que ocorrem através de planos de manejo e de forma familiar (ver diagrama pág. 70).

CADEIAS PRODUTIVAS DA MADEIRA - PAs DO AMAPÁ

SITUAÇÃO FUNDIÁRIA	FORMA DE PRODUÇÃO	
	PLANO DE MANEJO	PRODUÇÃO FAMILIAR
	Documentação do lote regular	Documentação do lote irregular
Floresta	Terra firme (Ramal) - PMFS	Várzea (Rio) - Corte seletivo
Taxa de Exploração	30m ³ /hectares	10m ³ /hectares
Produção de madeira	1.200m ³ de madeira (tempo de execução de 60 a 90 dias)	8 à 12m ³ de madeira (tempo de execução de 60 a 90 dias)
Atores	Empresa madeireira	Extrativista ribeirinho, extrativista do Ramal (grupos de 3 a 5 pessoas)
Transporte	Transporte por rodovias feito pela empresa. Matéria-prima transportada em toras	Transporte pelo rio feito por ribeirinhos extratores ou atravessadores. Madeira transportada já beneficiada (flexais, esteios, tábuas e tarugos)
Beneficiamento	Serraria em Santana (maquinário específico, pouco desperdício)	Beneficiamento no local (motosserra)
Comercialização	Mercado regional e nacional (Local/Consumidor)	Mercado local (Estado do Amapá)

Fonte: Géssica Nogueira; Jackson Barbosa; Elektra Rocha; Philippe Sablayrolles. 2014. Estudo socioeconômico do Assentamento Pancada do Camaipi, Mazagão – região do Módulo II da Flota-AP, Amapá, Brasil. Relatório técnico do projeto “Apoio à elaboração de uma política de gestão sustentável da floresta e da biodiversidade no Estado do Amapá (Amazônia brasileira)”. GRET. Macapá, Amapá, Brasil.



VOLUME COMERCIALIZADO EM MACAPÁ

É comercializado em torno de 4.000 m³ mensais (cadeia não legalizada, Igarapé das Pedrinhas e Canal do Jandiá). Principalmente vinda de várzeas e Ilhas do Pará. Estudos mostram a movimentação de R\$16 milhões/ano (Projeto Florestam/Embrapa).

Cadeia familiar da madeira, oportunidade e autonomia

Dentro dos assentamentos e nas áreas ribeirinhas, a madeira é retirada de forma seletiva. Vizinhos e parentes participam de mutirões comunitários para a realização do trabalho. Na cadeia produtiva familiar, a mão de obra geralmente não usa Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), não há plano de manejo e nem documentos de titulação da terra.

O beneficiamento com motosserra é efetuado pelos próprios produtores, que fazem flechais, esteios, tábuas, tarugos etc. O resíduo da madeira é utilizado para produção de carvão. O transporte e a comercialização desta madeira, que ocorre em mercados locais do Amapá, não cumprem procedimentos legais, o que faz com que o Estado tenha baixa arrecadação e geração de empregos, impossibilitando uma maior distribui-

ção de renda ao longo da cadeia e a geração de uma economia florestal que gere desenvolvimento socioeconômico para o Estado. Pela alta liquidez do mercado da madeira, o destino da produção também depende da forma de escoamento. Mercados locais são menos exigentes do que regionais e nacionais. Os pequenos extratores podem, desta forma, vender sob encomenda.

Nesse caso, os elos da cadeia produtiva da madeira são desempenhados pelo próprio produtor, o qual se empodera de todas as etapas da cadeia produtiva. Segundo pesquisas, esse trabalho feito de forma familiar oportuniza uma relação financeira mais justa. A taxa de exploração também é menor, dá autonomia e protagonismo ao produtor, que ainda agrega valores dentro da comunidade.



MENOR INTENSIDADE DE EXPLORAÇÃO

A baixa intensidade de exploração – no máximo 10m³/ha – ocorre devido a limites impostos pela mão de obra familiar, transporte e comercialização. Como a exploração se dá ao longo da floresta – as maiores árvores são escolhidas em um hectare – a fisionomia da floresta muda pouco, o que dá impressão de que o impacto ambiental da atividade é muito menor.

NA CADEIA FAMILIAR, O PREÇO DA MADEIRA PODE CHEGAR ATÉ R\$ 125,00 O METRO CÚBICO DEVIDO A AGREGAÇÃO DE VALOR DO PRODUTO. NESSE CASO, O RIBEIRINHO OU O ASSENTADO PERMANECE NESSA ATIVIDADE POR ANOS E MANTÉM A FLORESTA EM PÉ.



PRINCIPAIS ESPÉCIES EXPLORADAS:

Maçaranduba (*Manilkara amazonica* (Hub.) Standl.), Acapú (*Vouacapoua americana* Aubl.), Itaubá (*Mezilaurus itauba* (Meissn.) Taub.), Piquiá (*Caryocar villosum* (Aubl.) Pers.), Sucupira (*Bowdichia brasiliensis* (Huber) Ducke), Angelim-Vermelho (*Andira parviflora* Ducke), Angelim-Pedra (*Hymenolobium modestum* Ducke) e Angelim-Rajado (*Pithecellobium racemosum* Ducke).



DOUGLAS ARMANDO/IEF

Microserraria em Projeto de Assentamento.

Caminhos para o fortalecimento da cadeia familiar

ESTUDO VALIDADO PELOS ASSENTADOS

Em setembro de 2014, o GRET apresentou os resultados do estudo socioeconômico aos produtores dos assentamentos estudados que validaram dados da pesquisa, como ocupação populacional, atividades produtivas e tipologias dos moradores, cadeias produtivas da madeira e seu potencial e evolução do desmatamento dentro dos assentamentos. Devido à baixa taxa de exploração na cadeia familiar e o número reduzido de espécies utilizadas – oito espécies –, o estudo propõe que seja simplificado o inventário florestal e o processo para conseguir as licenças ambientais para as comunidades manejarem as suas florestas de forma familiar/comunitária.

O sistema atual de manejo florestal não se aplica ao modelo de produção das famílias. Como ocorre corte seletivo de duas a cinco árvores por hectare, seria mais barato e eficaz se o inventário fosse realizado com base na demografia de exemplares das espécies utilizadas.

A alteração da normatização para o manejo familiar poderia reduzir custos e oportunizar maior autonomia e protagonismo ao assentado.

No entanto, é necessária a organização desses produtores rurais para viabilizar uma cadeia legal e sustentável. Essa organização ou cooperativa deve enfatizar a participação dos interessados.

Para isso, é necessária a assistência técnica a fim de tornar a produção cada vez mais lucrativa, otimizada e sustentável.

Protagonismo dos assentados

Atualmente, os assentados não dispõem de oportunidades para explorar legalmente a madeira do seu lote por conta própria. Para melhorar essa situação, o Projeto Geflo apresenta algumas propostas:

- proporcionar acompanhamento jurídico na celebração dos acordos ou contratos com as empresas madeireiras, a fim de evitar que a negociação não gere uma relação injusta para o assentado;



Nova relação empresa versus assentado

O IEF/AP, a partir de 2011, em parceria com um grupo de 13 assentados, promoveu uma experiência de Manejo Florestal Sustentável, através do Projeto Piloto de Habilitação de Áreas ao Manejo Florestal Familiar de Uso Múltiplo e de Base Comunitária, no PA Serra do Navio, localizado nos municípios de Pedra Branca do Amapará e Serra do Navio.

A iniciativa é uma medida preventiva ao modelo de manejo florestal empresarial que vem sendo empregado em PAs do Amapá.

O desenvolvimento das atividades ocorre através de base comunitária e possibilita a ajuda mútua entre os beneficiários, o que contribui para o

empoderamento e transformação da realidade socioeconômica. O Projeto Piloto, em 2014, recebeu o 1º lugar na Categoria Ambiental com os prêmios Professor Samuel Benchimol e Banco da Amazônia de Empreendedorismo Consciente.

Além disso, o IEF/AP desenvolve outra iniciativa intitulada “Ligando Mudanças Climáticas e o Manejo Florestal em Projetos de Assentamento no Amapá”, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e executado pelo Idesam, com o objetivo de elaborar planos de manejo florestais que orientem o uso racional das florestas aos produtores familiares assentados.



POUCAS ESPÉCIES EXPLORADAS

- intervir e normatizar a atuação das empresas madeireiras em PAs para que os acordos sejam baseados em uma relação mais equilibrada entre as empresas e as organizações representativas dos assentados;

- instituir uma governança na cadeia produtiva da madeira para proporcionar a autonomia do produtor rural a fim de alavancar o desenvolvimento com uma gestão e participação da comunidade;

- apoiar a elaboração de PMFS nos PAs com a intervenção dos técnicos do Estado;

- fornecer assistência e capacitação técnica nos âmbitos administrativo, organizativo e jurídico

aos produtores rurais sobre as atividades madeireiras e suas modalidades para que possam agregar valor aos produtos florestais;

- efetivar a atuação dos órgãos responsáveis pela assistência técnica e extensão florestal e fiscalização; facilitar e incentivar o manejo sob gestão da comunidade, que opere em consonância com as atividades agrícolas, como parte de Arranjo Produtivo Local, preconizado nas diretrizes para o Manejo Florestal Comunitário em Projetos de Assentamento, conforme Artigos 4º a 11º, da IN nº 65/2010;

- realizar a legalização fundiária e subsidiar, simplificar e legalizar os planos de manejo.

Sabe-se que empresas do Amapá exploram poucas espécies consideradas de alto valor comercial. Em uma abertura de área, o volume de madeira correspondente às demais espécies, de baixo valor, é maior do que o volume das de alto valor comercial. Algumas vezes, como não possuem destinação, muitas espécies acabam sendo queimadas. Para otimizar o uso da floresta é necessário: tecnologias que utilizem um maior número de espécies; funcionamento da ZFV; regularização das terras comunitárias; favorecer o investimento florestal sustentável; processar pelo menos 750 mil m³/ano de madeiras serradas e beneficiadas no Estado; escoar produtos florestais madeireiros (PFM) e não madeireiros (PFNM); promover pequenos e médios negócios florestais, incluindo ainda créditos de carbono, água e biodiversidade.

Diretrizes para regularizar a cadeia familiar

Elektra Rocha*



As estratégias para a valorização das cadeias madeireiras nos assentamentos do Amapá devem ser baseadas em três conceitos. O primeiro é o conceito de autonomia. O assentado deve ser capaz de desenvolver a lógica de manejo para a área. O segundo é o protagonismo, ele necessita ser a “peça-chave” do processo, já que é o detentor responsável pela floresta. O terceiro é a educação, o que significa que precisa ter qualificação e embasamento para que seja capaz de promover o manejo sustentável da floresta.

A cadeia da madeira pode ser melhorada com algumas mudanças no processo atual. Mudanças essas que já ocorrem em outros assentamentos do Estado através de programas governamentais. O primeiro passo poderia ser uma ação governamental de financiamento dos planos de manejo para que o assentado tenha maior poder de negociação com as empresas (a exemplo dos projetos na Serra do Navio, do IEF, e em Mazagão, do Idesam). Além disso, as negociações deveriam ser assessoradas tecnicamente por um mediador imparcial (um técnico do governo), com o intuito de tornar mais justos os contratos que são estabelecidos para a venda de madeira entre empresas e comunidades.

Além de alterações nos contratos de forma a tornar mais justa a relação entre empresas e comunidades, é fundamental a

capacitação do assentado/ produtor e a assistência técnica para que seja capaz de realizar o controle pós-exploratório na floresta e no pátio, evitando a degradação ambiental de sua área. Por isso, em 2015, o GRET, em parceria com o IDESAM, realizou a capacitação em gestão florestal em quatro PAs produtores de madeira no entorno da Flota-AP (ver pág. 79).

Se assim fosse, teríamos uma melhora no sistema legalizado, apesar da autonomia e protagonismo do produtor ao longo de toda cadeia (plano de manejo, beneficiamento e comercialização) continuarem reduzidos ou dependentes de outro ator, nesse caso, o governo.

Já na cadeia familiar, a autonomia ou a capacidade do assentado de desenvolver a lógica de manejo para a área, está a caminho. Porém, estratégias de valorização dessa cadeia envolvem a normatização da atividade que deve ser realizada pelo poder público. Essa cadeia é desenvolvida pelo protagonista ou “peça-chave” em todos os elos da cadeia, ou seja, do manejo à comercialização. Com a elaboração e o licenciamento do plano através de crédito e assistência técnica, e a capacitação para os princípios do manejo sustentável, o assentado estaria apto a desenvolver a atividade sem causar grandes impactos ambientais e promovendo a sustentabilidade.

Com a organização, através de assistência técnica, seria pos-

sível promover o beneficiamento comunitário, com maquinário específico, acessando novos patamares de mercado. O modelo de exploração seria similar ao de manejo comunitário, porém os próprios assentados seriam responsáveis por todo o processo, da elaboração do plano à venda ao consumidor final.

Mas, para isso, há a necessidade de alteração da norma, pois da forma como está hoje não se aplica ao modelo de atividade a ser desenvolvido, o que impede a autonomia e o protagonismo do assentado. Seria preciso adaptar e simplificar procedimentos que muitas vezes não fazem sentido com a forma e a taxa de exploração real.

É fundamental ainda perceber que a maior parte da produção florestal do Amapá provém de não mais do que dez espécies. Ainda que os planos de manejo florestais tradicionais tratem a produção familiar e empresarial com o mesmo peso e medida, a adaptação à realidade deve ser considerada, pois a capacidade de produção das comunidades é bem diferente e menor do que a das empresas florestais. Além disso, é fundamental trazer os pequenos produtores para a legalidade implementando o manejo florestal de pequena escala mais adaptado à realidade das comunidades no Amapá.

* Eng. ambiental, coordenadora do Projeto Geflo (GRET)



Arquivo Idesam

Microserraria: transporte da madeira se dá pelo rio.



DESAFIOS E OPORTUNIDADES

Os extrativistas relatam que as principais dificuldades para legalizar o manejo florestal são a burocracia, a demora e os requisitos para o licenciamento da retirada da madeira.

Alguns moradores mais experientes contam que a maior parte da população ribeirinha dos PAs tem como principal fonte de renda a madeira. No entanto, já é complicado encontrar madeira próximo ao rio e o custo de produção tornou-se alto pela necessidade de mais mão de obra e pela falta de maquinário.

Devido a esse contexto, a atividade se torna lucrativa apenas com uma produção maior. O maior entrave para o manejo legal da floresta pelos PAs e ribeirinhos é a regularização fundiária. Há falta de documentação de titularidade dos lotes, além da burocracia e do valor do processo para legalizar a situação.

Estas áreas possuem um expressivo potencial extrati-

vista. Além das florestas de várzea e de terra firme, há organizações sociais amazônicas que dispõem de autonomia e conhecimento (empírico) para fortalecer os elos dessa cadeia. É necessário o estabelecimento de uma política pública que potencialize e viabilize essas atividades, provendo assistência técnica para a promoção do caminho mais vantajoso para os assentados, que seja legal, rentável e sustentável (ver págs. 100 e 101).

A partir da regularização fundiária e da organização dos produtores, é possível uma produção otimizada, que busque o beneficiamento já encomendado pelo consumidor final. Os resíduos têm um imenso mercado para a produção de artesanato, móveis e carvão, a partir da qualificação de produtores. Há muito mercado que pode ser explorado. E os pequenos produtores demonstraram disposição para legalizar a sua produção.



Manejo familiar

QUANDO A FLORESTA FAZ PARTE DA FAMÍLIA E DA COMUNIDADE É PRECISO APRENDER A PROTEGÊ-LA

O desenvolvimento do manejo florestal comunitário e familiar de baixo impacto representa um grande desafio para o Estado do Amapá, assim como para todos os estados que estão inseridos na Amazônia. Ainda caracterizado por um modelo econômico frágil, não consolidado de forma autônoma, dificulta a possibilidade de responder às expectativas por produtos madeireiros às sociedades locais em expansão.

Nesse contexto, o Projeto Geflo abordou entre seus principais objetivos o apoio e a elaboração de uma política de gestão sustentável da floresta e da biodiversidade, vi-

sando apoiar o manejo florestal familiar e comunitário nas florestas públicas do Amapá.

O Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (IDESAM), uma das organizações parceiras do projeto, foi integrado ao Projeto com base em sua experiência acumulada na gestão comunitária de UCs do estado do Amazonas, e compreende que o manejo florestal para produção madeireira e não madeireira (frutos, fibras, sementes, óleos) é um dos principais eixos para o fortalecimento do produtor florestal (comunitário) como gestor de seus ativos.



Capacitações em assentamentos

Entre maio e agosto de 2015, o IEF/AP através do Projeto “Ligando Mudanças Climáticas e o Manejo Florestal em Projetos de Assentamento no Amapá” capacitou cerca de 85 beneficiários da reforma agrária em gestão florestal em quatro Projetos de Assentamento (PAs) do entorno da Flota-AP: PA Serra do Navio, PA Nova Canaã, PA Nova Colina e PAE Foz do Mazação Velho. As capacitações foram divididas em três etapas.

A primeira etapa do curso apresentou como deve ser realizada a gestão de projetos de Manejo Florestal Comunitário e a legislação base. Na segunda etapa, ainda em sala de aula, foi trabalhado o conceito de gestão a partir de um exercício de registro das atividades anuais de cada beneficiário: a renda obtida, a mão de obra

necessária e o fluxo de renda existente entre as atividades.

A parte prática, em campo, compreendeu a análise da documentação de cada beneficiário e visitou os lotes dos mesmos, a fim de verificar o quão aptos estavam para solicitar a anuência para o Manejo Florestal aos órgãos licenciadores (INCRA e IMAP).

As condições avaliadas foram: acesso ao lote, presença de benfeitorias e de remanescente florestal. Na segunda parte teórica do curso, foi realizada uma retrospectiva dos assuntos abordados nos dias anteriores, nivelando com os resultados obtidos nas visitas aos lotes e fechando com propostas de arranjo produtivo para o Manejo Florestal Comunitário no assentamento.



SERVIÇOS BIOCLIMÁTICOS

Além da geração de renda e dos benefícios sociais, o manejo florestal familiar também contribui com a mitigação das mudanças climáticas, ao promover a manutenção dos serviços bioclimáticos e redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE) resultantes do desmatamento ilegal.



NO SENTIDO DE SUBSIDIAR OS PRODUTORES PARA A BUSCA DA AUTONOMIA NA PRODUÇÃO FLORESTAL, A EQUIPE TÉCNICA DO IDESAM DESENVOLVEU O GUIA PRÁTICO DO MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL EM PEQUENA ESCALA, QUE APRESENTA DE MANEIRA DIDÁTICA INFORMAÇÕES SOBRE AS TÉCNICAS DE CAMPO ENVOLVIDAS NA EXPLORAÇÃO DE BAIXO IMPACTO.

O GUIA, VIABILIZADO PELO PROJETO GEFLO, ABORDA O PROCESSO DE LICENCIAMENTO DO MANEJO FLORESTAL, COM UM PASSO-A-PASSO DA ORGANIZAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA O LICENCIAMENTO DO MANEJO EM PAS E TAMBÉM EM PROPRIEDADES PARTICULARES, ALÉM DE SER UM MATERIAL DE CONSULTA DO PRODUTOR FLORESTAL EM TODAS AS ETAPAS RELACIONADAS AO MANEJO FLORESTAL: PLANEJAMENTO, INVENTÁRIO FLORESTAL PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE MANEJO E PLANO OPERACIONAL ANUAL (POA), EXPLORAÇÃO DE BAIXO IMPACTO, COMERCIALIZAÇÃO DA MADEIRA (DOF E NOTA FISCAL) E PÓS-EXPLORATÓRIO. ACESSE EM: [HTTP://UGAGO.IT/GUIA-GEFLO](http://UGAGO.IT/GUIA-GEFLO).

Estruturação da cadeia produtiva da madeira

Leandro Leal Farias*
Carlos Gabriel Koury**
André Luiz M. Vianna***

Assim como em praticamente toda Amazônia, no Amapá, iniciativas de Manejo Florestal Comunitário e/ou Familiar (MFCF) para fins madeireiros em Projetos de Assentamento (PAs) ainda não se consolidaram. Antes de tudo, é necessário esclarecer alguns conceitos: entende-se por “Manejo Florestal Madeireiro” as iniciativas legalizadas via processos registrados nos órgãos licenciadores (INCRA e IMAP), específicas; por “Manejo Florestal Comunitário e/ou Familiar” entende-se os processos de produção florestal que seguem bases legais específicas, onde famílias ou grupos organizados (associações, cooperativas) possuem o controle do recurso florestal e realizam seu manejo com o uso de mão de obra familiar ou local.

O Amapá possui a menor taxa de desmatamento em PAs de toda a Amazônia. Esse é o cenário e o momento ideal para o desenvolvimento de iniciativas que mantenham preservado esse ativo ambiental. Uma ótima oportunidade para o Estado se tornar um exemplo de conservação, com produção de receitas através da atividade madeireira licenciada e exploração de impacto reduzido, que resultarão em melhorias na qualidade de vida da população.

No entanto, apesar do conhecimento tradicional, os produtores rurais que desejam vender

a madeira de seus lotes sentem grande dificuldade em licenciar atividade para poder comercializá-la. Consequentemente, por não conseguirem cumprir todos os trâmites da legislação, a extração de madeira acaba limitada a ações esporádicas (em grupos ou individualmente), apenas para satisfazer necessidades momentâneas (financeiras e pessoais).

Uma opção é quando empresas madeireiras exploram e comercializam a madeira de seus lotes: são ágeis na organização da documentação necessária e arcam com os custos do licenciamento. Para que o morador tenha o melhor proveito desta relação, ele deve entender como funciona o manejo florestal licenciado e as boas práticas de manejo de impacto reduzido.

Outro grande desafio é a regularização fundiária na Amazônia, que já poderia ter sido vencido em áreas destinadas para este fim: UCs de uso sustentável e Projetos de Assentamento. Porém, este patamar ainda não foi atingido e denota a necessidade de organização dos sujeitos desse processo, que são fundamentais para o desenvolvimento de projetos comunitários. Se a falta de conhecimento gera conflitos e dissonâncias, a disseminação de informações fidedignas e corretas fortalecem as associações, tornando-as menos vulneráveis a propostas escusas e economicamente injustas.

O produtor que sabe utilizar os ativos florestais existentes de maneira legalizada pode comer-

cializar produtos e subprodutos da madeira sem restrições e com valor agregado. A soma do conhecimento tradicional, organização social e extensão florestal adequada pode resultar neste cenário.

Foi nesse contexto e com essa motivação que o IDESAM passou a integrar o Projeto Geflo, sendo responsável principalmente pela realização de capacitações em Gestão Florestal, atuando de forma paralela na articulação com instituições e na mobilização social.

Depois de alguns poucos meses de trabalho, já foi possível notar a evolução dos produtores em buscar não só a regularização fundiária, como também novas oportunidades para suas produções (Declaração de Aptidão ao Pronaf, acesso a programas do Governo Federal e estadual, entre outros). Um resultado importante, pois retrata o início da inclusão do manejo florestal no cardápio de atividades produtivas legalizadas das famílias e comunidades do interior das florestas públicas do Amapá. A continuar esse processo vislumbra-se uma gestão territorial mais consciente, alinhada com a legislação, que pode gerar benefícios sociais, ambientais e econômicos.

* Eng. Florestal, Coordenador de Projetos do Programa de Produção Rural Sustentável do Idesam no Amapá

**Eng. Florestal, Diretor Executivo do Idesam

***Eng. Florestal, Coordenador Florestal do Programa de Produção Rural Sustentável do Idesam

SAIBA

DIAGNÓSTICO DAS CADEIAS PRODUTIVAS

Dentro de sua atuação em manejo florestal, o Idesam vem atuando em vários municípios da Amazônia. Com apoio de organizações locais e parceiros estratégicos, já foram realizados diversos estudos visando ações de melhoria e promoção da atividade. No site da organização podem ser acessados os diagnósticos feitos pela instituição, como o Diagnóstico das Cadeias Produtivas Florestais em seis municípios do Amazonas e o Diagnóstico da Cadeia Produtiva da Madeira no Município de Lábrea (AM). Confira em www.idesam.org.br.

Plano de Manejo Florestal e a legislação estadual

Plano de Manejo Florestal, de acordo com a legislação estadual, é um “documento técnico básico que apresenta as diretrizes e procedimentos para administração da floresta de acordo com os princípios do manejo florestal”. Em outras palavras, ele contém

informações a respeito da área a ser manejada e o planejamento das atividades a serem realizadas ao longo do tempo. Caso o dono da área tenha dificuldades nesta etapa, ele poderá consultar um Engenheiro ou Técnico Florestal para auxiliá-lo.



Aproveitamento de florestas comunitárias

No Amapá, 31% das florestas são comunitárias. Podem ser oriundas de reservas extrativistas, de áreas de quilombolas, de projetos de assentamentos e de comunidades ribeirinhas.

Os proprietários podem trabalhar com outras culturas em 20% de suas terras e com o manejo flores-

tal nos outros 80% (Reserva Legal). Nessa área, pode-se extrair frutos, sementes, cipós, óleos, entre outros subprodutos da floresta.

Para quem trabalha com madeira e quer licenciar a atividade através de PMFS é obrigatória a o acompanhamento do engenheiro florestal; esse profissional será

responsável pela análise prévia do potencial florestal da área e da viabilidade econômica da atividade e a partir desse embasamento instruir e acompanhar as atividades pré-exploratórias para a elaboração do PMFS, bem como o licenciamento e a atividade exploratória e pós-exploratória.

LEANDRO FARIAS,
COORDENADOR DE
PROJETOS DO IDESAM



O CONHECIMENTO DO QUE A LEGISLAÇÃO FLORESTAL VIGENTE RESTRINGE E O QUE ELA PERMITE É A PRIMEIRA ETAPA PARA UMA GESTÃO FLORESTAL MAIS CONSCIENTE. COM O TEMPO, A AGENDA DO PRODUTOR É PREENCHIDA DE FORMA ORGANIZADA COM ATIVIDADES DO MANEJO FLORESTAL, EXTRATIVISMO E AGRICULTURA.



PATRICK FARIAS,
TÉCNICO DA SEMA



Cadeia produtiva empresarial

A cadeia produtiva empresarial da madeira se dá a partir de acordos entre produtores e empresas madeireiras que regularizam a documentação fundiária (a exemplo do pagamento de parcelas de títulos de domínio), viabilizam o acesso à documentação necessária junto ao INCRA, IBAMA, Receita Federal, Prefeituras e IMAP, contratam o Engenheiro Florestal e dão suporte a toda a execução do PMFS, sem o envolvimento e empoderamento do processo aos detentores das áreas manejadas.

A matéria-prima é negociada em pé. Antes mesmo de ser licenciada – da existência da AUTEX – o contrato já especifica o valor do m³. O ativo florestal é retirado em toras, transportado e vendido pela empresa para serrarias do Estado do Amapá. A madeira é beneficiada e comercializada para o mercado nacional. Neste caso, paradoxalmente, a percepção geral em termos de impacto ambiental é a de que a floresta foi danificada após a retirada da madeira nas áreas de manejo florestal. Isto tem relação

direta com a alta taxa de exploração, que neste caso é até 30 m³/ha, e a falta de fiscalização e multas no pós exploratório que ocorre dentro de lotes. Ou seja, as áreas manejadas são super exploradas, sofrem alto impacto ambiental. A tendência é que essas florestas tenham um potencial de produção cada vez mais baixo (Rocha & Sablayrolles, 2014). Ressalta-se, que este cenário proporciona o risco do êxodo rural, em que o assentado realiza em sua RL o manejo apenas uma única vez e abandona o lote.

Apesar de ser uma exigência da legislação, dificilmente são observados o monitoramento dos impactos ambientais da atividade, seja pela empresa, seja pelos órgãos competentes. O volume de madeira estimado pela **Autorização de Exploração Florestal (Autex)** é monitorado apenas pela emissão dos DOFs (Documento de Origem Florestal), que acompanham, a madeira durante seu transporte, e pelo Relatório Pós-Exploratório elaborado pelo responsável técnico do PMFS.

DURANTE ATIVIDADES DE CAMPO, QUANDO SE CONFERE A VALIDAÇÃO DOS POLÍGONOS DO DESMATAMENTO, É COMUM ENCONTRAR ASSENTADOS QUE POR FALTA DE CONHECIMENTO VENDERAM A SUA MADEIRA A UM PREÇO BEM ABAIXO DE MERCADO LARGANDO TUDO E MIGRANDO PARA A CIDADE, DEIXANDO A SUA ÁREA DEGRADADA.

AUTEX

Autorização emitida pelo IMAP, que tem como base o PMFS e o Plano Operacional Anual, ambos aprovados pelo órgão. Contém informações das árvores que serão exploradas, sua localização na floresta, espécie e volumetria.



DESAFIOS E OPORTUNIDADES

Para o Idesam, em razão da falta de conhecimentos técnicos, grande parte dos assentados prefere trabalhar com produção agrícola e ainda não enxerga a atividade florestal como potencial fonte de renda. É preciso fortalecer as ações de capacitação e a disseminação dos benefícios gerados por meio do manejo florestal familiar.

É preciso estimular nos assentados o trabalho cooperativo, através de modalidades formais e/ou informais de organização social. Com assistência técnica adequada e um diálogo aberto e participativo, é possível minimizar conflitos internos e promover o trabalho em conjunto para o desenvolvimento local.

O manejo florestal ainda não é uma atividade desenvolvida no contexto familiar e de pequena escala, sendo um

mercado explorado apenas por empresas madeireiras. Isso faz com que a atividade seja, ao mesmo tempo, inovadora e desafiadora para os assentados. Em função disso, o trabalho deve ser intenso e contínuo, até que os assentados possam descobrir – na prática – os benefícios do manejo e seguir adiante com as próprias pernas.

A falta de interesse dos jovens pelas atividades rurais também é um desafio encontrado nos assentamentos atendidos pelo Projeto Geflo, uma vez que a sustentabilidade do manejo florestal familiar depende não só de uma gestão eficiente, mas também de continuidade. É necessário realizar um trabalho focado na juventude, promovendo o seu envolvimento e interesse em dar seguimento às atividades produtivas familiares.

VEJA também

Capacitações técnicas, pág. 50 • Diálogo com a sociedade civil, pág. 58 • Cap. 3 Alternativa de renda e conservação da biodiversidade, pág. 174



CONFIRMAÇÃO DOS DADOS

Os técnicos do IEF constataram na prática os dados levantados pelos consultores do GRET para o Projeto Geflo em 2013. As empresas madeireiras financiam todo o processo de retirada da madeira: do plano de manejo ao beneficiamento e à comercialização do produto. O tempo de execução de um plano de manejo dentro de um PA pode variar de cerca de 30 a 90 dias. A maior parte da madeira produzida abastece o mercado local.

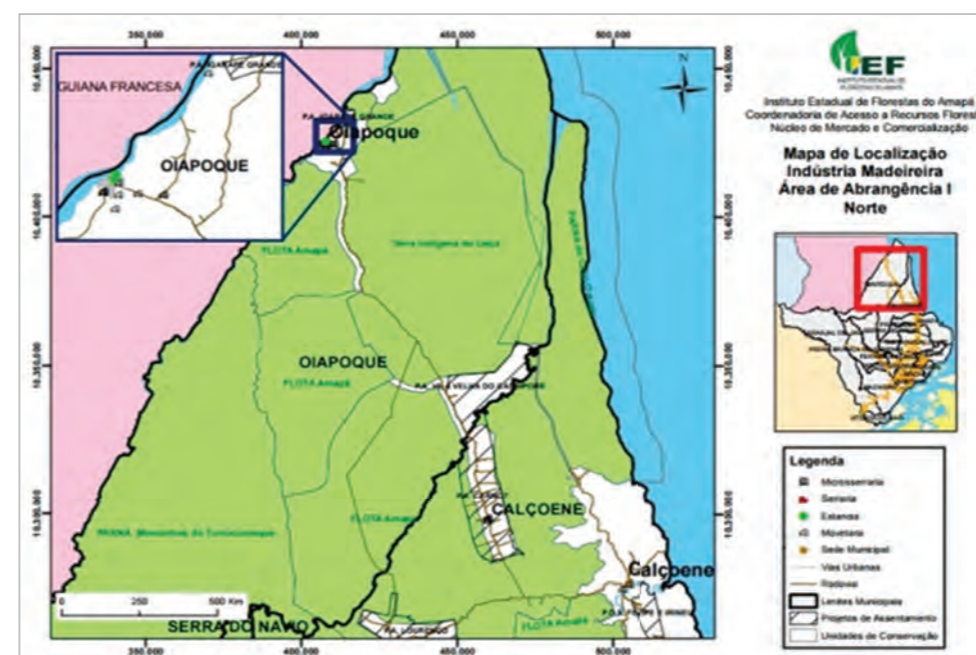
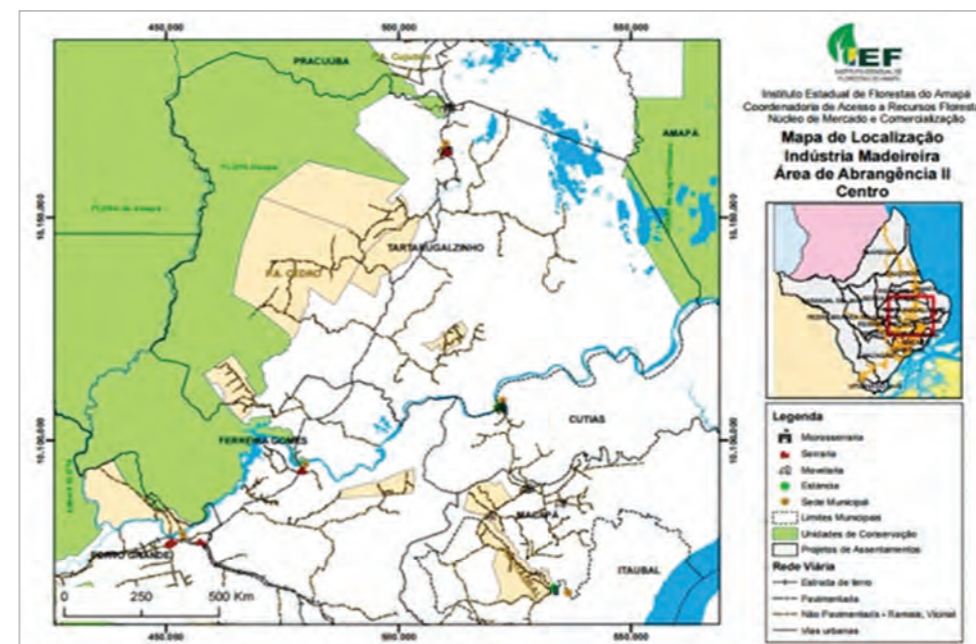
Processamento e industrialização

O Núcleo de Mercado e Comercialização da Coordenadoria de Acesso a Recursos Florestais do IEF (NMC/CARF/IEF), com apoio do Projeto Geflo, realizou, nos anos de 2015 a 2016, um sucinto diagnóstico do setor madeireiro para o Estado do Amapá. O objetivo tratou de identificar quantos empreendimentos florestais existem no Estado, onde estão localizados, além de levantar informações de produção e mercado do setor de produção florestal para conhecer as relações de comércio que o mesmo estabelece. Este diagnóstico considerou todos os municípios do Estado com exceção de Macapá e Santana (até o

fechamento desta publicação).

Foi priorizado o reconhecimento da realidade do interior do Amapá. Além dos dados primários levantados em trabalho de campo, também foram considerados estudos, dados e informações secundárias coletadas em outras instituições governamentais e não governamentais. Para o levantamento foram consideradas as empresas ou estabelecimentos que realizam as primeiras fases do processamento da madeira nativa (microserrarias e serrarias) ou que realizam o seu beneficiamento, transformação em produtos e comercialização (estâncias, moveleiras, produtores de artesanato).

Localização dos empreendimentos nos municípios pesquisados



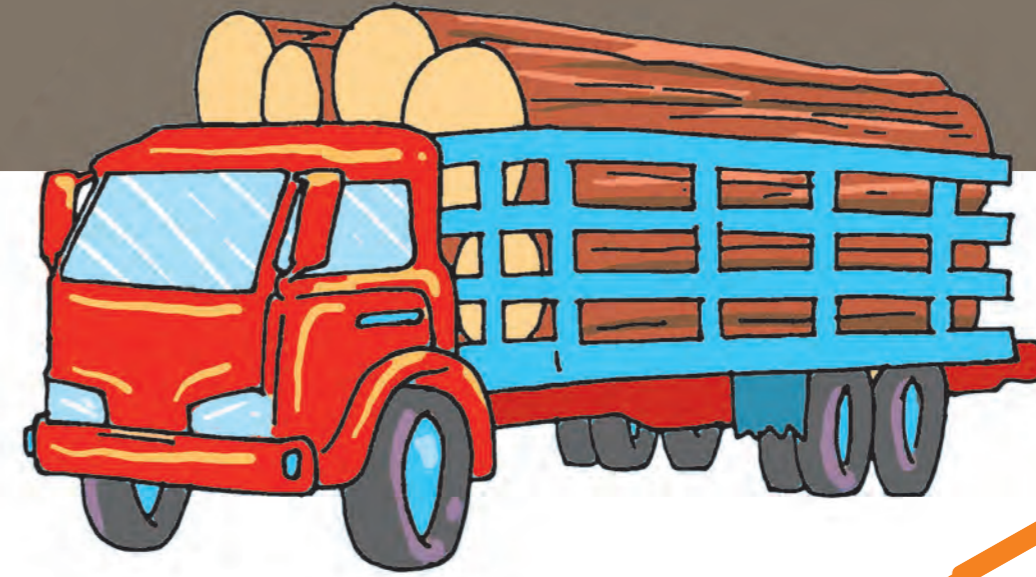
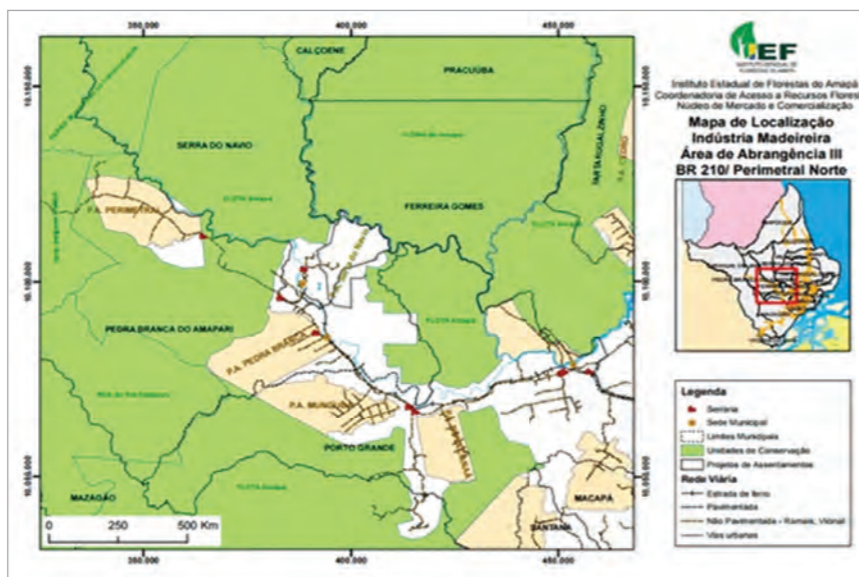
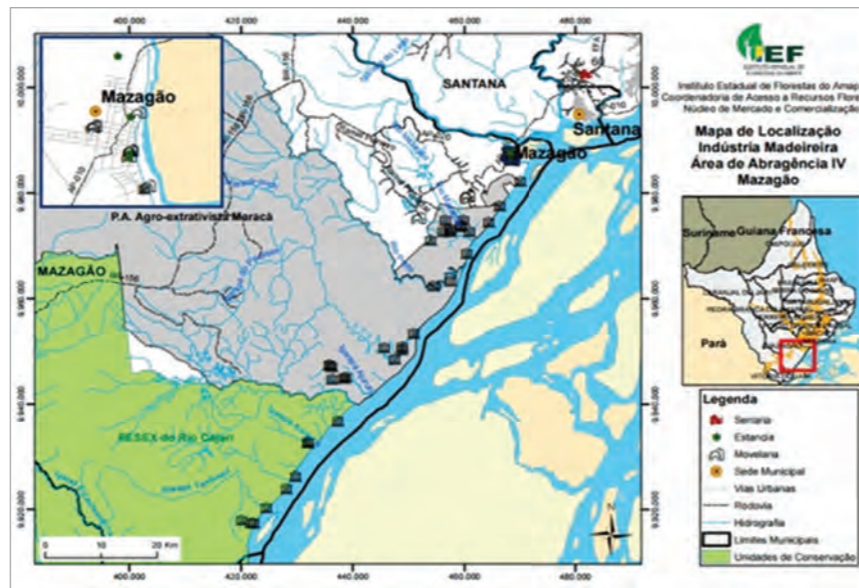
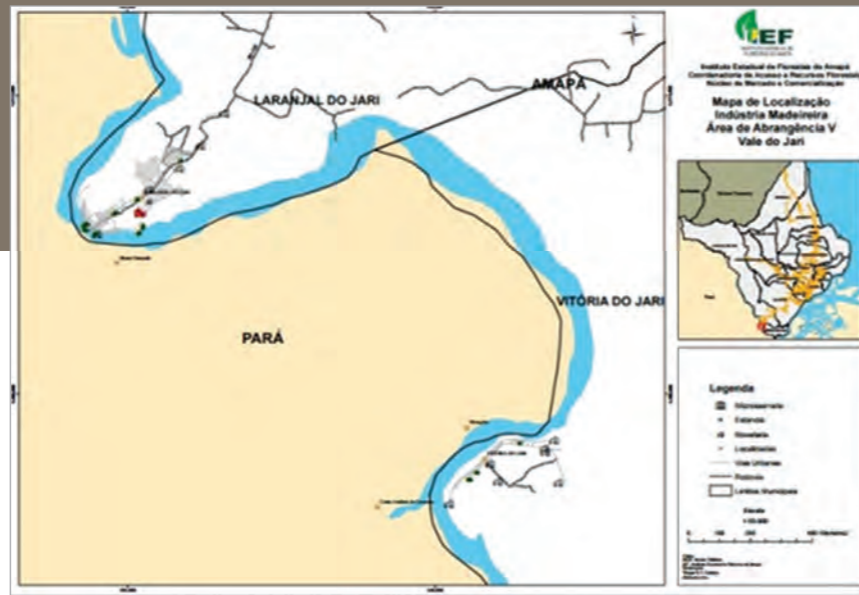
QUEM VIABILIZA

Os assentados se queixam que os contratos com as empresas são injustos, pois o preço pago por m³ é baixo e o assentado não tem autonomia no processo de execução do plano de manejo. Os produtores madeireiros afirmam que é necessário ter acesso a financiamentos para a elaboração do plano de manejo e para que tenham melhores condições de negociação com as empresas para a execução (ver pág. 76).

EURYANDRO RIBEIRO COSTA,
ENG. AMBIENTAL IEF



A AUSÊNCIA OU DIFICULDADE DE OBTER DADOS SOBRE OS EMPREENDIMENTOS E PREÇOS PRATICADOS NO SETOR FLORESTAL E COMO ESTE REAGE ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS TORNAM DIFÍCIL O CONHECIMENTO DOS IMPACTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SOBRE A DINÂMICA DESSE MERCADO. ASSIM, O CONHECIMENTO SOBRE OS EMPREENDIMENTOS FLORESTAIS, PREÇO E A DINÂMICA DE MERCADO SERVE COMO SUBSÍDIO PARA AGREGAR VALOR, CONSTRUIR E MELHORAR POLÍTICAS PÚBLICAS E PROGRAMAS DE GOVERNO, DENTRE ELAS, AS CONCESSÕES FLORESTAIS.



OS NÚMEROS DO COMÉRCIO DA MADEIRA

Levantamento feito em cinco áreas de abrangência – norte, centro, Mazagão, BR 210 – Perimetral Norte e Vale do Jari – encontrou os seguintes empreendimentos no Estado:

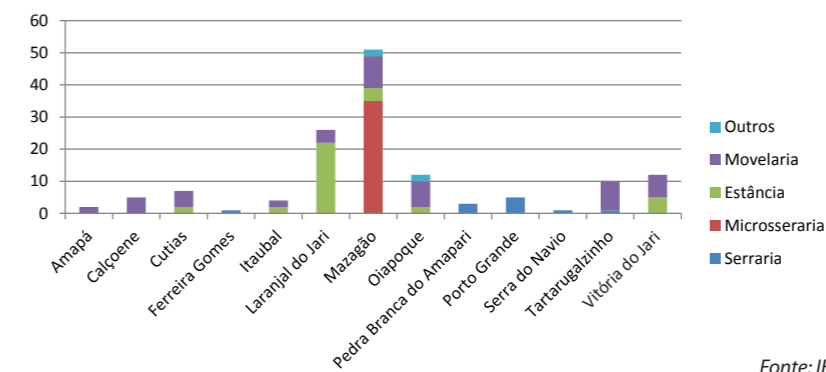
- 35 estâncias
- 54 movelarias
- 12 serrarias
- 35 microserarias

Segmentos em municípios

No gráfico abaixo está a distribuição dos segmentos da atividade madeireira por município. Mazagão se destaca com mais de 50 empreendimentos, especialmente microserarias. As movelarias estão presentes em praticamente em todos os municípios. Ao longo da Rodovia Perimetral Norte (BR 210), em Porto Grande, Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio as grandes serrarias de terra firme se sobressaem. Já no caso dos

municípios de Vitória do Jari e Laranjal do Jari, salienta-se o expressivo número de estâncias. Só em Laranjal do Jari há mais de 20 empreendimentos desse tipo. Com exceção de Macapá e Santana, que serão levantados em etapa futura desse estudo, apenas o município de Pracuúba não aparece na listagem, por não apresentar qualquer representante do setor (serraria, microseraria, estância, movelaria, outros).

NÚMERO E TIPOS DE EMPREENDIMENTOS FLORESTAIS



Fonte: IEF

QUEM FAZ O QUÊ

Os empreendimentos exploram tipos distintos de florestas e de espécies. As serrarias utilizam as espécies de terra firme e as microserarias utilizam as espécies de várzea.



Tipos de empreendimentos do setor madeireiro

SERRARIA

O processamento das toras ocorre por meio da utilização de serras-de-fita. O produto acabado apresenta melhor qualidade (madeira processada com dimensões mais precisas) e o equipamento permite o processamento de quase todas as espécies de valor comercial. O porte da serraria varia de acordo com a quantidade de serras-de-fita que possui. Geralmente esse tipo de empresa madeireira emprega mais de dez pessoas e algumas delas realizam o beneficiamento de parte da madeira.



1. LOTE DE TORAS NO PÁTIO
2. "TRATOR"-: PÁ CARREGADEIRA (TRANSPORTE DE TORAS NO PÁTIO)
3. "MAQUINÁRIO": SERRA-DE-FITA (UTILIZADA NO DESDOBRO DAS TORAS)
4. LOTE DE MADEIRA BENEFICIADA
5. "CAMINHÃO COM LONA" – CAMINHÃO ARTICULADO PARA TRANSPORTE DE GRANDE QUANTIDADE DE MADEIRA BENEFICIADA

MICROSSERRARIA

O desdobro da madeira em tora é feito de maneira simples, através de serras circulares. Em geral, esses equipamentos são bastante rudimentares e possuem baixo rendimento de processamento. As microserrarias são também caracterizadas por empregarem menos de dez pessoas cada. Geralmente são empresas familiares localizadas em áreas de várzea do estuário amazônico.



1. VISÃO GERAL DE UMA MICROSSERRARIA
2. CARACTERÍSTICA BÁSICA DAS MICROSSERRARIAS É A PROXIMIDADE COM A ÁGUA
3. EQUIPAMENTOS UTILIZADOS NO DESDOBRO DAS TORAS
4. ESTOQUE DE MADEIRA BENEFICIADA
5. GRANDE QUANTIDADE DE RESÍDUOS GERADOS A PARTIR DO DESDOBRO QUE NÃO É UTILIZADO

ESTÂNCIA

Estabelecimento onde se depositam e comercializam madeiras de construção ou combustíveis (lenha ou carvão). Geralmente são pontos de comercialização localizados nas beiras dos igarapés e rios.



1. VISÃO GERAL DE UMA ESTÂNCIA DE VENDA DE MADEIRAS
2. LOTES DE MADEIRA SEPARADOS POR TIPO DE CORTE E ESPÉCIE
3. ORGANIZAÇÃO PADRÃO DE UM ESTÂNCIA

MOVELARIA E ARTESANATO

Este segmento representa o setor de beneficiamento da madeira para a construção de móveis e artesanatos.



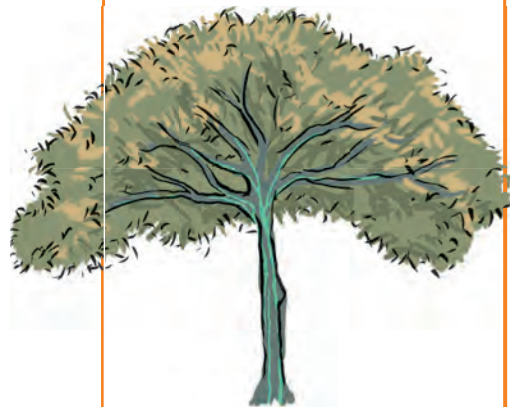
1. FABRICAÇÃO DE MÓVEIS RÚSTICOS
2. LOTE DE CADEIRAS EM FASE DE PRODUÇÃO
3. MESAS, PORTA E CABECEIRA DE CAMA EM FASE FINAL DE ACABAMENTO
4. PEQUENOS OBJETOS EM MADEIRA EM ESTÁGIO DE CONFECÇÃO A PARTIR DE RESÍDUOS
5. PEQUENOS OBJETOS EM MADEIRA EM EXIBIÇÃO PARA VENDA



DOUGLAS ARMANDO/IEF

Mapeamento do ciclo da madeira

O estudo foi feito para captar informações sobre a percepção dos assentados de área de entorno da futura concessão.

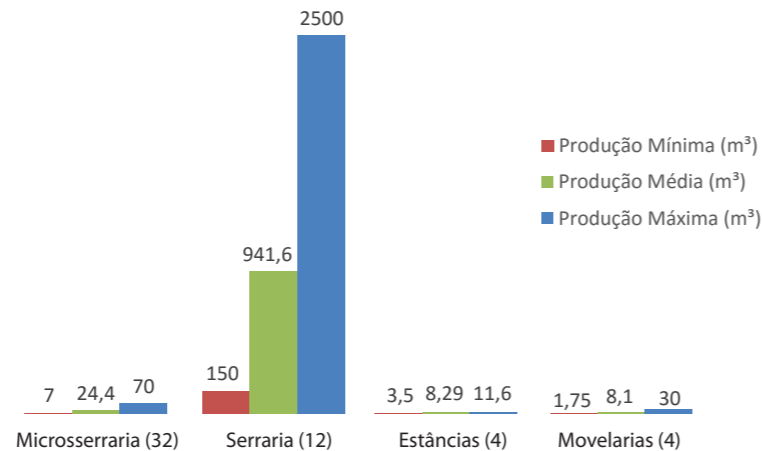


Produção Microserraria

Nas microserrarias que trabalham com árvores de várzea, o consumo de madeira variou entre 7 e 70 m³/mês, com média de 24 m³ de madeira/mês. Segundo estudos feitos por Leite et. al, 2007,

de acordo com os proprietários das microserrarias, em média são cortadas 7 a 8 toras por dia (3,5 m³), o equivalente a duas árvores e que gera uma produção diária de 20 dúzias de ripas ou ripões.

PRODUÇÃO MADEIREIRA (em m³)



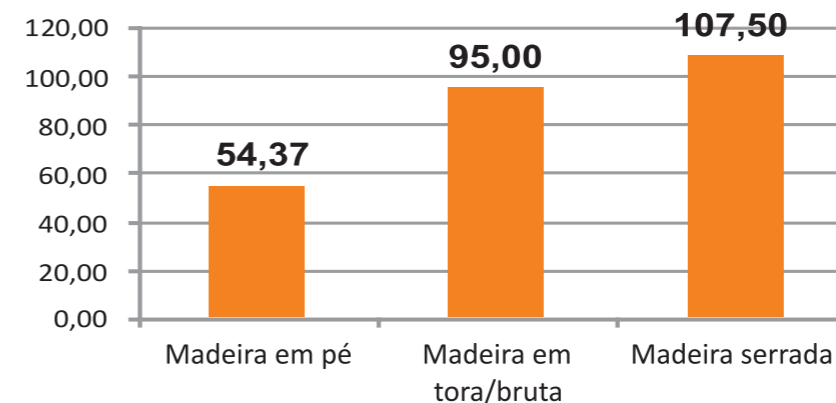
Fonte: IEF

Preço de compra e venda da madeira - Microserraria

Em relação aos preços de madeira em pé, o levantamento realizado pelo IEF verificou que o valor variou entre R\$ 30,00 e R\$ 130,00 por m³, para as espécies

de várzea. E o preço da madeira serrada bruta partiu de R\$ 60,00 a R\$ 200,00 por dúzia. Já da madeira plainada, o preço ficou entre R\$ 70,00 e R\$ 220,00 a dúzia.

PRODUÇÃO MADEIREIRA (em m³)



*Valores referentes à produção a partir das espécies Macacauba (*Platymiscium trinitatis* var. *duckei* (Huber) Klitg), Pau Mulato (*Callycophyllum spruceanum* Benth), Pracaúba (*Mora paraensis* Ducke) e Andiroba (*Carapa guianensis* Aubl). Fonte: IEF



ARQUIVO IDESAM

CÉSAR AUGUSTO DE SOUZA, TÉCNICO IEF



NAS FLORESTAS DE VÁRZEA, A EXPLORAÇÃO FAMILIAR DA MADEIRA É ECONOMICAMENTE VIÁVEL. GERA RENDA E POSSIBILITA AOS EXTRATIVISTAS VIVEREM NA REGIÃO. POR ISSO, É ACONSELHÁVEL A SUA MANUTENÇÃO.



RENDA ALTERNATIVA

As microserrarias oportunizam uma renda alternativa à população ribeirinha que permaneceu no ambiente de várzea e não migrou para os centros urbanos. Nas serrarias familiares, a produção de madeira é obtida a partir do uso de espécies de ocorrência destacada, como é o caso da andiroba, da pracaúba, da macacaúba, da virola e do pau-mulato, entre outras, que têm boa aceitação em Macapá e Santana. A matéria-prima é utilizada na construção de casas, colocação de cercas, fabricação de móveis etc.



TERRA FIRME

As madeiras são processadas nas serrarias localizadas ao longo das Rodovias BR-156 e BR-210 e parte da produção é comercializada para fora do Estado.

Produção – Serraria

Serrarias trabalham com madeiras de terra firme, entre as quais se destacam Angelim Pedra (*Hymenolobium petraeum* Ducke), Angelim vermelho (*Dinizia excelsea* Ducke), Cumarú (*Dipityx odorata* Willd), Jatobá (*Hymenaea* sp) e Maçaranduba (*Manilkara huberi* Chevalier). O maquinário pesado

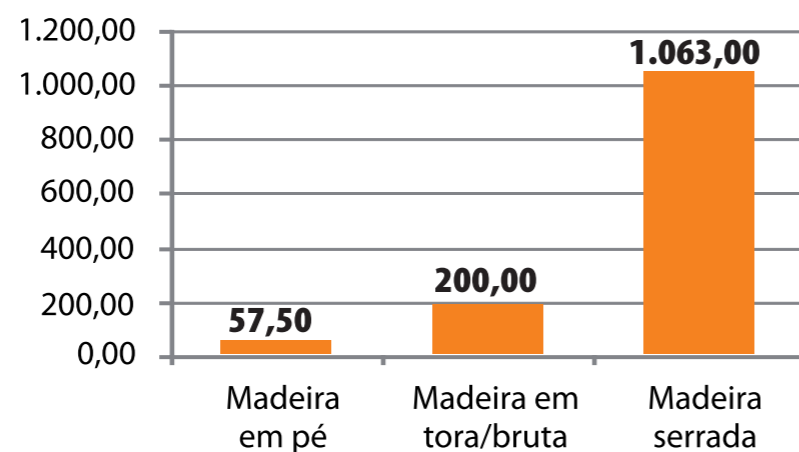
aumenta a produção e, portanto, aumenta o consumo mensal dos empreendimentos. Destaque para a concentração de serrarias no município de Porto Grande. O consumo mensal em metro cúbico variou de 150 a 2500m³ de madeira, ou seja, um consumo médio mensal de 942 m³.

Preço de compra e venda da madeira - Serraria

Em relação aos preços de madeira em pé, os dados foram coletados junto aos proprietários e/ou gerentes das empresas visitadas. Os resultados mostram as médias e os limites máximo e mínimo por segmento. Para a madeira em pé,

o preço variou entre R\$ 35,00 a R\$ 80,00 por metro cúbico. Já no caso da madeira em tora o valor ficou entre R\$ 150,00 e R\$ 250,00 por metro cúbico e o da madeira serrada entre R\$ 950,00 e R\$ 1.400,00 por metro cúbico.

PREÇO MÉDIO (R\$/m³)



*Valores referentes à produção a partir das espécies Cumarú, Maçaranduba, Cupiuba, Angelim Pedra, Sucupira, Angelim Vermelho. Fonte: IEF



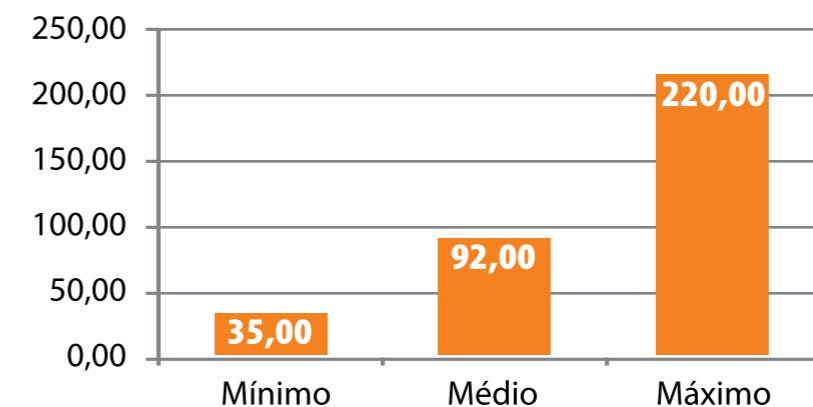
Estância: Venda com ou sem nota fiscal, o que impede maior arrecadação.

Preço de compra e venda da madeira - Estância

As estâncias estão concentradas principalmente no município de Laranjal do Jari. A amostragem do levantamento representa 10% das empresas desse tipo no Estado. Observa-se que o consumo mensal (mínimo e máximo) de madeira variou entre três, cinco e doze por metro cúbico, com média mensal de oito por metro cúbico.

Os preços da madeira praticados por este tipo de empreendimento variaram entre R\$ 35,00 e R\$ 220,00 por dúzia de peças, com média de R\$ 92,00 por dúzia de peças. Isso se deve pela falta de regularização e certificação, as estâncias negociam os preços da madeira que comercializam. Muitas vezes, trabalham com preços "com ou sem nota fiscal".

PREÇO (R\$/dúzia de peças)



Fonte: IEF

ELEKTRA ROCHA,
COORDENADORA DO
PROJETO GEFLO (GRET)



É IMPORTANTE TER CAPACIDADE DE RASTREAR A ORIGEM E O TRAJETO DO PRODUTO ATÉ O CONSUMO. PARA TANTO É FUNDAMENTAL ARRANJOS INSTITUCIONAIS COM PARCERIAS BEM ESTRUTURADAS ENTRE O GOVERNO, AS EMPRESAS E AS COMUNIDADES.



Preço de compra e venda da madeira - Movelaria

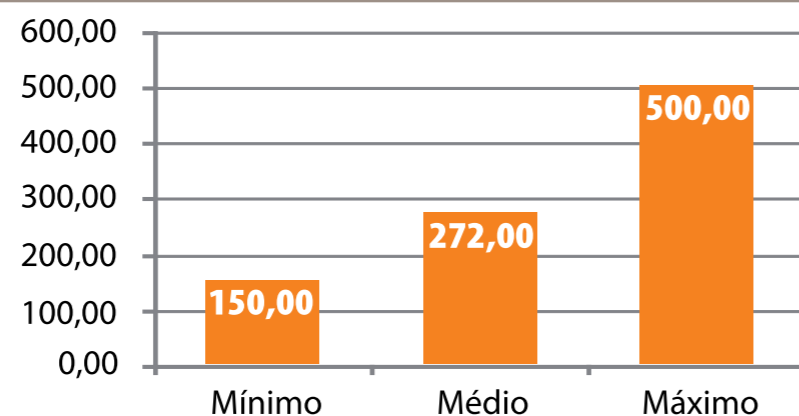


Nas movelarias visitadas, observa-se que o consumo de madeira (mínimo e máximo) variou entre 1,75 e 30 m³/mês, respectivamente, e com uma média de 8 m³/mês. As movelarias compram a madeira para sua produção, em geral, das estâncias. Dessa forma, pagam mais barato pela matéria-prima sem

documentos de origem.

Em relação à madeira em peças, os preços oscilaram entre R\$ 150,00 e R\$ 500,00 por dúzia de peças, uma média de R\$ 272,00 por dúzia de peças (as movelarias comercializam seus produtos por dúzias). Pela ausência de documentos, acabam restritas ao mercado local ou ao mercado informal para Caiena (Guiana Francesa).

PREÇO (R\$/dúzia de peças)



Fonte: IEF



Douglas Armando/arquivo IEF

Movelarias geralmente trabalham com madeiras adquiridas nas estâncias.

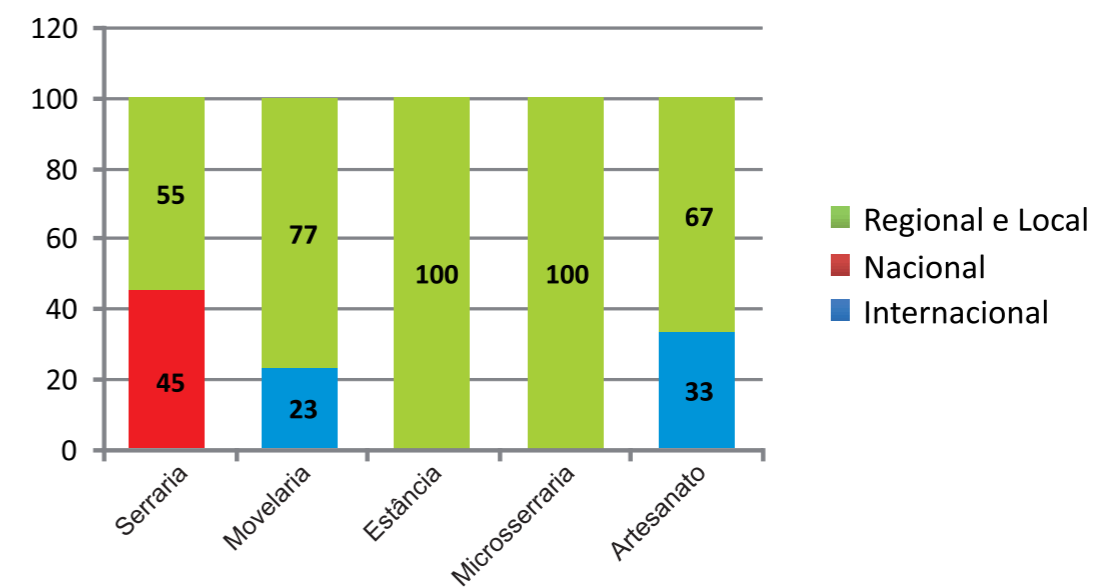
Mercado e comercialização

O gráfico a seguir expõe o panorama do mercado madeireiro do Amapá. Em razão da regularização, apenas as grandes serrarias comercializam sua produção para fora do Estado, para atender o mercado nacional. Os segmentos estância e microserraria ficam restritos aos mercados regional ou local. O levantamento levou em conta também o mercado informal, como é o caso de algumas movelarias e de produtores de artesanato que exportam do município de Oiapoque para a Guiana Francesa.

ria ficam restritos aos mercados regional ou local. O levantamento levou em conta também o mercado informal, como é o caso de algumas movelarias e de produtores de artesanato que exportam do município de Oiapoque para a Guiana Francesa.



COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO por tipo de empreendimento (%)



Fonte: IEF

DISPUTA ENTRE SERRARIAS E ESTÂNCIAS

Dentre as principais dificuldades do segmento das serrarias está relacionado às estâncias, que vendem madeira ilegal a um preço muito inferior e dominam o mercado local. Por outro lado, muitos proprietários das estâncias afirmaram que estão perdendo mercado para os serradores autônomos que entram na mata, derrubam a árvore, serram no local com motosserra e entregam o produto na casa dos clientes a um preço menor

ainda que o praticado pelas estâncias. Isto mostra a necessidade de uma melhor estruturação da cadeia produtiva da madeira, para que todas as partes colaborem e trabalhem juntas para o desenvolvimento de uma economia florestal em que todos possam ganhar: governo, empresas e comunidades. A regularização do manejo familiar e dos empreendimentos é o primeiro passo a ser dado (ver págs. 100 e 101).

APOIO TÉCNICO

As movelarias têm como dificuldades a obtenção da documentação, o elevado preço da madeira e o receio da fiscalização dos órgãos ambientais. Mesmo assim, gostariam de ampliar seu local de trabalho e seus conhecimentos se tivessem um maior apoio técnico para estruturar a cadeia produtiva junto aos órgãos de extensão governamentais.



PRINCIPAIS ESPÉCIES POR EMPREENDIMENTO

Segmento	Principais espécies
SERRARIA	Acapú (<i>Vouacapoua americana</i>)
	Angelim pedra (<i>Hymenolobium petraeum</i> Ducke)
	Angelim vermelho (<i>Dinizia excelsea</i> Ducke)
	Cumaru (<i>Dipiteryx odorata</i> Willd)
	Cupiuba (<i>Goupia glabra</i> Aubl)
	Ipê (<i>Tabebuia</i> sp.)
	Jarana (<i>Holopyxidium jarana</i> (Huber) Ducke)
	Jatobá (<i>Hymenaea</i> sp.)
	Louro vermelho (<i>Nectandra rubra</i> (Mez) C.K. Allen)
	Maçaranduba (<i>Manilkara huberi</i> Chevalier)
	Mandioqueira (<i>Qualea albiflora</i> Warm)
	Piquiá (<i>Pithecolobium racemosum</i> Ducke)
	Quaruba (<i>Vochysia inundata</i> Ducke)
MICROSERRARIA	Sucupira (<i>Diploptropis purpurea</i> (Rich.) Amshoff)
	Andiroba (<i>Carapa guianensis</i> Aubl)
	Pau Mulato (<i>Callycophyllum spruceanum</i> Benth)
	Macacauba (<i>Platymiscium trinitatis</i> var. <i>duckei</i> (Huber) Klitg)
	Pracuúba (<i>Mora paraensis</i> Ducke)
	Virola (<i>Virola surinamensis</i> (Rol. ex Rottb.) Warb)
ESTÂNCIA	Anani (<i>Symphonia globulifera</i>)
	Andiroba (<i>Carapa guianensis</i> Aubl.)
	Angelim (<i>Dinizia excelsea</i> Ducke)
	Quaruba (<i>Vochysia inundata</i> Ducke)
	Maçaranduba (<i>Manilkara huberi</i> Chevalier)
	Meraruba (<i>Quina amazonica</i> A.C. Sm)
	Pau Mulato (<i>Callycophyllum spruceanum</i> Benth)
	Pracuuba (<i>Mora paraensis</i> Ducke)
	Taruba (<i>Aspidosperma tomentosum</i>)
	Virola (<i>Virola surinamensis</i> (Rol. ex Rottb.) Warb)
	Amapá (<i>Parahancornia amapa</i>)
	Andiroba (<i>Carapa guianensis</i> Aubl)
	Angelim pedra (<i>Hymenolobium petraeum</i> Ducke)
Angelim rajado (<i>Pithecellobium racemosum</i> Ducke)	
Angelim vermelho (<i>Dinizia excelsea</i> Ducke)	
Angelique (<i>Bauhinia variegata</i>)	
Cedro (<i>Cedrela odorata</i>)	
Cumaru (<i>Dipiteryx odorata</i> Willd)	
Cupiuba (<i>Goupia glabra</i> Aubl)	
Ipê (<i>Tabebuia</i> sp.)	
Itauba (<i>Mezilaurus itauba</i> (Meisn.)	
Jatobá (<i>Hymenaea</i> sp)	
Louro <i>Nectandra rubra</i> (Mez) C.K. Allen)	
Macacaúba (<i>Platymiscium trinitatis</i> var. <i>duckei</i> (Huber) Klitg)	
Mandioqueira (<i>Qualea albiflora</i> Warm)	
Marupá (<i>Simarouba amara</i> Aubl)	
Mutuxi	
Pau mulato (<i>Callycophyllum spruceanum</i> Benth)	
Sucupira (<i>Diploptropis purpurea</i> (Rich.) Amshoff)	
Tatajuba (<i>Bagassa guianensis</i> Aubl)	
Timborana (<i>Piptadenia suaveolens</i> Miq.)	

PRINCIPAIS DIFICULDADES LEVANTADAS NA CADEIA DA MADEIRA

Segmento	Principais dificuldades
SERRARIA	Concorrência desleal com a madeira ilegal
	Rigor das leis trabalhistas, fundiárias e ambientais
	Alto custo da atividade
	Infraestrutura (acesso rodoviário precário, falta de energia etc)
	Burocracia nos licenciamentos
	Falta de crédito
MICROSERRARIA	Manutenção dos equipamentos é cara
	Mão de obra qualificada externa encarece os custos
	Perigos relativos ao transporte ilegal de madeira durante a noite pela via fluvial
	Muitas vezes o produtor não recebe pela venda da madeira à vista
	Falta de apoio técnico
	Medo de fiscalização dos órgãos ambientais
ESTÂNCIA	Motoserra sem documentação
	Empreendimento sem licença
	Geralmente a madeira não é legalizada
	Falta de regularização fundiária, impossibilita o licenciamento do empreendimento.
	Falta de organização do setor
	Concorrência com o operador de motoserra que busca direto na floresta e entrega a madeira pré-beneficiada direto para o cliente
MOVELARIA	Falta de regularização fundiária, o que impossibilita o licenciamento
	Burocracia nos licenciamentos
	Falta de crédito
	O transporte dos resíduos para as olarias (muito comum) é proibido, devido à falta de licenciamento, o que gera muita insegurança na atividade
	Infraestrutura (acessos rodoviários precários, falta energia etc)
	Geralmente a madeira não é legalizada
MOVELARIA	Impossibilidade de acesso a mercados devido à falta de origem da madeira (venda somente local)
	Falta de apoio governamental (falta de assistência técnica e subsídios ao setor)
	Diminuição das compras governamentais (cadeira e mesa para as escolas)
	Falta de crédito
	Alto custo do frete
	Atividade de artesanato com aproveitamento dos resíduos da madeira processados pelos outros segmentos (problemas na origem/sem licenciamento)



DESAFIOS E OPORTUNIDADES

A estrutura do setor florestal precisa melhorar, os produtores sofrem com a falta de regularização fundiária e de licenciamento ambiental, o que acaba inibindo as oportunidades de crescimento. É fundamental elaborar políticas públicas que incluam os empreendimentos florestais na legalidade para que a produção seja escoada para fora do Estado. Dessa forma, o produto tem maior valor agregado e a economia do Estado é movimentada. Assistência técnica para que o produtor e os empreendimentos madeireiros possam implementar o seu sistema de rastreabilidade é fundamental. As serrarias que já estão legalizadas reivindicam mais áreas de florestas com planos de manejo para a produção de madeira legal. Se o Governo do Estado conseguir aumentar os lotes de produção madeireira será bom para o

mercado, pois há empresas com clientela garantida para absorção da produção. É o único segmento que atende aos mercados nacionais e/ou internacionais. O restante do setor, mesmo apresentando potencial para acessar esses mercados, esbarra na falta de origem da madeira, condição indispensável para o processo de exportação. Se cumprissem as exigências, os empreendimentos agregariam valor à produção e trariam muitos resultados positivos para toda a população envolvida com esse comércio no Estado. Algumas estâncias são licenciadas, entretanto, a maioria opera vendendo madeira sem comprovação de origem. Por tudo isso, é imprescindível o fortalecimento de ações de extensão florestal, que possibilitem o acompanhamento das atividades por técnicos e engenheiros florestais.

VEJA também

Política Florestal, pág. 36 • Cap. 3 Concessão Florestal, pág. 180

Processos catalizadores das cadeias florestais

Elektra Rocha*



Alguns processos catalisadores das cadeias comunitárias são imprescindíveis para a obtenção de resultados favoráveis, como a implementação de políticas públicas, a realização de pesquisas, a utilização de tecnologias e o desenvolvimento de ações de comunicação.

As políticas públicas devem: buscar a desoneração das cadeias produtivas florestais com incentivos fiscais e tributários; viabilizar formas de remuneração por serviços ambientais prestados pela redução do desmatamento nas áreas florestais conservadas; viabilizar linhas de crédito e capital de giro acessível para financiamento e compra da produção florestal.

Em relação às pesquisas e à elaboração de tecnologias, deve-se investir na busca de soluções de problemas específicos, como: encontrar um padrão para a separação dos diferentes produtos e matérias-primas existentes; garantir a qualidade com alta escala e regularidade de produção e assim garantir o diferencial de preço; viabilizar formas comunitárias e familiares de organização social para a produção, respeitando o modo de vida e cultura dos produtores rurais.

O estudo de viabilidade dessa cadeia precisa ser realizado con-

siderando as esferas econômica, social e ambiental, ou considerando o que a economia clássica se refere como “externalidades” do sistema econômico. Por exemplo, quanto em dinheiro, reais (R\$) em carbono, pode estar retido na floresta pela contenção do desmatamento, causado pelo estímulo à produção manejada de madeira e outros produtos não madeireiros. E mais, quanto em dinheiro se mantém de biodiversidade? Quanto (R\$) em água da chuva se manterá na região se compararmos os modos de produção que convergem a floresta em pastagens ou áreas de agricultura?

Em relação à comunicação, é importante contar com organizações da sociedade civil que viabilizem um contato constante e rápido entre base produtiva e fomentadores/colaboradores. Essa ação é essencial para que se tenha um sistema de governança do processo eficiente e em condições de alcançar autonomia a médio e a longo prazos.

A Pesquisa, Tecnologia, Comunicação, Políticas Públicas, Financiamentos, Capacitações, Extensão Rural e o Monitoramento são processos catalizadores que devem ser desenvolvidos pelos apoiadores/reguladores com o objetivo de aprimorar a operação da cadeia produtiva em todos os seus elos, agregando

maior valor local e melhorando a distribuição de renda e qualidade de vida dos operadores. Como sugestão, a pesquisa deve ser relacionada com o aumento de produção/rendimento, busca de mercados nacionais e internacionais. A tecnologia voltada para o desenvolvimento de serrarias portáteis, a comunicação voltada para a busca de investidores. As políticas Públicas devem criar mecanismos que interliguem as Leis Florestal, Pagamentos de Serviços Ambientais, Concessão Florestal, Cadeia Produtiva Florestal Familiar (madeira, castanha e açaí), Compras Públicas. Os financiamentos e créditos voltados para a produção florestal, a capacitação em manejo florestal sustentável, licenciamento, legislação ambiental. A extensão Rural para fortalecer a produção, manejo, beneficiamento e comercialização de produtos florestais. A regularização da produção e busca de mercados e investidores nacionais e internacionais, além dos incentivos à industrialização e verticalização das cadeias produtivas empresariais e familiares. Por final, o monitoramento da produção de madeira e do impacto na sócioeconomia e biodiversidade do Amapá.

* Coordenadora do Projeto Geflo (GRET)

Passos para o bom desempenho da cadeia da madeira*

Na página a seguir, é apresentado um fluxograma com o arranjo multi-institucional ideal para a estruturação e desenvolvimento de uma cadeia produtiva florestal da madeira no Amapá. Este arranjo mostra o mapeamento ou a elaboração de um mapa básico que fornece uma visão geral de toda a cadeia, com os principais segmentos e atores envolvidos.

A cadeia é dividida em cinco eixos: Insumos, Produção, Beneficiamento, Comercialização (em duas etapas) e Consumo. Os atores relacionados com cada eixo da cadeia produtiva estão discriminados no fluxograma. Este mapeamento evidencia como a construção de um ambiente de confiança entre grupos facilita a realização dos serviços desde a idealização do produto até o cliente. Ainda promove a compreensão dos formuladores de políticas sobre as necessidades do setor privado. Para entendê-la melhor, é interessante compreender alguns conceitos:

INSUMOS

• Os insumos envolvem a matéria-prima (madeira), planos de manejo florestais, licenças ambientais, extensão técnica, os equipamentos para corte e beneficiamento, o combustível e a mão de obra empregada.

PRODUÇÃO

• A produção é a quantidade (volume) de madeira produzida por área (hectare), por tempo (ano), por produtor. Para o manejo da produção é necessário treinamento em boas práticas de manejo, coleta de dados para a elaboração de sistemas de rastreabilidade e monitoramento da produção. O armazenamento e a análise contínua de um banco de dados com o cadastramento dos produtores, o georreferenciamento das árvores, os planos de manejo florestais, o monitoramento da produção, são fundamentais para gerar informações que possam dar escala a uma produção regular e sustentável a longo prazo.

BENEFICIAMENTO

• O beneficiamento envolve a transformação da matéria-prima em produtos. Nessa etapa, o treinamento nas empresas a fim de manter o controle de qualidade de seus produtos é essencial. Isso envolve a determinação de distintos padrões para os tipos de madeira e o uso de ferramentas e maquinário adequado.

COMERCIALIZAÇÃO

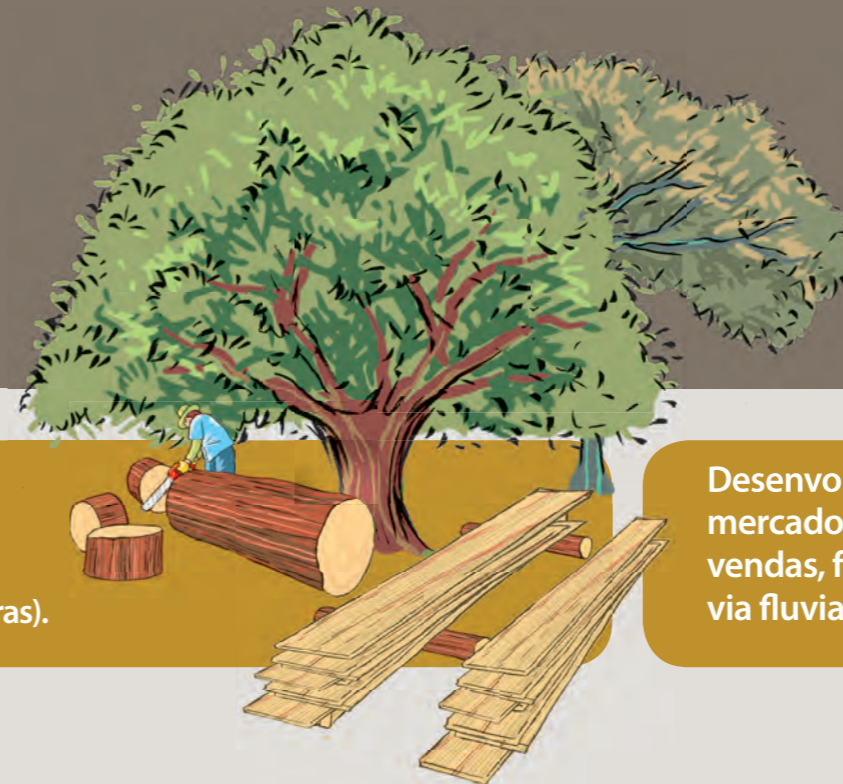
• A comercialização envolve a logística, a prospecção de mercado e a comercialização do produto para distintos mercados. Este item aparece duas vezes no fluxograma, pois a cadeia da madeira envolve, principalmente, a relação comercial de microserrarias com estâncias e serrarias com movelarias. Na primeira vez descreve a produção de toras, e na segunda, produtos como madeira serrada, móveis.

CONSUMO

• O consumo de madeira é amplo e de alta demanda. Desde construções tradicionais da região e o uso de embarcações, fundamentais para o deslocamento no contexto amazônico, até as madeiras nobres para movelaria. Além do uso de resíduos para artesanato.

*Este esquema também vale para outras cadeias produtivas, como óleos, sementes e outros produtos da floresta.

Caminho para estruturação da cadeia da madeira



Este esquema também vale para outras cadeias produtivas, como óleos, sementes e outros produtos da floresta.

Planos de manejo e licenças ambientais



Sistemas de produção, componentes tecnológicos, produção familiar e empresarial; armazenamento, transporte (rural interno e para os pontos de processamento) rodoviário e fluvial, consumo local (toras).

Desenvolvimento de mercados, contato com compradores, negociação e vendas, formas de pagamento, prazos, remessas por via fluvial, remessa por via aérea.

INSUMOS

PRODUÇÃO

COMERCIALIZAÇÃO

BENEFICIAMENTO

COMERCIALIZAÇÃO

CONSUMO

OPERADORES

PRODUTORES

PRODUTORES

PRODUTORES

PRODUTORES

PRODUÇÃO

EMPRESA

EMPRESA

SERRARIAS

MOVELARIAS

CONSTRUÇÕES PÚBLICAS

MOVELARIA

NAVAL

INDÚSTRIA NAVAL

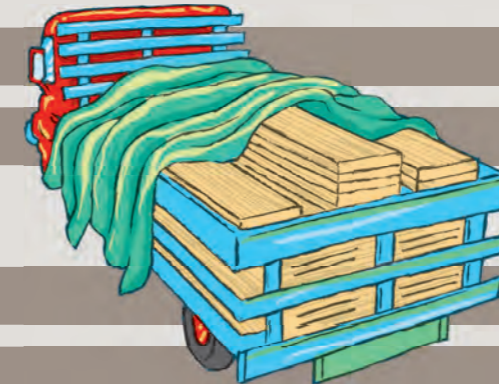
NAVAL

SERRARIAS

INDÚSTRIA DE MÓVEIS



AGÊNCIA AMAPÁ



PREFEITURAS MUNICIPAIS

IEF

INCRA

IMAP/SEMA

INSTITUIÇÕES DE PESQUISA (UEAP, EMBRAPA, UNIFAP, IEPA, IFAP)

SINDICATOS, COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES

INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO (BASA e Banco do Brasil)

ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

APOIADORES

REGULADORES

1

CADEIA DA MADEIRA



Arquivo SEMA/AP

O levantamento do desmatamento em diferentes espaços – margens de rios, estradas e cidades, por exemplo – serve como base para o planejamento de políticas públicas.



Amapá acompanha desmate há 16 anos

IMAGENS DE SATÉLITE DÃO A DIMENSÃO DO TAMANHO DA PERDA DE FLORESTA

Para acompanhar o corte de florestas no Estado, a Coordenadoria de Geoprocessamento (CGTIA) da SEMA monitora as taxas de desmatamento desde 2000, elaborando relatórios com amostragens bianuais, a partir de ações identificadas em cenas do satélite americano Landsat. Com os relatórios dos biênios 2011/2012 e 2013/2014, foi possível fazer comparativos precisos sobre a evolução do desmatamento.

Nos relatórios também são

geradas análises espaciais, possibilitando o levantamento do desmatamento em diferentes unidades territoriais (UCs, TIs, PAs), limites municipais, bacias hidrográficas, proximidades com estradas etc.

Os resultados publicados têm a finalidade de auxiliar o entendimento dos órgãos das esferas federal, estadual, municipal e da sociedade civil organizada, para o estabelecimento de políticas públicas.

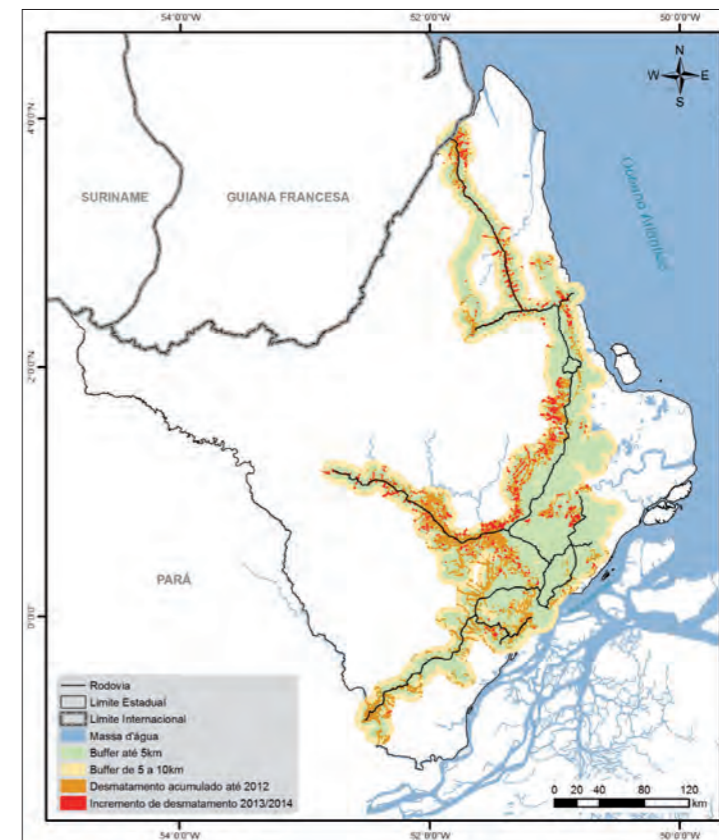
Impacto do desmatamento é maior próximo a estradas e assentamentos

Assim como em toda a Amazônia, é característica do desmatamento no Amapá a ocorrência das alterações nas proximidades das rodovias, vias de acesso e assentamentos. Cerca de 90% de todo o desmatamento acumulado desde 2000 encontra-se em uma faixa de 10 km das vias, consequentemente dos assentamentos.

Nas UCs, o total de áreas alteradas até 2012 era de 505,64 km². O incremento detectado no período 2013/2014 foi de 20,60 km², onde se inclui a Floresta-AP (ver pág. 168).

O total acumulado para UCs é de 526,23 km², o equivalente a 0,66% da sua área de floresta.

Com relação às TIs, o desmatamento do biênio 2013-2014 ficou em torno de 11,21 km². O valor acumulado até 2014 era de 94,14 km², o que representa 3,4% do total da área desmatada em floresta. A terra indígena Uaçá apresentou 8,42 km² de desmatamento no período, um valor expressivo em relação às demais – Galibi, Juminá, Parna do Tumucumaque e Walápi. A terras dos Uaçá ficam na fronteira com a Guiana Francesa. Já a TI localizada dentro do Parna Tumucumaque mantém sua área com zero de desmatamento.



Incremento do desmatamento 2013-2014 em áreas de floresta em relação à proximidade com estradas. Execução: CGTIA-SEMA/julho 2015.

NOVOS LIMITES PARA ESTADO E MUNICÍPIOS

Conforme informações da CGTIA, está previsto um convênio entre o IBGE e a SEMA que redelimitará os novos limites de municípios e do Estado. Hoje falta precisão em muitos casos, pois os técnicos em campo constatam inconsistências entre os limites reais e os definidos em documentos. Isso acontece com PAs, UCs, etc.



TAXA DE DESMATAMENTO

O Amapá possui 142.814,585 km² (conforme a base de dados do Estado, feita em 2004), área de referência para o monitoramento. Deste total, 77% corresponde à área de florestas.

Para o biênio 2013-2014, a taxa de desmatamento ficou em 80,92 km² – 30 km² a mais que o desmate do biênio anterior. O total acumulado desde que iniciou a análise, em 2000, é de 2.768,36 km², o que corresponde a 2,5% da área de floresta do Amapá.



Projeto Geflo, apoio necessário

O Projeto GEFLO apoiou a atualização do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do Estado do Amapá (PPCDAP). O plano prevê a integração dos instrumentos de monitoramento e controle com incentivos

a práticas sustentáveis e medidas de ordenamento fundiário, para fortalecer e integrar os sistemas estaduais de gestão florestal, agropecuária, fundiária e ambiental e combater o desmatamento no Estado.

O Projeto também apoiou o restabelecimento do servidor de geodados – com quase 1 terabyte de informações espaciais e arquivos administrativos da Coordenadoria de Geoprocessamento, o qual estava inacessível.

DESMATAMENTOS EM ÁREA DE FLORESTAS DAS UCs

Unidades de Conservação	Desmatamento até 2012 (km ²)	Desmatamento 2013-2014 (km ²)	Desmatamento Acumulado (km ²)
Proteção Integral			
Estação Ecológica do Jari	2,80	0	2,80
Estação Ecológica Maracá-Jipioca	0	0	0
Parque Nacional do Cabo Orange	19,50	0,81	20,31
Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque	13,75	0,84	14,59
Reserva Biológica do Lago Piratuba	2,27	0	2,27
Reserva Biológica do Parazinho	0	0	0
Total		1,65	39,97
Uso Sustentável			
Área de Proteção Ambiental da Fazendinha	0	0	0
Área de Proteção Ambiental do Rio Curiaú	4,41	0	4,41
Floresta Estadual do Amapá	312,71	16,29	329,00
Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru	10,99	0,26	11,25
Floresta Nacional do Amapá	5,89	0,06	5,95
Reserva Extrativista do Rio Cajari	113,65	0,53	114,18
Parque Natural Municipal do Cancão	2,17	0	2,17
Resex Municipal Beija-Flor do Brilho de Fogo	0,42	0,26	0,68
RPPN Ekinox	0	0	0
RPPN Retiro Paraíso	0	0	0
RPPN Seringal Triunfo	17,07	1,55	18,62
RPPN Revecom	0	0	0
Total		18,95	486,26
Total Geral		20,60	526,23



Três metodologias para o monitoramento

Comparativamente, hoje, temos para o Estado do Amapá três indicadores de desmatamento, todos utilizando as imagens do satélite Landsat. O primeiro é o PRODES, que, em sua metodologia, além de não considerar nuvens e sombra de nuvens, trabalha com uma classificação automática excluindo os polígonos menores que 6,25ha, sendo assim extremamente fora da realidade do Estado, já que cerca de 66% dos polígonos de desmatamento são inferiores a esse valor.

O segundo é o Imazon, que também usa a metodologia de classificação automática, porém, não exclui os po-

lígono menores e quantifica nuvens e sombra de nuvens, melhorando muito o dado para o Estado.

O Terceiro é o dado gerado pela SEMA através da CGTIA, onde a metodologia contempla a interpretação visual das imagens e vetorização manual dos polígonos. Nesse processo, observamos o padrão, a tonalidade, a cor, a forma, o tamanho, a textura, a sombra e o contexto dos alvos de interesse. Executado bianualmente para conseguir imagens de qualidade com o menor número de nuvens, não exclui polígonos e não perde informação da borda entre floresta e áreas alteradas (www.sema.ap.gov.br).

NA MÍDIA

ESTADO QUE MENOS DESMATA



Com 13 quilômetros quadrados de florestas devastadas, o Amapá fechou 2015 com a menor taxa de desmatamento entre os estados da Amazônia Legal, reduzindo em 72% as perdas em relação ao ano anterior. Os dados são do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Os indicadores mostram que o Amapá chega ao quarto ano consecutivo com a menor taxa da região. Os números de 2015 são os menores que o Estado apresentou desde 2004. Das nove federações que compõem a Amazônia Legal, quatro tiveram redução na taxa de desmatamento: Amapá (-72%), Roraima (-32%), Maranhão (-16%) e Acre (-10%).

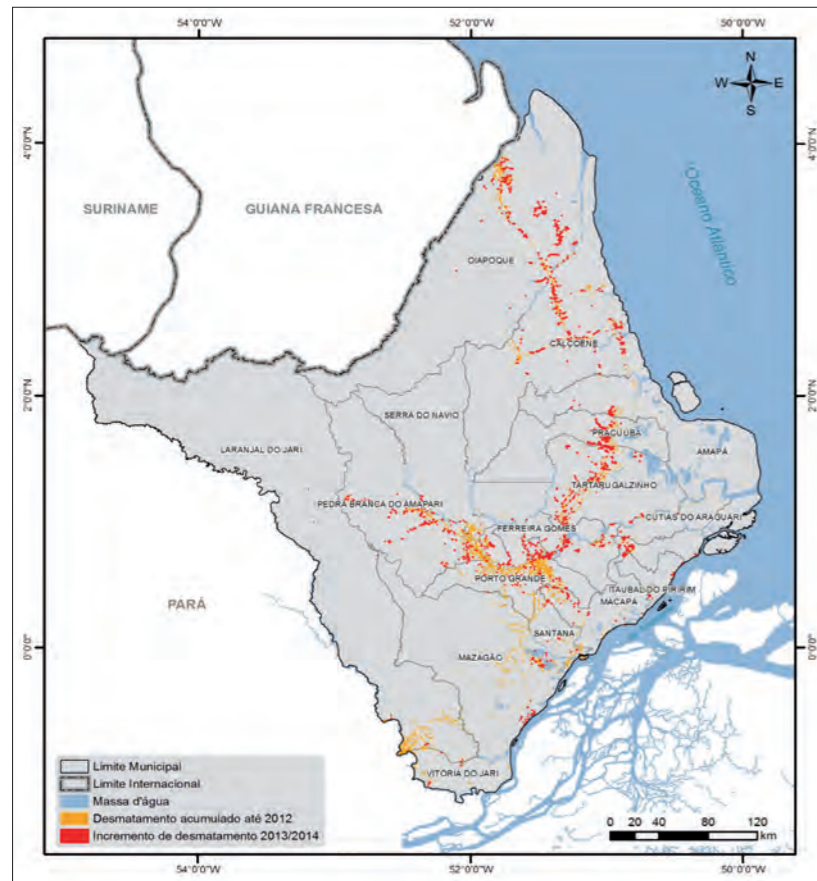
PATRICK FARIAS,
TÉCNICO DA SEMA



ATÉ HOJE, TODO O ESFORÇO FEITO PELOS TÉCNICOS DO GEOPROCESSAMENTO DA SEMA ERA PARA QUANTIFICAR O DESMATAMENTO, FAZENDO INTERPRETAÇÃO VISUAL DAS IMAGENS E VETORIZAÇÃO MANUAL DOS POLÍGONOS. COM O ADVENTO DO PROJETO DA BASE CARTOGRÁFICA E O APOIO DO PROJETO GEFLO, PELA PRIMEIRA VEZ NO ESTADO FOI POSSÍVEL, ALÉM DA QUANTIFICAÇÃO, FAZERMOS A QUALIFICAÇÃO DOS POLÍGONOS DO DESMATAMENTO EM TODA A ÁREA DA FLOTA-AP, ATRAVÉS DA VALIDAÇÃO EM CAMPO E VERIFICAÇÃO QUANTO AO SEU USO: PECUÁRIA, MINERAÇÃO, PASTO, AGRICULTURA.



Municípios do Norte desmataram mais



Incremento do desmatamento 2013-2014 em áreas de floresta nos municípios. Execução: CGTIA-SEMA/julho 2015.

Tartarugalzinho, Oiapoque e Calçoene foram os municípios que mais desmataram segundo o levantamento do biênio 2013/2014 entre os 16 municípios monitorados. Em números absolutos, Porto Grande permanece como o de taxa maior de desmatamento acumulado. Já o desmate nos municípios de Santana, de 14,64%, Porto Grande, de 13,61%, e Cutias do Araguari, de 11,97%, destoam dos demais, os quais mantêm uma média de 3,14% de área de desmate em valores proporcionais às suas áreas de florestas.



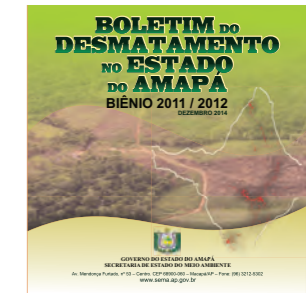
DESMATAMENTOS EM ÁREA DE FLORESTAS DAS CATEGORIAS FUNDIÁRIAS

Estrutura Fundiária	Área de Floresta (km ²)	Biênio 2013-2014	
		Área Desmatada (km ²)	%
UC de Proteção Integral	40.584,73	1,65	0
UC de Uso Sustentável	40.002,60	18,95	0,05
Terras Indígenas	9.832,88	11,21	0,11
Projetos de Assentamento	10.879,21	21,27	0,20
Outros	9.291,10	27,84	0,30
Total (km ²)*	110.590,52	80,92	0,66

*total equivalente a 0,66% – somatório dos percentuais (biênio 2013-2014) referente ao total de 80,92km². Fonte: Sema

TRANSPARÊNCIA FLORESTAL

O Imazon lança boletins frequentes de desmatamento na Amazônia. O Amapá se destaca como um dos que menos apresenta corte raso. Isso se deve a vários fatores. Além de derrubar muito menos árvores que os demais estados, os satélites não conseguem visualizar totalmente a terra devido à grande nebulosidade que a região apresenta. Para se ter uma ideia, o boletim Transparência Florestal de fevereiro a março de 2016 apontou que o Amapá teve 91% de cobertura de nuvem. Saiba mais em www.imazon.org.br



Boletim do desmatamento
Publicação bianual produzida pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Amapá para auxiliar no desenvolvimento de políticas públicas voltadas à preservação da Amazônia. As duas publicações tiveram a impressão viabilizada pelo Projeto Geflo



DESAFIOS E OPORTUNIDADES

As faltas de reestruturações organizacionais e as melhorias na estrutura física dos órgãos ambientais do Estado comprometem o trabalho técnico feito pela equipe que monitora o desmatamento. A ausência de visão tanto dos tomadores de decisão, quanto da sociedade com relação às áreas alteradas, faz com que nossas análises ainda sejam muito superficiais. Porém, nos últimos anos, alguns fatores têm contribuído para a melhoria na metodologia e já temos alguns bons indicadores que melhorarão a qualidade das nossas

análises, tais como: a construção da Base Cartográfica, a espacialização das áreas autorizadas para desmatamento, os Planos de Manejo em elaboração, as concessões florestais, o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e os projetos apoiadores das questões ambientais, como o Geflo, mudarão definitivamente a forma de monitorar este impacto no Estado. Também pode contribuir na conservação da biodiversidade da água e do carbono florestal, o apoio às comunidades que possam vir a participar do controle e fiscalização do desmatamento.

VEJA também

Cap. 3 Monitoramento e desmatamento da Flota-AP, pág. 167

Corredor de Biodiversidade

2





A. Gambarini/CI-Brasil

Primatas

O estado mais preservado da Amazônia tem 10 espécies de primatas. Oito delas também encontradas na Guiana. Porém, há a presença de mais duas, típicas da margem sul do rio Amazonas.

BIOTA

É o conjunto de todos os seres vivos de um determinado ambiente ou de um determinado período. Pode ser empregado em múltiplas escalas, referindo-se desde o conjunto de organismos em um habitat particular (e.g., biota do rio Amazonas) até o conjunto de todos organismos da Terra, a biota que compõe a biosfera.

Estratégia de conservação para fauna e flora

CONEXÃO ENTRE UCs E TIs POSSIBILITA FLUXO PARA PRESERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Desde os anos 90, várias áreas protegidas foram criadas no Amapá. Essa política se concretizou em 2002, com a criação do Corredor de Biodiversidade que agrupou 12 UCs e cinco TIs, sobre uma superfície de mais de 10 milhões de hectares.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação define Corredores Ecológicos como

porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando UCs, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da **biota**, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades indivi-

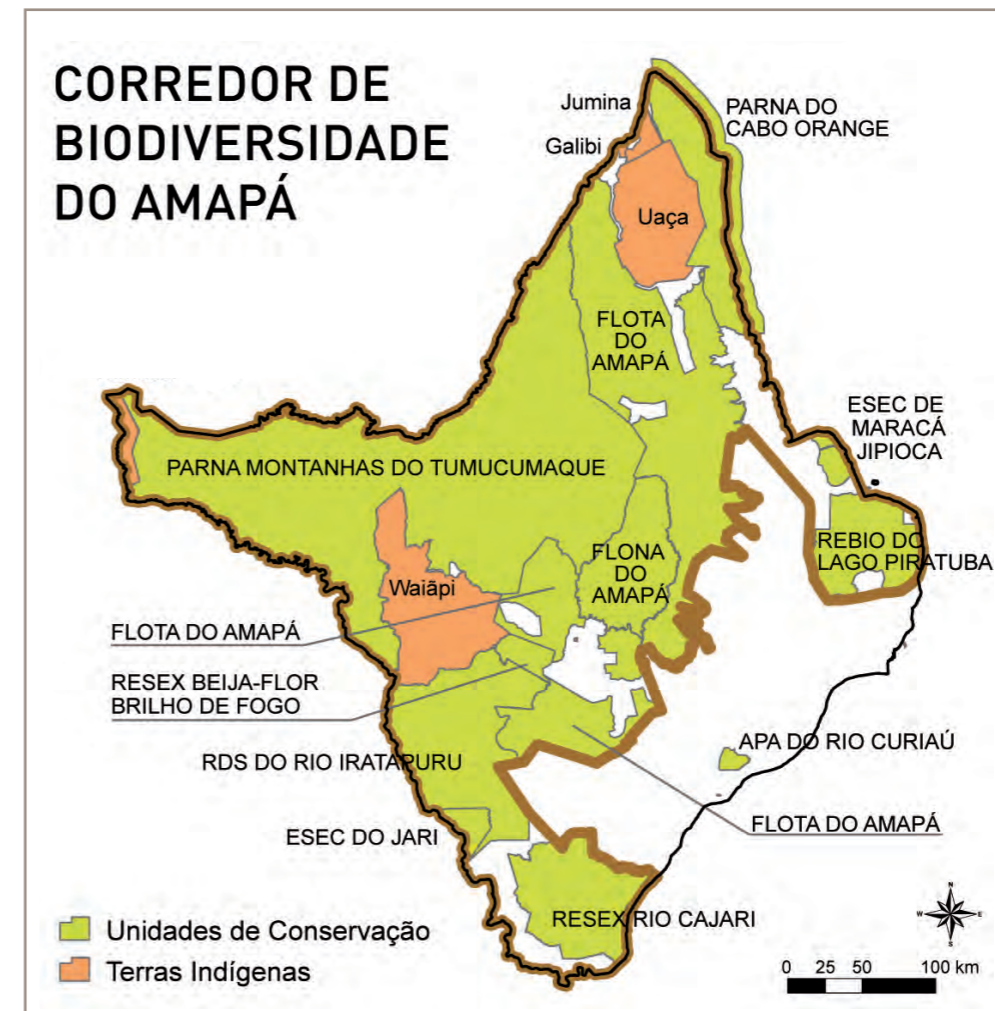


O CONCEITO DE CORREDORES ECOLÓGICOS

duais. Através deles, busca-se proteger grandes áreas por meio de um conjunto integrado de unidades de conservação de diferentes categorias, próximas ou contíguas, e suas respectivas zonas de amortecimento e corredores ecológicos, integrando as diferentes atividades de preservação da natureza, uso sustentável dos recursos naturais e restauração e recuperação dos ecossistemas.

O conceito de corredores ecológicos ou corredores de biodiversidade é relativamente novo, inicialmente colocado em prática nos Montes Apalaches, ao leste dos Estados Unidos, e não havia outros exemplos de sua utilização. Hoje, a estratégia de corredores vem sendo implementada em vários países do mundo.

O conceito de corredores ecológicos ou corredores de biodiversidade é relativamente novo, inicialmente colocado em prática nos Montes Apalaches, ao leste dos Estados Unidos, e não havia outros exemplos de sua utilização. Hoje, a estratégia de corredores vem sendo implementada em vários países do mundo.



Fonte: CI Brasil



Corredor é resultado de parceria entre Estado e CI

Lançado oficialmente durante o V Congresso Mundial de Parques, em 2003, na cidade de Durban, na África do Sul, o Corredor da Biodiversidade do Amapá é resultado da parceria entre o Governo do Estado e a CI, e faz parte da formulação de estratégias de conservação da biodiversidade na Amazônia. Com o objetivo de proteger a diversidade biológica na escala dos biomas, a iniciativa

incentiva usos de baixo impacto.

A implementação de corredores ecológicos demanda envolvimento, cooperação e participação de instituições e de pessoas interessadas advindas de diversos setores da sociedade. O corredor ecológico também está contemplado nas ações do Projeto Geflo, tanto em atividades de capacitação para uso dos recursos da floresta em pé como no fortalecimento do diálogo entre os atores sociais e o Estado.

SIGNIFICADO DO CORREDOR



Estratégico para a gestão da paisagem, o corredor simboliza uma abordagem alternativa às formas convencionais de conservação da biodiversidade que é, a um só tempo, mais abrangente, descentralizada e participativa. Os cordões de vegetação nativa que conectam fragmentos são definidos como corredores ecológicos no SNUC, e a abrangência desse conceito envolve UCs e TIs e os **interstícios** entre elas. Essa conexão entre as paisagens possibilita fluxos biológicos, ou seja, a continuidade espacial do habitat original. Desde o surgimento da proposta dos corredores, tem se percebido seus efeitos positivos na movimentação das espécies.

ÁREAS DE INTERSTÍCIO

São aquelas situadas entre as UCs e áreas indígenas, podendo pertencer ao domínio público ou privado. Nesse contexto enquadram-se as demais áreas protegidas, tais como as áreas de preservação permanente, reservas legais, reservas particulares de patrimônio natural e áreas não protegidas.



Abrigo para as espécies

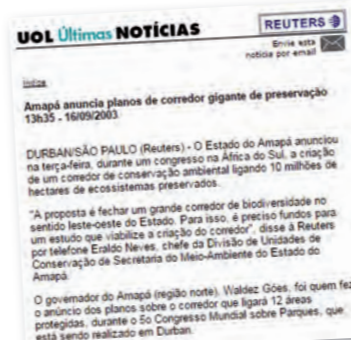
A região é habitat de inúmeras espécies cujas populações estão em franco declínio em outras áreas de ocorrência, como os grandes carnívoros – a onça-pintada (*Panthera onca*), a suçuarana (*Puma concolor*), o gato-domato (*Herpailurus yagouaroundi*), além de primatas, como o cuxiú (*Chiropotes satanas*) e o coatá (*Ateles paniscus*). Na mesma situação ainda se encontram

aves como as araras (*Ara chloroptera* e *Ara macao*), papagaios (*Pionites melanocephala*), jacus (*Penelope marail*), flamingos (*Phoenicopterus ruber*), ibis (*Theristicus caudatus* e *Eudocimus ruber*), beija-flores (como o *Topaza pella*) e grandes frugívoros que vivem na copa da floresta (*Haematoderus militaris*, *Perissocephalus tricolor* e *Procnias alba*).

A. Gambarini/CI-Brasil



NA MÍDIA



A maior agência de notícias do mundo, a Reuters, noticiou via Portal UOL, o anúncio da criação do Corredor do Amapá em Durban, África do Sul, em setembro de 2003. Na época, o presidente da CI Russel Mittermeier comemorou. “O Amapá elevou seu nível de comprometimento com a conservação e criou um novo padrão para a Amazônia e o mundo”, festejou Mittermeier.

JOSINEI GARCIA,
GERENTE DE PROJETOS
DA CI NO AMAPÁ



O AMAPÁ PODE CAPITALIZAR, APROVEITAR SUA EXUBERANTE NATUREZA PARA GERAR RENDA E PROSPERIDADE NESSES TEMPOS DE ECONOMIA VERDE. AS UCS PODEM ATRAIR ECOTURISTAS, PODEM CONTRIBUIR PARA O ESTABELECIMENTO DE CADEIAS PRODUTIVAS QUE VALORIZEM A MANUTENÇÃO DOS ECOSISTEMAS NATURAIS E PRESERVEM AS CULTURAS LOCAIS. MAS PARA ISSO É FUNDAMENTAL A PARTICIPAÇÃO E A SINTONIA NA GESTÃO DAS UCS.



SEGUNDO MAIOR DO BRASIL

O Corredor do Amapá é o segundo maior corredor de biodiversidade do Brasil. As ações coordenadas de suas áreas protegidas fortalecem a conectividade da paisagem e o planejamento integrado do uso territorial. A concepção do modelo adotou diretrizes de gestão territorial definidas pela proposta de Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) do Amapá e fundamenta-se na Lei do SNUC nº 9.985/2000. Seus 10 milhões de hectares possuem florestas tropicais, de terra firme e de várzea, campos inundáveis, cerrados e manguezais, distribuídos entre o Escudo das Guianas e o estuário do rio Amazonas.



A importância dos Corredores de Biodiversidade em tempos de mudanças

Marcelo Creão*



A proteção da Biodiversidade exige cada vez mais ações coletivas no sentido de integrar grandes áreas. Os corredores de biodiversidade são estratégicos para que os objetivos de conservação das áreas protegidas sejam atingidos com grande impacto.

O Amapá, em 7 de novembro de 2007, através do Decreto Estadual nº 4566, regulamentou a Lei 0919 de 18/08/2005, definindo a criação, a implementação e a gestão do corredor de biodiversidade do Amapá. As Unidades de Conservação e as Terras Indígenas do Estado compõem esse grande corredor, possibilitando melhor conservação da biodiversidade por meio da manutenção de espécies e fluxo genético até para aquelas que necessitam de espaço e recurso para a manutenção de seu modo de vida.

Além da implementação de corredores, é necessário superar os desafios inerentes da Amazônia e possibilitar um desenvol-

vimento que vá no sentido de valorizar os ativos gerados por essas políticas, possibilitando um enorme potencial econômico para o estado do Amapá.

Para ampliar essa iniciativa, o Governo do Amapá lançou em 2015 a ideia de ampliação do Corredor, incorporando áreas protegidas da Guiana Francesa, do Suriname e do Pará, provocando o Bloco de Conservação do Platô das Guianas. Ultrapassando as fronteiras políticas para a conservação, com diálogos regionais e troca de experiências, é possível manter os serviços ecossistêmicos de áreas maiores garantindo a manutenção da biodiversidade nessa região.

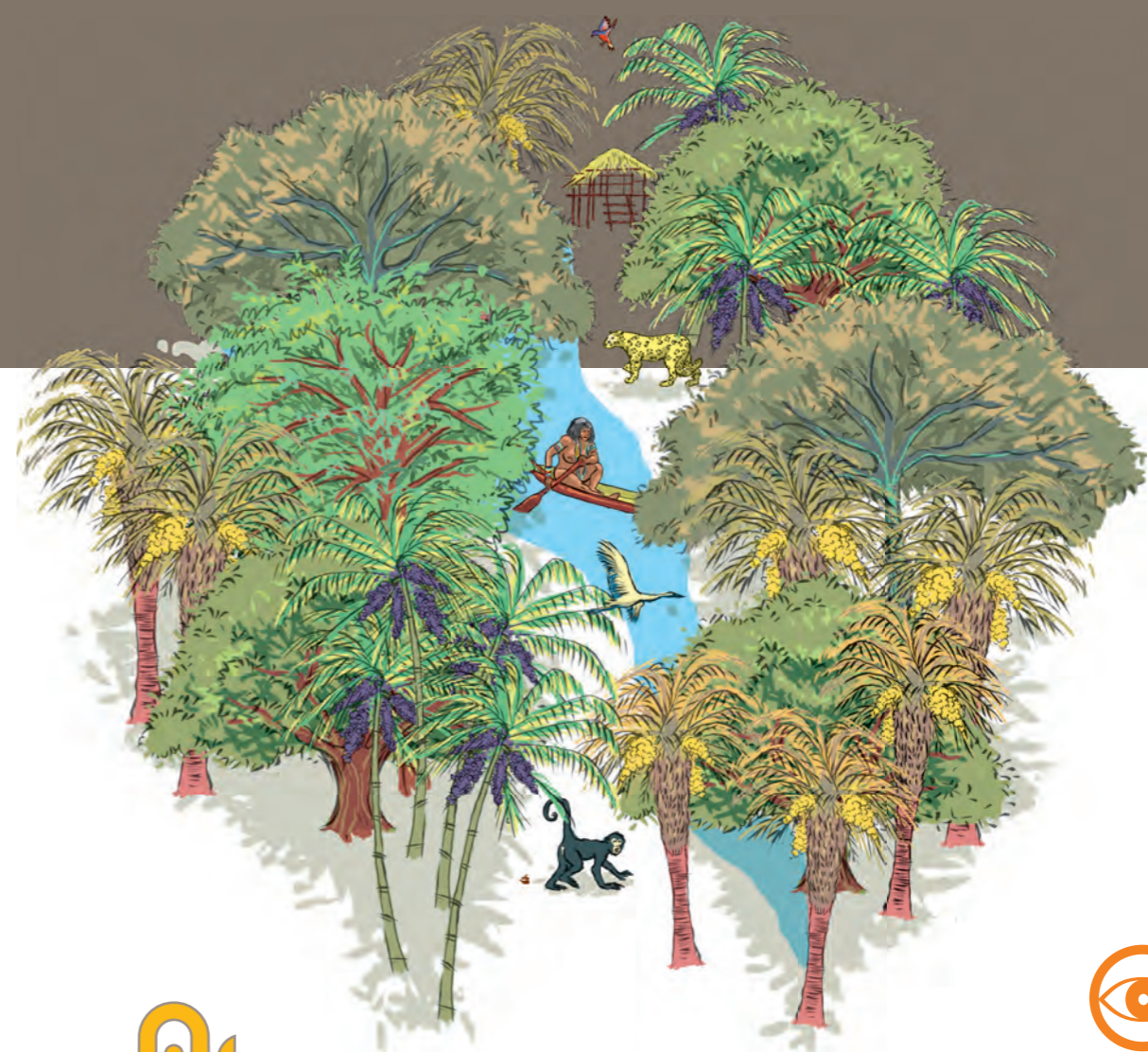
O repasse das terras da União para o Estado, que ocorreu em 2016, tende a solucionar os problemas fundiários que se apresentavam como entrave para muitas ações dentro das Unidades de Conservação, permitindo ao Amapá o desenvolvimento de políticas mais consistentes para uma economia

verde. O estabelecimento da Zona Franca Verde no Amapá vai possibilitar a verticalização da cadeia produtiva florestal.

Atividades sustentáveis nas Unidades de Conservação como as Concessões Florestais na Flota-AP e outras atividades potenciais como o turismo, o manejo dos estoques pesqueiros e manejo de produtos florestais não madeireiros podem aquecer a economia do Estado.

O Corredor de Biodiversidade do Amapá, assim como o Bloco de Conservação do Platô das Guianas, tem papel importante para a mitigação das mudanças climáticas. A reserva de carbono que existe nas florestas tem potencial para entrar em possível mercado de carbono por meio do mecanismo de REDD+, gerando recursos econômicos para a conservação e para o Estado.

* Eng. Agrônomo, Analista de Meio Ambiente, Secretário de Estado de Meio Ambiente do Amapá



O protagonismo das UCs

Em julho de 2014, o ICMBio realizou a XI Reunião Ordinária do Conselho Consultivo da Flona-AP em parceria com a CI e realizaram uma capacitação das instituições e gestores envolvidos.

Em setembro de 2014, o IEF e o ICMBio concluíram que havia uma compatibi-

lização dos planos de manejo da Flota-AP e da Flona-AP em relação à exploração florestal (Corredor, Mosaico).

Em junho de 2015, a CI e a SEMA, pelo Projeto Geflo, o Imazon e o Iepé, promoveram o Seminário Áreas Protegidas do Escudo das Guianas – Pará e Amapá.



COOPERAÇÃO

A palavra-chave para o êxito da conservação no Amapá é cooperação. Nesse sentido, destacam-se pesquisas científicas realizadas em UCs. Ainda os processos de qualificação em nível de pós-graduação, com destaque para o PPGBio (Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade Tropical da UNIFAP); a criação da Flota-AP e a proposição do Fundo Amapá para garantir a manutenção do Corredor da Biodiversidade do Amapá.



DESAFIOS E OPORTUNIDADES

- Comunidades, prefeituras e órgãos de governo não dão a devida importância para as UCs.
- Maior envolvimento dos conselheiros das UCs nas iniciativas do Corredor.
- Falta de compartilhamento de agendas das áreas protegidas entre e dentro das institui-

- ções governamentais e não governamentais.
- É necessário melhorar a iniciativa dos governos de modo a dar condições para que as UCs atuem de forma conjunta.
- É necessário disseminar as informações dos objetivos das áreas protegidas para

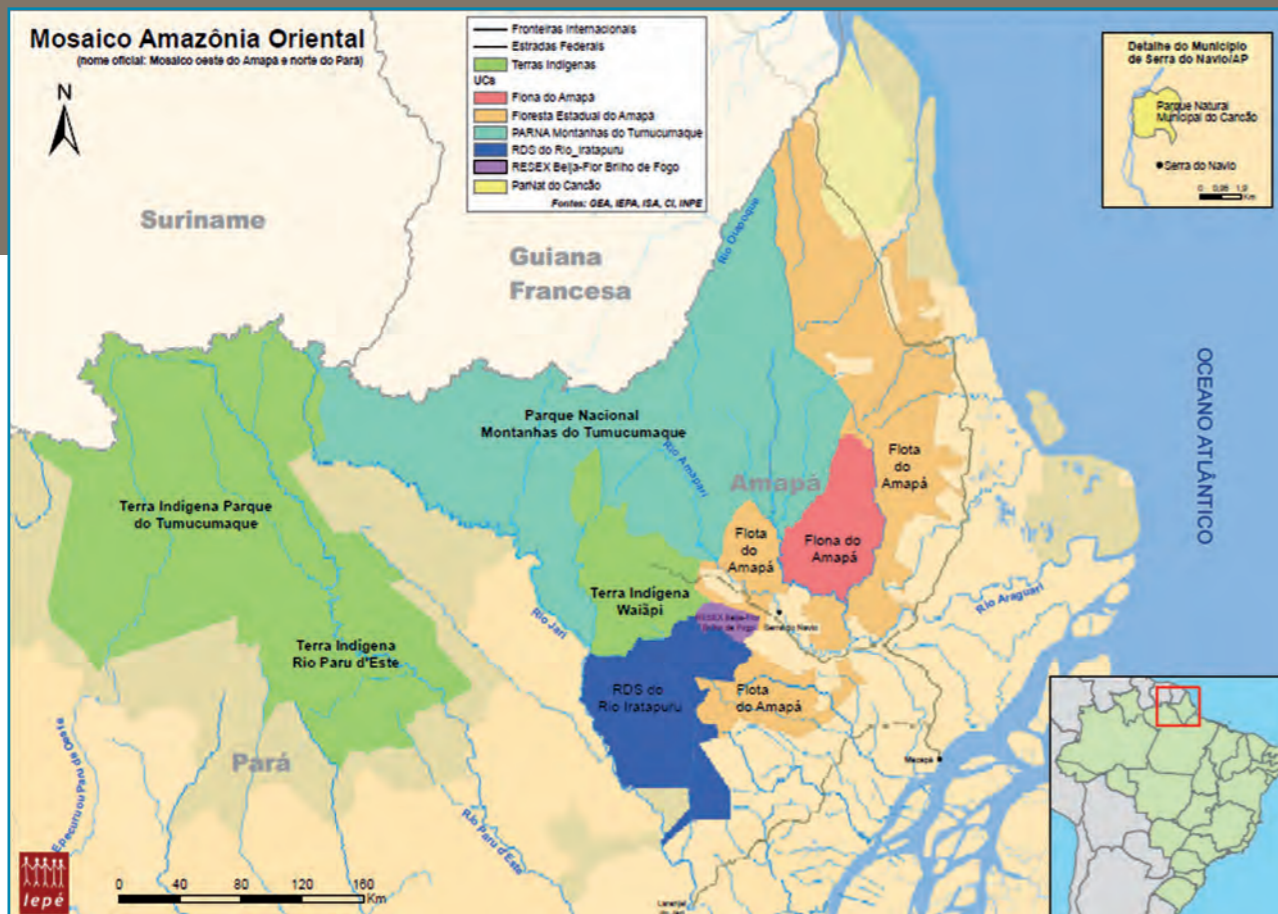
- melhorar o conhecimento da sociedade civil, governos e setores econômicos.
- Baixo retorno dos conselheiros às comunidades de dentro e do entorno das UCs.
- Problemas na disseminação de informações sobre impactos na natureza e conflitos sociais.



RESPONSABILIDADES

As instituições federais (ICMBio e Funai) são responsáveis pela gestão de 70% dos territórios do Corredor; o Estado do Amapá, por meio do IEF e da SEMA, sobre os 30% restantes.

- 70% das áreas são de proteção integral (essencialmente federal).
- 30% de uso sustentável – 50% federal / 50% estadual.



Fonte: Iepé

MARCOS PINHEIRO,
CONSULTOR



Terras demarcadas e sem invasões

Os povos indígenas que habitam a região do Amapá e do norte do Pará conseguiram, através de muita luta, que suas terras fossem demarcadas, atendendo aos direitos que lhes garante a Constituição Federal. Organizados, esses povos fazem a gestão socioambiental de suas terras indígenas através de seus Planos de Gestão, e fazem a fiscalização e vigilância dos limites, para manter suas terras livres de invasões. Na região, há várias etnias diferentes, que habitam, cada uma de seu jeito, seis terras indígenas demarcadas.

Na região do Rio Oiapoque, o povo Galibi Marworno mora na TI Uaçá, mas, também, na TI Juminã. Os Palikur habitam as margens do Rio Urukauá, afluente do Rio Uaçá, e na TI Uaçá. Mas há também os Karipuna, que vivem tanto na TI Uaçá quanto na Juminã e na TI Galibi do Oiapoque. Nessa ter-

ra, moram junto com o povo Galibi do Oiapoque.

No centro do Estado do Amapá, encontram-se os Wajãpi, que vivem no território de mesmo nome. Já no norte do Pará, há outros povos indígenas: os Aparai e os Wayana, que ficam nas TIs Rio Paru D'este e Parque do Tumucumaque.

Já os Tiriyo e os Kaxuyana se concentram na TI Parque do Tumucumaque. Exceto as terras indígenas da região do Oiapoque, todas essas que foram mencionadas fazem parte do Mosaico e, também, do Corredor.

TIs, assim como as UCs, são áreas legalmente protegidas, definidas, pela Constituição Federal como bens da União, inalienáveis e indisponíveis, destinadas à posse e ao usufruto exclusivo dos índios que as ocupam. São espaços privilegiados para a gestão socioambiental da diversidade biológica.

UMA IMPORTANTE PARCELA DA BIODIVERSIDADE AMAZÔNICA É PROTEGIDA, COMO TERRITÓRIOS DE POVOS TRADICIONAIS, INDÍGENAS E NÃO INDÍGENAS, É UMA GRANDE REGIÃO CONECTADA E VOLTADA À CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. ISSO DEMONSTRA A NECESSIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS E PROJETOS VOLTADOS A MANTER O HOMEM NA FLORESTA, POR MEIO DA CONSERVAÇÃO DOS SERVIÇOS AMBIENTAIS E DO USO RACIONAL DOS RECURSOS NATURAIS.



Mosaico Amazônia Oriental

O projeto "Unidades de Conservação e Terras Indígenas: uma proposta de mosaico para o oeste do Amapá e norte do Pará", o Mosaico de Áreas Protegidas do Oeste do Amapá e Norte do Pará, ou, simplesmente, Mosaico Amazônia Oriental, foi uma iniciativa do Iepé. A iniciativa, executada entre 2006 e 2010, teve o financiamento do Fundo

Nacional do Meio Ambiente (FNMA) e contou com a parceria de diversas organizações. Representantes indígenas, comunidades agroextrativistas, pequenos agricultores, gestores de UCs e de órgãos federais, estaduais e municipais se envolveram em debates, oficinas, reuniões, seminários e intercâmbios.



GESTÃO INTEGRADA

A gestão integrada do Mosaico da Amazônia Oriental foi reconhecida em 2013, sendo o 14º mosaico reconhecido pelo MMA e o terceiro da Amazônia. Sua singularidade é incluir as TIs dentro da sua conformação, em especial, representantes indígenas no seu conselho gestor, experiência única no Brasil.

Mosaico com TIs e UCs reunidas para proteção

A IDEIA É CONVERGIR AÇÕES, DIVIDIR EXPERIÊNCIAS PARA FORTALECER A GESTÃO

O **mosaico** de áreas protegidas aproveita a união de experiências para encontrar soluções para problemas comuns e partilhar recursos – otimizando custos e esforços e fortalecendo a conservação e sustentabilidade de sua região.

Os mosaicos surgiram como figuras jurídicas em 2000, no decreto que criou o SNUC. Atualmente, existem 22 mosaicos reconhecidos oficialmente em nosso País – e existem articulações

locais que buscam o reconhecimento de cerca de mais 15 deles.

Eles são importantíssimos porque contribuem para a conservação de grandes extensões de áreas naturais – especialmente na Amazônia – e promovem a participação e o controle social, já que as ações, iniciativas e experiências desenvolvidas nessas áreas são coordenadas por conselhos, formados por diversos atores sociais interessados no uso e conservação daquelas terras.

ÁREAS PROTEGIDAS

- Terra Indígena Wajãpi
- Terra Indígena Rio Paru D'Este
- Terra Indígena Parque do Tumucumaque
- Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque
- Floresta Nacional do Amapá
- Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Iratapuru
- Reserva Extrativista Beija-Flor Brilho de Fogo
- Parque Natural Municipal do Cancão
- Floresta Estadual do Amapá (Flota-AP)

MOSAICO

Um grupo de áreas protegidas adjacentes, próximas ou sobrepostas, que se unem para facilitar a gestão integrada e participativa do território em que estão inseridas.

Mosaico de Áreas Protegidas da Amazônia

Bruno Walter Caporrino*

A lei que regulamenta o funcionamento das áreas protegidas, que instituiu o SNUC, em seu parágrafo 26, tem o seguinte texto: “Quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional”.

Considerando o contexto amapaense, repleto de áreas protegidas, e levando em conta que as Terras Indígenas são áreas protegidas, o Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé), enviou um projeto ao Fundo Nacional de Meio Ambiente em 2005, a pedido dos povos indígenas da região, com a finalidade de iniciar a criação de um Mosaico de Áreas Protegidas. Desde 2005, representantes desse Mosaico vêm se reunindo regularmente por meio de seu Conselho Consultivo, mas foi somente em janeiro de 2013 que o Mosaico de Áreas Protegidas da

Amazônia Oriental foi definitivamente reconhecido pelo MMA (Portaria 04/2013).

Esse Mosaico partiu da iniciativa dos povos indígenas assessorados pelo Iepé. Seu primeiro grande desafio foi conseguir que o Ministério do Meio Ambiente reconhecesse um Mosaico com Terras Indígenas em sua composição, o que é muito inovador. Esse é o primeiro e único Mosaico que tem em suas áreas terras indígenas.

No Conselho Consultivo do Mosaico participam órgãos federais (como IBAMA, ICMBio, INCRA e FUNAI), estaduais (como SEMA, IEF e IMAP), municipais (como as secretarias de meio ambiente de Pedra Branca do Amapari e de Serra do Navio), associações indígenas e organizações da sociedade civil como a Cooperativa Mista dos Produtores Extrativistas do Rio Iratapuru e associações dos moradores do Assentamento Perimetral Norte.

A filosofia que norteia a atividade do Mosaico é a da gestão socioambiental integrada e participativa. Com o tempo, os povos indígenas da região perceberam que, para assegurar a gestão socioambiental de suas terras, teriam que assegurar a qualidade da gestão socioambiental de todo o entorno. Como suas terras

estão rodeadas por áreas protegidas, o Mosaico transformou-se em canal fundamental para a promoção de uma gestão integrada e participativa em escala regional.

Além disso, como vimos, o Mosaico é reconhecido por lei, e, ao ajudar as áreas protegidas como um todo a superar suas dificuldades individuais, ele se transforma num grande instrumento para influenciar positivamente o desenvolvimento socioambiental de todo o Amapá, ao potencializar que a sociedade civil organizada se encontre com o poder público, através do Conselho Consultivo, e permitir que todos debatam e cheguem a consensos sobre como trabalhar para promover os objetivos comuns – sem que para isso seja preciso passar por cima das características socioambientais tão diferentes e por isso mesmas da região. E é exatamente esse o lema desse Mosaico: a unidade na diversidade, garantindo a sociobiodiversidade com desenvolvimento.

* Bacharel em Ciências Sociais e indigenista no Iepé e secretário executivo dos conselhos do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, do Mosaico e da Flota-AP



Terras indígenas

O Mosaico de Áreas Protegidas da Amazônia Oriental é o primeiro, e até agora o único, a incluir TIs em sua composição. Os povos indígenas que fazem parte do Mosaico são:

• Os Wajãpi moram em 81 aldeias distribuídas dentro da TI Wajãpi, que possui 607.017 ha entre os municípios de Pedra Branca do Amapari e Laranjal do Jari. Já os Aparai e os Wayana habitam diversas aldeias, algumas na TI Rio Paru D'Este, e

outras na TI Parque do Tumucumaque.

• Os Tiriyo e os Kaxuyana, por seu turno, moram em várias aldeias distribuídas dentro da TI Parque do Tumucumaque. Os povos indígenas moram em aldeias, de modo que uma TI possui várias aldeias. Para conhecer mais sobre como vivem e se organizam, tanto para morar em suas terras quanto para cuidar delas, pode-se buscar conhecer os Planos de Gestão Socioambientais que cada povo está fazendo.



Pintura e marcas dos mastros e bancos, forma em que o pajé vê as pintas dos Karuãna que vivem no Outro Mundo. As tintas para pintar são de várias cores e são preparadas de urucu, jenipapo e kumatê.



DESAFIOS E OPORTUNIDADES

Os povos indígenas, organizados, lutaram muito para conseguir a demarcação de suas terras. Mas, assim que conseguiram, perceberam que, para cuidar delas, teriam que continuar organizados para continuar vivendo segundo seus regimes de conhecimentos e de relações. Para isso, perceberam que teriam que lutar, também, para assegurar que as políticas públicas respeitem seus conhecimentos e jeitos de ser. Isso não está acontecendo adequa-

mente, e os povos indígenas da região estão muito organizados para reivindicar isso. Também perceberam que, para que suas terras indígenas fiquem bem, é preciso ajudar o Estado a fazer uma boa gestão de todo o entorno, em escala regional. Atualmente, todas as Terras Indígenas da região têm seus Planos de Gestão Socioambientais, ou Planos de Gestão Territoriais e Ambientais (conjuntos de acordos internos, dos próprios povos indígenas,

sobre como querem continuar organizados para prosseguir vivendo cada um a seu modo, e exigindo que o Estado respeite isso). Hoje, a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Indígena (PNGATI), reconhece os Planos de Gestão como instrumentos legítimos para a gestão desses territórios. Mas, como costumam dizer os Wajãpi: para que suas terras estejam bem, é necessário que o entorno delas esteja fortalecido.

SAIBA

No site da Rede de Mosaicos de Áreas Protegidas (Remap), que conecta pessoas e instituições interessadas no fortalecimento, há informações e acesso a grupos que tratam de diversos assuntos com relação à conexão entre áreas protegidas. A rede conta com fóruns temáticos abertos e de territórios de mosaicos. Os princípios de convivência são baseados na ação voluntária, sem hierarquia e burocracia, com circulação constante de informação e livre intercomunicação. Confira em www.redemosaicos.com.br.

2

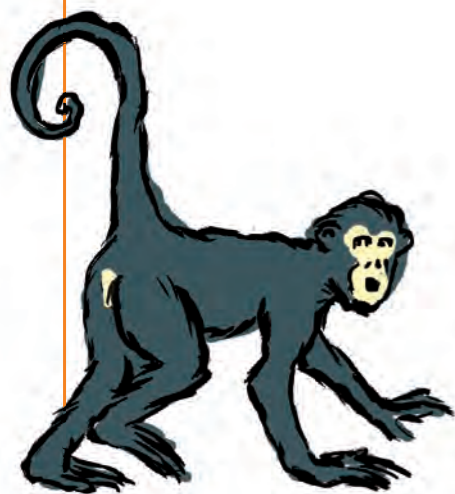
APOIO À GESTÃO DAS UCS



A. Gambarni/CI-Brasil

Anfíbios

Os inventários realizados na Flota-AP resultaram na geração de uma lista de 244 espécies entre répteis e anfíbios, sendo 115 espécies de anuros (rãs, sapos e pererecas).



Flota-AP, a primeira UC a ser beneficiada

RECURSOS SERÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS E PROJETOS SOCIOAMBIENTAIS

Como valorizar um estado que conserva boa parte da sua cobertura florestal? Um dos caminhos é utilizar recursos de fundos para financiar ações para implementação de áreas protegidas. Outro, na mesma direção, é usar dinheiro desses fundos para promover estratégias de desenvolvimento que mantenham a floresta em pé, como apoiar cadeias produtivas sustentáveis dentro e no entorno de UCs ou TIs.

A união de esforços de gestores e parceiros do Projeto Geflo promoveu o estudo de várias possibilidades

de obtenção de recursos que poderiam ser viabilizados através da criação e operação de um fundo privado ou direcionados aos fundos públicos já existentes.

Também foi preparado um diagnóstico para que fosse criado um fundo que suprisse as lacunas dos que já operam. O dimensionamento da demanda e o diagnóstico rápido participativo foram realizados para possibilitar uma análise de viabilidade do aporte de recursos nacionais e internacionais para as UCs do Amapá.

Fundo Amapá, para a vida

O Fundo Amapá foi concebido através do Projeto Geflo, por meio da parceria do governo do Amapá (representado pela SEMA), CI e Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO) para apoiar a consolidação e manutenção das UCs federais, estaduais ou municipais e Terras Indígenas (TIs) dentro do Estado, de modo a contribuir na busca para a sustentabilidade financeira a longo prazo dessas áreas protegidas. É um mecanismo que pode receber recursos de várias fontes financiadoras e destiná-los, conforme decisões de seu Conselho Deliberativo, a agendas específicas. Essa é a definição de seu **Manual Operacional**, um marco orientador para as ações a que o fundo se destina.

Coube ao Funbio, com apoio da Fundação Moore, o desenho do Fundo Amapá, que contou com o aporte “semente” de R\$ 5 milhões viabilizado pela CI, por meio do

Global Conservation Fund (GCF). O Funbio, que tem outro projeto com a Fundação Moore com duração até meados de 2017, ainda auxiliará em estratégias de captação de recursos para o Fundo Amapá. O estado do Amapá investirá um milhão de reais como contrapartida em ações e projetos integrados com a iniciativa do Fundo.

O Fundo Amapá será multicarteira, o que significa que poderá ser operacionalizado com diferentes especificidades temáticas, espaciais ou financeiras. Esse é o caso do recurso “semente”, que terá uma estratégia financeira classificada como fiduciária, apesar dessa palavra não ser exatamente correta para a tradução de *endowment*. O Fundo foi pensado em sua essência para a perpetuidade, para que seja flexível tanto para doadores e financiadores quanto para as necessidades locais das áreas protegidas.



Fotos A. Gambarni/CI-Brasil



LEONARDO GELUDA,
COORDENADOR DA
UNIDADE DE PROJETOS
ESPECIAIS DO FUNBIO



|| PARTE DOS RECURSOS SERÃO GERIDOS COMO UM FUNDO DE ENDOWMENT, ONDE O CAPITAL PRINCIPAL É MANTIDO E APENAS O RENDIMENTO LÍQUIDO É GASTO, PERMITINDO SUA PERPETUIDADE. ||

MANUAL OPERACIONAL DO FUNDO AMAPÁ

Ferramenta para a operacionalização do Fundo Amapá, apresentando regras e procedimentos que guiam o seu funcionamento.



A. Gambarini/CI-Brasil

MISSÃO

Financiar a conservação e o uso sustentável das áreas protegidas no Amapá.

VISÃO

Ser referência no aporte de recursos estratégicos para as áreas protegidas no Amapá.



FUNDO AMAPÁ

PRINCÍPIOS

Os princípios do Fundo Amapá guiam a conduta do mecanismo, regras e processos decisórios envolvidos nas suas diferentes atividades. Devem ser seguidos por todos os agentes envolvidos em sua operacionalização.

- Transparência
- Credibilidade
- Legalidade
- Agilidade
- Eficiência
- Eficácia
- Efetividade
- Governança participativa e adaptativa
- Conciliação entre o desenvolvimento local e a conservação da natureza
- Respeito aos direitos das populações locais, tradicionais e povos indígenas inseridos em sua área de atuação

CARACTERÍSTICAS

- Fundo privado
- Governança participativa: Sociedade civil, Governo e Universidade
- Multicarteira
- Adaptável para diferentes estratégias financeiras
- Decisões estratégicas passam pelo conselho deliberativo

SAIBA

Membros do GRET e do IEF identificaram fontes de financiamento de gestão florestal junto ao SFB para o desenvolvimento das cadeias produtivas familiares de madeira e não madeireiros. O governo federal criou o FNDF, que tem a missão de fomentar o desenvolvimento de atividades florestais sustentáveis no Brasil e promover a inovação tecnológica no setor. O SFB também dispõe de um guia de financiamento florestal. Confira em www.florestal.gov.br.



A. Gambarini/CI-Brasil

Como funciona o financiamento

No Fundo Amapá, os recursos do GCF vão formar uma carteira chamada Fundo de Endowment Amapá, no qual o ativo é aplicado e os rendimentos líquidos é que são operados, sempre preservando recursos para que permaneça gerando receita a ser aplicada nos projetos. O coordenador de Projetos da CI no Amapá, Josinei Garcia, observa que, como o valor é pequeno, frente à demanda (cerca de 250 mil reais ao ano), em paralelo, há uma estratégia de captação de novos recursos para

resultar em maiores rendimentos. Diante desse cenário, “o fundo vai apoiar primeiro as unidades estaduais, em particular a Flota-AP, porque tem um potencial grande de gerar benefícios econômicos e sociais. Com o tempo, a intenção é abranger outras UCs e Terras Indígenas,” considera. Vale destacar que novos aportes podem ter diferentes estratégias financeiras, nas quais o uso direto do principal é permitido, gerando assim maiores investimentos no curto ou médio prazo.



O SENTIDO DA APLICAÇÃO DO FUNDO AMAPÁ É A ATUAÇÃO COMO FONTE PROPULSORA PARA QUE AS 19 UCs E AS CINCO TERRAS INDÍGENAS HOMOLOGADAS POSSAM SE ORGANIZAR E SE TRANSFORMAR EM FONTE SUSTENTÁVEL, QUE GERARÁ BENEFÍCIOS SOCIAIS E ECONÔMICOS PARA TODOS. ABAIXO, REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO (CD) DO FUNDO, PRESIDIDO PELA SEMA/AP, EM MARÇO DE 2016.



Arquivo SEMA/AP

Um fundo para áreas protegidas do Amapá



Josinei Garcia*
Renata Pinheiro**



Imprescindíveis ao bem-estar humano, as Unidades de Conservação (UCs) são estratégicas para a proteção e conservação dos serviços ecossistêmicos providos pelos recursos naturais. Além disso, são de alta importância para promover a conservação dos aspectos socio-culturais das populações tradicionais. Grande parte das UCs foram criadas nos anos 1990 e 2000, especialmente na Amazônia brasileira. Desde então, esforços têm sido direcionados pelo poder público e sociedade civil organizada para a implementação dessas áreas.

O Estado do Amapá ocupa uma posição de destaque no país no âmbito da conservação ambiental em virtude das Unidades de Conservação (19) e Terras Indígenas (5) criadas. Juntas abrangem mais de 70% do território amapaense, o que representa mais de 10 milhões de hectares, formando o Corredor de Biodiversidade do Amapá. O Estado é considerado o mais preservado do Brasil, com aproximadamente 96% da cobertura vegetal nativa intacta. Isso representa cerca de 13,5 milhões de hectares, sendo mais de 9,8 milhões de hectares de tipologia florestal ombrófila.

Apesar da importância desses números, são grandes os desafios para a efetiva implementação dessas áreas, para que de fato cumpram as funções almejadas em

sua concepção. Um desafio importante tem sido o de garantir a sustentabilidade financeira e mecanismos financeiros, como, por exemplo, os fundos, que têm sido criados globalmente em resposta a essa necessidade. Um exemplo é o Fundo Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), com o objetivo de promover a conservação e a proteção de cerca de 60 milhões de hectares na Amazônia brasileira e considerado um dos maiores programas de conservação de florestas tropicais do planeta.

Pensando na consolidação e manutenção das áreas protegidas no Estado do Amapá, criou-se o Fundo Amapá em 2015, por meio de uma parceria do Governo do Estado do Amapá (GEA), CI e Funbio. O Fundo é um mecanismo financeiro flexível e de longo prazo, que pode receber recursos de variadas fontes financiadoras e destiná-los, conforme decisões de seu Conselho Deliberativo, a agendas específicas das áreas protegidas do Amapá. Com uma doação inicial de R\$ 5 milhões por parte da CI, no Projeto Geflo.

A governança do Fundo Amapá prevê diversas instâncias, tais como Gestor Financeiro e Operacional, Secretaria Executiva e, como instância máxima decisória, um Conselho Deliberativo (CD), órgão colegiado composto de forma paritária por representantes de organizações governamentais, academia, setor privado e sociedade civil organizada. O

conselho é deliberativo e consultivo, responsável pelas principais decisões e o acompanhamento da implementação das ações do Fundo Amapá. Um manual operacional estabelece as normas e regras que regem o funcionamento do mecanismo, bem como as atribuições de cada instância.

Para alcançar seus objetivos, o CD deve elaborar diretrizes, estratégias e prioridades para atuação do Fundo Amapá, com metas de curto, médio e longo prazo. Uma delas será a captação de recursos de forma a alcançar a meta de cerca de R\$ 40 milhões para garantir a manutenção das áreas protegidas no Estado pelos próximos dez anos, segundo estudo de dimensionamento das demandas desenvolvido pelo Funbio.

O Fundo Amapá é uma iniciativa estratégica com potencial de contribuições efetivas às áreas protegidas do Amapá. Não é seu objetivo substituir responsabilidades do governo (estadual e federal) da gestão das UCs, mas sim colaborar para que os objetivos específicos de cada unidade sejam alcançados. Para tanto, esforços organizacionais do governo e da sociedade civil são imprescindíveis ao seu sucesso – implementação dessas áreas gerando benefícios econômicos e sociais sem comprometer os serviços ambientais.

* Coordenador de Projetos (CI-Brasil) **Gerente de Governança (CI-Brasil)

NA MÍDIA



Foram desenvolvidas diversas atividades no Estado do Amapá com o objetivo de lançar e divulgar o Fundo Amapá e as ações desenvolvidas pelo governo estadual e a CI. As ações resultaram em ampla repercussão na mídia local e nacional, atingindo veículos de imprensa digital (sites, portais e blogs), televisão e jornais impressos, como a manchete de capa do jornal A Gazeta, do dia 3 de junho de 2015.



Arquivo CI-Brasil



DESAFIOS E OPORTUNIDADES

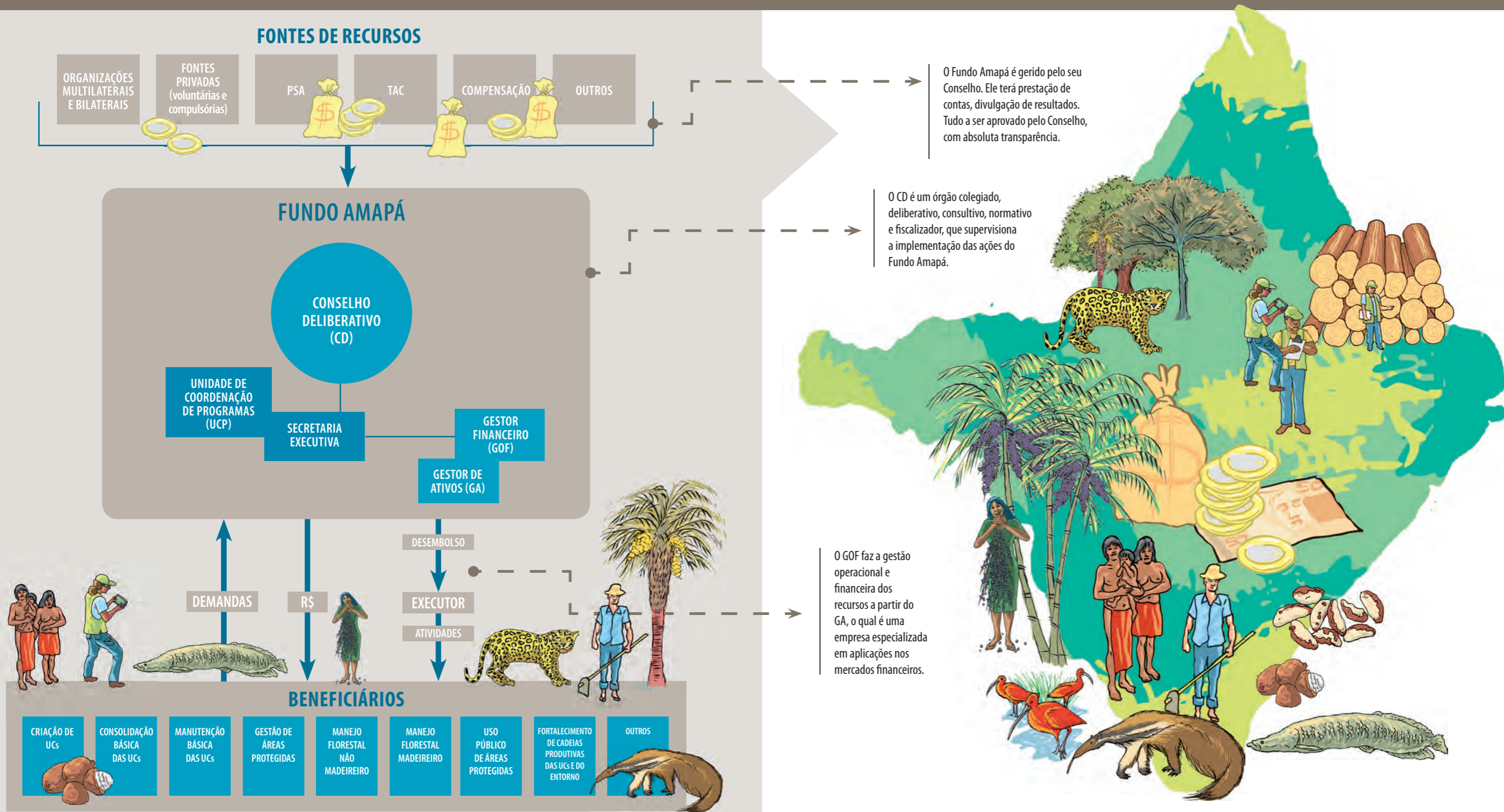
Entre os desafios apontados pelo Funbio, estão a manutenção do engajamento dos conselheiros, a possibilidade de ter baixa capacidade de absorção de recursos pelos beneficiários, a dificuldade de o Estado oferecer contrapartidas,

a captação de recursos adicionais, riscos sociais (grupos insatisfeitos ou excluídos, entendimento equivocado das demandas locais, carências de executores locais e conflitos políticos e desalinhamento com políticas locais).

VEJA também

Cap. 1 Política Florestal, pág.36 • Diálogo com a sociedade civil, pág. 58

A organização do Fundo



Flota-AP – Caminhos para Efetivação

3





A. Gambarini/CI-Brasil

Flota-AP abrange
16 municípios do Estado do Amapá e corresponde a 2% do total de UCs inseridas na Amazônia Legal.



TERRAS PÚBLICAS DA UNIÃO
Em 15 de abril de 2016, o governo federal assinou decreto regulamentando o repasse de terras da União para o Estado do Amapá.

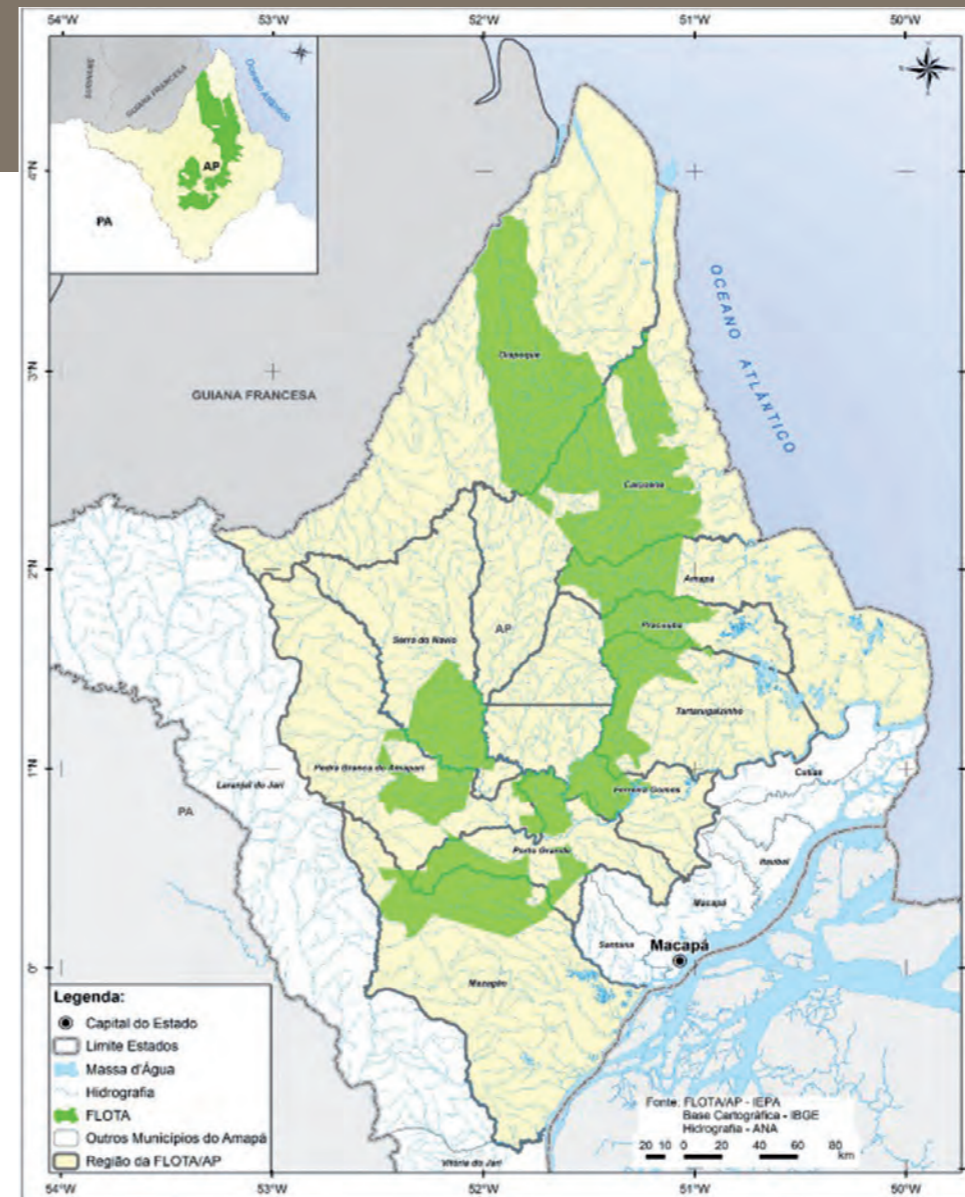
Sustentabilidade para ser vivida

A FLORESTA ESTADUAL PROPORCIONARÁ UM NOVO CICLO DE DESENVOLVIMENTO PARA O AMAPÁ

No ano que foi criado o SFB, através da Lei de Gestão de Florestas Públicas, a Floresta Estadual do Amapá (Flota-AP) foi instituída também a partir da Lei Estadual nº 1.028 em julho de 2006. Antes de ser criada, estudos realizados pelo Imazon (1999) e Iepa (2005) identificaram que a área – até então terras devolutas da União – era de alta relevância para a conservação da biodiversidade e para a utilização sustentável. Criada entre 2003 e 2005 pelo governo do Amapá, seus limites foram considerados **terras públicas da União** a serem transferidas para o

Estado do Amapá, conforme Decreto Presidencial nº 6.291/2007.

Segundo o Imazon, a Flota-AP contribui com a conservação de cerca de 2% (2.369.400 ha) do total das UCs inseridas na Amazônia Legal, que até dezembro de 2010 era de 310 UCs, totalizando 1.174.258 km² (23,5%). A Flota-AP é a segunda maior UC do Amapá, abrangendo 10 de seus 16 municípios, conservando 16,51% de sua área, além de compor o Mosaico da Amazônia Oriental (ver pág. 116). É maior que o estado de Sergipe e El Salvador, país da América Central.



Abraçência da Flota-AP em relação ao estado do Amapá.



Escudo das Guianas

A UC está localizada no Escudo das Guianas. Essa região apresenta uma das maiores concentrações florísticas e faunísticas de todo o mundo, sendo rica em endemismos. Somente esta condição já confere à Flota-AP uma grande importância no contexto do SNUC. É importante considerar

também a sua relevância para a biodiversidade do Amapá, por estar em uma condição específica, inserindo-se na porção central do Estado, e possuindo um gradiente e mosaico entre sistemas de Savana e de Floresta Ombrófila Densa, além de formações pioneiras em menor proporção.



A PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E O MANEJO DE SEUS RECURSOS NATURAIS SÃO CONDICIONANTES PARA A EFETIVAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DE DOMÍNIO, SOB PENA DE REVERSÃO AUTOMÁTICA AO PATRIMÔNIO PÚBLICO DA UNIÃO. ATÉ 2015, A GESTÃO DA FLOTA-AP ERA COMPARTILHADA ENTRE SEMA E IEF. COM A LEI ESTADUAL Nº 1942, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015, A RESPONSABILIDADE FICOU AO CARGO DO IEF.



Arquivo IEF

Aplicação de questionários para o diagnóstico socioambiental da Flota-AP (2012-2013).

Participação e embate

Em julho de 2011, o IEF iniciou a elaboração do Plano de Manejo (PM) optando por um processo participativo com consulta à sociedade. Com recursos oriundos do Fundo Estadual de Compensação Ambiental e do Tesouro Estadual, para a sua elaboração contou com a participação de servidores públicos estaduais e federais, pesquisadores, consultores e colaboradores de mais de 15 instituições (IEF, SEMA, IEPA, IMAP, RURAP, UNIFAP, UEAP, EMBRAPA, INPA, SFB, CI, GRET, DNPM, INCRA, STCP Engenharia e outros). Foram consultados ao longo do processo cerca de 1.500 atores, em reuniões de mo-

bilização, excursões de pesquisa, levantamento socioeconômico, mapeamento de uso e ocupação, oficinas participativas, seminários e capacitações.

Mas o avanço da implementação do PM causou um embate na esfera política, tendo provocado manifestação da Advocacia Geral da União (AGU), da Procuradoria Geral do Estado (PGE), do Ministério Público Estadual (MPE) pela paralisação do processo de concessão do Módulo II. Por isso, nessa publicação está sendo apresentado o levantamento socioeconômico feito pelo IEF em 2013 e o Cadastro de Ocupação do Módulo II, realizado em 2015.

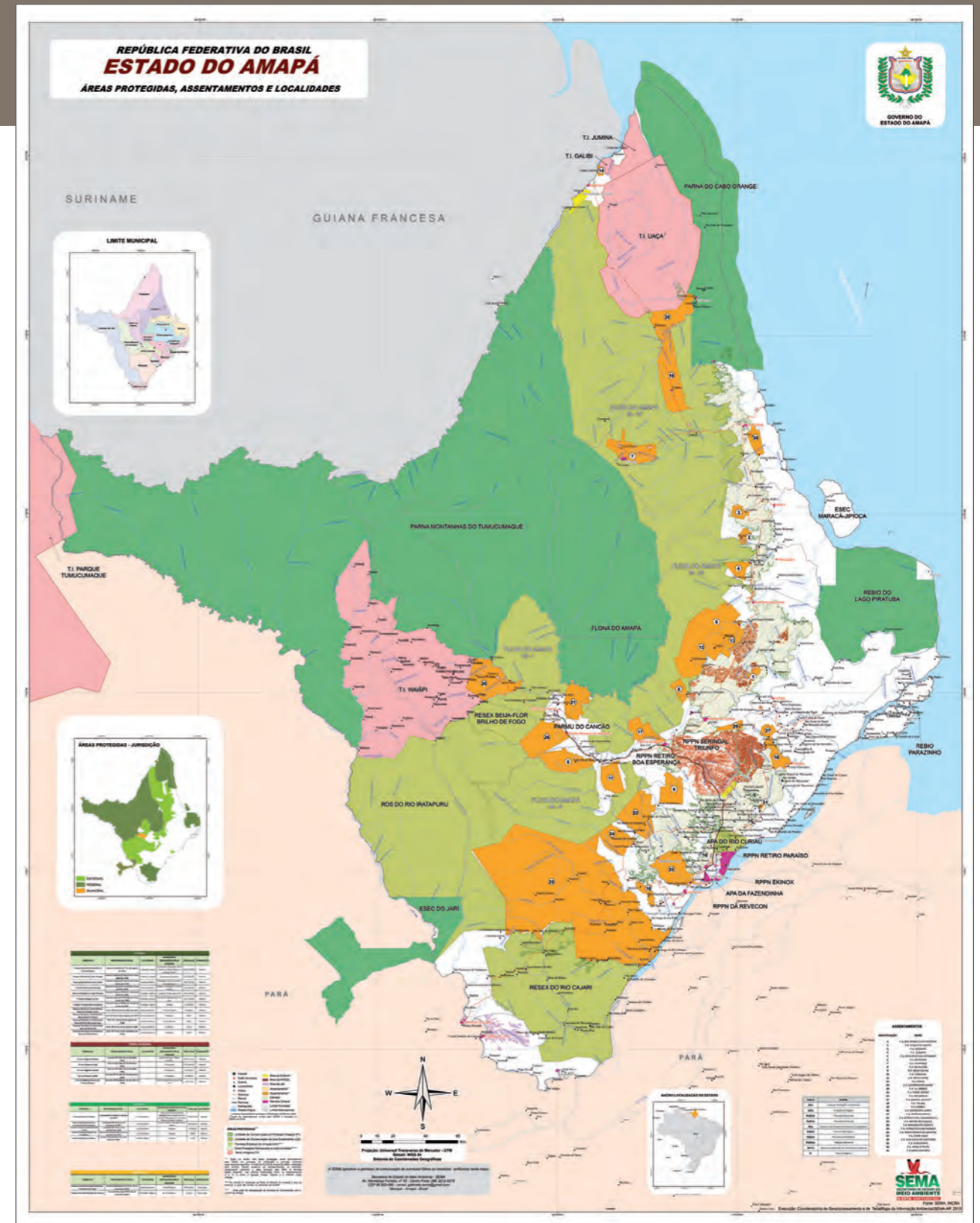
Dez municípios de abrangência da Flota-AP

MÓDULO I – MAZAGÃO, PEDRA BRANCA E SERRA DO NAVIO

MÓDULO II – PORTO GRANDE, FERREIRA GOMES

MÓDULO III – AMAPÁ, PRACUÚBA E TARTARUGALZINHO

MÓDULO IV – OIAPOQUE E CALÇOENE



Neste mapa se constata a localização dos módulos da Flota-AP e seus limites com áreas protegidas e PAs.



Arquivo IEF

Mapeamento participativo
O Projeto Geflo apoiou a realização de mapeamentos participativos em comunidades da Flota-AP.

CONSELHO GESTOR

Toda UC deve ter um conselho gestor, que tem como função auxiliar o chefe da UC na sua gestão, e integrá-la à população e às ações realizadas em seu entorno. O conselho gestor deve ter a representação de órgãos públicos e da sociedade civil. Pode ser consultivo ou deliberativo.

Processos para implantação da UC

MECANISMOS SERVEM PARA A MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL

Tendo por princípio o uso sustentável, a Flota-AP conta com diversos instrumentos para garantir a perenidade dos recursos ambientais, com base na participação da comunidade e nas experiências adquiridas. Esses instrumentos de gestão são o Plano de Manejo e o **Conselho Gestor**. Desta forma, a gestão

da Flota-AP deve buscar contribuir para a articulação entre as UCs existentes na região, proporcionando a conectividade entre elas, seus gestores e suas ações. Tudo para que seja viável sob os aspectos socioambientais e econômicos em equilíbrio com a utilização dos recursos naturais associada à conservação da natureza.



Etapas do Plano de Manejo

A estruturação do PM envolveu diversas fases, conforme a seguir:

- 1) capacitação da equipe, mobilização dos atores e levantamento de diversas fontes de informações publicadas;
- 2) elaboração dos diagnósticos do meio físico, biológico e socioeconômico;
- 3) oficinas de planejamento participativo e zoneamento;
- 4) consolidação final do PM.

As duas primeiras etapas foram desenvolvidas pelo IEF em conjunto com a CI, com destaque para reuniões e contatos institucionais com entidades diversas, comunidades e atores sociais da área de

abrangência da Flota-AP, além da participação do IEPA, com a realização do levantamento biótico da fauna. Já as duas últimas, sobre a elaboração do documento em si, foram executadas por uma empresa de consultoria, com a participação e a supervisão do IEF.



NÚMEROS DO PLANO DE MANEJO

Para a elaboração do Plano de Manejo, apresentado em fevereiro de 2014, foram realizadas reuniões, oficinas e expedições que contaram com a presença de 532 pessoas de todas as regiões do Estado. O diagnóstico socioeconômico levantou informações em 54 comunidades, com nove expedições, envolvendo 1.190 pessoas. Já o diagnóstico do meio biótico teve a atuação de 18 pesquisadores e outros 48 profissionais de apoio em três expedições. Ocorreram também seis oficinas de planejamento participativo com 181 participantes.

Resumo executivo da Flota-AP

Em janeiro de 2014, o Projeto Geflo viabilizou a realização de Oficinas de Planejamento Participativo com as comunidades de Porto Grande e Mazagão para apresentação do Plano de Manejo da Flota-AP por servidores da Sema e do IEF.

Em maio de 2014, o IEF lançou o plano de manejo da Flota-AP.

Em junho de 2014, GRET e CI apoiaram a impressão do resumo executivo do plano de manejo da Flota-AP. Foram realizados inventários biológicos da biodiversidade do estado do Amapá e diagnósticos socioeconômicos.



Os volumes do Plano de Manejo, ao lado, podem ser solicitados ao IEF em versão digital.



Plano de Manejo da Flota-AP



Euryandro Ribeiro Costa*

Os estudos que antecederam a criação da Flota-AP identificaram alta relevância para conservação da biodiversidade e um imenso potencial florestal passível de utilização sustentável (AMAPÁ, 2014). Contudo, a definição da área desta UC considerou o remanescente de terras públicas não destinadas em processo de transferência de domínio da União para o estado do Amapá, conforme apontado no Decreto Presidencial nº 6.291/2007, transformando esse território em um campo de possibilidades para o desenvolvimento econômico, social e sustentável do Estado.

A Flota-AP, criada em 2006, teve até 2010 poucas ações realizadas para a sua implementação, conforme preconiza o SNUC. Isso acarretou um processo de ocupação desordenada, especulação fundiária, e até mesmo a contestação por órgãos ligados ao Governo Federal da existência dessa Unidade (AMAPÁ, 2014). A partir de 2011, entretanto, o Governo Estadual, por meio dos órgãos gestores, iniciou a formação do seu Conselho Gestor e a elaboração do Plano de Manejo considerando os processos participativos com os principais atores envolvidos com a Flota-AP.

Para a construção de seu Plano de Manejo, ainda no decorrer do ano de 2011, o IEF submeteu e aprovou na Câmara Técnica de Compensação Ambiental (CTCA/Coema) um projeto para aquisição

de recursos financeiros para a execução de quatro etapas de elaboração: (1) Sensibilização e Mobilização; (2) Diagnósticos; (3) Planejamento e Zoneamento; (4) Submissão e Aprovação do Plano ao Conselho Gestor.

A primeira e segunda etapas foram executadas diretamente pelo IEF por meio do seu corpo técnico juntamente com parcerias de instituições estaduais e federais que atuam no Estado. Já para a terceira etapa da consolidação das informações do documento final do PM e para a quarta, o IEF contratou, mediante processo licitatório, uma empresa especializada na elaboração de planos de manejo. O cumprimento dessas etapas também entrou como contrapartida do Estado ao Projeto Geflo.

Todas essas etapas que subsidiaram essa construção constam no Roteiro Metodológico para Elaboração de Planos de Manejo de FLONA (ICMBIO, 2009) e estão respaldadas pela Lei Federal nº 9.985/2000, que institucionalizou o SNUC. Ressalta-se também que, para alcançar as etapas, foram desencadeados processos participativos com a sociedade.

Ao longo desse processo, houve a participação de servidores públicos estaduais e federais, pesquisadores, consultores e colaboradores de mais de 15 instituições (governamentais e não governamentais). Além da participação direta de cerca de dois mil atores sociais, distribuídos nas ações onde ocorreram reuniões

de sensibilização e mobilização, excursões de campo para levantamento de dados biológicos e socioambientais, mapeamento de uso e ocupação dos recursos naturais, oficinas participativas, seminários e capacitações.

Houve também a participação coletiva dos atores sociais a partir da realização de uma oficina de pesquisadores e seis oficinas de planejamento participativo realizadas em Mazagão, Pedra Branca do Amapari, Tartarugalzinho, Oiapoque e Macapá.

Por fim, os levantamentos biofísicos, sociais e as diferentes consultas à população com integração dos conhecimentos científicos e empíricos levaram à concepção e publicação do Plano de Manejo da UC, que além de apresentar um amplo diagnóstico da Flota-AP também apresenta a construção do planejamento de uso e o zoneamento da UC.

Até chegar na estruturação e na construção do PM da Flota-AP, como instrumento de gestão, procurou-se assegurar uma gestão responsável do ambiente, buscando o equilíbrio entre as demandas da sociedade e as do órgão gestor. Sem dúvida, nessa fase, o processo participativo se tornou o maior desafio e enfrentou limitações em virtude dos interesses contrários à implementação da Unidade, porém, em todas as fases de construção do Plano buscou-se envolver todos os grupos relevantes.

* Eng. Ambiental, técnico do IEF

SAIBA

TRABALHO COM AS COMUNIDADES

No site do MMA, podem ser acessadas as publicações “Lições aprendidas sobre a etapa de planejamento em planos de manejo de UC”, com muitas informações úteis sobre a trajetória da consolidação de áreas protegidas no Brasil e a “Relatoria das discussões sobre monitoramento do plano de manejo”, produzidos a partir dos trabalhos da Comunidade de Ensino e Aprendizagem em Planejamento de UC (CEAPM) em 2015. Confira em <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/plano-de-manejo>.



RESPONSABILIDADES

O Projeto Geflo viabilizou diversas ações com vistas à implantação do PM da Flota-AP. Uma série de atividades foram realizadas, que vão desde a construção da sede até a formação e viabilização das reuniões do seu Conselho Consultivo (ver pág. 152).

Em outubro de 2013, IEF e SEMA, com o apoio do GRET, realizaram oficinas de pesquisadores para promover a discussão do mapeamento do Plano de Gestão da Flota-AP.



DESAFIOS E OPORTUNIDADES

A Flota-AP foi criada e o grande desafio é a sua implementação, além de torná-la um instrumento para a consolidação de uma economia com valores ambientais e sociais. Assim, o desafio direciona a oportunidade de implementar atividades de base florestal, o que é especialmente propiciado no segmento de produtos madeireiros e não madeireiros.

Além disso, a implementação da Flota-AP tem como oportunidade o alinhamento com as diretrizes mundiais para a conservação das florestas nativas a partir de iniciativas de REDD+, mantendo a floresta em pé, restaurando e recompondo as áreas degradadas e reflorestando áreas desmatadas, visando, assim, contribuir como medida de mitigação às mudanças climáticas e ao consequente aquecimento global.

VEJA também

Cap. 1 PL de Mudanças Climáticas e Serviços Ambientais, pág. 40 • Cadeia da Madeira, pág. 66



Mamíferos

O número de espécies de mamíferos da Flota-AP varia conforme o módulo. Foram registradas 67 espécies de morcegos, representando cerca de 80% do que é conhecido no Amapá, 50% para a região amazônica e 38% para o país. Há indícios de que a Flota-AP abriga outras espécies que ainda não foram registradas.

Fauna rica em endemismos

A Flota-AP está localizada no Escudo das Guianas, uma das quatro áreas consideradas endêmicas para a região Amazônica, compreendendo o sudeste da Venezuela, Guiana, Suriname, Guiana Francesa e norte do Brasil, incluindo os estados do Amapá, Roraima e porção nordeste do Amazonas e Pará. Esta região apresenta uma das maiores concentrações florísticas e faunísticas de todo o mundo, sendo rica em endemismos. Somente esta condição já confere à UC uma

grande importância no contexto do SNUC.

Também é importante considerar a representatividade da Flota-AP para a biodiversidade do próprio Estado, pela sua localização central e por apresentar um gradiente e faixas de transição entre ecossistemas de Savana (Cerrado) e Floresta Ombrófila Densa, além de formações pioneiras em menor proporção. Esta alta diversidade de fitofisionomias confere à UC uma composição florística e faunística bastante rica.

ESPÉCIES

	Nº de espécies	Ocorrências das espécies	Observações
Mamíferos	79 espécies de mamíferos terrestres, distribuídos em oito ordens e 21 famílias	Módulo I – 60; módulo II – 43; módulo III – 67; módulo IV – 44.	Representa cerca de 85% das espécies conhecidas de mamíferos do Amapá e 15% das do Brasil.
	67 espécies de morcegos, distribuídas em sete famílias		Cerca de 80% do que é conhecido no Amapá, 50% para a região Amazônica e 38% para o país. Há indícios de que a Flota-AP abriga outras espécies que ainda não foram registradas.
Aves	512 espécies de aves, distribuídas em 67 famílias	Módulo I – 388; módulo II – 396; módulo III – 250. Em relação à similaridade, os módulos I e IV foram os mais relacionados entre si, seguidos dos módulos I e II, sendo o módulo III o que apresentou a menor similaridade.	Dentre as 18 espécies endêmicas do Escudo das Guianas, registradas nos quatro módulos, destacam-se: <i>Epidothrix serena</i> (uirapuru-estrela); <i>Veniliornis cassini</i> (pica-pau-de-colar-dourado); <i>Xiphorhynchus pardalotus</i> (arapaçu-assobiador); <i>Cyanocorax cayanus</i> (gralha-da-guiana).
Répteis e anfíbios	Cerca de 244 espécies	115 – anfíbios; 69 – serpentes; 42 – lagartos; 12 quelônios; 4 – crocodilianos; 2 – anfisbenídeos	
Peixes	317 espécies de peixes, distribuídas em 45 famílias e 15 ordens		As famílias que apresentaram a maior riqueza de espécies foram: Characidae – 64; Cichlidae – 38; Loricariidae – 29; Serrasalimidae – 18; Anostomidae – 16.

A elevada riqueza biológica da Flota-AP possibilita um potencial enorme para as comunidades humanas regionais, na medida em que permite a diversificação de usos associados ao meio ambiente local e, também, possibilidades de sustentabilidade nos

processos de recuperação dos ecossistemas a serem manejados. Tanto produtos madeiros quanto não madeiros se mostram como abundantes, gerando oportunidades para as populações locais.

ANFISBENÍDEOS

Família de répteis, da ordem dos sáurios, com 120 espécies reconhecidas no mundo. São esbeltos e se confundem com serpentes ou minhocas. A cabeça cilíndrica é pequena, com os olhos e ouvidos escondidos na pele. Corpo e cauda não se distinguem, são igualmente cilíndricos. O corpo é vermiforme, as patas são rudimentares ou ausentes, e a cauda curta e romba. São animais de vida subterrânea. Alimentam-se de invertebrados e são ovíparos.





COMPOSIÇÃO DA COBERTURA VEGETAL DA FLOTA-AP

Módulo	Cobertura Vegetal Predominante	Observações
I	Floresta Ombrófila Densa Submontana	Possui uma área de Vegetação Secundária com palmeiras, entremeada com áreas de pastagem e fragmentos de Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas.
II	Floresta Ombrófila Densa Submontana	Possui uma área constituída por Floresta Ombrófila Densa das Terras Baixas e menos de 0,1% constituído por Floresta Ombrófila Aberta Aluvial.
III	Floresta Ombrófila Densa das Terras Baixas	Forma um mosaico vegetacional com formações pioneiras e savânicas associadas às formações florestais, caracterizando as chamadas Áreas de Transição (Contato Savana/Floresta). Cabe destacar também as áreas antropizadas.
IV	Floresta Ombrófila Densa das Terras Baixas	Forma, como no módulo III, um mosaico vegetacional com formações florestais, savânicas e campestres.

Fonte: IEF



Apoio ao estudo de serviços ecossistêmicos

Em 2016, o GRET apoiou o estudo “Subsídios para o desenvolvimento econômico a partir do conhecimento sobre serviços ecossistêmicos e a biodiversidade na Flota-AP”. Entre os objetivos do trabalho, estiveram a investigação do estado do conhecimento sobre os valores econômicos dos serviços ecossistêmicos e suas relações com os principais setores produtivos no contexto da Flota-

AP; a identificação de lacunas e oportunidades para pesquisas futuras sobre o valor destes serviços para a construção, ponderação e avaliação de cenários de conflito relacionados ao uso de recursos naturais, e a realização de uma análise preliminar das relações de impacto e dependência sobre os serviços ecossistêmicos mais relevantes aos setores econômicos/atividades da Flota-AP.



GESTÃO INTEGRADA

Considerando os ambientes, as tipologias vegetais e os documentos consultados, foram registradas 726 espécies, distribuídas em 108 famílias botânicas. Só nos tipos diferentes de floresta foi constatada a existência de 475 espécies, já nas savanas foram 285 espécies de 78 famílias botânicas.

Espécies vegetais

Vegetação. A Flota-AP é composta, em grande parte, por florestas de baixos platôs (Floresta Ombrófila Densa das Terras Baixas), entremeadas por florestas de terra firme (Floresta Ombrófila Densa Submontana) e manchas de savanas, além de áreas antropizadas (Vegetação Secundária em diferentes estágios de regeneração) e áreas de transição (contato Savana/Floresta).

Na Flota-AP, foram registradas 726 espécies, distribuídas em 108 famílias botânicas. As florestas Ombrófila Densa Aluvial, Ombrófila Densa de Terras Baixas e Ombrófila Densa Submontana contribuíram com 475 espécies, distribuídas em 74 famílias. Já nas savanas (cerrado) foram identificadas 285 espécies, de 78 famílias, cerca de 40% do total. Com relação às espécies madeireiras, 264 tipos foram encontrados, com destaque para os angelins, acapus, sucupiras etc., e 45 espécies de importância não madeireira, como açai e cipó-titica. Duas espécies podem ser consideradas ameaçadas: pau-amarelo e castanheira.

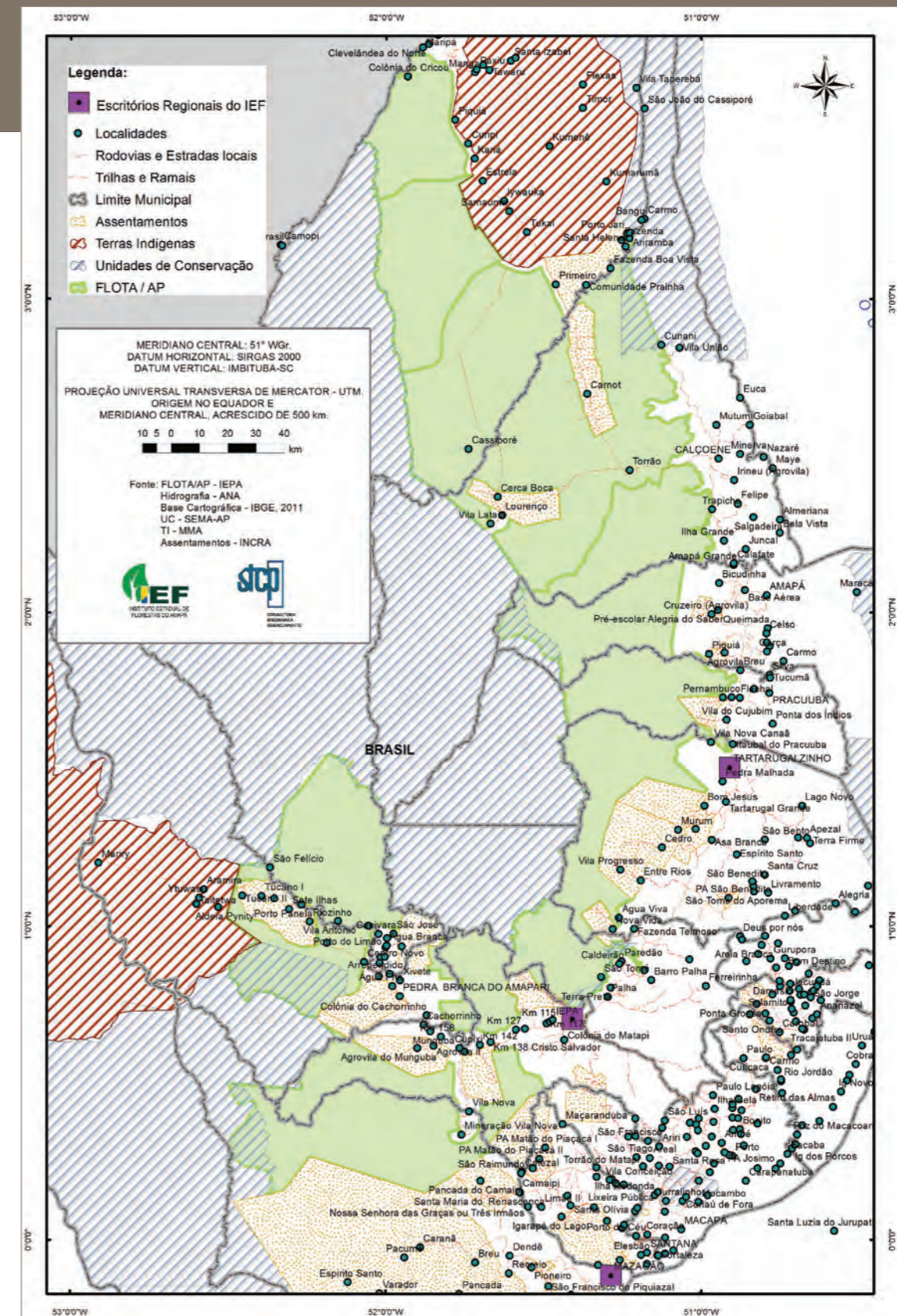
Serviços ambientais

A elevada riqueza biológica da Flota-AP permite a diversificação de usos associados ao ambiente e ao manejo e a recuperação de ecossistemas. A Flota-AP fornece direta e indiretamente bens (madeira) e serviços ambientais, como o sequestro de carbono (CO₂), o controle da erosão, a manutenção da qualidade da água, a produção de mudas e de sementes, a conservação de recursos pesqueiros, entre outros. Embora difíceis de serem mensurados, são fundamentais para o contexto das comunidades tradicionais, locais e regionais. A Flota-AP ainda dispõe de potencial para a realização de projetos de PSA (ver pág. 43).



A. Gambarini/CI-Brasil

Aspecto socioeconômico



Aspecto socioeconômico – localização das comunidades, localidades e assentamentos em campo. Fonte: IEF

Ictiofauna

Na Flota-AP, foram identificadas 317 espécies de peixes, distribuídas em 45 famílias e 15 ordens, sendo que as que apresentaram a maior riqueza foram Characidae e Cichlidae.



Centenas de rios

A Flota-AP é marcada pela ocorrência de centenas de rios de tamanhos variados – 25.524 km de canais fluviais – ou 14,78% do total do Estado. As maiores bacias hidrográficas são as do Araguari, Cassiporé, Oiapoque, Calçoene e Vila Nova que somam 83,69% da área total da UC. Além disso, muitos dos rios da Flota-AP acessam populações tradicionais que ainda não foram mapeadas e caracterizadas. A Flota-AP é fundamen-

tal para a conservação de nascentes dos rios Anotaié, Cassiporé, Amapá Grande, Falsino e Araguari, cujas nascentes estão localizadas em arco de cerca de 90 km de extensão, nas áreas elevadas da Serra Lombarda.

Por esse manancial hídrico circulam as comunidades que vivem na floresta. Dessa forma, são importantes não só do ponto de vista ambiental, mas também sobre o aspecto cultural e social.



FotosArquivo IEF

A economia

Entremeados na Flota-AP, estão as comunidades de 10 municípios do Estado do Amapá e também 17 Projetos de Assentamento, que concentram a maior parte da produção madeireira.

Levantamento socioeconômico realizado para o Plano de Manejo

Quando foi realizado o levantamento socioeconômico da Flota-AP, entre 2012 e 2013, a população dos dez municípios que englobam a Flota-AP, equivalia a 16,23% da população total do Estado, ou seja, 108.729 habitantes de acordo com Censo Demográfico do IBGE de 2010. Os municípios mais populosos são Oiapoque, Mazagão e Porto Grande, com mais de 15 mil habitantes cada, e os menos populosos são Pracuúba e Serra do Navio, com menos de seis mil habitantes.

A região da Flota-AP obteve um acréscimo populacional de 4,62% em dez anos a partir de 2000. No mesmo período, o estado do Amapá apresentou uma taxa de 3,5% para o mesmo parâmetro. O município de maior destaque é Pedra Branca do Amapari, com incremento de 10,4%

da sua população entre 2000 e 2010, devido ao aquecimento da atividade de mineração de ferro e ouro. Essas atividades explicam, também, os fluxos migratórios. Observa-se que, proporcionalmente, a minoria da população nasceu no município em que reside: de 20 a 65% dos moradores.

A Flota-AP faz limite com 17 Projetos de Assentamento (PAs) que concentram a maior parte da produção madeireira e do desmatamento do Estado. As principais atividades econômicas dos municípios são relacionadas à mineração e à agropecuária. A agricultura de subsistência predomina e a pecuária ocorre em pequena escala e, na maior parte, em sistema extensivo, em pastagens naturais de campos inundados. A silvicultura e o extrativismo vegetal têm grande potencial para produção.



AS COMUNIDADES PRECISAM TER SEUS DIREITOS TERRITORIAIS GARANTIDOS, ASSIM COMO O ACESSO ÀS FLORESTAS PÚBLICAS E AOS BENEFÍCIOS DECORRENTES DE SEU USO E CONSERVAÇÃO. ESSES SÃO PRINCÍPIOS DA GESTÃO DAS FLORESTAS PÚBLICAS. HÁ DOIS SUBGRUPOS DE COMUNIDADES LOCAIS NA ÁREA DA FLOTA-AP: OS ASSENTADOS DOS PAS DO ENTORNO E AS COMUNIDADES QUE HABITAM HÁ GERAÇÕES. O INCRA, O IMAP E O IEF DEVEM REALIZAR JUNTOS O GEORREFERENCIAMENTO DOS LIMITES DOS ASSENTAMENTOS, ONDE SE VERIFICOU A SOBREPOSIÇÃO DE LOTES JUNTO À FLOTA-AP. ESSAS ÁREAS DEVEM SER FORMALMENTE EXCLUÍDAS DA FLOTA-AP, DESDE QUE FIQUE COMPROVADA A SOBREPOSIÇÃO.



André Pessoa



Planejamento e zoneamento

ZONEAMENTO

É a "definição de setores ou zonas em uma UC com objetivos de manejo e normas específicas, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da Unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz". Propõe o ordenamento territorial para um melhor desempenho do manejo da Unidade. Estabelece diferentes usos para cada zona, que deve ser manejada conforme normas estabelecidas.

Para o **zoneamento** foram utilizadas distintas fontes de informação, entre elas:

- aspectos legais;
- diagnósticos consolidados no Volume I;
- arquivos vetoriais disponíveis e integrados em ambiente SIG (Sistema de Informações Geográficas)
- dados diversos referente a: vegetação; requerimentos minerais junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM); bacias hidrográficas e hidrografia; relevo; monitoramento do desmatamento das formações florestais na Amazônia

Legal (Prodes); mapa do desmatamento da SEMA; geomorfologia; solos; cadastro do censo do IBGE; mapeamento participativo elaborado durante as reuniões com as comunidades;

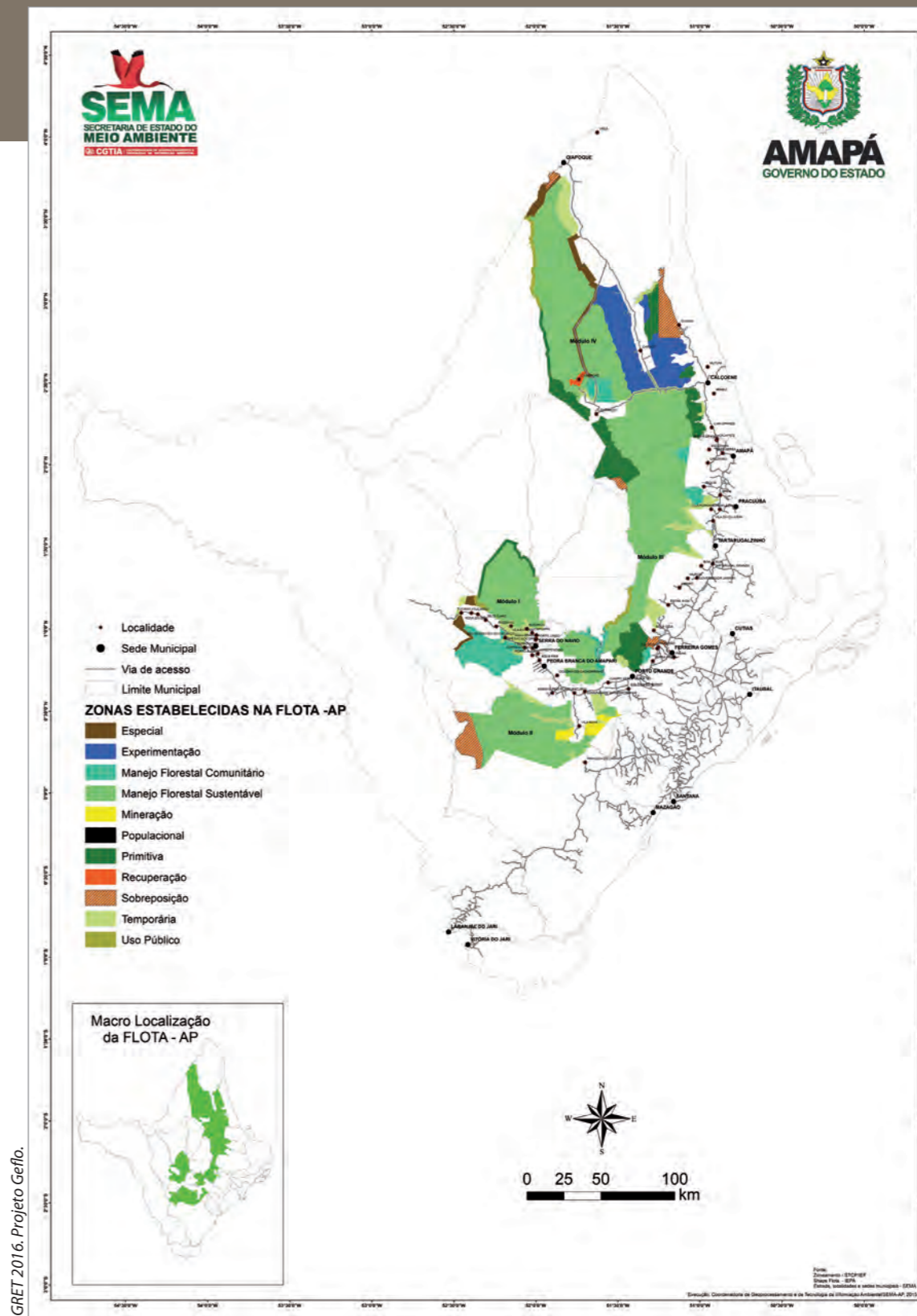
- planos de Manejo do Parna Tumucumaque; Parna do Cabo Orange e a proposta da Flona do Amapá;
- contribuições das oficinas de planejamento participativo nos dez municípios da região da Flota-AP, da oficina de pesquisadores e das reuniões com as comunidades indígenas e com os moradores do Projeto de Assentamento Extrativista (PAE) Maracá.



Roteiro metodológico

Em relação à categorização das zonas, foi considerado o roteiro metodológico elaborado pelo ICMBio. Porém, dada as peculiaridades e a extensão da UC, foi necessária a proposição de outras zonas além das expostas nas diretrizes do roteiro. Durante o zoneamento foram identificadas ainda, áreas de sobreposição de áreas da Flota-AP com outras áreas pertencentes a quilombos, assentamentos, áreas militares e outras UCs. Assim, determinou-se para a Flota-AP, onze zonas.

Arquivo IEF



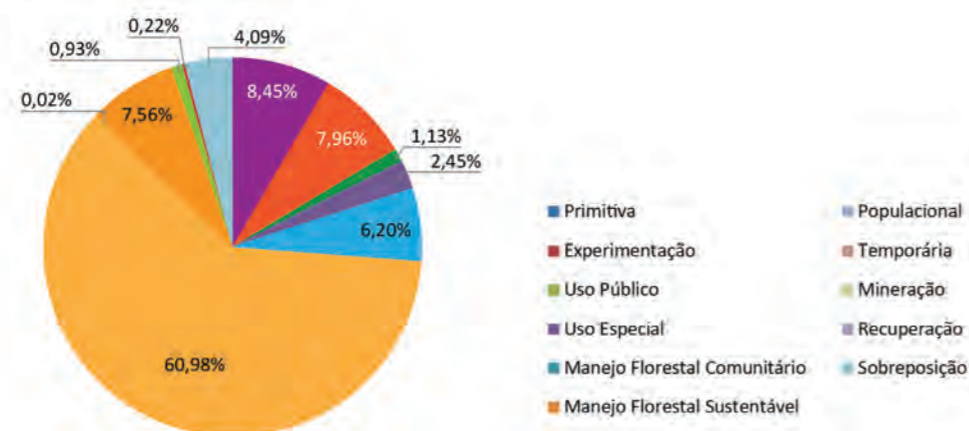
GRET 2016. Projeto Geflo.

A divisão da Flota-AP em 11 zonas com ordenamento territorial para definição do Plano de Manejo. Fonte: IEF



A. Gambarini/CI-Brasil

DISTRIBUIÇÃO QUANTITATIVA DAS ZONAS NA FLOTA-AP



Fonte: IEF e STCP Engenharia de Projetos Ltda., 2013.

Zona de Amortecimento serve de proteção

ZONA DE AMORTECIMENTO (ZA)

É o entorno de uma UC, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas. Tem a função de proteger sua periferia, ao criar uma área protetiva que não só as defende das atividades humanas como também previne a fragmentação, e, principalmente, o efeito de borda.

Já a **Zona de Amortecimento (ZA)** é de extrema importância na minimização de impactos ambientais à Flota-AP, pois abrange porções de PAs, localidades limítrofes e ambientes significativos para sua manutenção ecológica, considerando uma margem de um quilômetro, com exceção de áreas consolidadas de expansão urbana e as próprias UCs. Na ZA é preciso promover o

cumprimento dos dispositivos legais vigentes e coibir atividades de avanço sobre áreas da Flota-AP.

Todas as atividades passíveis de licenciamento ou que de forma direta ou indireta venham alterar o ambiente estabelecido na ZA precisam de anuência do órgão gestor da Flota-AP. Também deverão ser firmadas parcerias e protocolos com INCRA, IMAP, IBAMA.

NORMAS PARA CADA TIPO DE ZONA DA FLOTA-AP CONFORME O PM

PRIMITIVA ONDE OCORRE PEQUENA OU MÍNIMA ALTERAÇÃO

As atividades são limitadas à pesquisa científica, ao monitoramento, à proteção e à educação ambiental. É proibido qualquer tipo de uso direto dos recursos naturais. Não é permitida a instalação de infraestrutura, exceto placas de sinalização, elementos necessários a pesquisas de longa duração, educação, fiscalização e monitoramento. Área onde devem ser incentivados projetos de valorização de serviços ambientais e REDD+.

EXPERIMENTAÇÃO ÁREA NATURAL OU ALTERADA, ONDE A ATIVIDADE DE PESQUISA DEVE SER PRIORIZADA

Permite-se instalações para o suporte às atividades de uso público, educação ambiental e pesquisa científica. São vedadas as atividades de garimpo, pesquisa mineral, mineração, manejo de recursos madeireiros e abertura de novas estradas e vias de acesso, à exceção daquelas necessárias às atividades de monitoramento, controle e pesquisa. Para uso direto dos recursos naturais, em eventuais necessidades das atividades permitidas na zona, é necessária a aprovação pelo órgão gestor. Serviços ambientais e REDD+ são incentivados.

USO PÚBLICO ABRIGA ESTRUTURAS NECESSÁRIAS AO TURISMO

Área necessária para a gestão da Flota-AP, destinada a atividades de uso público, educação ambiental, pesquisa científica etc. As estruturas a serem construídas precisam atender a projetos específicos, devendo seguir os princípios de uma construção de baixo impacto ao ambiente. A sinalização deverá ter conotação

educativa, interpretativa ou indicativa. A pesquisa precisa ter fins exclusivamente científicos ou visar a melhoria do uso público da UC e necessita ter autorização da administração. É proibido o garimpo, a pesquisa mineral e a mineração.

USO ESPECIAL ONDE ESTÃO AS ESTRUTURAS DE ADMINISTRAÇÃO DA FLOTA-AP

Área destinada à fiscalização, ao monitoramento e ao controle da Flota-AP. As instalações deverão alterar o mínimo possível o ambiente, além de contar com um plano de sinalização conforme padrões estabelecidos pela gestão da UC, como indicação de limites. Para essa zona, deverá ser estabelecido um programa de comunicação para a interlocução entre as organizações sociais das TIs e a gestão da Flota-AP, a fim de promover o compartilhamento das ações nessa área.

MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO ATENDERÁ AS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO TRADICIONAL/LOCAL DE DENTRO E DE FORA DA UC

Área onde será possível a realização de pesquisa científica e tecnológica, monitoramento ambiental, proteção, recuperação ou restauração ambiental, visitação, educação ambiental e o manejo florestal sustentável de produtos não madeireiros e madeireiros (em pequena escala e baixo impacto). São vedados o garimpo, a pesquisa mineral e a mineração. Deverão ser realizados acordos de gestão junto às comunidades, a fim de manter a sustentabilidade da floresta. Também deve obedecer um microzoneamento para cada atividade desenvolvida pelas comunidades. As concessões de uso dessa zona serão coletivas, com exceção para a manutenção do modo de vida tradicional. O monitoramento e a fiscalização deverão

ser sistemáticos e permanentes para garantir a sustentabilidade socioambiental. São permitidas instalações para beneficiamento de produtos nessa zona, desde que com respectivos estudos de impacto e preferencialmente em áreas que já estejam alteradas.

MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL DISPÕE DE POTENCIAL PARA O MANEJO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS FLORESTAIS

As Unidades de Manejo Florestal (UMFs) preveem a **área de reserva absoluta** (5% da área), próxima a zonas mais restritivas ou protegidas. O extrativismo não madeireiro pela população tradicional é permitido, porém há necessidade de regulamentação específica. A pesquisa mineral é permitida e deve causar o mínimo de impacto, utilizar a infraestrutura já existente e apresentar plano de pesquisa ao IEF. O manejo de produtos madeireiros e não madeireiros deverá ser precedido de Projeto de Manejo Florestal Sustentável (PMFS). É permitida a implantação de infraestrutura mínima para o beneficiamento e armazenamento, desde que autorizados pela administração da Flota-AP.

ÁREA DE RESERVA ABSOLUTA

A Lei de Gestão de Florestas Públicas (11.284/2006), no artigo nº 32, determina que o PMFS deve apresentar área geograficamente delimitada destinada à reserva absoluta, representativa dos ecossistemas florestais manejados e, no mínimo, 5% do total da área concedida para conservação da biodiversidade e avaliação e monitoramento dos impactos do manejo florestal. A área de reserva absoluta poderá ser definida pelo órgão gestor, não sendo computadas as APPs e não poderá ter qualquer tipo de exploração econômica.



NORMAS PARA CADA TIPO DE ZONA DA FLOTA-AP CONFORME O PM

ACORDOS DE GESTÃO

A Instrução Normativa (IN) nº 29, de 05/09/2012, disciplina, no âmbito do ICMBio, diretrizes, requisitos e procedimentos administrativos para a elaboração e aprovação de Acordo de Gestão em UCs de uso sustentável federais com populações tradicionais. Essas regras são construídas e definidas pela população tradicional beneficiária e o ICMBio quanto às atividades tradicionalmente praticadas, o manejo dos recursos naturais, o uso e ocupação da área e a conservação ambiental, considerando-se a legislação vigente. O Acordo de Gestão regulamenta o uso dos recursos naturais e a ocupação do solo em UCs de uso sustentável.

DIREITO REAL DE USO

Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) — significa conceder os direitos de uso da terra e seus recursos naturais. Dessa forma, o Estado não vende nem dá a terra, mas deixa usar por um tempo que depende de um contrato que vai ser feito entre o governo e uma associação (coletivo) ou entre o governo e o posseiro (individual). Este contrato descreve as regras de uso da terra, e é escrito na parte de trás do CDRU. É um título de posse, que pode ser transferido ou deixado de herança, desde que o órgão do governo responsável pela assinatura do contrato aceite essa transferência.

ÁREAS DE SERVIDÃO

O decreto nº 62.934/1968, que regulamenta a mineração no País, prevê a constituição de áreas de servidão (fora dos limites da concessão de lavra da jazida). Quando forem necessárias e convenientes economicamente, a fim de viabilizar trabalhos de pesquisa ou lavra, e mediante vistoria do DNPM, só poderão ser trabalhadas após o pagamento ou depósito de importância relativa à indenização e de fixada a renda pela ocupação do terreno serviente. Essas áreas podem ser utilizadas para construção de vias de acesso, de instalações acessórias, captação de energia, escoamento de águas ou refugos das minas e/ou engenhos de beneficiamentos.

POPULACIONAL COMPREENDE AS ÁREAS DE MORADIA DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS DO INTERIOR DA FLOTA-AP

Compreende as áreas necessárias à subsistência da família, a partir do **Acordo de Gestão** a ser firmado entre os residentes e IEF. Os usos deverão estar em consonância com os objetivos da Flota-AP, visando a subsistência e a conservação. Não é consentido garimpo, pesquisa mineral e mineração. Requer o cadastramento das famílias com **Direito Real de Uso** e deverá preceder de um microzoneamento a partir do cadastro de residentes para identificação de cada tipo de uso da área.

TEMPORÁRIA ÁREAS SOBREPOSTAS A OUTRAS E QUE PODERÃO INCORPORAR OUTRAS ZONAS OU MESMO DEIXAR DE EXISTIR, DEPENDENDO DE ENCAMINHAMENTOS JURÍDICOS

As atividades permitidas são as que já existem, porém são vedadas ampliações e usos que degradem o ambiente até que se defina a estratégia para cada área dessa zona. Os usos deverão estar em harmonia com os objetivos da Flota-AP.

MINERAÇÃO ONDE ESTÃO LOCALIZADAS JAZIDAS AUTORIZADAS PELOS DECRETOS/PORTARIAS DE LAVRA EMITIDOS PELO DNPM E ÁREAS DE SERVIDÃO

Todas as atividades a serem desenvolvidas deverão ser planejadas com antecedência, analisadas e aprovadas pela administração da UC. Não será permitida a exploração de seixo no leito do rio e a qualidade dos corpos hídricos deverá ser monitorada periodicamente. Planos de recuperação da área deverão ser apresentados, de forma preliminar, antes do início da exploração, a fim de assegurar a manutenção da qualidade ambiental da Flota-AP e entorno. Os impactos ambientais e sociais deverão ser monitorados e passarão por fiscalização de forma sistemática.

RECUPERAÇÃO ÁREAS ALTERADAS, CONSIDERADAS ZONAS PROVISÓRIAS, QUANDO FOREM RECUPERADAS/RESTAURADAS, PODERÃO SER INCORPORADAS NOVAMENTE A UMA DAS ZONAS PERMANENTES

Todo garimpo na área deve ser paralisado até que se resolvam as questões de legalização da área junto aos órgãos competentes e se estabeleça o Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD). O monitoramento da qualidade ambiental, especialmente das condições hídricas deverá ser feito a montante e a jusante da área delimitada, conforme projeto específico a ser desenvolvido.

SOBREPOSIÇÃO ONDE HÁ SOBREPOSIÇÃO DE TERRITÓRIOS, EM ESPECIAL DE UCs



DESAFIOS E OPORTUNIDADES

A contribuição ambiental, social e econômica de uma UC que foi somente criada é muito pequena. Para atingir seus objetivos, deve-se implementá-la conforme estabelecido em Lei e nos seus instrumentos de gestão. Esse é o grande desafio da Flota-AP, a sua implementação, pois depende prioritariamente de vontade política. Além disso, é preciso ter a compreensão sobre o capital natural dessa área protegida. Para isso, o recomendável seria gerar e disponibilizar informações acessíveis e consistentes sobre suas características físicas, bióticas, sociais e culturais, a fim de que isso contribua para as tomadas de decisões assertivas para a implementação de políticas públicas adequadas à conservação e manutenção do seu capital natural.

A oportunidade emerge do atual desafio planetário imposto pelas mudanças climáticas, impulsionadas, principalmente, pela emissão de Gases de Efeito Estufa (GEEs). Para tanto, na última COP em Paris, a orientação foi iniciar a implementação de projetos e programas de REDD+ (ver pág. 45) como um

instrumento para a conservação das florestas, recomposição florestal e reflorestamento de áreas degradadas, invertendo a lógica de que o desmatamento é mais lucrativo do que manter as florestas em pé. A regularização fundiária e o ordenamento territorial da Flota-AP e áreas de entorno são emergenciais. Devem estar orquestrados entre as instituições gestoras das UCs estaduais, federais, assentamentos e terras indígenas, uma vez que estas áreas protegidas e assentamentos foram criados antes do repasse de terras da União para o estado do Amapá, acarretando problemas de sobreposição de terras, o que acaba gerando conflitos no campo. Há o desconhecimento por parte dos prefeitos e das comunidades sobre os benefícios que a implementação da Flota-AP pode trazer para os municípios. Um exemplo são as concessões florestais, que poderão gerar empregos, aumento do Produto Interno Bruto (PIB) e pagamento de *royalties*, que reforçarão a economia e, mais tarde, a política do município.

NO MEMORIAL DESCRITIVO DA FLOTA-AP, OS LIMITES APRESENTADOS SÃO INCONSISTENTES, NÃO EXISTEM MARCOS FÍSICOS IMPLANTADOS. O NOSSO GRANDE DESAFIO É FAZER O GEORREFERENCIAMENTO DA UNIDADE. E QUANDO ESTE TRABALHO FOR FINALIZADO, CERCA DE 3% DA FLOTA-AP DEIXARÁ DE SER UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, DEVIDO À PRESSÃO COM OS ASSENTAMENTOS E SOBREPOSIÇÕES DE LIMITES COM OUTRAS ÁREAS INSTITUCIONALIZADAS.



REUNIÕES GEA

Em 2014, o GEA promoveu reuniões com IMAP, IEF, SEMA, Incra e GRET sobre o monitoramento do georreferenciamento de áreas de assentamento e da Flota-AP e para tratar de questões relacionadas à regularização fundiária de terras da União para o Estado do Amapá.

VEJA também

Cap. 1 PL de Mudanças Climáticas e Serviços Ambientais, pág. 40 •
Cap. 2 Apoio à gestão das UCs, pág. 108



Mobilização

Encontros de mobilização para reunião do Conselho Consultivo da Flota-AP em outubro de 2013 exigiram contatos diretos com as comunidades.



Conselho Consultivo

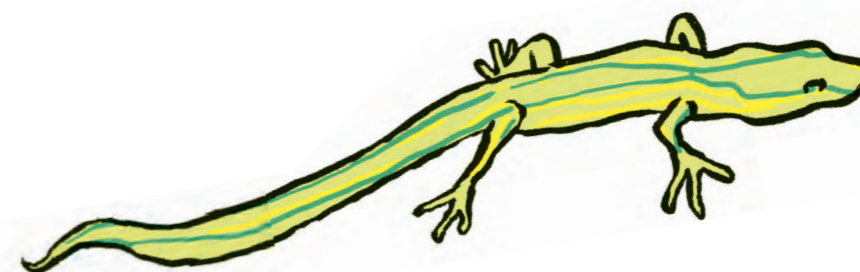
O Conselho Consultivo da Flota-AP é um importante instrumento de gestão e relacionamento entre a UC e a sociedade. Ele é consultivo, porque neste caso o órgão gestor deve consultar a sociedade civil sobre as políticas de implementação ocorridas nesta UC. Tem como objetivo promover a gestão compartilhada da unidade, assegurando a participação da sociedade e o envolvimento de diversos órgãos dos poderes público municipal, estadual e federal. Inicialmente, a gestão do CC Flota-AP foi compartilhada entre SEMA e IEF. Desde setembro

de 2015, o IEF passou a integrar o Sistema Estadual de UCs, e também, tornou-se o único órgão gestor da Flota-AP.

Entre competências do CC, estão a elaboração do regimento interno e plano de ação; o acompanhamento da elaboração, implementação e revisão do Plano de Manejo da UC; a busca da integração da UC com as demais áreas protegidas e com o seu entorno, o acompanhamento das atividades e políticas que incidem sobre a Flota-AP, o monitoramento da aplicação dos recursos destinados à Flota-AP, entre outras.

LINHA DO TEMPO CONSELHO CONSULTIVO

- **Junho 2011** – Termo de Cooperação Técnica entre Sema e IEF
- **Agosto 2011** – Início do GT Flota-AP constituído pelo governo (SEMA e IEF) e GT Mobilização; capacitação de técnicos do governo (IEF e SEMA) para elaboração do Plano de Manejo
- **Janeiro 2012** – Divulgação e informação sobre a formação do Conselho nas comunidades e identificação de membros do poder público e sociedade civil
- **Maio e junho 2012** – Capacitação de técnicos do governo (IEF e SEMA) sobre “Metodologia e Moderação de Reuniões Participativas para Formação de Conselho Gestor”
- **Junho 2012 a agosto 2013** – Reuniões e mobilização para a escolha de membros da sociedade civil para comporem o CC. Escolha dos membros governamentais e não governamentais para comporem o CC
- **Novembro 2013** – 1ª Reunião de capacitação dos conselheiros do CC. Decreto de criação do CC (Decreto 6.312/2013). Posse dos conselheiros
- **Fevereiro 2014** – 1ª Reunião ordinária: apreciação do Plano de Manejo e estruturação do Regimento Interno. 2ª Reunião de capacitação dos conselheiros do CC
- **Março 2014** – 2ª Reunião ordinária: apreciação do Plano de Concessão Florestal e eleição da secretaria executiva
- **Abril 2014** – Aprovação do Plano de Manejo através de Portaria Conjunta SEMA/IEF Nº 1 de 16 de abril de 2014
- **Dezembro 2014** – 3ª Reunião ordinária
- **Junho 2015** – 4ª Reunião ordinária
- **Setembro 2015** – Governo do Estado passa ao IEF a atribuição de órgão gestor da Flota-AP
- **Novembro 2015** – Término do mandato dos conselheiros
- **Abril 2016** – Capacitação de ex-conselheiros da sociedade civil e lideranças comunitárias pelo Projeto Geflo sobre a Flota-AP e o papel do conselheiro
- **Maio a junho 2016** – Subsídios para a eleição de membros do CC. Mobilização e reuniões nas comunidades para a eleição dos conselheiros





Conselheiros da sociedade civil

Os conselheiros têm o papel de nortear as discussões sobre a realidade em que vivem as comunidades da Flota-AP. São eles que demandam as políticas públicas relacionadas à regularização fundiária, atividades produtivas sustentáveis, melhoria de estradas e acessos e também avaliam como essas ações devem ser implantadas na Flota-AP. Esses conselheiros são escolhidos pelas comunidades a partir de reuniões locais, com a presença de todos que têm interesse

ou almejam melhorias em suas localidades e no seu bem-estar. Nas reuniões, participam, além das lideranças comunitárias e das comunidades, membros de associações e cooperativas e de organizações não governamentais com atuação em cada município. Esse público deve identificar e eleger seus melhores representantes para a composição do CC da Flota-AP, assim como participar da tomada de decisões nos assuntos referentes à unidade de conservação.

Formação do conselho

O Conselho da Flota-AP possui 36 membros, dos quais, 17 do poder público e 19 da sociedade civil. Para a gestão da UC, o colegiado deve ser consultado sobre toda e qualquer atividade a ser realizada na Flota-AP.

MEMBROS DO CONSELHO CONSULTIVO DA FLOTA-AP / SOCIEDADE CIVIL

MUNICÍPIO	COMUNIDADES
Mazagão	Projeto de Assentamento (PA) Pancada do Camaipi
Pedra Branca do Amapari	Água Fria, Porto Alegre, Xivete e Arrependido
	São Sebastião do Cachaço
	Centro Novo e Cachorrinho
Serra do Navio	PA Perimetral (Riozinho, Sete Ilhas, Nova Divisão, Tucano I e Tucano II)
	Terra Indígena Wajãpi
	Colônia de Água Branca, Perpétuo Socorro, Ramal São José, Porto Limão e PA Serra do Navio
Porto Grande	Ramal do Cachaço e Cachaço
	Capivara, Sucuriju, Anta, Stefaneo, Castanheira e Vilage Antônio
Ferreira Gomes	Vila do Munguba, Projeto de Assentamento Munguba, Distrito do Cupixi, Vila Nova e km 142 (PA Nova Canaã)
	Colônia Agrícola do Matapi, Campo Verde, Projeto de Assentamento Manoel Jacinto e ribeirinhos do rio Araguari
Tartarugalzinho	São Tomé, Terra Preta, Palha, Traíra, Caldeirão, Paredão e PA Nova Vida
Pracuúba	PA Cedro, Entre Rios, Bom Jesus, Governador Janary I e II, Comunidades do Mutum, Vila do Itauba e Tartarugal Grande
	Vila do Cujubim, Flexal, Breu, Agrovila, Porto Franco e PA Pernambuco
Amapá	Amapá Grande, Base Aérea e Projetos de Assentamento Cruzeiro (incluindo Bicudinho) e Piquiá
Calçoene	Calafati, Ilha Grande, Cunani, os assentamentos Irineu, Mutum, e os distritos Carnot e Lourenço
Oiapoque	Ramal do km 47, Ramal do km 38, Ramal do km 35 e I Cassiporé
	Terra Indígena Uaçá
	Instituto de Pesquisa e Formação Indígena – Iepé ONG

MEMBROS DO CONSELHO CONSULTIVO DA FLOTA-AP / PODER PÚBLICO

INSTITUIÇÃO

Prefeitura de Oiapoque
 Prefeitura de Calçoene
 Prefeitura de Amapá
 Prefeitura de Tartarugalzinho
 Prefeitura de Pracuúba
 Prefeitura de Porto Grande
 Prefeitura de Ferreira Gomes
 Prefeitura de Pedra Branca do Amapari
 Prefeitura de Serra do Navio
 Prefeitura de Mazagão
 Fundação Nacional do Índio (Funai)
 Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá (Rurap)
 Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)
 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)
 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá)
 Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)
 Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA)
 Batalhão Ambiental
 Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Estado do Amapá (IMAP)
 Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA)
 Instituto Estadual de Florestas (IEF)



PARA A FLOTA-AP CUMPRIR SUA MISSÃO É VITAL QUE OS MEMBROS DO CONSELHO COMPREENDAM O SEU PAPEL NESTA INSTÂNCIA PARTICIPATIVA DE DIÁLOGO E INFORMAÇÃO. A PARTICIPAÇÃO ATIVA DE REPRESENTANTES LEGÍTIMOS – TANTO DO GOVERNO COMO DA SOCIEDADE CIVIL – É DECISIVA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA UC, EM CONSONÂNCIA COM O PRECONIZADO NO PLANO DE MANEJO.



ANÁLISE DA FREQUÊNCIA

Conforme análise da frequência dos membros do Conselho realizada pelo GRET, a taxa de ausência dos membros da sociedade civil é de aproximadamente 16%, enquanto que a do poder público é de 41%. É importante que sejam realizadas sensibilizações junto aos órgãos do poder público, reforçando a importância da participação desse âmbito de diálogo multissetorial. Além disso, o órgão gestor deve buscar capacitações contínuas, visando melhorar sua atuação quanto à gestão compartilhada da unidade de conservação, na qual participam outros setores da sociedade (ONGs, associações, cooperações internacionais, entre outros). Uma parceria com o ICMBio possibilitará acessar a *expertise* e experiência desse órgão, assim como uma maior interação com o Conselho do Mosaico da Amazônia Oriental, que já tem cerca de 10 anos de funcionamento, e possibilitará ampliar o olhar sobre a gestão de áreas protegidas e suas peculiaridades.



OFICINAS

Para a divulgação da Flota-AP e explanação sobre a Formação do CC Flota-AP, são utilizadas apresentações de slides, mapas da Flota-AP e entorno e também metodologias participativas de grupo para uma maior interação dos participantes com a equipe de técnicos da SEMA e IEF. Também são explicados conceitos sobre áreas protegidas, UCs e suas diversas categorias, o funcionamento do SNUC, os instrumentos de gestão da UC (plano de manejo e conselho consultivo), objetivos da categoria “Floresta” e seu zoneamento.

BRUNO CAPORRINO,
REPRESENTANTE
DO IEPÉ



A CONSTITUIÇÃO FEDERAL ASSEGURA QUE 'TODO O PODER EMANA DO POVO, QUE O EXERCE DIRETAMENTE OU POR MEIO DE REPRESENTANTES ELEITOS' E, ALÉM DISSO, QUE O MEIO AMBIENTE É UM BEM PÚBLICO, CUJA GESTÃO É RESPONSABILIDADE DE TODOS — INCLUSIVE DO ESTADO. A FLOTA-AP É UMA FLORESTA PÚBLICA, QUE DEVE SER GESTADA PELO ESTADO COM CONTROLE SOCIAL POR PARTE DA SOCIEDADE. SOMENTE ATRAVÉS DO CONSELHO CONSULTIVO É POSSÍVEL AJUDAR O ESTADO A GERAR RENDA, FORTALECER CADEIAS PRODUTIVAS E PROMOVER O DIREITO DE TODOS AO MEIO AMBIENTE SAUDÁVEL E EQUILIBRADO, COM PARTICIPAÇÃO DE TODA A SOCIEDADE.



Silvia Marcuzzo

Integrante da Associação extrativista, em oficina sobre Flota-AP, contou sua experiência na Flona Tapajós (PA) quando conheceu o trabalho da Coomflona.

Capacitação para conselheiros e líderes comunitários

Em abril de 2016, 73 pessoas, entre conselheiros e lideranças comunitárias, participaram de três oficinas de Capacitação para Conselheiros da Floresta Estadual do Amapá e para Lideranças Comunitárias. Os encontros foram realizados em Ferreira Gomes, Pedra Branca do Amapari e Macapá. O conteúdo abordou durante dois dias e meio temas relativos a UCs (todas as categorias, seus objetivos, gestão e zoneamento da Flota-AP), associativismo e cooperativismo, atividades produtivas sustentáveis, papel e características dos conselheiros etc. Com a participação de todos, os encontros ainda identificaram estratégias para melhorar a comunicação e o acesso à informação necessá-

rios para o bom desempenho do conselheiro frente ao Conselho e à sua comunidade.

Foram convidados os 38 membros (titulares e suplentes) da sociedade civil do CC; 20 lideranças de associações e cooperativas que participaram do curso de Formação de Lideranças do IEB; monitores, alunos e coordenadores indicados pelas seis Escolas Família do Amapá; demais lideranças identificadas ou indicadas por organizações de base, ONGs e o ICMBio que atuam na área da Flota-AP ou no seu entorno. Como subsídios para a capacitação, o Projeto Geflo desenvolveu materiais informativos, como um folder-mapa, cartaz, banners (ver pág. 63 e 65).



Parceiros asseguraram a participação e composição do CC da Flota-AP

O Projeto Geflo viabilizou a criação do Conselho Consultivo, que demandou uma ampla mobilização por parte do governo do Estado, por meio da Sema e IEF, e viagens — ora por rio, ora por estradas e ramais — para contatar potenciais conselheiros e realizar a eleição de conselhei-

ros. Também possibilitou a estruturação do regimento interno e ainda algumas capacitações dos conselheiros e líderes comunitários. Esse é um exemplo de que a gestão da unidade de conservação não é só papel do governo, mas também dos parceiros nacionais e internacionais.



Arquivo Sema-AP

Opiniões de quem participou da atividade



“O fortalecimento das comunidades da Flota-AP é fundamental não só para a gestão, mas para se colocar em prática aquilo que os líderes comunitários e/ou conselheiros recebem em capacitações. E também porque podem trazer experiências para melhorar a qualidade de vida dentro das comunidades.”

Carlos Siqueira, técnico da SEMA/AP



“Não sabia o que era Flota-AP, só ouvia falar. Para nós, parecia ser algo restritivo que viria para restringir nossas atividades, nosso desenvolvimento, até mesmo suspeitávamos que íamos ser removidos da comunidade. A capacitação (sobre participação no conselho da Flota-AP) foi fundamental para mim como líder para reconhecer que através da Flota-AP pode-se conseguir apoio à comunidade. Acho que de todas as reuniões que tenho participado nos últimos três anos, esta foi a mais valiosa, com certeza.”

Nora Ellen Marceau, representante da Associação Vida Verde da Amazônia (AVIVE)



“Achei maravilhoso o encontro. Gostei muito da comunicação, pois temos aqui lideranças que ainda não têm um grau elevado de instrução e eles entenderam o que o evento propôs. E agora a gente consegue entender o papel da Flota-AP. Antes tinha a Flota-AP como uma vilã, pois a linguagem que usavam era muito técnica. Mas hoje conseguimos entender quais são os objetivos da Flota-AP. Eu tô saindo daqui muito satisfeita por causa disso.”

Gracinete Santos Marinho, da Associação Renascer, de Serra do Navio, participante da oficina



CONSELHO DA FLOTA-AP

O conselho da Flota-AP iniciou seu funcionamento em fevereiro de 2014. Exige um trabalho contínuo e sistemático de informação e capacitação dos seus membros — do poder público e da sociedade civil. É necessário dar-lhes subsídios para as discussões acerca das políticas, projetos e programas que afetarão direta ou indiretamente a unidade, as comunidades e o capital natural.

3

INSTRUMENTOS DE GESTÃO



Verena Almeida/Arquivo Gret

Capacitação realizada em 2016 em Pedra Branca do Amapari pelo projeto Geflo (GRET e CI). Na foto, detalhe do morador de assentamento da Perimetral Norte; conselheiro da Flota-AP; jovens e estudantes da Escola Família da Perimetral Norte (Efapen).

SAIBA

GUIA PARA GESTORES E CONSELHEIROS DE UC

No site do ICMBio, está disponível um guia sobre como devem funcionar os conselhos de uma UC. A participação das comunidades do entorno representa, muitas vezes, o sucesso na administração da unidade. Vale baixar em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/guia-conselhos-2014.pdf>.



DESAFIOS E OPORTUNIDADES

A participação efetiva e informada do governo e da sociedade civil é um dos desafios para o pleno funcionamento do Conselho Consultivo da Flota-AP. A análise de frequência realizada pelo GRET com base nas quatro reuniões ordinárias do Conselho da Flota-AP, realizadas entre 2014 e 2015, mostrou ausência de 41% dos membros de governo e de 16% dos representantes da sociedade civil. Mesmo membros instituídos como permanentes do conselho, conforme o Regimento Interno, têm se ausentado das reuniões. Isso pode ocorrer por uma série de fatores, dentre eles, o próprio desconhecimento da importância do Conselho como instância de gestão da UC.

O gestor da UC também precisa internalizar o papel do Conselho como um espaço informativo e consultivo. Tudo para que decisões que envolvam a Flota-AP não sejam tomadas sem a prévia apreciação do Conselho.

A lei de Gestão de Florestas Públicas visa regulamentar e assegurar os direitos das comunidades residentes na área da Floresta Estadual, ou seja, assegurar a proteção aos direitos territoriais das comunidades locais, junto com o ordenamento territorial e o fomento às cadeias produtivas florestais. Ela determina aspectos como o objeto da concessão florestal; a

elaboração do Plano Anual de Outorga Florestal; as cláusulas essenciais ao contrato de concessão, inclusive, e os deveres que impõe ao concessionário da exploração dos produtos florestais. O órgão gestor da unidade precisa internalizar que as políticas públicas florestais devem ser construídas conjuntamente, entre o governo e a sociedade civil que será diretamente beneficiada/afetada. Caso contrário, corre-se o risco desta política não conseguir funcionar, o que é uma desvantagem direta para o governo e a própria sociedade civil.

Como promover a geração de renda e desenvolvimento do estado do Amapá a partir da floresta? Esta seria uma tentativa de aproximar governo e sociedade civil, para trabalharem em sintonia com a consolidação das políticas florestais, criadas no estado, com o intuito de fazer uso e conservação da floresta.

O estabelecimento de uma comunicação efetiva entre os membros do conselho é outro desafio. O tamanho da Flota-AP, as resistências políticas e culturais, as dificuldades de deslocamento de conselheiros das áreas remotas, assim como a deficiente comunicação via rádio, celular e internet prejudicam a participação dos conselheiros. Já entre as oportunidades, estão o aproveitamento da presença da Flota-

-AP no Mosaico das Áreas Protegidas da Amazônia Oriental. Isso pode ampliar suas referências acerca da gestão participativa de UCs e pactuar ações conjuntas com outras instituições, o que otimizará recursos financeiros, humanos, logísticos, entre outros. Como a gestão da Flota-AP é uma agenda nova para o atual órgão gestor, assim como a própria Flota-AP e seu conselho, a aproximação e participação do IEF no conselho do Mosaico possibilitará contato com experiências exitosas, intercâmbios, lições aprendidas e a *expertise* das instituições que trabalham ativamente com a gestão de áreas protegidas, como o ICMBio, a Funai e o Iepé.

O Conselho Consultivo da Flota-AP ainda deve se apropriar dos instrumentos de planejamento (análise do desmatamento e das áreas degradadas a partir da base cartográfica) e de ordenamento territorial, com o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), que estão em desenvolvimento, a fim de orientar as ações já especificadas no Plano de Manejo. A previsão e antecipação às políticas, projetos e programas potencialmente impactantes deverão ser monitoradas e reajustadas visando redução ou mesmo eliminação de impactos negativos sobre a biodiversidade e a população moradora da área da Flota-AP e de seu entorno.



Fotos: Arquivo IEF

Por água

Técnicos do IEF percorreram a Flota-AP por rios e estradas para obtenção de dados para implementar a UC de uso sustentável



Passos para a organização da UC

FLOTA-AP CONTA COM SEDE PRÓPRIA E INSTRUMENTOS PARA GESTÃO

A Flota-AP conta com uma sede, cuja obra foi concluída em 2015. Estratégica para o fortalecimento da gestão da UC, o espaço físico possibilita a extensão de ações do IEF na região centro-oeste do Estado. Situada no município Porto Grande, sua construção contou com recursos casados do Projeto GEFLO, Fundo Frânces e contrapartida da CI-Brasil junto ao banco alemão para desenvolvimento KfW Bankengruppe.

O prédio possui uma área total de 169,21 m², divididos em sala para a co-

ordenadoria técnica, auditório multiuso, sala administrativo financeira, jardim externo, guarita, garagem coberta para veículos institucionais, depósito, banheiros masculino, feminino e para portadores de mobilidade reduzida, copa e cozinha. Houve a preocupação de respeitar os parâmetros de iluminação natural, ventilação e otimização dos espaços para um melhor desenvolvimento das atividades e proporcionando ao servidor um ambiente de trabalho que seja adequado às suas necessidades.



ERALDO NEVES, TÉCNICO DO IEF



A IMPLEMENTAÇÃO DE UCS É UM DOS PRINCIPAIS INSTRUMENTOS QUE A SOCIEDADE E O PODER PÚBLICO DISPÕEM PARA A PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS E A GESTÃO DA FLOTA-AP, PELO SEU TAMANHO E COMPLEXIDADE, É UM GRANDE DESAFIO NO SENTIDO DE DEMONSTRAR QUE É POSSÍVEL COMPATIBILIZAR A CONSERVAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO SOCIAL.



BASE OPERACIONAL

A base operacional garante que projetos desenvolvidos na Flota-AP e em seu entorno tenham uma base de trabalho fixa e próxima das comunidades da UC. No prédio, também funciona o escritório regional do IEF de Porto Grande. Terreno doado pela prefeitura de Porto Grande para construção da sede da Flota-AP em 2013 (foto esquerda) e a base operacional em 2016 (foto direita).





NÚMERO DE POSSES DO MÓDULO II EM 2015

- 86 posses foram mapeadas/georreferenciadas (49,15%) pelo programa Terra Legal, localizadas, no todo ou em parte, dentro da Flota-AP.
- 89 novas posses (50,85%), até então não identificadas, foram mapeadas pela equipe interinstitucional do IEF e IMAP.



André Pessoa

A extração de açai – os assentados extraem o açai para consumo próprio e para a venda.

Levantamento ocupacional e cadastro do Módulo II

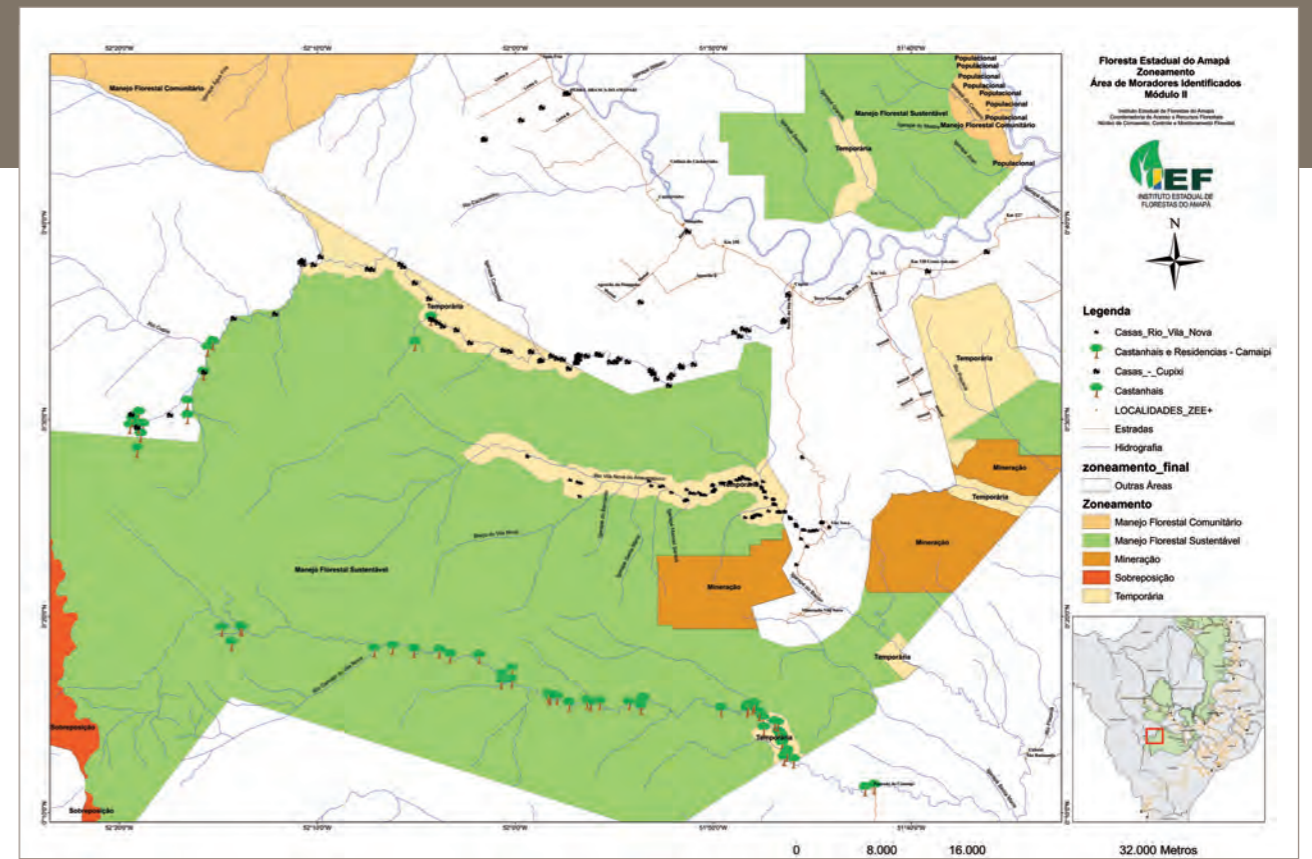
A fim de subsidiar o processo de regularização fundiária, o governo do estado e o governo federal, através do IEF, Imap, SEMA, em parceria com MDA, INCRA e prefeituras municipais realizaram o levantamento ocupacional do Módulo II da

Flota-AP, no primeiro semestre de 2015 com recursos do Projeto Geflo. A equipe de técnicos do IEF e do IMAP, auxiliada por associações e cooperativas, foi a campo para coleta de dados em um total de 32 pessoas envolvidas.



Arquivo IEF

Técnicos do IEF conversam com representantes de comunidades e explicam a necessidade do levantamento populacional.



Mapa do cadastro de ocupação socioeconômico na Flota-AP e áreas de entorno. Módulo II - Castanhais e comunidades identificadas. Fonte: Relatório Final do Cadastro socioeconômico da Flota-AP. IEF, 2015.

Fonte: IEF

Com os resultados das expedições – cinco fluviais e duas rodoviárias – a ação resultou na consolidação de um mapa de ocupação populacional. Também contribuiu para a elaboração de um diagnóstico socioeconômico de caracterização e quantificação da população residente e usuária do Módulo II. No trabalho, foram identificadas 175 posses, cuja sobrevivência depende quase que diretamente dos recursos naturais da Flota-AP. O relatório conclusivo de ocupação no Módulo II da Flota-AP comprovou que havia ocupação e utilização de áreas

que correspondem atualmente aos limites da UC. Ainda reuniu subsídios para uma eventual redefinição dos limites do respectivo módulo. O levantamento registrou intensa atividade de garimpagem no Módulo II, além da exploração de madeira pelos moradores dos rios Piaçacá, Água Branca, Curumuri e Baixo Vila Nova. Segundo relatos das próprias comunidades, embora em pequena escala e de forma artesanal, a atividade é numerosa, intensa e constitui uma importante fonte de renda para a população local durante todo ano.



RELATOS

Os técnicos que realizaram o levantamento ocupacional do módulo II da Flota-AP ressaltam a dificuldade em diversas áreas com acesso exclusivamente fluvial e, também, relataram que foram encontradas comunidades consolidadas, que não tinham sido mapeadas no levantamento anterior, principalmente às margens dos rios Água Branca, Curumuri, Camaipi e Vila Nova. Em Água Branca, encontraram 20 famílias, um local onde não havia sido registrada a presença de pessoas.



André Pessoa/A

Técnicos do IEF coletaram informações para o levantamento do Módulo II, com apoio do Projeto Geflo.



Encontros de sensibilização

O levantamento ocupacional do Módulo II realizou sete reuniões com a participação de membros de comunidades e representantes de organizações locais. Cerca de 158 pessoas compareceram nos encontros, que tiveram os objetivos de sensibilizar, mobilizar e solicitar a cooperação sobre a importância da Flota-AP. Desta forma, as atividades objetivaram assegurar e informar às comunidades, a nova orientação do Governo do Estado do Amapá e IEF, em relação à emissão da anuência para obtenção junto ao IMAP, do licenciamento ambiental necessário para o desenvolvimento de atividades no

interior da Flota-AP, conforme Plano de Manejo da unidade. Por outro lado, devido ao histórico uso e ocupação dessas áreas, associado a um dos objetivos da Flota-AP – o uso e conservação dos recursos naturais utilizados pelas populações residentes na UC e entorno – sendo essas comunidades conceitualmente tradicionais ou não, o IEF identificou as principais áreas de castanhais. Elas não poderão ser exploradas pelos futuros concessionários que detiverem áreas de manejo florestal a partir do processo de concessão florestal.



O QUE É FLOTA-AP? A FLOTA-AP É LIMITANTE ECONÔMICO? QUAIS SÃO AS REGRAS PARA SE VIVER EM SEU ENTORNO? O QUE É PLANO DE GESTÃO DA FLOTA-AP? O QUE O CONSELHO CONSULTIVO FAZ? ESSAS FORAM ALGUMAS DAS DÚVIDAS DAS COMUNIDADES, EMPRESÁRIOS E GOVERNOS MUNICIPAIS DURANTE O LEVANTAMENTO REALIZADO PELO GRET E APRESENTADO PARA O GOVERNO EM 2013. ESSAS QUESTÕES* FORAM RESPONDIDAS AO LONGO DAS CAPACITAÇÕES REALIZADAS. SEGUNDO OS ENTREVISTADOS, É PRECISO TER MAIS MOMENTOS PARA ESCLARECER A SOCIEDADE CIVIL SOBRE AS POLÍTICAS ADOTADAS. ISSO MOSTRA O QUÃO IMPORTANTE É A CAPACITAÇÃO PARA SANAR DÚVIDAS SOBRE AÇÕES QUE IMPACTAM DIRETAMENTE A VIDA DAS COMUNIDADES.

APRÍGIO ALEXANDRE COSTA,
TÉCNICO DO IEF



MUITAS VEZES SÓ FOMOS RECEBIDOS DEPOIS DE EXPLICAR QUAL ERA O OBJETIVO DO LEVANTAMENTO, POIS TINHA GENTE QUE NEM QUERIA OUVIR FALAR EM FLOTA-AP, ACHANDO QUE IRIAM PERDER SUAS TERRAS.



A. Gambarini/CI-Brasil

* Estas questões foram levantadas pelo GRET no estudo realizado em 2013 denominado: SABLAYROLLES, Philippe; ROCHA, Elektra; ARMANDO, Douglas M. S. Problemática da implantação de concessões florestais no Módulo II da Flota-AP, do ponto de vista dos atores. In: GRET. Relatório técnico do projeto "Apoio à elaboração de uma política de gestão sustentável da floresta e da biodiversidade no Estado do Amapá (Amazônia brasileira)". GRET; IEF, Macapá, AP, 2013.



O levantamento da floresta identificou potenciais novos Arranjos Produtivos Locais.

UNIDADE DE MANEJO FLORESTAL (UMF)

Conjunto de Unidades de Manejo Florestal que compõe o Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS), contíguas ou não, localizadas em um único Estado, conforme Instrução Normativa nº 5 de 11/12/2006 /MMA.

ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS (APL)

São aglomerações territoriais com foco em um conjunto específico de atividades econômicas e que apresentam algum vínculo. Envolve a participação de empresas em todas as etapas da cadeia produtiva. Suas formas de representação e associação incluem diversas organizações públicas e privadas voltadas para formação e capacitação, como escolas técnicas e universidades, além de outros segmentos.

Mapeamento de castanhais

Durante o levantamento operacional do módulo II da Flota-AP, os técnicos do IEF perguntavam aos moradores locais se havia algum castanhal na redondeza. Ouviam respostas como: “daqui um dia e meio de barco rio acima tem castanhal”. E lá



iam para mapear a área que deve ter seu zoneamento reconhecido como área comum.

Entre as áreas identificadas estão a região do castanhal do Zinco, que se estende até a parte noroeste da **Unidade de Manejo Florestal (UMF)**, que havia sido destinada para concessão florestal, e os castanhais do rio Camaipi, que se localizam ao longo da área de manejo, no sentido leste/oeste.

O levantamento também encontrou cadeias produtivas consolidadas, como de castanha, de produção agrícola e de madeira, além de potenciais novos **Arranjos Produtivos Locais (APLs)** para o turismo, produção de mudas florestais, móveis rústicos etc.

Monitoramento do desmatamento da Flota-AP

Desde 2002, a SEMA AP elabora o Relatório de Desmatamento com a adoção de imagens de satélite para acompanhar a evolução da mudança da fisionomia da paisagem do Estado (ver pág. 24). Com relação à Flota-AP e suas áreas de entorno, é fundamental o acompanhamento da evolução da alteração da cobertura vegetal, tanto para o monitoramento das concessões florestais quanto para o planejamento e ações

de políticas públicas de controle ao desmatamento.

Nesse relatório sobre a Flota-AP, com data de 2016, além da consolidação da quantificação dos boletins do desmatamento, contemplou-se em sua metodologia a qualificação dos polígonos quanto ao seu uso. Algumas análises e mapas de densidades foram gerados para facilitar a visualização da dinâmica das áreas de maior concentração dos desmatamentos ocorridos.



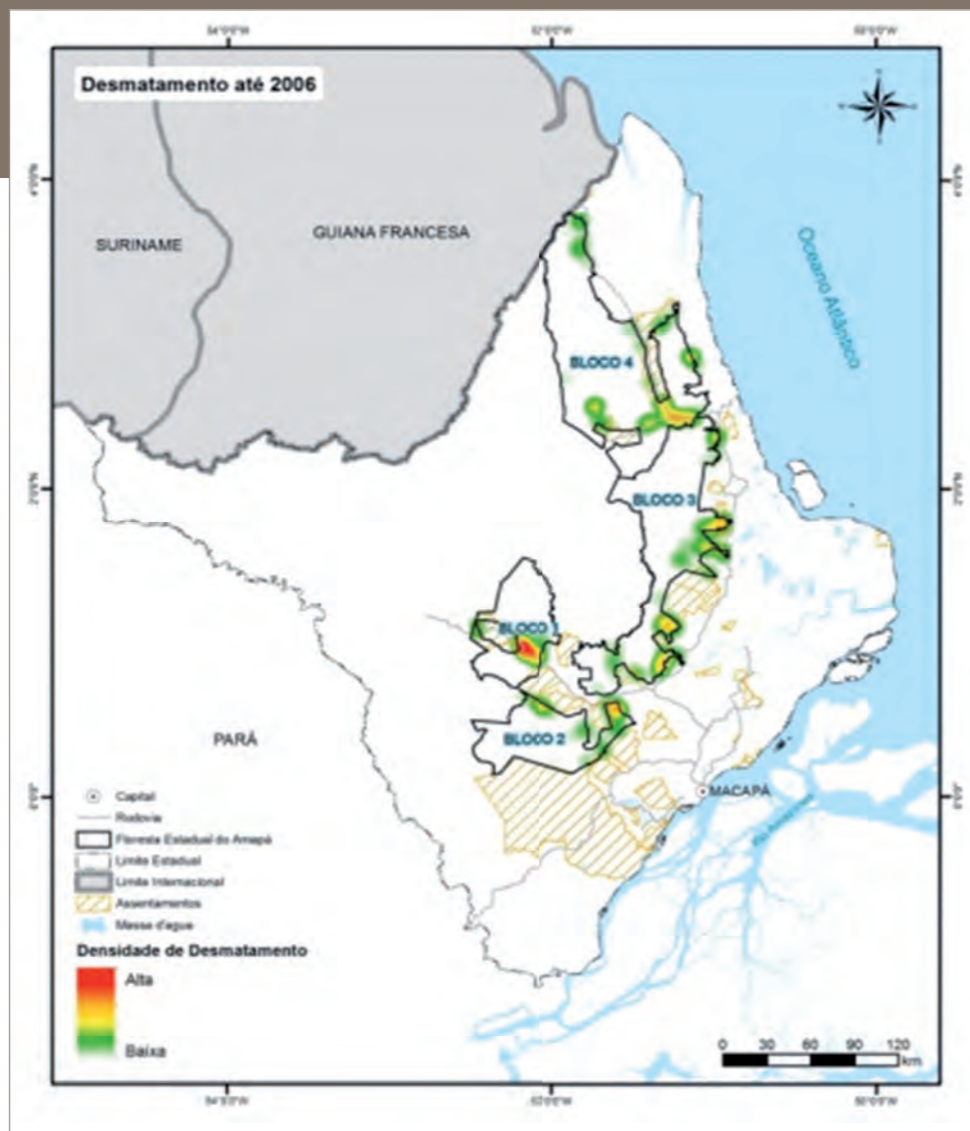
PARCERIA

Em 2016, o GRET apoiou a SEMA no levantamento de dados e as checagens de campo para o monitoramento do desmatamento da Flota-AP e áreas de entorno.

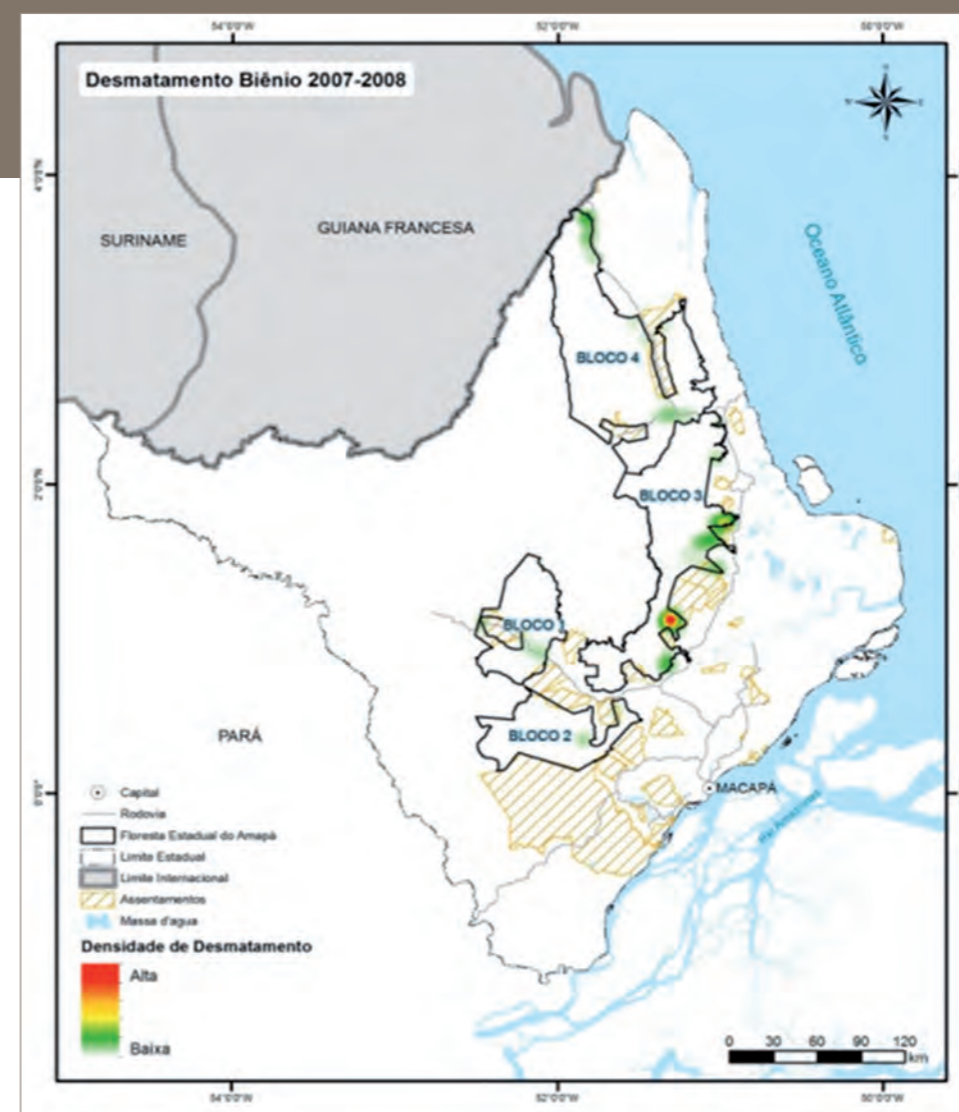


Prática comum entre os agricultores, a queimada é feita para limpar e preparar o solo para o plantio.

Em valores absolutos, a Flota-AP apresentou o maior desmate dentre as demais UCs, alcançando 16,29 km² no biênio e um acumulado de 329 km², o que significa 1,5% da sua área de floresta. Pelos dados coletados, é possível perceber que a maior concentração de desmatamentos localiza-se ao longo das vias de acesso e nos assentamentos rurais e seus entornos, da mesma forma que em outras regiões do Estado. Essa situação é identificada ao longo das estradas da Amazônia, cuja expansão por ramais perpendiculares ao eixo central dá aparência de “espinha de peixe”, nome dado a esse padrão de desmatamento.



Densidade de desmatamento até 2006. Execução: CGTIA-SEMA/março 2016



Densidade de desmatamento na área da Flota-AP no biênio 2007-2008. Execução: CGTIA-SEMA/março 2016



Publicação bianual de dados

Ao realizar mapas de desmatamento da Flota-AP e áreas do entorno a cada dois anos, é possível acompanhar e comparar os dados e planejar ações futuras. Em um módulo com concessão florestal e região, por exemplo, será possível observar a recomposição e o avanço da ocupação. Essas informações serão norteadoras para o monitoramento do desmatamento na Flota-AP e em áreas que sofrerão a influência direta das concessões florestais. Dessa forma, ao longo dos 40 anos de concessão, a SEMA deverá ter 20 mapas de acompanhamento da evolução do desmatamento.

A primeira análise elaborada mostra a densidade dos desmatamentos até o ano de 2006. O cálculo aglutinou dados de 2002 até 2006, período que culmina com o início da quantificação de desmatamento no Amapá até a data da criação da Flota-AP. Essa consolidação dos dados foi feita para mostrar a distribuição do desmatamento no espaço geográfico no período no qual a UC ainda não tinha sido criada. É válido mencionar que, para conceber o primeiro relatório da quantificação do desmatamento no Amapá, foi utilizada uma série histórica de imagens Landsat5, compreendidas entre 1997 a 2002.



A Flota-AP e os Assentamentos Rurais

A Flota-AP limita-se com 17 Projetos de Assentamentos Rurais, dos quais nove estão contidos no Território dos Lagos, assim distribuídos: dois no município de Amapá, um em Pracuúba e seis em Tartarugalzinho. Provavelmente esses assentamentos representam um risco potencial de desmatamento, pela baixa implementação de políticas públicas adequadas para a regularização da produção

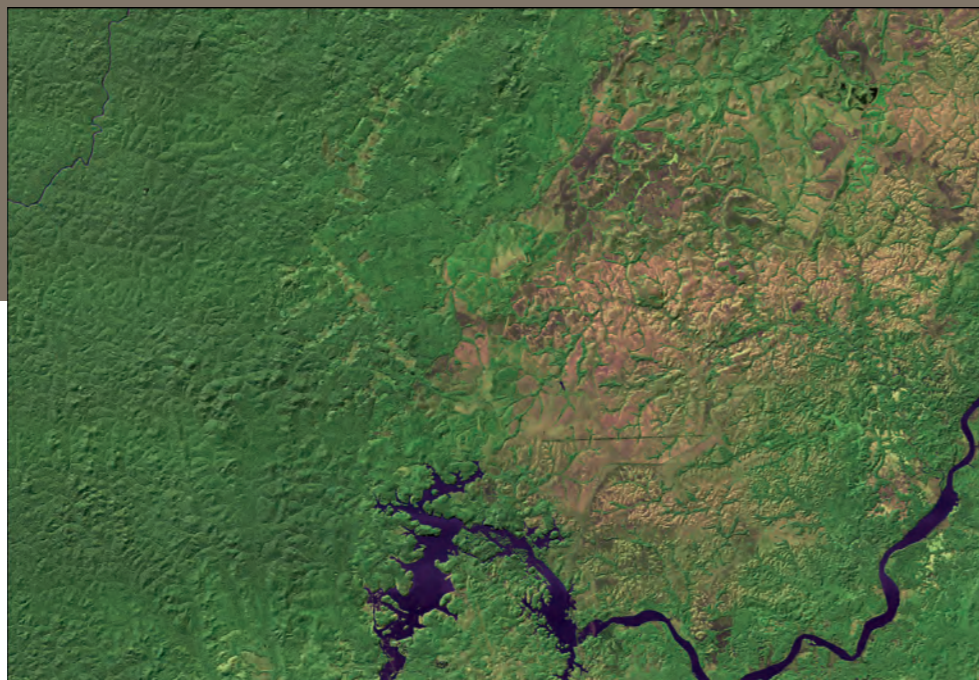
de madeira, o que faz com que o pequeno produtor aumente a pressão sobre a floresta. (ver pág. 78). Chama atenção o valor estimado do desmatamento calculado no Biênio 2007-2008. Segundo consta no Relatório de Desmatamento desse Biênio, já publicado, o município de Tartarugalzinho foi um dos que mais desmatou (em valores percentuais).



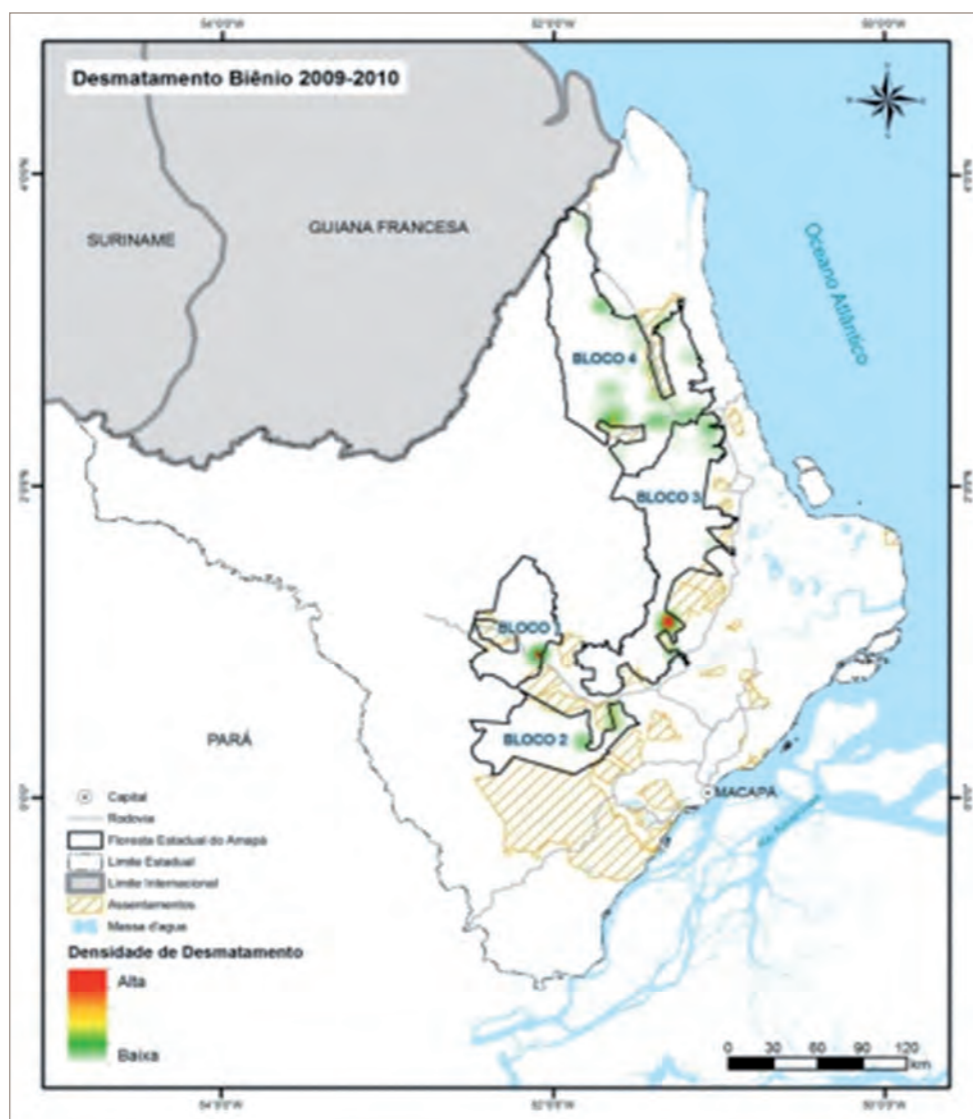
DESMATAMENTO QUANTIFICADO

A partir do biênio 2007-2008, as análises foram elaboradas contemplando os desmatamentos quantificados na área de abrangência da UC. No mapa, verifica-se que os desmatamentos ocorreram em todos os módulos da Flota-AP, com maior concentração no Módulo III, em uma área contígua ao PA Cedro. O Módulo III compreende parte dos três municípios que compõem o Território dos Lagos-AP: Amapá, Pracuúba e Tartarugalzinho.

Imagens do Projeto Base Cartográfica Digital Contínua do Amapá, de autoria do Governo do Estado do Amapá e Exército Brasileiro. As imagens de RADAR nortearão o monitoramento do uso das concessões florestais.

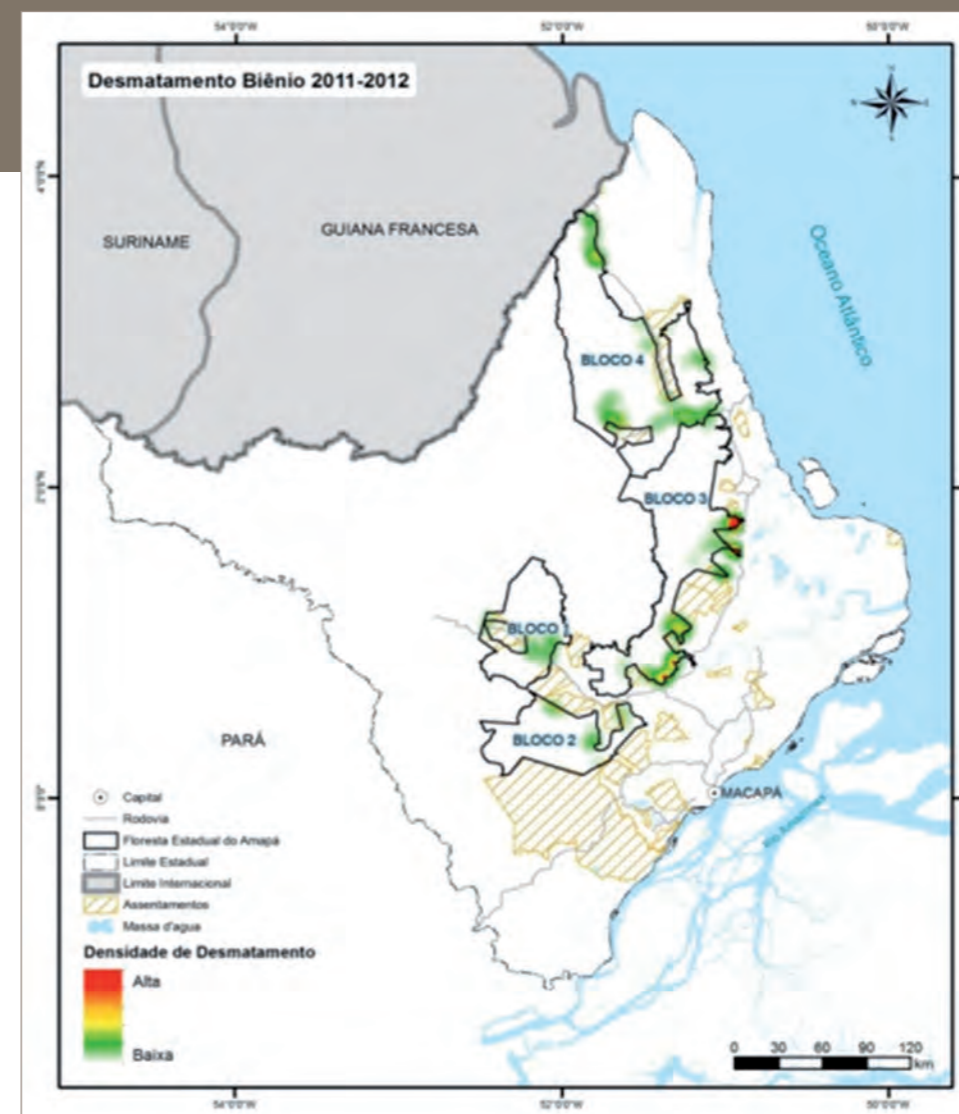


Arquivo Sema/AP



Densidade de desmatamento na área da Flota-AP no biênio 2009-2010 - Execução: CGTIA-SEMA/março 2016

No mapa ao lado, do biênio 2009-2010, podemos ver que as manchas de desmatamentos expandem a concentração nos Módulos IV, III e I.



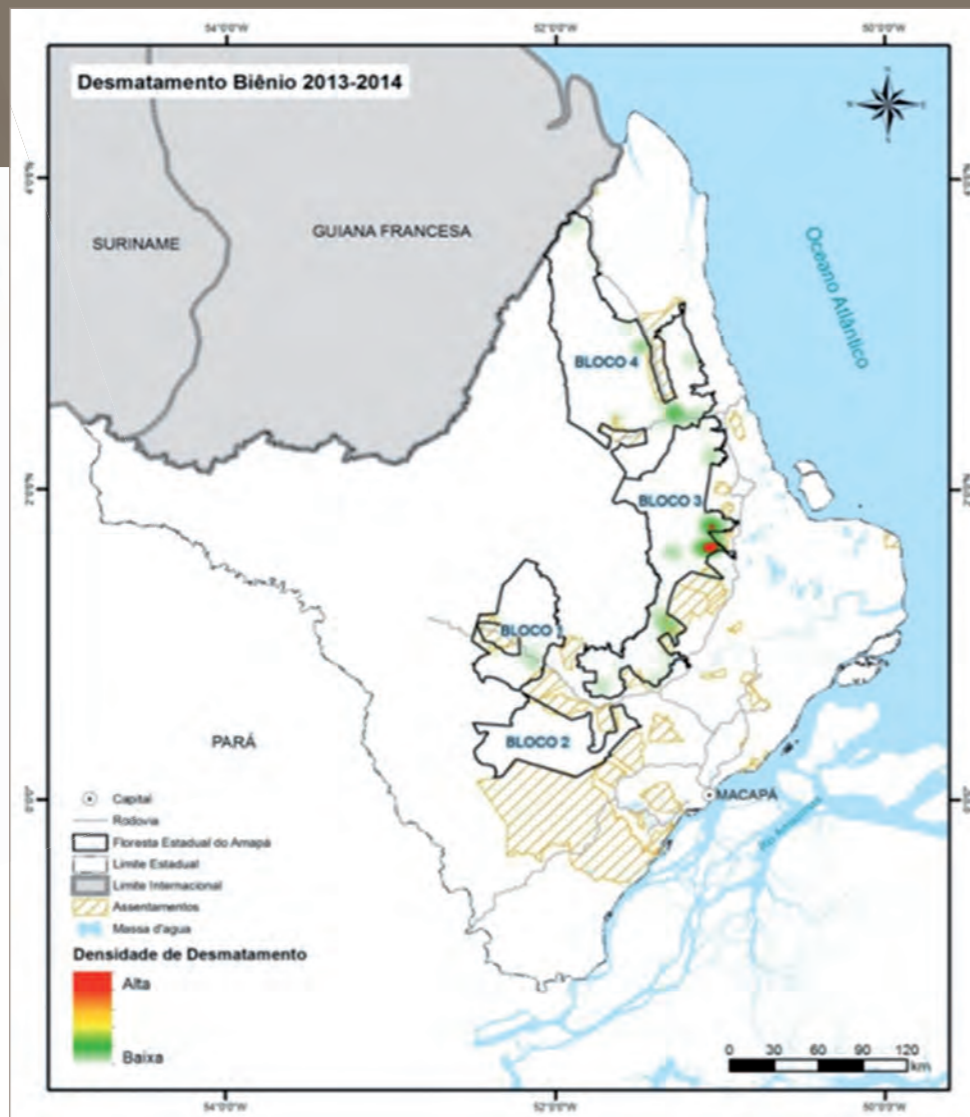
Densidade de desmatamento na área da Flota-AP no biênio 2011-2012 - Execução: CGTIA-SEMA/março 2016

A concentração do desmatamento expandiu em todos os módulos, apresentando pontos de densidade maior no Módulo III da Flota-AP. Percebe-se ainda que as manchas de desmatamento persistem ao longo das rodovias e nas áreas contíguas aos assentamentos. Para quantificar o desmate do biênio 2013-2014 voltaram a ser utilizadas imagens ópticas Landsat8, devido à indisponibilidade das imagens RapidEye. No mapa ao lado, persiste a alta densidade de desmatamento no Módulo III.



Arquivo Sema/AP

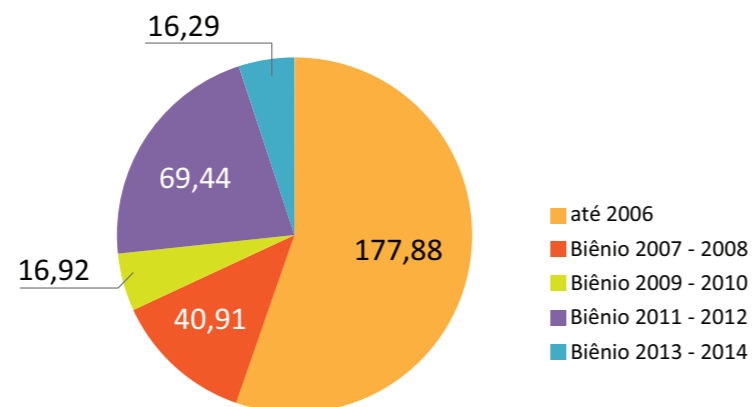
Área de APP desmatada no entorno da Flota-AP, realidade da maioria dos ribeirinhos, que desmatam a área entre a propriedade e o rio.



Densidade de desmatamento na área da Flota-AP no biênio 2013-2014 - Execução: CGTIA-SEMA/março 2016

Ao se quantificar o desmatamento no período que antecede a criação da Flota-AP (até 2006), nota-se um valor muito superior aos demais períodos, pois os dados coletados estão aglutinados em uma série histórica desde 1997. Já o Biênio 2011-2012 mostrou um quantitativo bem superior em relação aos demais, possivelmente em função do uso das imagens RapidEye, conforme já explicado anteriormente, como se pode ver no gráfico ao lado.

ESTIMATIVA DE DESMATAMENTO KM²



Desmatamentos quantificados na Flota-AP em valores absolutos - Execução: CGTIA-SEMA/março 2016



IMPASSES

É importante ressaltar que parte do desmatamento levantado nos relatórios ocorre em uma área de conflito com assentamentos. Uma comissão do Estado juntamente com o Inra discute, desde 2012, a regularização desses impasses. É possível que, no final desse processo, grande parte dessas áreas levantadas como desmatamento da Flota-AP sejam excluídas do novo limite da unidade, culminando num processo de desafetação da Flota-AP.



Arquivo Senza/AP



DESAFIOS E OPORTUNIDADES

O avanço do desmatamento e a análise dos principais vetores regionais são desafios que podem estar com os dias contados. As imagens de satélite não são adequadas para a geração de informação no Amapá, pois há presença de muitas nuvens sobre o território durante praticamente todo o ano. No entanto, com a base cartográfica em imagens de radar, será possível identificar e, posteriormente, analisar os principais vetores de desmatamento, possibilitando direcionar políticas, projetos e programas adequados ao combate do desmatamento. Outro desafio é o poder público assumir sua responsabilidade sobre o desmatamento. Faltam políticas e

ações adequadas aos assentados, em geral de produtores familiares. Além da exclusão de assentamentos da área da Flota-AP, a solução deve prever ações que promovam o acesso dos agricultores familiares a programas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), assim como a oferta de outras atividades consonantes com o uso múltiplo da floresta, como extração de produtos florestais não madeireiros (óleos, castanha, fibras), resgate da flora em áreas de manejo florestal para subsidiar um potencial mercado de plantas ornamentais, integração dessas áreas em projetos piloto de REDD+, entre outras.

VEJA também

Cap. 1 Monitoramento do desmatamento, pág. 102



André Pessoa

Mulheres

da Associação de Colonos e Moradores do PA Nova Canaã e familiares que participaram da capacitação de aproveitamento das orquídeas.



MERCADO

Sabe-se que os preços de orquídeas em supermercados no Norte e Nordeste do Brasil variam de R\$ 30,00 a R\$ 300,00 por unidade, enquanto o preço da madeira por metro cúbico é de R\$ 30,00 a R\$ 200,00.

Alternativa de renda e conservação da biodiversidade

As orquídeas que antes morriam pelo abate das árvores onde viviam ou que eram queimadas pelo roçado agora são coletadas por comunitários nas áreas exploradas de manejo florestal. O Projeto Geflo (GRET, IEPA e AGEAP), juntamente com a Associação de Colonos e Moradores do Projeto de Assentamento Nova Canaã (Asapanc) de entorno da Flota-AP, iniciou em setembro de 2015 a prospecção da cadeia produtiva das orquídeas e outros produtos não madeireiros.

Entre os objetivos da atividade estão a geração de renda e a promoção da igualdade de gênero. Em 2015, o GRET realizou três reuniões técnicas no PA Nova Canaã, onde foram abordados temas como mane-

jo, coleta, cultivo, mercado e conservação das orquídeas. Em 2016, o GRET, com o apoio de pesquisadores do IEPA, AGEAP e integrantes da associação, realizou o curso Cultivo de Orquídeas e Construção de Viveiros.

Dessa forma, o Projeto Geflo possibilitou a transmissão de conhecimento para o estabelecimento de alternativas econômicas que geram renda a partir da floresta, também promoveu a sua conservação e apresentou formas comunitárias e familiares para viabilizar a organização social para a produção, respeitando o modo de vida e cultura das populações extrativistas. Com o fortalecimento das relações e da atividade, a perspectiva é avançar em questões de qualidade, mercado e comercialização.

Muito além da madeira

Além de madeira, pode ser incorporado aos PMFSs e às licenças de desmatamento legal para a agricultura, o resgate de orquídeas das árvores cortadas e/ou queimadas. Toda cadeia produtiva florestal (seja ela de madeira ou de não madeireiros) pode ser dividida em cinco componentes: insumo, produção, beneficiamento, comercialização e consumo (ver pág. 100 e 101).

Para gerar renda e alcançar a sustentabilidade, é necessário que haja um equilíbrio entre a demanda e a oferta da produção, e, ao mesmo tempo, é preciso haver uma ação sincronizada de diferentes órgãos de governo responsáveis pela emissão das licenças ambientais para o funcionamento legal dessas cadeias.

CECI RODRIGUES,
PRODUTORA RURAL DO
PA NOVA CANAÃ



A FLORESTA, É A MINHA VIDA. SOMOS AGRICULTORES, MAS A GENTE ESTÁ PROCURANDO UMA OUTRA RENDA E POR ISTO FAZENDO ESTE TRABALHO DE RESGATE DAS ORQUÍDEAS DAS ÁREA DE MANEJO.



UNIVERSO BOTÂNICO

Embora a biodiversidade do Amapá seja imensa, há poucos pesquisadores que investigam o universo botânico de seus ecossistemas. Só para se ter uma ideia, em todas as expedições realizadas pelos botânicos que estudam orquídeas do IEPA, foram encontradas novas espécies. Desde 2013, 14 espécies de orquídeas que não tinham sido descritas pela ciência foram identificadas.



RESPONSABILIDADES

Essas plantas ornamentais têm elevado valor potencial de mercado que pode complementar a renda das famílias de agricultores, além de preservar as espécies. As epífitas, no ambiente natural, são muito importantes para a manutenção da biodiversidade, uma vez que proporcionam uma grande variedade de ambientes e recursos para a vida selvagem, como, por exemplo, abrigo, alimentação e/ou um local adequado para reprodução de polinizadores.

PATRICK CANTUÁRIA,
PESQUISADOR DO IEPA



SE TIVÉSSEMOS COLETAS SISTEMÁTICAS, CERTAMENTE IRÍAMOS REVELAR MUITAS NOVAS ESPÉCIES, POIS O AMAPÁ DISPÕE DE DISTINTOS AMBIENTES, COMO MANGUEZAIS, FLORESTAS COM CACHOEIRAS, ÁREAS DE VÁRZEA. TAMBÉM SOFREMO COM A AUSÊNCIA DE PESSOAS QUE FAÇAM A PESQUISA BÁSICA, PRECISAMOS TER MAIS TAXONOMISTAS.



Flavio Obermuller



Vinicius Cantuária

Integrantes da comunidade aproveitaram a capacitação.

Impulso à cadeia de produtos florestais

Devem ser desencadeados alguns processos catalisadores de cadeias produtivas florestais comunitárias para a obtenção de resultados favoráveis. Entre os exemplos para isso, estão o estabelecimento de políticas públicas voltadas à facilitação de mercados que paguem preços

mais justos, pesquisas voltadas à avaliação do potencial de manejo e comercialização desses produtos, desenvolvimento de tecnologias adaptadas e compatíveis a realidade das comunidades extrativistas na Amazônia, comunicação das ações de uso e conservação da floresta.



Realidade do PA exige inovação

O PA Nova Canaã foi criado em 1998 e abrange aproximadamente 20.500 hectares, com uma área média de 50 hectares por família. Nos seus primeiros anos, a exploração florestal de madeira foi a principal fonte de renda. Atualmente, a origem do maior volume de madeira legal são as áreas de Reserva Legal desses PAs. Nestas áreas, empresas fazem a extração de madeira via Plano de Manejo Florestal Sustentável (ver pág. 83). O impacto social nessas áreas tem sido significativo. O modo de produção de Unidade de Produ-

ção Anual (UPA) único proporciona ao assentado um capital suficiente para abandonar e/ou vender o lote e migrar para os centros urbanos da região. Há quem permaneça e faça o manejo florestal familiar. Em geral, o agricultor opera volumes de até 10 m³/ha de cada vez. No entanto, as permissões para o gerenciamento da exploração de pequena escala são complexas. Como forma de conter o êxodo rural, a diversificação e inovação nas práticas sustentáveis são essenciais para o desenvolvimento socioeconômico e para a geração de renda.



PLANTAS EPÍFITAS

Plantas epífitas apenas utilizam a árvore hospedeira como suporte mecânico, sem desenvolver relação parasitária. A dependência de substrato arbóreo torna as epífitas indicadoras da qualidade e do desenvolvimento das florestas e dos ecossistemas. Também podem servir como indicadores do estágio de sucessão ecológica, uma vez que comunidades secundárias apresentam diversidade epífita menor do que comunidades primárias.



Silvia Marcuzzo

PARA NÃO PERDER A RIQUEZA E O POTENCIAL DAS EPÍFITAS, HÁ ESTUDOS QUE COMPROVAM A NECESSIDADE DE CONSIDERÁ-LAS NO MANEJO FLORESTAL. NA AMAZÔNIA OCIDENTAL, OBERMULLER DEMONSTROU QUE TRÊS ESPÉCIES DE ÁRVORES UTILIZADAS NO MANEJO FLORESTAL – MASSARANDUBA (MANILKARA HUBERI), IPÊ AMARELO (TABEBUIA SERRATIFOLIA) E TAUARI (COURATARI MACROSPERMA) – ABRIGAM 100% DA FLORA EPIFÍTICA LOCAL (ORQUÍDEAS, BROMÉLIAS, ARÁCEAS). DESSAS, 30% SÓ OCORREM NESSAS ÁRVORES. PARA SE TER IDEIA DA ABUNDÂNCIA DESSAS PLANTAS, EM 2009, APÓS O MANEJO DE 10 ÁRVORES, OBERMULLER E SUA EQUIPE RESGATARAM 500 PLANTAS DE 55 ESPÉCIES.

RAIMUNDO MARQUES,
REPRESENTANTE DA
COMUNIDADE BOM
SUCESSO



A FLORESTA É SUPER RICA, MAS TEMOS QUE TER INTELIGÊNCIA PARA DESFRUTÁ-LA E MANTÊ-LA EM PÉ. NÓS TEMOS O SABONETE DA ANDIROBA, COPAÍBA E BREU BRANCO, TUDO É EXPERIMENTAL, MAS ESTAMOS MOSTRANDO QUE REALMENTE É UM POTENCIAL E A GENTE QUER MOSTRAR QUE AS UCS SÃO SUSTENTÁVEIS.



Silvia Marcuzzo



Construção de viveiros

O GRET, a Asapanc e o IEPA viabilizaram a construção de um viveiro para manutenção das orquídeas com capacidade de geração de 5 mil mudas a cada ano. Um viveiro foi construído no PA Nova Canaã e outro no Campus

Fazendinha do IEPA, em Macapá. A infraestrutura servirá de apoio para a continuidade das ações envolvendo o cultivo de orquídeas, o que gerará sustentabilidade e continuidade das atividades apoiadas pelo Projeto.



Etapas da capacitação

Primeiro, foram realizadas incursões na floresta para coletar espécimes de epífitas e fazer um levantamento de dados sobre floração, frutificação, hábito, habitats e forma de vida. As epífitas encontradas em estado vegetati-

vo foram coletadas para cultivo na casa de vegetação do IEPA até a floração. Posteriormente, foram identificadas, fotografadas e catalogadas. O projeto ainda previu a incorporação dessas amostras e dados ao Herbário Amapaense.

NA MÍDIA

O biólogo Flávio A. Obermuller afirma que a riqueza e o potencial da diversidade que as epífitas representam estão sendo perdidos na falta de percepção em programas de manejo florestal. De acordo com o biólogo da Universidade Federal do Acre, um trabalho de monitoramento da universidade e do WWF demonstra que espécies como a maçaranduba, o ipê-amarelo e o tauari abrigam epífitas. Para o pesquisador, a coleta de espécimes vivos, além de conscientizar a comunidade e empresas, seria estratégica para adequação ao manejo. Revista Ciência Hoje – Revista de Divulgação da SBPC 272, vol. 46. Julho de 2010. Pág 63.

ECOLOGIA

MAIS CONSIDERAÇÃO COM AS EPÍFITAS

Plantas que em algum estágio de sua vida usam outras como suporte, as epífitas passam despercebidas pelos vários programas de manejo florestal na Amazônia. A afirmação é fruto da tese de mestrado do biólogo Flávio A. Obermuller na Universidade Federal do Acre (Ufac) e do trabalho de monitoramento que ele vem conduzindo para a universidade e o Fundo de Proteção da Vida Selvagem (WWF, na sigla em inglês). Segundo Obermuller, durante a extração de madeira das áreas de manejo, espécies epífitas associadas às árvores manejadas, como orquídeas, são descartadas e mortas. "Assim, a riqueza e o potencial da diversidade e uso que elas representam é perdida", ressalta.

O biólogo conta que os levantamentos feitos no Acre mostraram que três espécies de árvores usadas no manejo – massaranduba (*Manilkara huberi*), ipê-amarelo (*Tabebuia serratifolia*) e tauari (*Couratari macrosperma*) – abrigam 100% da flora epífitica local, sendo que 30% desta só ocorre nessas árvores. "Identifiquei 12 espécies que ainda não haviam sido registradas no Acre e, em resgate realizado em 2009, durante o manejo de 10 árvores, salvamos 500 plantas, representando 55 espécies e seis novos gêneros", diz.

Para ele, não há nada de concreto sendo feito para preser-



Plantas epífitas, que vivem sobre outras, como as orquídeas (*Eriopsis spectrum* e/ou *Cattleya luteola*), não são consideradas nos planos de manejo florestal na Amazônia

var as epífitas. Iniciativas nesse sentido seriam criar uma coleção de referência com espécimes vivos, conscientizar comunidades e empresas sobre a importância dessas plantas, reintroduzi-las no ambiente e identificar as árvores-chave para a sobrevivência da flora epífitica, adequando os planos de manejo. "Por exemplo, para as árvores-chave, em vez de retirar 10 indivíduos por hectare, seriam extraídos apenas cinco", sugere Obermuller.

Potencial da resina de breu

Entre as ações de fortalecimento da ZFV está a geração de dados técnicos e gerenciais para o desenvolvimento de cadeias produtivas florestais de não madeireiros. Nesse contexto, a AGEAP e o GRET apoiaram em 2016 o levantamento de informações sobre o potencial de produção (peso/árvore/hectare) e comercialização de resina de breu (*Protium sp.*) em áreas de florestas de comunidades do PA Nova Canaã e do território quilombola do PAE Maracá. Também promoveram reuniões de sensibilização e organização das associações em

que foram repassadas orientações técnicas para as comunidades. O trabalho envolveu o estudo do potencial e a busca de possibilidades de venda da resina e das velas de breu no mercado.

No Nova Canaã foram encontradas 122 árvores/ha e no território quilombola, 306 árvores/ha – um potencial produtivo de 1 kg de resina/hectare/ano por árvore. O potencial local de comercialização da resina de breu é para vedação de embarcações. Já para o mercado nacional, pode ser vendido para o uso aromático e religioso.



Itauby Pereira Jr.

As velas são produzidas pela Associação Bom Sucesso.

Orquídeas do PA Nova Canaã



Patrick Cantuária*
Tonny Medeiros**

As florestas são patrimônios públicos assegurados e protegidos por lei. A preservação das diversas unidades biogeográficas aliada ao uso sustentado dos recursos ambientais, a fim de que sejam mantidas amostras significativas da biodiversidade e do patrimônio genético, é o desafio na atualidade.

As orquídeas pertencem à família Orchidaceae, considerada a maior entre plantas em número de espécies. As orquídeas estão distribuídas por todo o planeta, com maior diversidade nas regiões tropicais. Mundialmente, são conhecidas cerca de 25.000 espécies, no Brasil, são cerca de 2.500. No Estado do Amapá, são registradas cerca de 290 espécies, cujas amostras biológicas estão depositadas no Herbário Amapaense (HAMAB).

Muitas espécies de orquídeas também são responsáveis pela geração de renda de comunidades, pois apresentam potenciais como

plantas ornamentais e para produção de fármacos, colaboram para o aumento da biodiversidade das florestas e diversos de seus representantes podem ser considerados bioindicadores de qualidade ambiental.

Uma vez que as orquídeas, e tantas outras plantas, dependem das árvores como suporte para o desenvolvimento do seu ciclo de vida, a retirada da vegetação de uma área certamente afetará também a ocorrência das orquídeas. O elo entre conservação ambiental e a valoração das orquídeas consiste, primordialmente, na percepção que as comunidades tradicionais têm da função dessas plantas no ambiente.

É um desafio propor alternativas econômicas na Amazônia, quando há tantas necessidades de subsistência. A agricultura familiar é a atividade que mantém a sobrevivência de boa parte das pessoas. Como consequência, as atividades de uso do solo requerem, na maior parte, a derrubada da floresta de uma determinada área.

Nesse sentido a valoração dos serviços ambientais e seus recursos biológicos contribuem para o conhecimento da biodiversidade. Configurando-se como ferramenta essencial à consolidação de relações sustentáveis das populações com a floresta, bem como para adoção de medidas consistentes para diminuir impactos.

* Biólogo, doutorando em Biodiversidade e Biotecnologia, mestre em Desenvolvimento Regional, pesquisador do IEPA

** Biólogo, doutorando em Biodiversidade e Biotecnologia, mestre em Botânica e pesquisador do Iepa



DESAFIOS E OPORTUNIDADES

Como forma de evitar a diminuição da diversidade local, tanto das epífitas (orquídeas e bromélias) como da fauna associada a elas, e promover a geração de renda das populações moradoras dos assentamentos no Amapá, algumas iniciativas devem ser conduzidas junto aos produtores rurais e associações de base, tais como um plano de resgate, cultivo, reprodução e comercialização dessas espécies epífitas que, em muitos casos, apresentam um grande potencial ornamental, promovendo assim a conservação e o uso múltiplo da floresta manejada.

Para haver a estruturação, as instituições de governo devem encarar esse cenário de forma estratégica. A intenção é de que a comunidade e o instituto de pesquisa levem adiante a iniciativa. Para tanto, serão necessárias ações de comunicação para se estabelecer um contato efetivo e rápido entre a base produtiva e os outros fomentadores/colaboradores. Isso é fundamental para que se tenha um sistema de governança do processo eficiente e em condições de alcançar autonomia em futuro mais próximo.

A partir das ações do Projeto Geflo, a continuidade do trabalho dependerá de fatores como estruturar e fortalecer a Associação de Colonos e Moradores do Projeto Nova Canaã (organização, funcionamento, funções e responsabilidades dos membros, mercado); realizar pesquisa de mercado no

Norte e Nordeste do Brasil (supermercados e floriculturas interessadas, condições de compra e transporte); instaurar uma coleção, atividades de difusão e comercialização de plantas epífitas que evidenciem seu grande potencial ornamental; desenvolver regulamentos internos que formalizem as boas práticas de coleta e a conservação do meio ambiente; trabalhar em estreita colaboração com o IEPA para desenvolver técnicas de reprodução das epífitas e outras espécies florestais.

Além disso, para tornar possível a comercialização de espécies nativas devem ser realizados viveiros. O IEPA já dispõe de um trabalho em micropropagação dessas epífitas ornamentais com o objetivo de conservação da biodiversidade.

A viabilidade da solução proposta tem relação direta com a estruturação da cadeia produtiva de orquídeas, bromélias e outras epífitas ornamentais junto ao grupo inicial de 12 produtores da Asapanac. O caminho a ser percorrido envolve a produção de mudas, a busca e a prospecção de mercados atrativos, o transporte e a comercialização. Imprescindível também é a reprodução das plantas em viveiros para construção de um banco de germoplasma, a fim de promover a conservação da biodiversidade enquanto gera renda e respeita o modo de vida das populações rurais.



A. Gambarini/CI-Brasil

Monitoramento

Com a Flota-AP e o Plano de Manejo, é possível desenvolver um sistema de controle e conservação da floresta, junto com as comunidades.



A importância do manejo sustentável

EXPLORAÇÃO COM CONTROLE E MONITORAMENTO PROMOVE RENDA E MANTÉM FLORESTA

Nos últimos 30 anos, o Brasil desenvolveu um sistema de manejo florestal para a produção de madeira em florestas da Amazônia que concilia o uso e a conservação dos recursos florestais. Paralelamente, o país desenvolveu um marco regulatório que tem sido aprimorado ao longo de anos. Há um conjunto de normas que incluem a elaboração de Planos de Manejo Florestal Sustentável

(PMFS), Planos Operacionais Anuais e o monitoramento do manejo florestal por meio de vistorias técnicas.

Esse sistema utilizado na Amazônia é policíclico, baseado em ciclo de corte de 35 anos, para uma intensidade máxima de corte de 30 m³/ha, com a seleção de árvores baseada em critérios técnicos e ecológicos para promover a regeneração das espécies florestais manejadas.

Concessão florestal de madeira

A concessão florestal é uma das modalidades de gestão de florestas públicas previstas na Lei Federal nº 11.284/2006, que permite que União, estados e municípios, mediante licitação, concedam a uma pessoa jurídica o direito de manejar, de forma sustentável e mediante pagamento, as florestas de domínio público para obtenção de produtos e serviços.

Esse processo está associado ao esforço do Estado em ordenar a produção florestal, principalmente na Região Amazônica, incentivando o fortalecimento de uma economia florestal que concilie a conservação dos recursos florestais com a geração de benefícios socioeconômicos para as populações locais.

A concessão florestal pode ser

realizada em áreas de florestas públicas sob domínio da União, estados e municípios, as quais não possuem destinação direta ao uso comunitário, populações indígenas, projetos de assentamento ou uso militar. Não podem ser objeto de concessão as UCs de proteção integral, as Reservas Extrativistas (RESEX) e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDSs).

Podem concorrer à concessão pessoas jurídicas tais como empresas, associações comunitárias, **Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips)** e cooperativas constituídas sob as leis brasileiras, que tenham sede e administração no país e que atendam às condições estabelecidas no edital e em seus anexos.

OSCIPS

São ONGs criadas por iniciativa privada, que obtêm um certificado emitido pelo Poder Público Federal ao comprovar o cumprimento de certos requisitos. Entre suas finalidades estão o estabelecimento de parcerias e convênios com o governo e órgãos públicos e permitir que doações realizadas por empresas possam ser descontadas no Imposto de Renda.



GESTÃO INTEGRADA

Seguindo a Lei Federal, no Amapá, o que for arrecadado pela concessão florestal será dividido da seguinte forma:

- 40% para o órgão gestor da UC;
- 20% para o Estado;
- 20% para os municípios onde estão localizados os lotes de concessão florestal;
- 20% para o **Fundo Estadual de Desenvolvimento Florestal (Fedf)**

FEDF

O Fedf deverá direcionar recursos através de projetos para manejo florestal e aproveitamento sustentável de produtos madeireiros e não madeireiros, com atenção especial àqueles de gestão comunitária e familiar; capacitação e treinamento para a produção, comercialização e industrialização de produtos e subprodutos florestais, entre outros. Também deverá possuir um conselho deliberativo com a participação de representantes de instituições do governo e da sociedade civil para opinar sobre a distribuição dos recursos e avaliar a sua aplicação.



Estratégia para atrair empresas

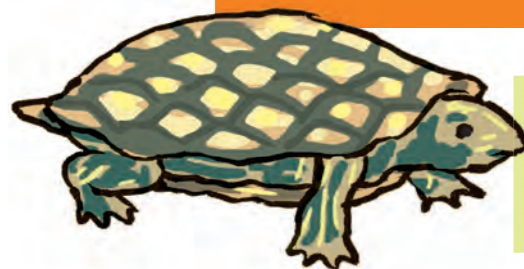
A fim de promover o aumento da arrecadação de impostos e a geração de benefícios para comunidades, o GRET propôs em 2013 o estudo "Subsídios para uma estratégia estadual de consolidação do setor local de madeira na perspectiva da implantação das concessões florestais no estado do Amapá". A pesquisa foi capitaneada pela Ageap, a partir de 2016, para que o GEA tenha sub-

subsídios para possibilitar a verticalização da cadeia produtiva da madeira empresarial. Isto é, beneficiar a matéria-prima no próprio Amapá. Com base nos dados levantados, o GEA poderá lançar mão de estratégias para atrair empresas que transformem a madeira das concessões florestais em produtos. Ou seja, é melhor para o Amapá exportar pisos, móveis ou deques do que toras e/ou tábuas.



BENEFÍCIOS DA CONCESSÃO FLORESTAL

- **ESTABILIDADE JURÍDICA (QUANDO REALIZADA DE ACORDO COM O QUE PREVÊ A LEGISLAÇÃO);**
- **SEGURANÇA FUNDIÁRIA;**
- **ESTABELECIMENTO DE PÓLOS MADEIREIROS E MODERNIZAÇÃO DE PARQUES INDUSTRIAIS NOS MUNICÍPIOS;**
- **CRIAÇÃO DE EMPREGOS DIRETOS E INDIRETOS NAS ÁREAS DE MANEJO;**
- **CRIAÇÃO DE EMPREGOS DIRETOS E INDIRETOS NA INDÚSTRIA DE PRANCHAS E PRODUTOS DE MAIOR AGREGAÇÃO DE VALOR (DECKS, PISOS ETC);**
- **DESDOBRAMENTO DA MADEIRA FEITO NO ESTADO (LEI 11.284/2006), GERANDO IMPOSTOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS;**
- **AMPLIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE PARA ESCOAMENTO DE PRODUTOS;**
- **PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA EM EDUCAÇÃO, SAÚDE E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL;**
- **GARANTIA DE RECEITA E GERAÇÃO DE EMPREGOS POR ATÉ 40 ANOS;**
- **ÁREAS DE FLORESTAS CONTINUAM DE DOMÍNIO PÚBLICO (ESTADO);**
- **POSSIBILIDADE DE MAIOR CONTROLE SOCIAL POR PARTE DA SOCIEDADE CIVIL;**
- **MELHOR MONITORAMENTO DA CADEIA PRODUTIVA DA MADEIRA, ORIGEM DA MADEIRA, REPASSES ANUAIS PARA O ESTADO E MUNICÍPIOS, ENTRE OUTROS;**
- **ABASTECIMENTO DE MADEIRA LEGALIZADA PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MERCADO LOCAL, NACIONAL E INTERNACIONAL.**



PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA

É o contrato pelo qual o parceiro privado assume o compromisso de disponibilizar à administração pública ou à comunidade uma certa utilidade mensurável mediante a operação e manutenção de uma obra por ele previamente projetada, financiada e construída.



André Pessoa

O que pode explorar

Além da madeira, a concessão florestal pode permitir a exploração de matéria-prima não madeireira como óleos, frutos, resinas, plantas ornamentais, plantas medicinais, entre outros. Também pode aproveitar o material lenhoso, considerado resíduo, e proporcionar atividades como o ecoturismo, a hospedagem e viabilizar a prática de esportes de aventura. Mas para a realização de qualquer uma dessas possibilidades é necessário que estejam previstas em contrato.

A lei não permite a comercia-

lização de créditos de carbono, a exploração de recursos hídricos, de recursos genéticos, de recursos minerais, tampouco de recursos pesqueiros e/ou de animais silvestres, pois possuem uma regulamentação própria. Ainda, não dá direito de titularidade ou comercialização da terra, e nem preferência na aquisição da terra. E tudo aquilo que as comunidades tradicionais e de subsistência utilizam, como castanha, por exemplo, também não são passíveis de concessão florestal.

O contrato

A concessão florestal é regada por lei específica que determina o que pode e o que não pode ser explorado na floresta. Nesse quadro, a subsistência das comunidades tradicionais está garantida.





A. Gambarini/CI-Brasil

Habilitação

As concessões no Estado do Amapá serão licitadas para pessoas jurídicas que irão pagar pela exploração de produtos e serviços florestais.

Implementação das concessões no Amapá

A partir da definição da Zona de Manejo Florestal Sustentável (ver pág. 146), que representa 60,98% do território da Flota-AP, ocorrerão as primeiras concessões florestais do Estado do Amapá.

Mediante licitação, para exploração de produtos e serviços florestais e mediante pagamento pelo uso desses produtos e serviços, as concessionárias ficam habilitadas para exploração por um

período de tempo claramente determinado no contrato.

Somente poderão concorrer empresas ou outras pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede e administração no País. O primeiro edital lançado para o Módulo II da Flota-AP, por exemplo, abrange 146 mil hectares dos municípios de Mazagão, Porto Grande e Pedra Branca do Amapari, na região central do Estado.

Trajетória envolveu aprovação técnica e cadastramento

A realização do processo de concessão florestal na Flota-AP percorreu uma longa trajetória que contou com a criação do **Cadastro Estadual de Florestas Públicas do Estado do Amapá (Cefpap)** e a inserção dessa UC no cadastro; a elaboração e a aprovação do PM da Flota-AP; a área licitada estar no PAOF e

ser aprovada na COMEF/AP; a realização de reuniões técnicas e audiências públicas; e, a realização da licitação para a escolha da melhor proposta técnica e de preço. A empresa vencedora do edital conquista o direito de manejar de forma sustentável as UMFs por períodos estabelecidos no contrato.



Planejamento para a outorga florestal

O Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF), é proposto pelo IEF anualmente e contém a descrição de todas as florestas públicas a serem submetidas a processos de concessão no ano em que vigorar. Esse documento também é discutido na **Comissão Estadual de Gestão de Florestas Públicas do Amapá (COMEF/AP)**, que conta com representantes dos diferentes setores da sociedade envol-

vidos na atividade florestal. Esse processo de construção do PAOF passa ainda por consulta pública, onde a população pode opinar via internet e/ou nas audiências públicas organizadas nos municípios nos quais haverá áreas em processo de licitação. Qualquer cidadão pode participar e opinar neste processo. O Projeto Geflo, viabilizou a diagramação dos PAOFs de 2014 a 2016. (ver pág. 51).

CADASTRO ESTADUAL DE FLORESTAS PÚBLICAS

É um instrumento de planejamento da gestão florestal, que reúne dados georreferenciados sobre as florestas públicas estaduais, de modo a oferecer aos gestores públicos e à população em geral uma base confiável de mapas, imagens e dados com informações estratégicas para a gestão florestal. Esses dados auxiliam os processos de destinação das florestas públicas para uso comunitário, criação de UCs e realização de concessões florestais. O cadastro contribui para a transparência, a participação social e unificação das informações sobre as florestas públicas estaduais, proporcionando interface com o Cadastro Nacional de Florestas Públicas.

COMISSÃO ESTADUAL DE FLORESTAS PÚBLICAS DO AMAPÁ (COMEF/AP)

É um órgão de natureza consultiva instituído pelo Decreto Estadual nº 5.762 de 03/10/2013, que exerce a atribuição de órgão consultivo para a gestão de florestas públicas. Entre suas atribuições estão assessorar, avaliar e propor diretrizes para gestão de florestas públicas do Estado; manifestar-se sobre o PAOF do Estado; exercer as atribuições de órgão consultivo do IEF, com relação à gestão de florestas públicas.



COMISSÃO ESTADUAL DE FLORESTAS PÚBLICAS DO AMAPÁ

O IEF vem realizando reuniões da COMEF desde 2013. Em pauta, diversos assuntos referentes a gestão florestal do Estado são levados a discussão, tais como: apresentação sobre o processo de implementação das concessões florestais; apresentação e aprovação do conteúdo e áreas que compõem os PAOFs; apresentação de estudos e levantamentos realizados na Flota-AP, por exemplo, o Cadastro de Ocupação do Módulo II da Flota-AP e o Diagnóstico da Indústria Madeireira do Estado.

André Pessoa



A concessão prevê o uso racional dos recursos florestais.



BASE LEGAL DAS CONCESSÕES

- LEI FEDERAL Nº 11.284/2006, LEI DE GESTÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS;
- DECRETO COMPLEMENTAR Nº 6.063/2007;
- RESOLUÇÃO CONAMA Nº 406/2009;
- DECRETO ESTADUAL Nº 5762, DE 3/10/2013; ESTIPULA CRITÉRIOS GERAIS PARA CONCESSÃO FLORESTAL NAS FLORESTAS PÚBLICAS NO ESTADO DO AMAPÁ.

LINHA DO TEMPO DA CONCESSÃO FLORESTAL

- **Maio de 2013** – 1º Seminário Sobre Concessões Florestais promovido pelo IEF e GRET.
- **Dezembro de 2013** – lançamento de pré-edital de concessão florestal.
- **Março de 2014** – aprovação do Plano de Manejo.
- **Março a abril de 2014** – reuniões técnicas e audiências públicas em Porto Grande, Pedra Branca do Amapari e Mazagão*.
- **Novembro de 2014** – lançamento do primeiro edital de concessão.
- **Janeiro de 2015** – suspensão do processo de licitação por interferência da PGE e MPE.
- **Julho a agosto de 2015** – realização do cadastro de ocupação e diagnóstico socioeconômico do Módulo II.
- **Setembro e outubro de 2015** – audiências públicas em Porto Grande, Pedra Branca do Amapari e Mazagão.
- **Outubro de 2015** – Audiência pública para apresentação do Pré-edital de concessão florestal 2015 no módulo II da Flota-AP.
- **Dezembro de 2015** – relançamento do edital de concessão florestal. Reunião para sanar dúvidas.
- **Fevereiro de 2016** – o IEF recebeu empresas que tiveram dúvidas sobre o edital de concessão florestal.
- **Março de 2016** – houve a abertura dos envelopes com as propostas das empresas, e, em maio, após a avaliação das propostas pela comissão de licitação composta pelo GEA, houve a apresentação do resultado da licitação.
- **Final de maio de 2016** – devido a uma decisão judicial que suspendeu o edital de concessão do Módulo II, o GEA foi obrigado a paralisar esse processo. Tem o desafio de responder a ação impetrada por uma das empresas concorrentes. O que não o impede de prosseguir a sua política de concessão florestal.



*Reuniões nos municípios em 2014

O GRET, pelo Projeto Geflo, apoiou a realização de três reuniões técnicas e três audiências públicas nos municípios de Mazagão, Pedra Branca do Amapari e Porto Grande. As reuniões oportunizaram um debate sobre concessões e informaram aos interessados e os governos municipais sobre as diretrizes do Plano de Manejo da Flota-AP. Foram respondidas as dúvidas sobre os direitos territoriais das populações locais, sobre o preço da concessão, sobre os critérios de classificação e bonificação, a geração de empregos para os moradores da região etc. Já nas audiências públicas, houve a apresentação das fases da concessão florestal pela equipe técnica do IEF e foi aberto o debate, com rodadas de perguntas e respostas. A maior parte dos questionamentos referiu-se aos direitos territoriais das comunidades e quais as vantagens teriam com as concessões.



ACOMPANHAMENTO DA SOCIEDADE

Desde as audiências públicas de 2014, foi constatada a necessidade de formação de um grupo da sociedade civil que acompanhasse o andamento das concessões florestais junto aos órgãos públicos. Os governos municipais explicitaram a necessidade de informação impressa. Também manifestaram o desejo de ver a repartição de benefícios de forma mais justa a partir da regulamentação estadual, visto que os municípios recebem 20% do que for obtido com a concessão.



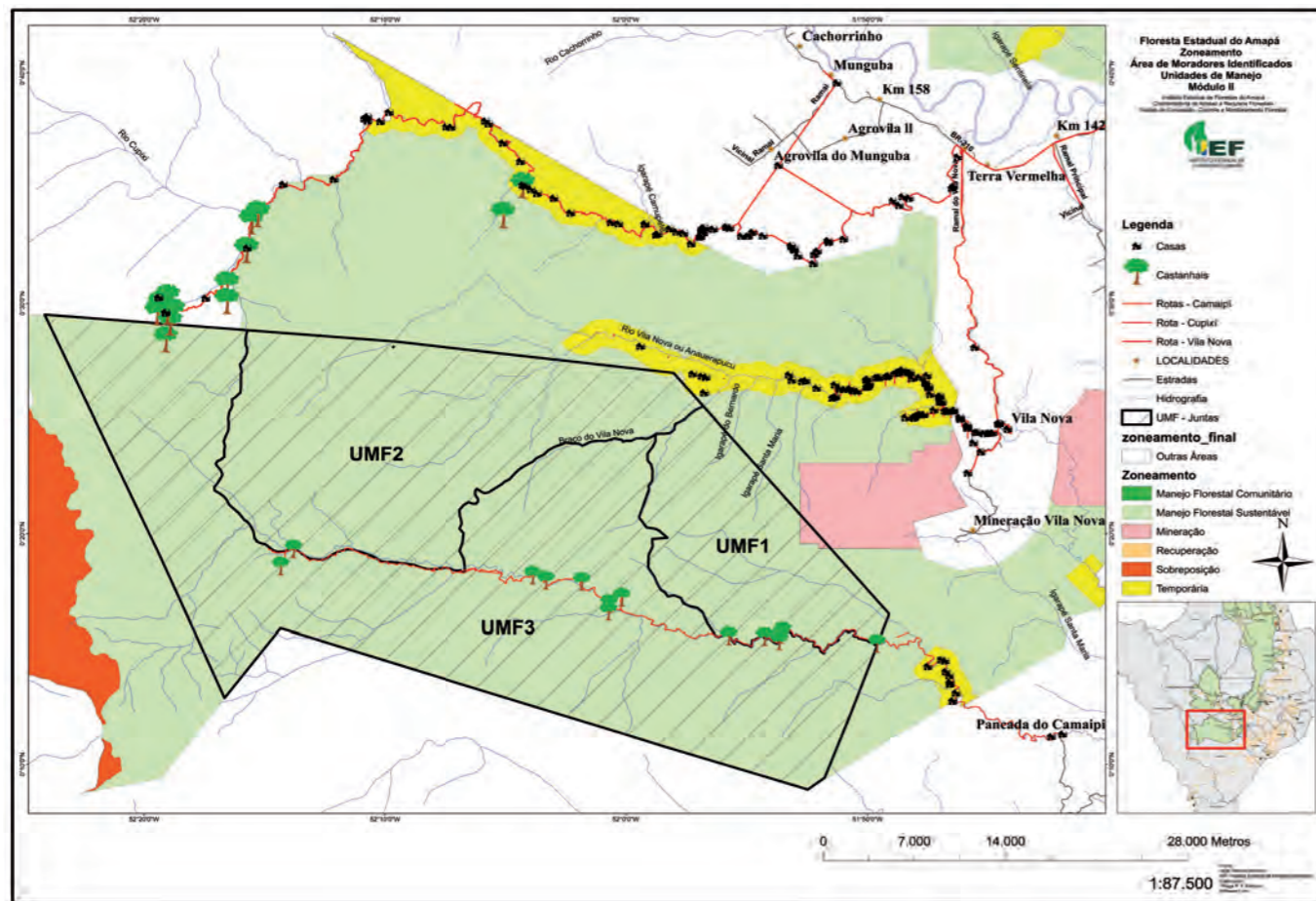
A MELHOR PROPOSTA FOI AQUELA QUE APRESENTOU MENOS IMPACTO AMBIENTAL NA FLORESTA, MAIORES BENEFÍCIOS ÀS COMUNIDADES LOCAIS E MAIOR AGREGAÇÃO AO VALOR DA MADEIRA.



Concessões do Módulo II licitadas

A Zona de Manejo Florestal Sustentável (ver Zoneamento pág. 146), que representa 60,98% do território da Flota-AP, apresenta áreas destinadas às concessões florestais. O perímetro licitado para concessão florestal abrange o Módulo II da Flota-AP. Com 146 mil hectares, este espaço foi dividido em três UMFs, que englobam parte dos municípios de Mazagão, Porto Grande e Pedra Branca do Amapari. O edital

prevê a concessão por um período de 40 anos. Durante todo o período de vigência do contrato, ocorrerão periodicamente monitoramentos, fiscalizações e auditorias. Os prejuízos ao meio ambiente serão punidos nas esferas administrativa, civil e penal, inclusive com a rescisão de contrato e a possibilidade de utilização da garantia, que é um recurso depositado pela empresa no ato de assinatura do contrato.



UMFs do primeiro edital de concessão florestal no Módulo II da Flota-AP.

Fonte: IEF

CRITÉRIOS E INDICADORES AVALIADOS PELA COMISSÃO

A seleção dos concessionários levou em consideração um conjunto de indicadores e não apenas o preço.

CRITÉRIOS	INDICADORES	CLASSIFICATÓRIO	BONIFICADOR
AMBIENTAL	A1 – Implantação e manutenção de sistema de gestão e desempenho das operações florestais	X	X
SOCIAL	A2 – Investimento em infraestrutura e serviços para a comunidade local	X	
	A3 – Geração de empregos pela concessão florestal	X	X
EFICIÊNCIA	A4 – Aproveitamento de Resíduos Florestais	X	X
	A5 – Grau de processamento local do produto	X	X
BONIFICADORES	B1 – Investimento de proteção da Unidade de Manejo Florestal (UMF)		X
	B2 – Capacitação dos empregados		X
	B3 – Implantação e manutenção de sistemas de gestão da qualidade, responsabilidade social e segurança no trabalho		X
	B4 – Implantação e manutenção de Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiental na Indústria		X
	B5 – Apoio à participação em projetos de pesquisa		X
	B6 – Implantação e manutenção de sistemas de gestão e desempenho de qualidade		X
	B7 – Implantação de programas de conservação da fauna na Unidade de Manejo Florestal (UMF)		X

Obs.: **Indicadores classificatórios** são aqueles que irão pontuar os concorrentes e definir sua posição.

Indicadores bonificadores são os que darão direito a descontos no preço da madeira ofertado pelo concessionário.



OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONCESSIONÁRIA

- APLICAÇÃO DE TÉCNICAS DE PLANEJAMENTO E MANEJO FLORESTAL DE IMPACTO REDUZIDO
- DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS SOBRE CONCESSÃO
- GARANTIA DE AMPLO ACESSO ÀS INFORMAÇÕES DE PRODUÇÃO FLORESTAL
- PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DE MEDIDAS DE PREVENÇÃO E CONTROLE DE INCÊNDIOS
- RESPEITO AO PERÍODO DE EMBARGO DAS ATIVIDADES NA ÉPOCA DE CHUVAS
- ATENDIMENTO AO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS
- PROTEÇÃO ÀS ÁREAS COM RESTRIÇÃO AO MANEJO E DE RESERVA ABSOLUTA
- RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS
- CUMPRIMENTO DAS NORMAS DE MANEJO FLORESTAL ESTABELECIDAS



A. Gambarini/CI-Brasil

A Concessão florestal deve ser uma aliada na conservação dos recursos naturais.

EDITAL DE LICITAÇÃO

O processo do edital de licitação para concessão florestal do Módulo II da Flota-AP pode ser acompanhado no site do IEF onde se encontra os documentos das fases da concorrência Nº 001/2015 – IEF. Saiba mais em http://ief.ap.gov.br/conteudo/lista_documentos/41.

Política de boa vizinhança e conservação dos recursos

A concessão florestal deve trazer benefícios para as comunidades locais, proporcionar geração de postos de trabalho, renda e desenvolvimento aliado à conservação dos recursos florestais. Sempre que existirem comunidades próximas às áreas de concessão, serão realizadas atividades de apoio ao manejo da floresta, com capacitação, assistência técnica e pesquisa, viabilizado pelo FEDF.

As áreas ocupadas por populações tradicionais ou locais NÃO são passíveis de concessão. Anteriormente à publicação do edital, são realizados estudos e levantamentos na área que será licitada

e apresentados todos esses dados junto com o pré-edital e depois no edital de licitação. Caso existam produtos que sejam tradicionalmente explorados pelas comunidades do entorno, estes são especificados no edital e no contrato de concessão para serem excluídos da lista que o concessionário pode explorar ou que têm restrições especiais de uso. Assim, o direito de coleta destes produtos continua sendo assegurado às populações tradicionais ou locais. Em contrapartida, as comunidades devem seguir as regras de acesso à área, em especial aquelas relacionadas à segurança do trabalhador.



Jackson Barbosa

Igarapé do Lago do Maracá das comunidades remanescentes quilombolas produtoras de breu. Mazagão, Amapá.

Fiscalização e auditorias

Durante todo o período de vigência do contrato, ocorrerão periodicamente monitoramentos, fiscalizações e auditorias. Os prejuízos ao meio ambiente deverão ser punidos nas esferas administrativa, civil e penal. Inclusive, se necessário, o recurso depositado pela empresa quando assina o contrato poderá ser utilizado para reparações ambientais. No Amapá, a fiscalização será realizada pelo IEF, IMAP, SEMA, Batalhão Ambiental, Comissão Estadual de Gestão de Florestas Públicas, Conselho Consultivo da Flota-AP e por auditorias independentes. Pela lei, essas auditorias devem ocorrer, no mínimo, a cada três anos e serem realizadas por entidade credenciada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) e reconhecida pelo IEF.

Em 2013, GRET propôs o estudo para subsidiar uma política estadual visando favorecer a implantação de indústrias de beneficiamento no Amapá chamado “Subsídios para uma estratégia estadual de consolidação do setor local de madeira na perspectiva

da implantação das concessões florestais no Estado do Amapá”. Este estudo tinha como principais objetivos: (1) identificar e justificar com dados medidas de políticas públicas prioritárias para favorecer a implantação de empresas de beneficiamento no Amapá (grandes serrarias, fábricas de piso/decks, laminadoras), levando em conta a atratividade econômica/financeira efetiva para as empresas, decorrente da nova configuração do setor florestal do Estado com as concessões; (2) Abrir diálogo com potenciais investidores na produção (concessionários e/ou empresas de beneficiamento) de forma a apresentar a nova situação do Estado em relação ao setor florestal, e a sua política; (3) Implementar diretamente medidas de acompanhamento e apoio para as empresas já atuantes no Amapá e potenciais concessionárias. Esta ação é estratégica para que o governo consiga agregar valor na madeira dentro do estado do Amapá e com isto possa aumentar a arrecadação e a geração de empregos além de alcançar novos mercados.



DIAGNÓSTICOS DOS EFEITOS DA IMPLANTAÇÃO

Em 2013, o GRET fez o diagnóstico dos efeitos da implantação da Flota-AP sobre as cadeias de madeira oriundas de florestas nativas do Amapá pelo Projeto Geflo. No levantamento, os pesquisadores mantiveram contato com os atores do entorno do Módulo II e conheceram a problemática dos efeitos da implantação da Flota-AP. Uma das conclusões do trabalho foi que o GEA deve vincular a implantação das concessões à articulação com outros setores econômicos ou novas cadeias. O uso dos resíduos, a dinamização da exploração de produtos não madeireiros através de contratos com comunidades, a política de compras públicas, ou de leilões de madeira legal para o setor de movelarias/construção civil em Macapá são algumas alternativas que devem ser adotadas.



NA MÍDIA

ELEKTRA ROCHA,
COORDENADORA DO
PROJETO GEFLO (GRET)



Fundo Estadual de Desenvolvimento Florestal



Elektra Rocha*

Algumas experiências dos fundos florestais no Brasil mostram que eles podem contribuir com a implementação de ações de desenvolvimento florestal. Esses fundos precisam ser administrados com critérios de transparência, participação pública, capacidade de execução e de prestação de contas para a sociedade.

As falhas de governança dos fundos florestais criados no Brasil nos levam a sugerir algumas medidas, como a divulgação do fundo junto aos potenciais beneficiários; assistência técnica para formulação de projetos; auditoria dos projetos; controle social em todo o processo de formulação, aprovação, execução e prestação de contas dos projetos apoiados.

Considerando as fragilidades do Amapá e o impacto

econômico da concessão florestal na Flota-AP, os recursos das concessões florestais podem ser utilizados para promover o uso sustentável dos recursos naturais e o desenvolvimento social local.

Isso é muito bom para os municípios que recebem as concessões, uma vez que a expectativa dos prefeitos e da sociedade civil é que os recursos das concessões possam ser utilizados para o desenvolvimento socioeconômico local através da construção de escolas, postos de saúde, transporte como barcos, vias e meios de acesso das populações rurais.

No caso do Amapá, a destinação dos recursos, modalidades de empréstimo, impedimentos de financiamento, itens financiáveis, mecanismos de operação e proponentes do fundo florestal será dada na construção do seu regimento interno e manual

operacional, que é uma etapa posterior à sua criação.

O repasse dos recursos provenientes das concessões florestais aos municípios será condicionado à instituição de conselho de meio ambiente pelo respectivo ente federativo. É possível destinar parcela dos recursos da concessão florestal para fortalecer os grupos populacionais na economia local e para usos prioritários que a lei federal prevê, para as áreas de saúde, educação e infraestruturas públicas dos municípios. Porém, é fundamental que a aplicação desses recursos esteja nos regimentos estaduais (lei estadual, decreto e regimento do fundo que regulamenta o fundo florestal estadual) e de acordo com as demandas dos conselhos municipais.

* Eng. Florestal, coordenadora do Projeto Geflo (GRET)

Em novembro de 2014, foi lançado pela primeira vez o edital de concessão florestal do Estado, disponibilizando 146 mil hectares de florestas. A notícia teve grande repercussão na época. Para ficar um pouco mais por dentro do processo de concessão do Módulo II, acesse os links de notícias e reportagens a seguir:
<http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2014/06/edital-para-concessao-de-florestas-empresas-sera-lancado-ate-30-de-julho.html>
<http://diariodoamapa.com.br/cadernos/editorias-i/cidades/item/10402--concessao-florestal-no-amapa-deve-ser-disputada-por-15-empresas>
<http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2014/03/no-ap-populacao-vai-opinar-sobre-concessao-de-florestas-empresas.html>



COMO A POLÍTICA IRÁ INTEGRAR AS COMUNIDADES E AS EMPRESAS LOCAIS, NESSE MODELO DE DESENVOLVIMENTO, A PARTIR DAS CONCESSÕES ONEROSAS DE FLORESTA PÚBLICA? É UMA RESPOSTA QUE É ESSENCIAL PARA QUE A FINALIDADE DA CONCESSÃO SEJA ALCANÇADA.

CONCESSÃO FLORESTAL NÃO INCLUI

- Titularidade imobiliária;
- Direitos sobre a biodiversidade;
- Direitos sobre subsolo e corpos hídricos;
- Direito sobre serviços ambientais (crédito sobre emissão evitada de carbono);
- Direito de realizar caça ou pesca.

3

CONCESSÃO FLORESTAL

OFERTA DE MADEIRA LEGALIZADA

Se a oferta de madeira legalizada aumentar à medida que forem implantadas as concessões empresariais no Amapá, os atores envolvidos – instituições do GEA, municípios, associações, comunidades, organizações da sociedade civil – precisam ter estratégias para que essa política favoreça e aumente os efeitos positivos na economia do Estado. Tudo para que haja criação de emprego, agregação de valor local e consolidação do setor legalizado de madeira, ou seja, que seja promovido o desenvolvimento com qualidade de vida da população amapaense.

Estimativas de ganho de concessão no módulo II da Flota-AP

RESUMO DA CARACTERIZAÇÃO PRODUTIVA DA UMF I, II E III

	Área Total da UMF/ha	Área de preservação permanente/ha	Declividade acima de 40%/ha	Área de Reserva Absoluta/ha	Área líquida de Reserva Absoluta/ha	Área líquida efetiva/ha	Produtividade estimada m³/ha	Área líquida anual/ha	Produção anual estimada (m³)
UMF I	20.216,90	1.608,30	299,70	1.010,90	930,40	17.378,50	20	579,30	11.585,70
UMF II	43.550,70	3.275,50	1.895,30	2.178,00	2.013,80	36.366,10	20	1212,20	24.244,10
UMF III	83.221,40	7.536,60	1.621,90	4.161,10	3.784,20	70.278,70	20	2.342,60	46.852,50

Neste cálculo é utilizado o percentual de 5% da área total da UMF, conforme estabelecido no art. 32 da Lei 11.284/2006.

MODELAGEM ECONÔMICA

	Área efetiva de manejo	Volume por m³	Ciclo (anos)	Área efetiva Anual	R\$/m³	Royalties (R\$)	Impostos (R\$)
UMF I	17.636,53	20	30	578,78	31,50	364.816,31	664.261,05
UMF II	36.394,36	20	30	1.213,15	36,00	873.901,44	1.392.306,50
UMF III	76.807,46	20	30	2.560,25	40,00	2.049.223,20	2.938.354,35
Total	130.838,35					3.287.940,95	4.994.921,90

DIVISÃO DE RECURSOS EM FUNÇÃO DA ÁREA POR MUNICÍPIO (R\$ 657.588,19)

MUNICÍPIO	%	ÁREA	R\$
Mazagão	87	128.084,47	572.101,72
Porto Grande	10	15.638,25	65.758,81
Pedra Branca do Amapari	3	3.266,33	19.727,64
TOTAL	100	146.989,05	657.588,19

CONCESSÃO EM FLORESTAS ESTADUAIS*

% de Royalties/Instituição	Total em R\$
40% Gestor da UC	1.315.176,38
20% Estado	657.588,19
20% Município	657.588,19
20% Fundo Florestal	657.588,19
Total	3.287.940,95

*Art 39, da Lei 11.284/2006

Fonte tabelas: Apresentação do IEF na reunião do Conselho Gestor do Projeto Geflo (CG3), 2014

CONSELHO DOE MEIO AMBIENTE MUNICIPAL

O repasse dos recursos a Estados e Municípios será condicionado à instituição de conselho do meio ambiente pelo respectivo ente federativo, com participação social, e à aprovação, por este conselho:

- I - do cumprimento das metas relativas à aplicação desses recursos referentes ao ano anterior;
- II - da programação da aplicação dos recursos do ano em curso.

Os recursos financeiros oriundos dos preços de cada concessão florestal da União serão depositados e movimentados exclusivamente por intermédio dos mecanismos da conta única do Tesouro Nacional na forma do regulamento.



DESAFIOS E OPORTUNIDADES

Para a concessão ser efetivamente uma política de Estado, deve ser integrada a outras pastas: planejamento, educação, saúde, produção e indústria etc. Entre os desafios, está o de que esse assunto não deve permanecer apenas em um órgão do governo, sendo que a sua incorporação poderá efetivamente trazer benefícios sociais, ambientais e econômicos para o Amapá. Além disso há uma forte concorrência de exploração sem PMFS. Também é necessário estabelecer uma governança adequada das ações relativas à concessão florestal. Um ambiente participativo, transparente e dialógico é fundamental para evitar possíveis embargos e suspensões pela Justiça. Entre outros desafios, deve-se considerar a experiência das concessões no âmbito federal. Por exemplo, foi constatada a necessidade de uma ação coordenada entre os atores dos órgãos públicos envolvidos e a falta de utilização de qualquer instrumento de coordenação da atuação dessas instituições no processo de concessão. Isso considerando que a participação nesse processo exige investimentos altos, com grande desembolso de capital. O longo prazo para começar a operação pode resultar em prejuízos ao concessionário. O retorno do investimento, desde a assinatura do contrato e o início da exploração, girou em torno de dois anos. Isso aconteceu em contratos já firmados nas concessões florestais, principalmente devido ao trâmite para a aprovação de documentos nos órgãos envolvidos. Essa demora influencia na

taxa de retorno dos investimentos iniciais feitos pelas empresas, que adquiriram equipamentos para exploração das UMFs, com vistas a atender às regras do manejo sustentável. Esses são alguns fatores que prejudicaram o andamento dessa política.

O monitoramento de base comunitária tem se mostrado como uma solução viável para atividades e projetos desenvolvidos na Amazônia. Além de integrar e possibilitar que o controle social alcance outro patamar, é uma boa estratégia para que sejam geradas informações locais de forma permanente e frequente, a um custo reduzido. O acompanhamento também acaba formando mão de obra capacitada e empoderando as comunidades. Para o Poder Público, que não consegue ver de perto o que está acontecendo na ponta, com ações de controle e comando, essa oportunidade é plausível no contexto das concessões florestais.

Uma oportunidade seria vincular a implantação das concessões à articulação com outros setores econômicos ou cadeias novas, como o uso dos resíduos florestais para outros fins (artesinato, lenha etc), dinamização da exploração de produtos não madeiros através de contratos com comunidades locais, política de compras públicas, ou de leilões de madeira legal para o setor de movelarias/construção civil em Macapá etc. Outra estratégia de desenvolvimento econômico é o estabelecimento de cadeias não madeiras no entorno das concessões.

VEJA também

Cap. 1 Cadeia da Madeira, pág. 66

FASES E ETAPAS DAS CONCESSÕES FLORESTAIS (LEI 11.284/2006)

FASE 1 PRÉ-EDITAL

ATUALIZAÇÃO E ANÁLISE DO CADASTRO
ESTADUAL DE FLORESTAS PÚBLICAS

ELABORAÇÃO DO PLANO ANUAL DE
OUTORGA FLORESTAL - PAOF

PLANO DE MANEJO DAS UCs RAP

LANÇAMENTO DO PRÉ-EDITAL; REALIZAÇÃO DE
REUNIÕES TÉCNICAS E AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

FASE 2 EDITAL E LICITAÇÃO

PUBLICAÇÃO DO EDITAL

HABILITAÇÃO DOS CONCORRENTES

JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

ASSINATURA DO CONTRATO

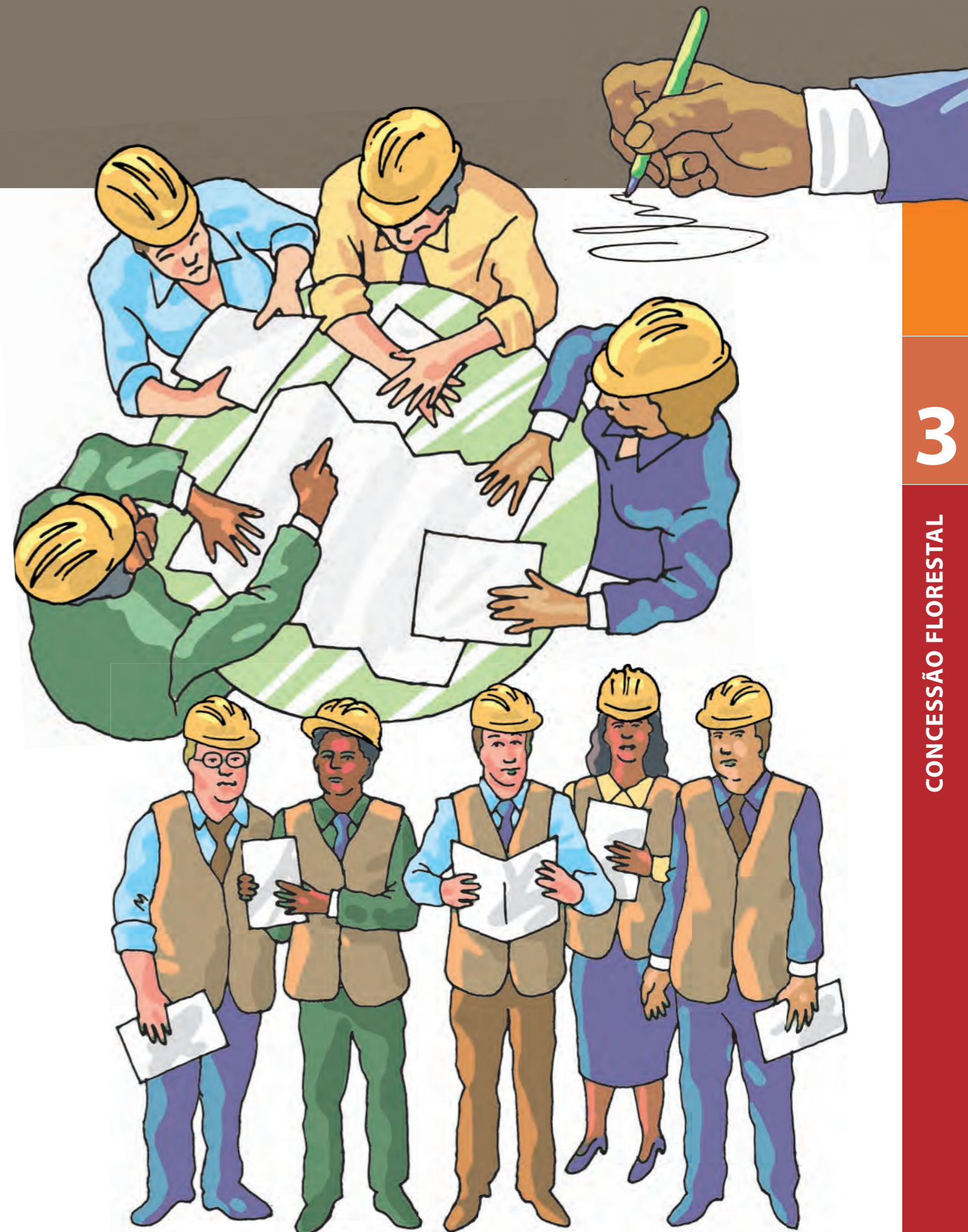
ELABORAÇÃO DO PMFS

ANÁLISE DO PMFS PELO ORGÃO LICENCIADOR

APROVAÇÃO DO PMFS E MISSÃO DA AUTEX

FASE 3 EXECUÇÃO DO CONTRATO

MONITORAMENTO, FISCALIZAÇÃO,
AUDITORIAS INDEPENDENTES





Monitoramento das concessões florestais

A implementação de concessões pressupõe a avaliação da sustentabilidade do manejo da floresta e também os respectivos impactos tanto nas áreas de manejo florestal como em áreas de entorno.

Esta avaliação pode ser realizada com subsídios de informações monitoradas ao longo do tempo conforme proposto pelo Manual de Monitoramento de Benefícios Socioambientais e Climáticos em Concessões Florestais na Floresta Estadual do Amapá e áreas do entorno.

O Manual permitirá o acompanhamento contínuo e o registro dos benefícios e impactos socioambientais, climáticos e produtivos do Manejo Florestal Sustentável de acordo com cláusulas contratuais firmadas entre o Estado e concessionárias.

O monitoramento deve ser economicamente viável para que

seja realizado de maneira contínua, além de estar alinhado a outras ações complementares. Por exemplo, o monitoramento do desmatamento legal e ilegal na Flota-AP e áreas de entorno é realizado pela SEMA de maneira sistêmica (ver pág. 167) e é um componente essencial para avaliação dos benefícios climáticos das concessões.

Os resultados esperados deste monitoramento são a avaliação dos benefícios gerados pelas concessões florestais e a mitigação de impactos negativos e potenciais riscos.

É neste sentido que as atividades de concessão florestal demandam uma governança interinstitucional entre os setores público e privado e da sociedade civil organizada e deve proporcionar de maneira transparente a gestão compartilhada de florestas públicas estaduais com o setor privado.

Governança e arranjo institucional do Estado

O Manejo Florestal Sustentável (MFS), através do Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS), é a atividade legalmente permitida para a exploração de florestas tropicais e é definido conceitualmente pela Lei Federal de nº 11.284/2006 (LGFP) em seu artigo 3º, inciso VI. “A administração da floresta para a obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema objetivo do manejo e considerando-se, cumulativa ou alternativamente, a utilização de múltiplas espécies madeireiras, de múltiplos produtos e sub produtos não madeireiros, bem como a utilização de outros bens e serviços de natureza florestal”.

O GEA, por meio de políticas públicas, vem fomentando sua economia florestal através do Programa Estadual de Florestas do Amapá (PEFA), oficialmente instituído pelo Decreto Estadual de nº 3.528/2014. O PEFA é o instrumento norteador das ações do Estado na área florestal e é resultante de uma construção participativa que envolveu consultas, oficinas de trabalho, seminários, capacitações, estudos, diagnósticos e planejamento interativo, dos quais participaram entidades e representantes dos governos federal, estadual e municipal e da sociedade civil organizada.

O objetivo final do PEFA é prover o desenvolvimento da economia baseada na utilização sustentável dos recursos florestais do Estado a longo prazo, contribuindo para a conservação dos recursos naturais. No contexto do arranjo institucional, a SEMA-AP é o órgão da administração direta criada para formular e coordenar as políticas de Meio Ambiente, florestais e climáticas do Estado, além da responsabilidade legal do monitoramento ambiental do Estado.

O IEF tem a responsabilidade de monitorar o cumprimento do contrato de concessão florestal integrando as unidades de execução da Coordenadoria de Acesso a Recursos Florestais: Núcleo de Concessão, Controle e Monitoramento Florestal (NCCM) e o Núcleo de Cadastro, Regularização e Fiscalização da Outorga (NCRFO).

Além disso, o GEA conta com uma comissão específica para tratamento de atividades de concessões florestais, a COMEF. Outro importante órgão é o IMAP, cuja competência é controlar e fiscalizar os empreendimentos com potencial impacto ao meio ambiente, como o ordenamento territorial. É ele o responsável pela expedição de licenças ambientais, aplicações de sanções administrativas e especificamente na aprovação e fiscalização de PMFS.



EVIDÊNCIAS DOCUMENTAIS

A execução do monitoramento deve ser realizada periodicamente e não somente com a avaliação de evidências documentais, mas, também, com a auditoria de procedimentos técnicos em campo. Neste sentido, será utilizado um formulário de avaliação dos critérios e parâmetros dos indicadores propostos para o monitoramento. Tais informações são de grande valia e devem ser armazenadas como registro histórico das atividades de concessão florestal a médio e longo prazo.



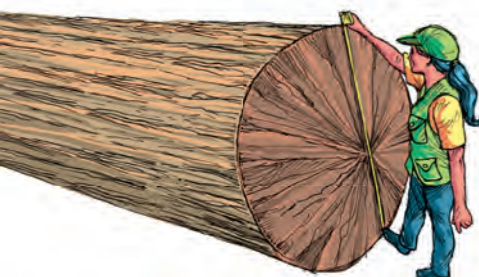
ACOMPANHAMENTO PERMANENTE

O monitoramento contínuo das atividades é imprescindível tanto para avaliação da geração de benefícios econômicos como para outros benefícios socioambientais, biodiversidade e climáticos. A COMEF, que é responsável por políticas públicas de concessões florestais, perante o não atendimento das cláusulas contratuais, deverá intervir na rescisão do contrato ou orientação de melhorias técnicas e administrativas junto à empresa concessionária.

MANUAL DE MONITORAMENTO

O Manual de Monitoramento das Concessões Florestais na Flota-AP é composto pelas seguintes linhas temáticas:

- Classificação
- Bonificação
- Cláusulas contratuais de concessões florestais
- Socioambientais e biodiversidade
- Clima





A. Gambarini/CI-Brasil

Fauna: serve de bioindicador da qualidade ambiental.

MANEJO ADAPTATIVO

Manejo adaptativo é um processo originalmente desenvolvido para manejar recursos naturais em ecossistemas, através da experimentação deliberada e monitoramento sistemático dos resultados. Abrange o desenho, o manejo e o monitoramento de um projeto, para proporcionar um marco de trabalho que sirva para testar as hipóteses, adaptação e aprendizagem. O monitoramento é compilação e avaliação periódica de dados relacionados aos objetivos, metas e atividades definidas no projeto (Margoluis, 2002).



MARCO ZERO

O princípio do protocolo de monitoramento é baseado no conceito do **manejo adaptativo**, partindo-se de um marco zero de trabalho, de onde se possa, então, estipular os valores e níveis aceitáveis e desejáveis para cada indicador monitorado a partir do início do manejo florestal. Segundo a FAO, um dos benefícios do monitoramento e avaliação participativos é a troca de experiência entre atores internos e externos, em projetos que envolvam governos, empresas, pesquisadores, comunidades, ONGs, para que os recursos sejam direcionados às necessidades e às prioridades dos setores envolvidos, abrindo portas para a participação, avaliação e readaptação.



Divulgação em rádio

O que são concessões florestais, como será feita a fiscalização? O que as comunidades, os municípios ganham com isso? Essas e outras perguntas foram respondidas em um spot produzido pelo Projeto Geflo para veiculação em

rádios do Amapá. A iniciativa visou esclarecer a população quanto ao processo de concessão florestal. Dessa forma, as comunidades teriam mais acesso à informação das políticas públicas florestais implantadas no Estado.



A. Gambarini/CI-Brasil

Manual de monitoramento

O Manual de Monitoramento de Benefícios Socioambientais e Climáticos em Concessões Florestais na Flota-AP e áreas do entorno, viabilizado pelo GRET, por meio do Projeto Geflo, será um instrumento para geração de informações do uso e manejo sustentável da floresta. Seus objetivos são:

- monitorar os impactos decorrentes do manejo florestal sobre a biodiversidade, socioeconomia e a perda da cobertura florestal na Flota-AP e área do entorno;
- avaliar o cumprimento das

cláusulas estabelecidas no contrato pela empresa concessionária;

- orientar boas práticas de manejo florestal sustentável, a fim de reduzir os impactos negativos;
- promover a manutenção da floresta em pé e a geração de benefícios à biodiversidade, ao clima e à população local;
- alinhar ações do poder público, privado e da sociedade civil organizada;
- acompanhar a efetividade das políticas públicas estaduais de concessões florestais.





Monitoramento de benefícios socioambientais e climáticos



Renan Kamimura*

O Brasil possui um imenso território geográfico com uma área de aproximadamente 851 milhões de hectares e uma cobertura florestal de 463 milhões de hectares, o que corresponde a, aproximadamente, 54% de sua área coberta por florestas (SFB, 2013). Além disso, representa com 13% da cobertura florestal mundial e 30% das florestas tropicais globais, as quais têm múltiplas contribuições para os meios de vida dos povos da floresta, dimensões e valores culturais, conservação da biodiversidade, na geração de diversos serviços ecossistêmicos e a regulação climática global (MMA, 2012).

Tais fatos, além de corroborar com tamanha demanda madeireira nacional, também trazem uma grande responsabilidade climática global, onde o Brasil até 2015, mesmo conseguindo reduzir em 40% o desmatamento referente às taxas históricas da década de 1990, ainda continua como o maior representante na América do Sul com a perda anual média de 984 mil hectares de floresta entre 1990 e 2015 (KEENAN, 2015).

Visto tamanha demanda pelos uso e exploração dos recursos florestais, o Brasil vem promovendo diversas políticas e ações estratégicas para fomento e consolidação do manejo florestal sustentável em florestas públicas. Uma das finalidades é impulsionar a legalidade da cadeia produtiva das atividades florestais, conforme a Lei Federal de

nº 11.284, de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para manejo florestal sustentável e mecanismos de concessão florestal.

Desta maneira, atividades de concessão florestal são instrumentos essenciais para suprir a demanda interna e externa do Brasil sobre recursos madeireiros e sobretudo a competir com a oferta de madeira ilegal, além de promover uma governança compartilhada de funções e responsabilidades das florestas públicas entre o poder público, a iniciativa privada e a sociedade civil para a administração, monitoramento e fiscalização dessas áreas.

O governo do Estado do Amapá, orientado por políticas públicas nacionais, também vem fomentando sua economia florestal através do Programa Estadual de Florestas do Amapá (PEFA), oficialmente instituído pelo Dec. Est. nº 3.528/2014. O objetivo final do Pefa é prover o desenvolvimento da economia baseada na utilização sustentável dos recursos florestais do Estado a longo prazo, contribuindo para a conservação dos recursos naturais. E para consolidação de um modelo de gestão para o PEFA foi institucionalizada a Flota-AP, criada pela Lei Estadual de nº 1.028, de 2/07/2006.

A primeira concessão florestal estadual do Amapá será realizada na Flota-AP. Seu edital especifica critérios, indicadores e parâmetros a serem verificados, tanto para classificação ou eliminação técnica das propostas submetidas, como também critérios de bonificação

para avaliação de benefícios socioambientais, climáticos e para avaliação de maior eficiência produtiva e agregação de valor. Considerando que a concessão pode ser operacionalizada de 25 a 40 anos, é essencial a descrição e documentação de um manual salvaguardando a eficácia e eficiência desta política pública estadual.

Logo, o monitoramento de atividades de concessão florestal na Flota-AP é uma ferramenta complementar para gerenciamento ao longo do tempo das atividades de concessão florestal, onde, através da avaliação temporal de critérios e indicadores estabelecidos, buscar-se-á orientar ajustes e melhorias para geração de benefícios e redução de impactos e riscos. É neste sentido que foi elaborado o Manual Monitoramento de Benefícios Socioambientais e Climáticos em Concessões Florestais na Floresta Estadual do Amapá e áreas do entorno.

Vale destacar tamanha importância do monitoramento: após o início das atividades de concessão, a verificação do não cumprimento e atendimento pleno desses critérios, sem as devidas justificativas, o Estado pode, em casos extremos de desacordo contratual, rescindi-lo, interrompendo as respectivas atividades e/ou então notificar e solicitar correção das irregularidades ao concessionário.

* Engenheiro florestal e consultor do GRET

SAIBA

RENAN KAMIMURA,
CONSULTOR DO GRET



BENEFÍCIOS AMBIENTAIS E SOCIAIS

Confira no site do SFB alguns benefícios do monitoramento das concessões florestais em <http://www.florestal.gov.br/concessoes-florestais/beneficios-ambientais-e-sociais/beneficios-ambientais-e-sociais>.



O MONITORAMENTO DAS ATIVIDADES DE CONCESSÃO FLORESTAL É UMA FERRAMENTA ESSENCIAL PARA O GERENCIAMENTO PROPOSITIVO DA GESTÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS NACIONAIS E ESTADUAIS E O ALINHAMENTO DA GESTÃO COMPARTILHADA ENTRE OS SETORES PÚBLICO E PRIVADO. POR MEIO DA AVALIAÇÃO CONTÍNUA DE CRITÉRIOS E INDICADORES PRÉ-ESTABELECIDOS, PODE-SE, COM MAIS SEGURANÇA, ORIENTAR AJUSTES E MELHORIAS FUTURAS COM O OBJETIVO DE OTIMIZAR A GERAÇÃO DE BENEFÍCIOS E REDUÇÃO DE IMPACTOS E RISCOS PRODUTIVOS, SOCIOAMBIENTAIS E CLIMÁTICOS.



DESAFIOS E OPORTUNIDADES

Após 10 anos da criação da Lei de Gestão de Florestas Públicas, as concessões florestais ainda têm muitos desafios. A regulamentação de arcabouço legal, a definição do arranjo institucional e a deliberação de papéis e responsabilidades são alguns dos maiores, visto que as áreas de Manejo Florestal Sustentável são de gestão compartilhada entre os setores público e privado. Além disso, a avaliação da implementação inicial é essencial para os ajustes necessários à política estadual florestal. O registro e arquivamento dos documentos, da implementação, dos contratos e do

monitoramento são outros grandes desafios a serem superados, pois são ações de médio e longo prazos. Por outro lado, o monitoramento oportuniza o planejamento e a gestão mais adequada das concessões para que sejam gerados benefícios não só ambientais como a geração de serviços ecossistêmicos – preservação da biodiversidade, regulação climática, balanço hídrico –, como o fortalecimento da economia florestal e do setor madeireiro. Nesse sentido, combate-se também o desmatamento, a degradação florestal, e se promove a geração de trabalho e renda, entre outros.

VEJA também

Cap. 1 Monitoramento do desmatamento, pág. 102

Lista de siglas

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACP – Ação Civil Pública
Adap – Agência de Desenvolvimento do Amapá
AFD – sigla em francês para Agência Francesa de Desenvolvimento
Ageap – Agência de Desenvolvimento Econômico do Amapá
AGU – Advocacia-Geral da União
Agroflora – Cooperativa Agroflorestal do Estado do Amapá
ALC – Área de Livre Comércio
AMF – Área de Manejo Florestal
APA – Área de Proteção Ambiental
Apat – Autorização Prévia à Análise Técnica de Plano de Manejo Florestal Sustentável
APL – Arranjo Produtivo Local
APP – Área de Preservação Permanente
ARA – Articulación Regional Amazônica
Arpa – Fundo de Áreas Protegidas da Amazônia
Asapanc – Associação de Colonos e Moradores do Projeto de Assentamento Nova Canaã
Aspracama – Associação dos Produtores Rurais Agroextrativista e Criadores de Animais do Município de Anajás PA
ATSG – Academia Tecnológica de Sistemas de Gestão
Autex – Autorização para Exploração Florestal
Avive – Associação Vida Verde da Amazônia
Basa – Banco da Amazônia S/A
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
Bird – Banco Mundial
CAR – Cadastro Ambiental Rural
Carf – Coordenadoria de Acesso a Recursos Florestais do IEF
CCDRU – Contrato de Concessão de Direito Real de Uso
CCU – Contrato de Concessão de Uso
CC – Conselho Consultivo
CD – Conselho Deliberativo
Ceapm – Comunidade de Ensino e Aprendizagem em Planejamento de UC
Cefpap – Cadastro Estadual de Florestas Públicas do Estado do Amapá
CG – Conselho Gestor
CGTIA – Coordenadoria de Geoprocessamento e Tecnologia de Informação Ambiental – SEMA/AP
CI – Conservação Internacional

Cifor – Centro de Pesquisa Florestal Internacional
CNS – Conselho Nacional de Populações Extrativistas
CO2 – Gás carbônico
Coema/AP – Conselho Estadual de Meio Ambiente do Amapá
Comef/AP – Comissão Estadual de Florestas Públicas do Amapá
Conama – Conselho Nacional do Meio Ambiente
Coomflona – Cooperativa Mista da Flona do Tapajós
Copava – Cooperativa Agroextrativista do Vale do Araguari
CTCA – Câmara Técnica de Compensação Ambiental do Coema
DOF – Documento de Origem Florestal
DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral
Efac – Escola Família Agroextrativista do Carvão
Efaxma – Escola Família Agroextrativista do Maracá
Efapen – Escola Família Agrícola da Perimetral Norte
EFA – Escola Família Agrícola
EIR – Exploração de Impacto Reduzido
Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Enredd+ – Estratégia Nacional para a Redução das Emissões Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal e Aumento dos Estoques de Carbono Florestal
EPI – Equipamento de Proteção Individual
Esec – Estação Ecológica
Famcsa – Fórum Amapaense de Mudanças Climáticas do Amapá
FCPF – Programa Parceria de Carbono Florestal
FDA – Fundo de Desenvolvimento da Amazônia
Fedf – Fundo Estadual de Desenvolvimento Florestal
Fettagrap – Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Amapá
FFEM – sigla em francês para Fundo Francês para o Meio Ambiente Mundial
Finam – Fundo de Investimento da Amazônia
Flona – Floresta Nacional
Flota-AP – Floresta Estadual do Estado do Amapá
FMI – Fundo Monetário Internacional
FNDF – Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal
FNO – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
FSC – sigla em inglês para Conselho de Gestão Florestal

Funai – Fundação Nacional do Índio
Funasa – Fundação Nacional de Saúde
FVEA – Fundo de Valorização Econômica da Amazônia
Funbio – Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
GA – Gestor de Ativos
GCF – sigla em inglês para Força Tarefa de Governadores para Clima e Floresta
GEA – Governo do Estado do Amapá
GEE – Gás de Efeito Estufa
Geflo – Projeto Gestão de Florestas do Amapá
GOF – Gestor Financeiro
GRET – sigla em francês para Grupo de Pesquisas e Intercâmbios Tecnológicos
GT – Grupo de Trabalho
GVces da EASP-FGV – Centro de Estudos em Sustentabilidade da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas
GTA – Grupo de Trabalho Amazônico
Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
Ideflor – Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará
Idesam – Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IEB – Instituto Internacional de Educação do Brasil
IEF/AP – Instituto Estadual de Florestas do Amapá
IEPA – Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Amapá
Iepé – Instituto de Pesquisa e Formação Indígena
Ifap – Instituto Federal do Amapá
IFT – Instituto Floresta Tropical
IIRSA – Iniciativa pela Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana
ILPF – Integração Lavoura-Pecuária-Floresta
Imaflora – Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
IMAP – Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Estado do Amapá

Imazon – Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
IN – Instrução Normativa
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Inmetro – Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
INPA – Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPI – Imposto sobre Produto Industrializado
Irda – Instituto Regional de Desenvolvimento do Amapá
Iteam – Instituto de Terras do Amazonas
Jica – Agência de Cooperação Internacional do Japão
LBA – Experimento de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MFCF – Manejo Florestal Comunitário e/ou Familiar
MI – Ministério da Integração Nacional
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MPE/AP – Ministério Público do Estado do Amapá
MPF – Ministério Público Federal
MPOG – Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão
MRE – Ministério das Relações Exteriores
Nasa – sigla em inglês para Administração Nacional da Aeronáutica e Espaço
NBR – Norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas
NMC – Núcleo de Mercado e Comercialização do IEF
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
OEA – Organização dos Estados Americanos
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OMM – Organização Meteorológica Mundial
ONF – sigla em francês para Organismo Nacional de Florestas da Guiana Francesa
ONFI – sigla em francês para Organismo Nacional de Florestas Internacional
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

Lista de siglas

PA – Projeto de Assentamento
PAE – Projeto de Assentamento Agroextrativista
PAOF – Plano Estadual de Outorga Florestal
Parna – Parque Nacional
PAS – Plano Amazônia Sustentável
PCN – Projeto Calha Norte
PDA – Plano de Desenvolvimento da Amazônia
PDSA – Plano de Desenvolvimento Sustentável do Amapá
PEF/AP – Programa Estadual de Florestas do Estado do Amapá
PES – Planejamento Estratégico Situacional
PGE – Procuradoria Geral do Estado
PIB – Produto Interno Bruto
Pladi – Plano de Desenvolvimento Integrado do Amapá
PM – Plano de Manejo
PMF – Plano de Manejo Florestal
PMFS – Plano de Manejo Florestal Sustentável
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PNGATI – Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Indígena
PPCDAP – Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento do Amapá
PPCDAm – Plano para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia
PPP – Parceria Público Privada
PRAD – Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas
Prodem – Programa de Ações Estratégicas para Amazônia Brasileira
Prodemac – Promotoria de Justiça, Meio Ambiente, Conflitos Agrários, Habitação e Urbanismo de Macapá
Prodes – Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite
PSA – Pagamento por Serviços Ambientais
RAC – Registro de Auditores Credenciados
Raefap – Rede das Associações das Escolas Família do Amapá
RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável
REDD – Redução de Emissões de Desmatamento e Degradação Florestal
RL – Reserva Legal
RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural
Resex – Reserva Extrativista
Rurap – Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá
SAF – Sistema Agroflorestal
SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
Sebrae – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Seicom – Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração do Amapá
SEMA/AP – Secretaria do Meio Ambiente do Amapá
Seiman – Sindicato das Indústrias da Madeira
SEINF/AP – Secretaria de Estado da Infraestrutura do Amapá
SFB – Serviço Florestal Brasileiro
SIG – Sistema de Informações Geográficas
Sinima – Sistema Nacional de Informação sobre o Meio Ambiente
Sipam – Sistema de Planejamento do Amapá
Sipra – Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
Sudam – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
Suframa – Superintendência da Zona Franca de Manaus
TI – Terra Indígena
TIPI – Tabela de Incidência de IPI
UC – Unidade de Conservação
UCP – Unidade de Coordenação de Programas
UEAP – Universidade Estadual do Amapá
UMF – Unidade de Manejo Florestal
Unifap – Universidade Federal do Amapá
UPA – Unidade de Produção Anual
UT – Unidade de Trabalho
ZA – Zona de Amortecimento
ZEE – Zoneamento Ecológico-Econômico
ZFV – Zona Franca Verde
WWF – sigla em inglês para Fundo Mundial para a Natureza

Referências bibliográficas

AMAPÁ. Decreto nº 3528, de 26 de junho de 2014. Dispõe sobre a criação do Programa Estadual de Florestas-PEF/AP, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Amapá, Macapá, 26 de junho. 2014. Nº 5741. Disponível em: <http://www.ief.ap.gov.br/system/archives/303/original/Decreto_3528_%20institui_pef.pdf>. Acesso em: 30/05/2016.

AMAPÁ. Instituto Estadual de Florestas do Estado do Amapá. Plano anual de outorga florestal do Estado do Amapá – 2016. Macapá, IEF, 2015. Disponível em: <http://www.ief.ap.gov.br/system/archives/324/original/paof_completo_2016.pdf>. Acesso em 25/03/2016.

AMAPÁ. Instituto Estadual de Florestas do Estado do Amapá. Plano de manejo da Floresta Estadual do Amapá - Resumo Executivo. Macapá, IEF, 2014. Disponível em <http://www.ief.ap.gov.br/system/archives/209/original/Resumo_Executivo_PMFLOTA-AP.pdf>. Acesso em: 23/03/2016.

AMAPÁ. Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Amapá. Relatório Técnico de Desmatamento no estado do Amapá: referente ao período 2005 a 2006. Macapá, SEMA, 2009.

AMAPÁ. Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Amapá. Relatório Técnico de Desmatamento no estado do Amapá: referente ao período 2007 a 2008. Macapá, SEMA, 2010.

AMAPÁ. Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Amapá. Relatório Técnico de Desmatamento no estado do Amapá: referente ao período 2009 a 2010. Macapá, SEMA, 2011.

AMAPÁ. Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Amapá. Relatório Técnico de Desmatamento no estado do Amapá: referente ao período 2011 a 2012. Macapá, SEMA, 2014. AMAPÁ. Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Amapá. Relatório Técnico de Desmatamento no estado do Amapá: referente ao período 2013 a 2014. Macapá, SEMA, 2016.

Anfisbenídeos. In: Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico. Porto Editora, 2003-2016. Disponível em: <[http://www.infopedia.pt/\\$anfisbenideos](http://www.infopedia.pt/$anfisbenideos)>. Acesso em: 03/05/2016.

APINA; APIWATA; AWATAC. Protocolo de consulta e consentimento Wajãpi. RCA; Iepé, Macapá, AP, 2014. Disponível em: <http://www.institutoiepe.org.br/media/livros/2014_protocolo_consulta_consentimento_wajapi.pdf>. Acesso em 16/03/2016.

BARBOSA, Jackson; NOGUEIRA, Géssica; ROCHA, Elektra; SABLAYROLLES, Philippe. Estudo socioeconômico do Assentamento Nova Canaã, Porto Grande - região do Módulo II da Flota-AP, Brasil. In: GRET. Relatório técnico do projeto “Apoio à elaboração de uma política de gestão sustentável da floresta e da biodiversidade no Estado do Amapá (Amazônia brasileira)”. GRET. Macapá, AP, 2014.

BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. In: Conferência do Mês do Instituto de Estudos Avançados da USP, 2005, São Paulo.

BISHOP, Joshua. et al. TEEB – a economia dos ecossistemas e da biodiversidade para formuladores de políticas locais e regionais. Malta, Progress Press, 2010.

BRASIL. Decreto nº 62.934, de 02 de junho de 1968 [aprova o regulamento do código de mineração]. Brasília, 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D62934.htm>. Acesso em: 10/05/2016.

BRASIL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Manejo Florestal Sustentável: conceitos. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/areas-tematicas/manejo-florestal-sustentavel>>. Acesso em: 02/06/2016.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Instrução Normativa nº 29, de 05 de setembro de 2012. Brasília, ICMBio, 2012. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/IN_29_de_05092012.pdf>. Acesso em: 09/05/2016.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm>. Acesso em: 02/03/2016.

BRASIL. Lei nº 11.284, de 02 de março de 2006. Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro - SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDf; altera as Leis nos 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11284.htm>. Acesso em: 02/03/2016.

Referências bibliográficas

- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Gestão territorial: zoneamento territorial. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/gestao-territorial/zoneamento-territorial>>. Acesso em: 03/02/2016.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instrução normativa nº 5, de 11 de dezembro de 2006. Dispõe sobre procedimentos técnicos para elaboração, apresentação, execução e avaliação técnica de Planos de Manejo Florestal Sustentável-PMFSs nas florestas primitivas e suas formas de sucessão na Amazônia Legal, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 13 de dezembro de 2006. Disponível em: <www.ibama.gov.br/phocadownload/category/47-_?download=7670%3Ain-5-mma-2006>. Acesso em: 28/04/2016.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Mamíferos. In: Livro vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção. Brasília: MMA; Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, 2008. 2v. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/biodiversidade/fauna-brasileira/livro-vermelho/volumell/Mamiferos.pdf>>. Acesso em: 25/04/2016.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Série corredores ecológicos: 12 anos de trabalho pela conservação da biodiversidade nacional. Brasília, MMA, 2015. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80229/LIVRO_Corredores%20Ecologicos_comp.pdf>. Acesso em: 12/03/2016.
- BRASIL. Serviço Florestal Brasileiro. Florestas do Brasil em resumo – 2010: dados de 2005 -2010. Brasília, SFB, 2010. 152p.
- BRASIL. Serviço Florestal Brasileiro. Florestas modelo. Disponível em: <http://www.florestal.gov.br/informacoes-florestais/redes-de-trabalho-e-pesquisa/index.php?option=com_k2&view=item&layout=item&catid=15&id=516>. Acesso em: 28/04/2016.
- BRASIL. Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural. O que é cadastro ambiental rural?. Disponível em: <<http://www.car.gov.br/#/sobre>>. Acesso em 03/02/2016.
- EAE-FGV. Centro de Estudos em Sustentabilidade. Economia de baixo carbono. Disponível em: <<http://eventos.gvces.com.br/index.php?r=site/conteudo&id=157>>. Acesso em 26/03/2016.
- CIFOR; FASE. Trilhas da regularização fundiária para comunidades nas florestas amazônicas. Belém, 2010. 116 p.
- Conservação Internacional do Brasil. Corredor da biodiversidade do Amapá. Belém, Conservação Internacional, 2009 Disponível em: <http://www.conservation.org/global/brasil/publicacoes/Documents/corredor_do_amapa.pdf>. Acesso em: 04/03/2016.
- COSTA, E. R.; VASCONCELLOS SOBRINHO, M. Concepção, Ação e Conflitos Socioambientais emergentes na Criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável: o caso da Floresta Estadual do Amapá. In: 7º Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2015, Brasília. Anais do 7º Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2015.
- DE NOVIÓN, Henry P.I. Pagamento por serviços ambientais. 2010. Disponível em: <<https://uc.socioambiental.org/sustentabilidade-financiera/pagamento-por-servi%C3%A7os-ambientais>>. Acesso em: 19/04/2016.
- Empoderamento. Disponível em: <<http://www.significados.com.br/empoderamento/>>. Acesso em 16/05/2016.
- Entenda o que é REDD. In: Dicionário Ambiental. 2014. Disponível em: <<http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/27940-entenda-o-que-e-redd/>>. Acesso em: 23/02/2016.
- FONSECA, A.; SOUZA Jr., C., & VERÍSSIMO, A. Boletim do desmatamento da Amazônia Legal: fevereiro e março de 2016 - SAD. Belém, Imazon, 2016. Disponível em: <http://imazon.org.br/PDFimazon/Portugues/transparencia_florestal/SAD%20fevereiro%20marco%202016.pdf>. Acesso em 05/05/2016.
- GRET. A floresta é de todos. Macapá, GRET, 2016.
- GTA. Oficina Escola de Luteria da Amazônia. Protocolos Comunitários. Disponível em: <<http://www.gta.org.br/protocolos-comunitarios>>. Acesso em: 16/03/2016.
- Instituto Socioambiental. Almanaque Brasil Socioambiental 2008. São Paulo, 2007.
- KOURY, Carlos G.; VIANNA, André Luiz M. Guia prático do manejo florestal sustentável em pequena escala. Manaus, Idesam, 2014. 62 p. Disponível em: <<http://www.idesam.org.br/guia-de-manejo-florestal-sustentavel-de-pequena-escala>>. Acesso em: 21/04/2016.
- LIMA PORTO, Armando, 2013. "Apud Sablayrolles, P., Subsídios para uma estratégia estadual de consolidação do setor local de madeira na

perspectiva de implantação das concessões florestais, Projeto Geflo: Apoio à elaboração de uma política de gestão sustentável da floresta e da biodiversidade no Estado do Amapá (Amazônia brasileira), Macapá-AP, GRET, julho de 2014".

- MDIC. [APLs, o que são?]. Brasília, 2010. Disponível em: <http://portalapl.ibict.br/menu/itens_menu/apls/apl_o_que_sao.html>. Acesso em: 04/05/2016.
- O que são corredores ecológicos. In: Dicionário Ambiental. 2014. Disponível em: <<http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28538-o-que-sao-corredores-ecologicos/>>. Acesso em: 12/03/2016.
- O que são serviços ambientais. In: Dicionário Ambiental. 2014. Disponível em: <<http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28158-o-que-sao-servicos-ambientais/>>. Acesso em: 11/03/2016.
- O que são unidades de conservação. In: Dicionário Ambiental. Disponível em: <<http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/27099-o-que-sao-unidades-de-conservacao/>>. Acesso em: 03/05/016.
- O que é uma área de preservação permanente. In: Dicionário Ambiental. Disponível em: <<http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/27468-o-que-e-uma-area-de-preservacao-permanente/>>. Acesso em 03/05/2016.
- O que é uma espécie endêmica. In: Dicionário Ambiental. Disponível em: <<http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28867-o-que-e-uma-especie-endemica/>>. Acesso em: 09/03/2016.
- O que é uma zona de amortecimento. In: Dicionário Ambiental. 2014. Disponível em: <<http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28754-o-que-e-uma-zona-de-amortecimento/>>. Acesso em: 28/04/2016.
- Mais consideração com as epífitas. Revista Ciência Hoje nº 272, vol. 46 – Revista de Divulgação da SBPC. Rio de Janeiro, SBPC, 2010. p. 63.
- NOBRE, Antonio Donato. O futuro climático da Amazônia: relatório de avaliação científica.
- São José dos Campos, ARA; CCST-INPE; INPA, 2014. Disponível em: <<http://www.ccst.inpe.br/wp-content/uploads/2014/11/Futuro-Climatico-da-Amazonia.pdf>>. Acesso em: 08/03/2016.
- NOGUEIRA, Géssica; BARBOSA, Jackson; ROCHA, Elektra; SABLAYROLLES, Philippe. Estudo socioeconômico do Assentamento Pancada do Camaipi, Mazagão – região do Módulo II da Flota-AP, Brasil. In: GRET. Relatório técnico do projeto "Apoio à elaboração de uma política de gestão sustentável da floresta e da biodiversidade no Estado do Amapá (Amazônia brasileira)". GRET, Macapá, AP, 2014.
- QUEIROZ, J. A. L.; MACHADO, S. A. Potencial de Utilização Madeireira de Espécies Florestais de Várzea no Município de Mazagão no Estado do Amapá. Floresta. Curitiba, PR, 2007.
- RIBEIRO, Roseli. Manejo florestal sustentável em assentamentos. 2010. Disponível em: <<http://www.observatorioeco.com.br/index.php/2010/04/manejo-florestal-sustentavel-em-assentamentos>>. Acesso em: 26/04/2016.
- ROCHA, Elektra; SABLAYROLLES, Philippe. Relatório das reuniões de restituição às comunidades do estudo socioeconômico dos Assentamentos Pancada do Camaipi, Mazagão e Nova Canaã, Porto Grande, Amapá, Brasil. In: GRET. Relatório técnico do projeto "Apoio à elaboração de uma política de gestão sustentável da floresta e da biodiversidade no Estado do Amapá (Amazônia brasileira)". GRET; IEF, Macapá, AP, 2014.
- SABLAYROLLES, Philippe; ROCHA, Elektra; ARMANDO, Douglas M. S. Problemática da implantação de concessões florestais no Módulo II da Flota-AP, do ponto de vista dos atores. In: GRET. Relatório técnico do projeto "Apoio à elaboração de uma política de gestão sustentável da floresta e da biodiversidade no Estado do Amapá (Amazônia brasileira)". GRET; IEF, Macapá, AP, 2013.
- WEISS, Bernadette M. Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável dos Lagos - Amapá. Brasília, MDA. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio112.pdf>. Acesso em: 22/04/2016.

Links recomendados

- | | | | |
|--|--|--|--|
| www.gta.org.br | www.ief.ap.gov.br | www.teebweb.org | www.imazon.org.br |
| www.mma.gov.br | www.sema.ap.gov.br | www.agenciabrasil.ebc.com.br | www.icv.org.br |
| www.florestal.gov.br | www.imap.ap.gov.br | www.programaarpa.gov.br | www.planetaverde.org |
| www.icmbio.gov.br | www.mpap.mp.gov.br | www.mda.gov.br | www.socioambiental.org |
| www.conservation.org | www.uc.socioambiental.org | www.observatoriodoclima.eco.br | www.oeco.org.br |



